

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOÃO FILIPE ARAUJO CRUZ

A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista

Versão Corrigida

São Paulo

2021

JOÃO FILIPE ARAUJO CRUZ

A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Venturi Jr.

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cc955t Cruz, João Filipe
A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista / João Filipe Cruz; orientador Gustavo Venturi - São Paulo, 2021.
278 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Movimentos Sociais. 2. Movimento LGBT. 3. Partidos Políticos. 4. PSDB. I. Venturi, Gustavo, orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): João Filipe Araujo Cruz

Data da defesa: 19/02/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Gustavo Venturi Jr.

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, _11___/___5___/___2021___

*Profa. Dra. Ana Paula Hey
Coordenadora do PPGS/USP
p/p (Assinatura do (a) orientador (a))*

CRUZ, João Filipe. **A temática LGBT em partidos políticos:** o caso do PSDB paulista. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gustavo Venturi Jr. (FFLCH-USP) - Presidente

Julgamento_____ Assinatura_____

Profa. Dra. Flavia Mateus Rios (UFF)

Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr. Rafael de Souza (CEBRAP)

Julgamento_____ Assinatura_____

Profa. Dra. Regina Facchini (Unicamp)

Julgamento_____ Assinatura_____

Dedico esta dissertação a Bruno Borges de Oliveira (*in memoriam*). Bruno foi alguém que nunca cheguei a conhecer, mas um dia nossos caminhos se cruzaram devido à violência LGBTfóbica da qual ele foi uma vítima fatal.

AGRADECIMENTOS

Para mim, sempre foi fascinante ler a seção de “agradecimentos” de teses e dissertações em busca de descobrir um pouco sobre os caminhos percorridos, as relações estabelecidas e os afetos envolvidos ao longo dos processos sempre tão exaustivos de elaboração de trabalhos acadêmicos.

Tenho ciência de que conferir sentido às experiências passadas inevitavelmente envolve construir narrativas que dão relevo a alguns fatos, lugares e pessoas marcantes, em detrimento de outros. Afinal, lembrar sempre envolve esquecer.

Assumindo esse risco, resolvi “começar do começo” e por quem já não está mais por aqui: não poderia deixar de expressar meu apreço e gratidão em relação ao meu avô, Antônio, figura tão fundamental em minha trajetória. É difícil colocar em palavras o quanto agradeço por todo carinho e suporte e o quanto sinto a sua falta.

Agradeço à minha mãe, Zenilda, que em diferentes ocasiões abriu mão de seus próprios sonhos a fim de tentar proporcionar uma vida e um futuro melhores para mim e para as minhas irmãs. A finalização desta dissertação, certamente, representa mais um passo nessa direção e é, de certa forma, uma conquista também dela.

Ao meu pai, Elton, e às minhas queridas irmãs Débora e Raquel pelo apoio e torcida. Agradeço em especial à Débora, pelo seu precioso auxílio como minha assistente de pesquisa.

Ao meu avô Alfredo e à minha avó Lúcia que mesmo sem entender completamente o que eu faço, sempre mostraram-se muito orgulhosos de seu neto “professor”.

À minha querida avó, Zenaide, e às minhas tias Érica e Silvia, sobre as quais não é exagero dizer que são para mim como as minhas “segundas mães”, agradeço pelo suporte ao longo de minha trajetória e por todo carinho ao longo da realização deste trabalho. E aproveito para agradecer aos meus tios Antônio, César, João e Thais e aos meus primos Ana e Leonardo pela torcida e também à pequena Cecília, mais nova integrante da família, que na difícil reta final desta dissertação sempre conseguiu me alegrar somente com a sua presença.

Ao meu orientador, Gustavo Venturi, que entrou em minha vida ainda em meu primeiro ano de graduação, quando foi meu professor nas disciplinas obrigatórias de Métodos

e Técnicas de Pesquisa. Desde então, estabelecemos uma bela parceria e tem sido um prazer poder aprender e trabalhar com ele. Sou grato por toda generosidade e paciência, por sua leitura atenciosa e por suas observações fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço também pelos conselhos e por todo o incentivo, em especial quando eu próprio estava rodeado de inseguranças.

A Angela Alonso e Regina Facchini sou grato pelas importantes contribuições em minha banca de qualificação. E à Flavia Rios, Rafael de Souza e Regina Facchini pelas importantes contribuições em minha banca de defesa. Agradeço em especial a Regina por toda sua generosidade e solicitude, inclusive se dispondo a discutir alguns aspectos desta pesquisa durante um “cafezinho”.

À Márcia Lima, sou muito grato por sua fundamental acolhida desde o início do mestrado. Tem sido uma honra conviver com uma pesquisadora competente e um ser humano tão admirável. Aproveito para agradecer também aos membros do grupo “Raça, Desigualdade e Política”, coordenado pela Profa. Márcia, pela interlocução valiosa em diferentes momentos desta dissertação.

À Sylvia Garcia sou grato pelo estímulo durante a disciplina de Elaboração de Projetos, cursada ainda na graduação, e também por todo carinho, pelas conversas sempre tão instigantes e pelos “cafezinhos” nos quais pudemos compartilhar as agruras com o contexto político nacional.

A Ferdinando Martins e Heloísa Buarque de Almeida, com quem tive a honra de trabalhar e aprender durante a graduação, em especial quando estagiei no Programa USP Diversidade. E também a Fraya Frehse, com quem aprendi muito durante a monitoria da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa II, no segundo semestre de 2018.

A Marcos Alvarez por seus comentários instigantes na disciplina de “Análise de Projeto” que constituíram grandes contribuições para os rumos desta pesquisa. Nesse sentido, aproveito para agradecer também aos meus colegas de curso pelo rico diálogo, em especial Ana Trevisan, Iuri Cardoso, Marcus Campos e William Santana.

Aos companheiros do Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade – NÓS/USP, Alexandre Martins, Gustavo Venturi, Iuri Cardoso e Jéssica Melo. E às belas parcerias que o

NÓS estabeleceu com o GEPÔ e o NUMAS e que renderam coisas tão incríveis como o I Congresso de Estudos de Interseccionalidades nas Ciências Sociais da USP.

Aos companheiros de Representação Discente, durante a gestão de 2018, Alexandre Martins, Ivo Soares e Mônica Moraes com os quais tive a honra de atuar em prol de uma pós-graduação menos desigual.

A Iuri Cardoso agradeço pela amizade e interlocução desde a graduação. Sinto-me sortudo por termos compartilhado todas as agruras envolvidas nessa jornada e sinto saudades das tardes que passamos juntos estudando ou fofocando.

A Alexandre Martins por todo carinho, confiança e incentivo. Sou grato por sua amizade e por nossa parceria acadêmica que tem rendido coisas tão incríveis.

A Lux Lima, pessoa tão sensível, agradeço por todas as conversas, pelas trocas de indicações musicais e por nossas idas a bazares e brechós para comprar algumas “brusinhas”.

A Augusto Malaman, Erik Higaki, Gabriel Siracusa, Igor Luna, Raul Mello e Tabata Chorwat, grandes amigos com os quais sempre pude dar algumas “escapadinhas” tão necessárias para manter a minha sanidade mental nesse processo tão desgastante que foi engajar-me na produção desta dissertação.

A Barbara Soares, Beatriz Sanchez, Felipe Piva, Fernanda K. Martins, Larissa Vibe, Lucas Bulgarelli, Mariana Faciulli, Renata Miranda, Rodrigo Cruz, Silvia Aguião e Tatiane Passarini agradeço pelas importantes interlocuções em diferentes momentos desta pesquisa. Agradeço em especial à Renata, minha grande amiga, com quem travei os meus primeiros contatos com as Ciências Sociais quando ela foi minha professora de Sociologia no Ensino Médio.

A Andressa Muniz, Igor Costa e Rafael Quintanilha cuja amizade e companhia foram fundamentais durante o processo seletivo para ingresso no mestrado.

A Alan Augusto, Edilza Sotero, Flavia Rios, Matheus de Jesus, Ozzy Cerqueira e Viviane Angélica Pistache que foram (e ainda são) grandes referências de intelectuais negras/os em minha trajetória acadêmica.

A André Montoro, meu colega durante a graduação, que viabilizou os primeiros contatos com alguns membros do Diversidade Tucana. Também não poderia deixar de agradecer aos meus interlocutores de pesquisa sem os quais esta dissertação não teria sido possível, ainda que não caiba nomeá-los individualmente.

Aos funcionários do departamento de Sociologia, em especial Evania Guilhon, Georgina Neta e Gustavo Mascarenhas que sempre foram muito solícitos e me ajudaram a lidar com os mais diversos trâmites burocráticos.

A CAPES, pela bolsa de pesquisa sem a qual este trabalho não teria sido possível.

RESUMO

CRUZ, João Filipe. **A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista.** 2021. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta pesquisa busca contribuir para os debates a respeito das relações entre movimentos sociais e política institucional. Para tanto, deteve-se em torno da relação entre movimento LGBT e partidos, observada a partir da criação de núcleos LGBT ou núcleos de diversidade em agremiações partidárias. Investigou-se a criação e os primeiros anos de atuação do Diversidade Tucana (DT), primeiro núcleo criado fora do âmbito da esquerda, em 2006, no PSDB. Recorrendo às teorias dos movimentos sociais, especialmente à Teoria do Confronto Político (TCP), analisa-se material documental e entrevistas semiestruturadas e defende-se que foi necessária a convergência de certas oportunidades culturais e políticas que foram apropriadas pelos atores sociais envolvidos na criação do DT, notadamente: a vitória de Serra (PSDB) para a prefeitura de São Paulo, em 2004, que foi sucedida por ações em prol da diversidade sexual em sua gestão; a disseminação do enquadramento interpretativo da “diversidade sexual”; e a consolidação de um mercado GLS. Argumenta-se que entre a segunda metade dos anos 2000 e o início dos anos 2010, período compreendido pela pesquisa, a configuração político-partidária em São Paulo era fortemente marcada pela oposição entre PT e PSDB, o que impactava o movimento LGBT em âmbito local. Ao cotejar a trajetória do Diversidade Tucana - que surgiu visando ser um contraponto à “hegemonia petista” no movimento - foi possível situar o ano de 2008 como um momento de inflexão a partir do qual a tensão entre PT e PSDB passou a constituir uma marca do movimento LGBT local. Naquele ano, a realização do ciclo de conferências LGBT, a reestruturação do Conselho Municipal LGBT e as eleições municipais tornaram o contexto propício para o acirramento da tensão entre petistas e tucanos no interior do movimento. Ademais, discute-se o lugar de um núcleo partidário nas relações entre movimento e partido. No caso do Diversidade Tucana, defende-se que o grupo possui uma *dualidade constitutiva*, ou seja, é inerente à existência do DT lidar com a tensão entre o movimento e o partido. O recurso a tal noção permitiu ir além da dicotomia entre cooptação/autonomia e perceber que embora vinculado à estrutura partidária, o DT não esteve necessariamente submetido aos interesses do partido, visto que a sua atuação sempre foi agenciada contextualmente.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Movimento LGBT. Partidos políticos. PSDB.

ABSTRACT

CRUZ, João Filipe. **The LGBT thematic in political parties:** the PSDB case in Sao Paulo. 2021. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This research aims to identify connections between social movements and the institutional politics, and, therefore, contribute to the discussion about their relation. In order to do so, the focus was on the creation of LGBT groups or diversity groups in political parties. We investigated closely the creation and the first acting years of the “*Diversidade Tucana*” (DT), first sexual diversity group out of the left parties, which was created in 2006 at the Brazilian Democratic Social Party (PSDB, in Portuguese). We relied on the theories of social movements, especially the theoretical framework provided by the Contentious Politics. Documental material was assessed, as well as semi-structured interviews, and these findings suggest that a convergence of cultural and political opportunities were used by the social actors involved in the creation process of DT. Notably, the victory of José Serra (PSDB) to the city hall election in 2004, which was successful in actions pro sexual diversity during his term; the spreading of the framing of ‘sexual diversity’; and the impacts of the consolidation of the GLS market. It is suggested that between the second half of the 2000s and the beginning of the 2010s, period analyzed by this research, the political-party scene in Sao Paulo was strongly marked by the confrontation between PT and PSDB, which impacted the LGBT local movement. By analyzing the trajectory of “*Diversidade Tucana*” – which came to life as an alternative to the ‘PT hegemony’ in the movement – it was possible to point out the year of 2008 as an inflexion moment in which the tension between PT and PSDB gained body and marked the local LGBT movement. In that year, the LGBT conferences, the restructure of Municipal LGBT Council of Sao Paulo and the municipal elections set the prosperous context to the fierce confrontation of PT and PSDB. Considering the “*Diversidade Tucana*”, it is suggested that the group is immersed in a *constitutive duality*, in which its own existence is inherent to deal with the tension between the movement and the party. By relying in this notion it was possible to go beyond the dichotomy cooptation/autonomy and realize that, although it is strongly connected to the party structure, the DT was not, necessarily, under the influence of party interests, since its actions had a contextualized agency.

Keywords: Social Movements. LGBT Movement. Political parties. PSDB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Número de candidaturas de candidatos LGBT por eleição	54
Gráfico 2	Número de parlamentares na FPMLES por partido	55
Gráfico 3	Número de parlamentares na Frente pela Cidadania GLBT	56
Figura 1	Protesto realizado por Robson em frente ao diretório estadual	106
Figura 2	“Jornal Arco-Íris”, material de campanha de Robson Cerqueira	108
Figura 3	Captura de tela do YouTube	113
Figura 4	Primeira postagem blog DT	122
Figura 5	Primeiro logotipo Diversidade Tucana	123
Figura 6	Logotipo atual Diversidade Tucana	123
Figura 7	Convite para evento “O PSDB e as políticas para a cidadania LGBT”	129
Figura 8	Flyer de divulgação do Congresso Estadual DT	132
Figura 9	Flyer de divulgação da Convenção Nacional do DT	133
Figura 10	Material de campanha de 2006	150
Figura 11	Convite para reunião do Diversidade Tucana	154
Figura 12	Flyer de divulgação Tenda do DT na Convenção PSDB-SP	156
Figura 13	Tenda do DT na Convenção PSDB-SP	157
Figura 14	Tenda do DT na Convenção PSDB-SP	157
Figura 15	Tenda do DT na Convenção PSDB-SP	157
Figura 16	Convite de atividade de campanha de Montoro e Covas	159
Figura 17	Flyer 1º Encontro “Compromisso com a Diversidade de São Paulo”	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Componentes predominantes na 1ª onda do MHB	48
Quadro 2	Componentes predominantes nas 1ª e 2ª onda do MHB	51
Quadro 3	Presença de núcleos LGBT nos partidos	59
Quadro 4	Informações sobre núcleos LGBT	60
Quadro 5	Componentes predominantes nas 1ª, 2ª e 3ª onda do movimento	61
Quadro 6	Ações do PSDB pró-LGBT em âmbito nacional	145
Quadro 7	Ações do PSDB pró-LGBT em âmbito estadual	146
Quadro 8	Ações do PSDB pró-LGBT em âmbito municipal	147
Quadro 9	Principais repertórios utilizados pelo Diversidade Tucana	152
Quadro 10	Ações internas ao PSDB em relação à temática LGBT	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Comparativo Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT	57
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Santo André, São Bernardo e São Caetano (municípios de São Paulo)
ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABI - Associação Brasileira de Imprensa
AI-5 - Ato Institucional Número 5
APOGLBT - Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
BSH - Brasil sem Homofobia
CADS – Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual
CMADS – Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual de São Paulo
CS - Convergência Socialista
DT - Diversidade Tucana
EBHO - Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO - Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
ENUDS - Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual
EUA - Estados Unidos da América
FP – Fórum Paulista LGBT
FPE - Frente Parlamentar Evangélica
FPLGBT - Frente Parlamentar de Defesa da Cidadania LGBT
GGB - Grupo Gay da Bahia
GALF - Grupo de Ação Lésbico-Feminista
HSH - Homens que fazem Sexo com Homens
ILGA - *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MHB - Movimento Homossexual Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 O PROBLEMA E O OBJETO DESTA PESQUISA	20
1.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	23
1.3 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	29
2 DISCUSSÃO TEÓRICA	30
2.1 RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS E PARTIDOS NAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	30
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICA INSTITUCIONAL NA LITERATURA BRASILEIRA	34
2.3 A PERSPECTIVA ADOTADA NESTA PESQUISA	36
2.4 A LITERATURA SOBRE MOVIMENTO LGBT E PARTIDOS POLÍTICOS	40
3 MOVIMENTO LGBT E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	42
3.1 UM MOVIMENTO, ALGUMAS “ONDAS”	42
3.2 PRIMEIRA ONDA (1978-1983)	44
3.3 SEGUNDA ONDA (1983-1992)	50
3.4 TERCEIRA ONDA (1992-2010)	53
4 UM PANORAMA DA PRIMEIRA DÉCADA DOS ANOS 2000	63
4.1 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS GOVERNOS LULA	63
4.2 POLÍTICAS LGBT NOS GOVERNOS LULA	68
4.3 ATIVISMO RELIGIOSO CONSERVADOR	70
4.4 MERCADO GLS	73
4.4.1 <i>A emergência de um mercado segmentado</i>	73
4.4.2 <i>Sobre as relações entre política e consumo</i>	75
4.5 “DIVERSIDADE SEXUAL”: NOTAS SOBRE UM ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO	77
4.6 UM OLHAR SOBRE SÃO PAULO	82
4.6.1 <i>Notas sobre o Fórum Paulista LGBT</i>	90
5 A POLITIZAÇÃO DA TEMÁTICA LGBT NO PSDB PAULISTA	101
5.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO PSDB	101
5.2 O PRIMEIRO CANDIDATO GAY DO PSDB: “ROBSON CERQUEIRA CANDIDATO, 4524”	104
5.2.1 <i>A candidatura de 1998</i>	106
5.2.2 <i>A candidatura de 2000</i>	112

<i>5.2.3 A candidatura de 2002</i>	<i>113</i>
<i>5.2.4 Atualmente</i>	<i>114</i>
5.3 DIVERSIDADE TUCANA	116
<i>5.3.1 O processo de criação</i>	<i>117</i>
<i>5.3.2 Estrutura organizacional</i>	<i>127</i>
<i>5.3.3 Os membros e sua dinâmica</i>	<i>136</i>
<i>5.3.4 Problemas com a invisibilidade</i>	<i>144</i>
<i>5.3.5 As atividades do grupo</i>	<i>152</i>
<i>5.3.6 O grupo e sua dualidade constitutiva</i>	<i>170</i>
5.4 DE “BICHINHOS EXÓTICOS” A “AMEAÇA À HEGEMONIA PETISTA”	175
<i>5.4.1 Disputas em torno do Conselho Municipal LGBT</i>	<i>179</i>
<i>5.4.2 A organização da I Conferência Estadual GLBT</i>	<i>182</i>
<i>5.4.3 As eleições municipais de 2008</i>	<i>189</i>
<i>5.4.4 Tensões na lista de email do Fórum Paulista</i>	<i>198</i>
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	205
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	225
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO	227
APÊNDICE C – PERFIL DOS ENTREVISTADOS	228
APÊNDICE D – TRAJETÓRIA DOS ENTREVISTADOS	229
ANEXO A – COMISSÃO EXECUTIVA DO FÓRUM PAULISTA GLBTT	248
ANEXO B – NOTA PÚBLICA	250
ANEXO C – O PSDB E A DIVERSIDADE: QUE TAL?	253
ANEXO D – OFÍCIO ENVIADO À EXECUTIVA DO PSDB	254
ANEXO E – A TRAGÉDIA, A FARSA E O MOVIMENTO GLBT	255
ANEXO F – KASSAB E A PARTIDARIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT	257
ANEXO G – PELA VERDADE! (OU: SABER PERDER)	259
ANEXO H – PARA O CLÁUDIO	261
ANEXO I – OS GAYS E A DIREITA	263
ANEXO J – FOTOS	265

1 INTRODUÇÃO

O “Comitê LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) Marta Prefeita” divulgou ontem um manifesto de repúdio à propaganda eleitoral da candidata petista à Prefeitura de São Paulo, na qual um locutor pergunta se o eleitor procurou saber se o candidato Gilberto Kassab (DEM) é casado e se tem filhos. (O prefeito é solteiro, sem filhos.)

Considerada homofóbica, a propaganda acertou em cheio o orgulho dos militantes homossexuais do próprio PT.

(...)

“Ficamos perplexos. Eu acho que quem teve essa idéia infeliz dialogou com o senso comum, cometeu um equívoco eleitoral. Então os gays casados, ou lésbicas, não podem ser bons políticos?”, diz Julian Rodrigues, do Setorial Nacional LGBT do PT.

(...)

Beto de Jesus, que também é petista, considera a propaganda “um desastre”. “A primeira coisa que eu fiz hoje foi ligar para a direção do partido e dizer que aquilo não podia estar acontecendo, foi intolerável.”

Beto diz que a direção do partido não tinha se dado conta. Julian acredita que “a Marta não está envolvida com isso”. “É coisa da coordenação da campanha, do marketing”, diz.

“É a velha tática ‘lulista-mensalônica’, do ‘Eu não sabia’”, reage o coordenador da Diversidade Tucana, Wagner Gui Tronolone, que diz ter um bom relacionamento com os militantes gays do PT, “mas o embate eleitoral nos colocou em posições diferentes”.

(Paulo Sampaio, “Comitê LGBT diz que campanha é homofóbica e desagrega”,
Folha de S. Paulo, 14/10/2008).

O trecho reproduzido acima narra um episódio ocorrido nas eleições municipais paulistanas de 2008, quando a campanha da candidata Marta Suplicy - aliada histórica do movimento LGBT - veiculou um vídeo considerado homofóbico por fazer insinuações sobre a vida pessoal do então candidato Gilberto Kassab. Este caso é emblemático para pensar questões sobre a relação entre movimento LGBT¹ e partidos políticos e o papel dos núcleos partidários LGBT - elementos que serão abordados ao longo deste trabalho -, pois envolveu a mobilização e participação no debate público dos núcleos LGBT do PT e do PSDB.

¹ O movimento surgiu como movimento homossexual e tornou-se LGBT com a multiplicação de categorias identitárias que compõem o sujeito político ao qual diz respeito. Esse processo de multiplicação identitária está em curso e não tem se dado sem conflitos. Para discussões instigantes de tal processo ao longo dos anos 1990 e 2000, veja-se Facchini (2002) e Aguião (2014).

O presente estudo, parte da constatação de que houve um *boom* de incorporação da “temática LGBT” em partidos políticos, observado no contexto da segunda metade dos anos 2000, quando ocorreu a criação de setoriais LGBT em diversos partidos. Tal processo será cotejado a partir da criação do primeiro setorial de diversidade sexual fora do âmbito da esquerda partidária – o do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 2006 – e sobre seus primeiros anos de atuação. Realizado a partir do estado de São Paulo, pretende estabelecer um diálogo e contribuir para os estudos que se dedicam a refletir sobre a relação entre movimentos sociais e partidos políticos no Brasil contemporâneo.

1.1 O problema e o objeto desta pesquisa

Ao longo das últimas décadas, vivenciamos no Brasil constantes e crescentes embates que têm como foco gênero e sexualidade. Nesse contexto, desde o seu surgimento, em 1978, o movimento LGBT tem tido papel central para a politização das questões relacionadas a gênero e sexualidade. Ao longo de sua trajetória, as demandas do movimento LGBT extrapolaram as bases sociais em que o movimento se articulou e entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 pode-se afirmar que houve um período marcado pela atuação por vias institucionais e pelo diálogo com o Estado (AGUIÃO et al., 2014). Nesse processo, o movimento encontrou maior permeabilidade nos círculos centrais do Executivo e do Judiciário. As composições dos Legislativos federal, estaduais e municipais, no entanto, constantemente mostraram-se refratárias aos projetos de lei apresentados por parlamentares que apoiaram as demandas do movimento (SIMÕES e FACCHINI, 2009; SANTOS, 2014; FACCHINI et al., 2013; NATIVIDADE, 2013; MACHADO, 2012).

Em verdade, é possível afirmar que desde seus primórdios o movimento LGBT mantém relação com a política institucional, em especial com agremiações partidárias (CRUZ, 2015). Tal relação - desde o início permeada por tensões - vem se intensificando ao longo das décadas (SIMÕES; FACCHINI, 2009; SANTOS, 2014, 2016a, 2016b; MARQUES, 2008), e, atualmente, é possível afirmar que a temática LGBT encontra-se presente em diversos partidos políticos. Ao longo dos anos 2000, foram criados núcleos ou setoriais dedicados a lidar com a “temática LGBT” ou com a “diversidade sexual” em partidos de diferentes matizes ideológicas e também houve um aumento significativo do número de candidaturas de sujeitos LGBT (SANTOS, 2014, 2016a, 2016b).

Em seus trabalhos, Gustavo Santos (2014, 2016a, 2016b) destacou que nos anos 2000 foi possível observar a capilarização da temática LGBT, historicamente mais afeita à esquerda, para diversos partidos de diferentes matizes ideológicas. Contudo, é necessário chamar atenção para o fato de que já nas eleições de 1982 houve candidaturas homossexuais em partidos de esquerda e de direita (CRUZ, 2015). Assim, o engajamento de sujeitos LGBT em partidos de centro e de direita possui, na verdade, uma história bem mais antiga.

Deste modo, para pensar o processo de politização da temática LGBT em partidos políticos, parece interessante estabelecer uma diferenciação entre o *engajamento* de sujeitos LGBT e/ou de aliados e a *incorporação* da temática LGBT em partidos. Por “incorporação da temática LGBT” refiro-me a posturas oficiais do partido, tais como criação de núcleos ou inclusão da temática no programa ou no estatuto partidário. Já o “engajamento”, noção mais ampla, abarca a presença de militantes LGBT nos partidos, bem como a existência de candidaturas que pautem a temática ou mesmo a atuação de parlamentares em torno da questão, sem pressupor qualquer posicionamento oficial do partido. Tal diferenciação permite dividir os partidos em três grupos ao considerar o critério da incorporação da temática LGBT: aqueles que a incorporaram já na sua fundação; aqueles que incorporaram a temática LGBT ao longo de sua trajetória; e aqueles que não incorporaram a temática. Considerando a relação entre movimento LGBT e política institucional partidária nestes termos, quando nos voltamos para a trajetória do movimento, torna-se imperativo questionar o fato de que diversos partidos passaram a incorporar a temática LGBT a partir de meados dos anos 2000.

Assim, em um contexto de crescente visibilidade pública e de também crescente rechaço de setores conservadores e religiosos à temática LGBT, observa-se o aumento expressivo da quantidade de partidos políticos que incorporaram a temática (incluindo referências em seus programas e estatutos e/ou por meio da criação de núcleos LGBT/núcleos de diversidade) a partir da segunda metade dos anos 2000. Diante desse fato é possível questionar: Como a temática LGBT emerge nos partidos? Como a temática se consolida e se criam núcleos ou setoriais?

A fim de lidar com tais questionamentos, esta pesquisa se deteve sobre o caso da criação do setorial de diversidade sexual do PSDB, o Diversidade Tucana, em São Paulo. Este caso foi escolhido porque o PSDB constitui o primeiro partido, fora do âmbito da esquerda partidária, a criar um núcleo de diversidade, em meados dos anos 2000, momento a partir do qual se observa um *boom* de incorporação da temática LGBT por partidos de diferentes matizes ideológicas. Afora o fato de membros do partido terem participado da “Frente parlamentar LGBT”, votarem e proporem matérias positivas à causa LGBT e de o partido

contar com candidatos pró-LGBT. E, claro, também é relevante o fato de que desde 1994 PT e PSDB tornaram-se protagonistas das disputas no cenário político nacional.

Esta pesquisa focou, sobretudo, as estruturas partidárias do PSDB do estado de São Paulo, entre 2006 e 2010, pois o Diversidade Tucana surgiu no estado de São Paulo - bem como a maior parte dos núcleos LGBT/núcleos de Diversidade (SANTOS, 2014). Em relação ao escopo temporal, é lugar comum na literatura que a década de 2010 tem assistido a um aumento das pressões conservadoras sobre as políticas voltadas para a população LGBT. Nesse sentido, o ano de 2010, e mais especificamente o processo eleitoral presidencial, tem sido apontado como um momento marcante no qual se pode observar uma inflexão conservadora (FACCHINI; RODRIGUES 2017; AGUIÃO et al., 2014). Desse modo, há uma mudança significativa nas relações entre movimento e política institucional² - o que justifica que o escopo da pesquisa abranja até o ano de 2010, embora ao longo deste trabalho também sejam feitas referências a alguns processos concernentes ao DT que ocorreram pós-2010.

Acredito que para que este *boom* de incorporação da temática LGBT em vários partidos, de diferentes matizes ideológicas, acontecesse no momento em que ocorreu, foi necessária a convergência de certas oportunidades culturais e políticas que impactaram as estratégias de ação do movimento e a permeabilidade de partidos políticos à temática. Nesse sentido, a hipótese que inicialmente norteou esta pesquisa propôs que os processos que configuraram tais oportunidades foram: o paulatino ganho de visibilidade das questões relativas à diversidade sexual e de gênero, devido à atuação do movimento LGBT - e também do movimento feminista -, em geral mais alinhada à esquerda; a consolidação da noção de direitos sexuais no plano internacional, com claros impactos no âmbito nacional; a chegada do PT, aliado histórico do movimento, ao poder executivo, nacionalmente com Lula (2003-2010) e a nível municipal, em São Paulo, com Marta Suplicy (2001-2004); a aproximação entre movimento LGBT e mercado GLS, o que culmina em relações complexas entre política e consumo; e a atuação do contramovimento, de um “ativismo religioso conservador”.

² Aguião et al. (2014) indicam que havia um intenso otimismo na I Conferência Nacional LGBT, em 2008, que teria sido propiciado pelo sentimento de reconhecimento, reforçado pela presença de Lula e de membros do Executivo e do Legislativo, e pela avaliação positiva da expansão do envolvimento da “sociedade civil” nas conferências municipais e estaduais. No entanto, na II Conferência, em 2011, houve um arrefecimento do entusiasmo, motivado pela ausência, tomada como desprestígio, por parte da presidenta e de outras autoridades, mas também pela pouca divulgação/conhecimento acerca das ações desenvolvidas nos três anos que separaram as duas conferências e pelo impacto de medidas impopulares, como a restrição do orçamento da Secretaria de Direitos Humanos e o veto presidencial ao kit anti-homofobia, tomadas como indícios de obstrução da pauta.

1.2 Percurso teórico-metodológico

As linhas que seguem buscam delinear uma narrativa que dá sentido ao meu engajamento nesta pesquisa. É possível dizer que a semente desta pesquisa foi plantada durante a disciplina “Moralidade, opinião pública e marcadores sociais da diferença”, oferecida no segundo semestre de 2015 pelo Prof. Gustavo Venturi, enquanto eu ainda cursava a graduação em Ciências Sociais na USP. Na referida disciplina, focando a intersecção entre sexualidade e raça, realizei uma pesquisa qualitativa com jovens gays negros militantes, sobre os sentidos que atribuíam ao seu processo de engajamento político. Dentre os vários tópicos abordados com os jovens durante as entrevistas semi-estruturadas, um acabou se tornando especialmente estimulante para mim: a questão da representação política. Fiquei intrigado e bastante instigado academicamente, pois todos os entrevistados afirmaram a importância da representação política e de que questões referentes aos movimentos negro e LGBT estivessem presentes em espaços institucionais. Ao mesmo tempo, para a maioria daqueles jovens, as questões raciais, ao menos nesta seara, eram percebidas como as que deveriam ser objeto de maior preocupação, em comparação com as questões LGBT. Assim, ao fim daquela disciplina, algumas questões passaram a me inquietar: Como votam pessoas LGBT? Como se dá a relação entre movimento LGBT e representação política?

Em dezembro daquele ano participei do “I Seminário LGBT Eleições 2016 - A união fará a diferença!”³, realizado na Câmara Municipal de São Paulo, divulgado em grupos do *Facebook*. O evento foi organizado por André Pomba (ativista LGBT, empresário GLS e na época coordenador do PV Diversidade) e contou com a presença de vereadores e deputados aliados à causa LGBT, bem como de pessoas LGBT que já haviam se candidatado ou que pretendiam se candidatar nas eleições de 2016 e demais interessados. O meu comparecimento ao evento foi bastante instigante e hoje o vejo como uma “pré-incursão em campo”. Naquela ocasião pude perceber, dentre outras coisas, a importância da figura do “fundamentalista religioso” como o “outro”, o “inimigo” do movimento; e a importância dada pelos presentes à representação política, também àquela representação que se dá em espaços institucionais extraparlamentares (como *Conselhos* e *Conferências*). Foi marcante ainda a fala de um militante do PSDB que afirmou a importância de sua atuação na agremiação tucana, a

³ De acordo com a descrição do evento do facebook, o I Seminário LGBT e Eleições 2016 era “um evento de caráter pluripartidário voltado a discutir questões referentes a população LGBT e a questão eleitoral”, visto que “com o recrudescimento do fundamentalismo religioso e o avanço do conservadorismo político, a militância LGBT ligada aos partidos vem sendo massacrada e invibilizada (...)”. Disponível em: <<http://www.facebook.com/events/1545183422440230/>>. Acesso em: 11/05/2019.

despeito da desconfiança ou mesmo da contraposição de setores do movimento LGBT, afinal se ele e outros ativistas não atuassem em partidos fora do âmbito da esquerda partidária, “quem é que o faria?”.

Acredito que o surgimento da campanha *Vote LGBT*⁴, em 2014, também tenha contribuído para a minha percepção de que aquelas questões eram, de fato, importantes e que deveriam ser pesquisadas. Naquele momento eu possuía um interesse, ainda disforme, de pesquisar algo que relacionasse movimento LGBT, representação política, comportamento eleitoral, identidades e interseccionalidade. No entanto, as minhas primeiras buscas por material referente à temática foram ao mesmo tempo frustrantes e desafiadoras: encontrei apenas dois artigos: um de Vera Lúcia Marques, de 2010, intitulado “O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil”, derivado de sua dissertação de mestrado, defendida em 2008; o outro de Gustavo Gomes Santos, de 2014, intitulado “Diversidade Sexual, Partidos Políticos e Eleições no Brasil Contemporâneo”.

Ainda que a literatura sobre movimento LGBT não tivesse ignorado a relação entre o movimento e partidos políticos, a quase inexistência de trabalhos que tivessem tal relação como preocupação central, conferia tons agrídoces à minha empreitada. Adquiri uma nova dose de ânimo quando soube que seriam oferecidas no primeiro semestre de 2016 as seguintes disciplinas: “O que é representação política?”, ministrada pelo Prof. Adrian Gurza Lavalle e “Elaboração de projetos de pesquisa em sociologia”, ministrada pela Profa. Sylvia Garcia. Ambas foram fundamentais: a primeira contribuiu para sedimentar meu interesse pela temática e também para me trazer novos questionamentos; a segunda ajudou-me a lapidar meu objeto de pesquisa e a elaborar o projeto para prestar o processo seletivo.

Também em 2016 são publicados dois outros artigos dedicados a pensar a relação entre movimento LGBT e partidos políticos: “Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo” e “Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil”, ambos de Gustavo Santos. Desse material, uma das questões mais interessantes foi a percepção de Santos de que as pautas do movimento LGBT - tradicionalmente alinhado com a esquerda - estavam se capilarizando e se fazendo presentes em partidos de diferentes matizes ideológicas. Instigado pelos trabalhos de Santos, o projeto de mestrado que elaborei propunha o estudo da “incorporação da temática LGBT por

⁴ Em seu site, a organização da campanha a define como “suprapartidária, sem ligações institucionais, fins lucrativos ou compromisso com partidos políticos”. Seu objetivo seria “incentivar a inclusão de pautas pró-LGBT na política brasileira, especialmente no Legislativo”. Suas principais ações nesse sentido são: listar todas as candidaturas ao Legislativo que possuam propostas pró-LGBT; e difundir informações sobre o funcionamento do sistema eleitoral. Disponível em: <<http://votelgbt.com/>>. Acesso em: 11/05/2019.

partidos de centro e de direita”. Inicialmente, a ideia era ater-me às estruturas partidárias do PP e do PSDB na cidade de São Paulo, valendo-me da noção de campo político de Pierre Bourdieu para atentar-me às disputas empreendidas pelos agentes em tais partidos.

Ao longo do processo de lapidação do objeto da pesquisa foram muitos os questionamentos e críticas, mas, certamente, o que parece mais ter me afetado foi elaborado pelo Prof. Marcos Alvarez durante a disciplina de pós-graduação “Análise de Projetos”: “*é preciso ter cuidado com o senso comum de esquerda!*”. Tratava-se da preocupação em relação ao modo como eu iria abordar o fenômeno estudado, sem incorrer em respostas fáceis e enviesadas por uma presumida proximidade com a esquerda. Passei então a me valer das teorias dos movimentos sociais (em especial a Teoria do Confronto Político), abandonando a teoria dos campos bourdiesiana; e o problema deixou de ser a incorporação da temática LGBT por partidos de centro e de direita e tornou-se buscar entender o porquê da incorporação da temática LGBT em partidos ter aumentado vertiginosamente durante a década de 2000.

A advertência de Marcos Alvarez foi fundamental para a mudança nos rumos da pesquisa e não deixou de me assombrar, colocando persistentemente a necessidade de refletir sobre minha relação com o objeto de pesquisa e com os meus interlocutores.

É certo que muita tinta já foi gasta discutindo-se a objetividade científica como uma meta inalcançável. A relação entre sujeito/objeto, bem como o papel e o impacto da subjetividade do pesquisador em sua pesquisa, foram foco de preocupação de diferentes autores. De modo geral, pode-se dizer que parte significativa destas reflexões teve como gatilho preocupações políticas, metodológicas e epistemológicas referentes à proximidade do pesquisador para com os grupos pesquisados. Sob diferentes perspectivas, discutiu-se os perigos e as potencialidades da proximidade do pesquisador para com seu objeto de estudo⁵. No caso deste estudo, entretanto, a questão que se esboça é diametralmente oposta: quais seriam os riscos e as potencialidades de se estudar grupos com os quais o pesquisador não tem proximidade e/ou não se alinha politicamente?

Essa questão, longe de ser trivial, parece constituir “a outra face da moeda” daquela que já inquietou inúmeros pesquisadores. A ideia de que o trabalho sociológico supõe tornar enigmático o que aparenta ser normal - quase um mantra para sociólogos - faz referência à

⁵ Para citar algumas reflexões importantes: Howard Becker (1977) discutiu a impossibilidade de uma ciência neutra e, diante disto, a necessidade de sabermos minimamente “de que lado estamos”; Donna Haraway (1995) discutiu a localização da produção de saberes e postulou a relevância da produção de saberes localizados, tais como os feministas; Ruth Cardoso (1986) e Eunice Durham (1986), cada uma a seu modo, preocuparam-se com que a proximidade de pesquisadores com seus objetos de estudo, se não acompanhada de reflexão teórico-metodológica, poderia descambar para a mera reprodução da opinião dos sujeitos.

necessária postura crítica de quem estuda, frente àquilo que é estudado. Se tal postura se faz tão importante é justamente porque não é propriamente fácil de ser exercida.

A escolha de um tema de pesquisa, como afirma Serge Paugam (2015), é sempre guiada também por sensibilidades e orientações pouco científicas, e em geral desconhecidas pelo pesquisador, das quais este deve se afastar progressivamente. Assim, a construção do objeto de pesquisa supõe o afastamento (ainda que inconcluso) das prenoções e julgamentos que constituem obstáculos epistemológicos. Para o autor, se os sociólogos inevitavelmente projetam parte de si naquilo que produzem, a questão que se impõe não é se é desejável ou indesejável que o sociólogo mantenha uma afinidade com seu tema de pesquisa, mas a questão de saber enfrentar os inconvenientes de uma análise feita “de dentro” e de uma análise feita “de fora”. Para Paugam, a proximidade característica das análises “de dentro” colocaria questões importantes, na medida em que o pesquisador ver-se-ia obrigado a abandonar prenoções e prejulgamentos. Por outro lado, o autor afirma que, distanciado de seu tema de estudo, o pesquisador poderia manter a distância previamente adquirida. Paugam parece sugerir que as análises feitas “de fora” são potencialmente menos problemáticas, por acreditar que seriam menos afetadas pela subjetividade do pesquisador. Acredito, entretanto, que o distanciamento social e/ou ideológico também pode redundar em prenoções, assim como a proximidade social e/ou ideológica. Assim, a distância do pesquisador para com seu objeto não deve ser louvada em detrimento da proximidade, mas igualmente problematizada.

Em suma, parece imprescindível exercitar a desconfiança. É justamente uma postura desconfiada que faz com que um trabalho sociológico nos obrigue a um movimento pendular entre a teoria e a empiria. Este constante ir e vir, pautado no diálogo entre teoria e empiria, implica na recorrente (re)avaliação de nosso objeto de pesquisa. Esta pesquisa teve como ponto de partida para a construção de suas hipóteses as teorias dos movimentos sociais, em especial a Teoria do Confronto Político (TCP). Por se tratar de uma perspectiva relacional, a TCP preocupa-se com os processos sociais e não se contenta com o que os atores dizem a respeito da realidade social. É verdade que, durante muito tempo, a TCP conferiu pouco espaço para os atores sociais e para a *agência*, o que a tornou alvo de duras críticas, sendo acusada de ser demasiadamente estruturalista (ALONSO, 2009). Entretanto, ao longo dos anos, a TCP tem se encaminhado para uma síntese teórica das teorias dos movimentos sociais, incorporando, de certo modo, muitas das críticas recebidas, o que implicou que nos últimos anos a TCP abraze mais espaço para os atores e para a *agência*, passando a preocupar-se mais com as justificativas que os atores conferem às suas ações (ALONSO, 2009; 2012).

Tendo em vista o arcabouço teórico que pautou a elaboração das primeiras hipóteses desta pesquisa, as técnicas utilizadas foram a análise documental e a realização e análise de entrevistas semi-estruturadas. Discuto-as brevemente a seguir.

Para a realização da análise documental, seguirei a premissa de Cellard (2008), segundo a qual documentos escritos são essenciais para as Ciências Sociais, pois permitem realizar alguns tipos de reconstrução independentemente da memória dos indivíduos - sendo, muitas vezes, o único testemunho de alguma atividade. Cellard postula que é necessário localizar os documentos relevantes, avaliando sua credibilidade e representatividade, atentando-se, à luz do questionamento da pesquisa, para o contexto no qual o texto foi produzido, para o autor e os atores sociais em cena, a confiabilidade do documento, sua natureza e lógica interna.

Nesta pesquisa foi realizada análise documental de: **a)** matérias jornalísticas que versam sobre a relação entre os partidos políticos em geral, e o PSDB em particular, e diversidade sexual publicadas, sobretudo, na *Folha de S.Paulo*⁶; **b)** os planos estadual e municipal de direitos humanos de São Paulo; **c)** documentos oficiais do PSDB (tais como estatutos, por exemplo); e **d)** materiais produzidos pelo *Diversidade Tucana*.

A respeito do ponto “a” da análise documental, cabe esclarecer: foram realizadas buscas no site do veículo escolhido a fim de mapear as notícias que tangenciam o escopo da pesquisa. Para tanto, foram determinados termos chave - como “PSDB”, “LGBT”, “diversidade”, entre outros - e estes foram combinados de diferentes maneiras (“PSDB” + “diversidade sexual”; “PSDB” + “LGBT”; “diversidade sexual” + “PT”; “LGBT” + “PT”; e “Brasil sem Homofobia”). Complementarmente, busquei notícias referentes a alguns eventos específicos em outros veículos, como o *Estadão* e os veículos de mídia segmentada *A Capa* e *Athos GLS*. As notícias foram catalogadas e mobilizadas a fim de auxiliar na compreensão dos processos estudados.

Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Em relação às entrevistas semi-estruturadas, adotando a perspectiva de Michelat (1982), segundo a qual, embora este modelo de entrevista não pressuponha um questionário rigidamente estruturado, deve haver uma problemática que ronda toda entrevista. Deste modo, ainda que não haja questões fechadas, certos temas devem ser abordados com o entrevistado (o roteiro de entrevistas

⁶ Escolheu-se o jornal Folha de S. Paulo por ser um dos veículos de comunicação mais consumidos: está entre os jornais paulistas de maior tiragem, em sua versão impressa, de acordo com o Índice de Verificação de Circulação (IVC); e, de acordo com o medidor de audiência de sites online Alexa (<http://www.alexa.com/siteinfo>), é o site de número 29 no ranking brasileiro de acessos.

encontra-se no Apêndice A). Segundo Michelat, é preciso proceder a escolha de um pequeno número diverso de pessoas representativas do assunto estudado. A escolha de quais atores sociais pretende-se entrevistar levou em conta os objetivos da investigação proposta.

Ao todo foram realizadas dezesseis entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, com: **1)** doze sujeitos que atuam ou já atuaram no Diversidade Tucana (DT) sendo que **1.1)** dez atuaram durante o período estudado (2006-2010) e **1.2)** dois passaram a integrar o grupo após 2010; **2)** dois entrevistados que atuaram no núcleo LGBT do Partido dos Trabalhadores, o NGLPT; **3)** uma entrevistada que compôs a Comissão Organizadora da Conferência Estadual LGBT como representante do Fórum Paulista LGBT; e **4)** um entrevistado que compunha o Fórum Paulista LGBT durante o período estudado e que àquela altura não possuía vínculos partidários, atuando como ativista “independente”. As entrevistas foram gravadas, com anuência dos entrevistados, a fim de facilitar os procedimentos de análise.

Por fim, cabe lembrar que o contexto no qual realizei essa pesquisa (2017-2019) foi marcado por dois fenômenos - que sob certos aspectos se entrecruzam -, a saber: uma aguda crise do PSDB; e a “ascensão do conservadorismo” que culminou na eleição de um governo de extrema direita em 2018. Por isso, a despeito do escopo temporal dessa pesquisa encerrar-se em 2010, é preciso fazer referência a tais eventos, pois eles configuram o contexto social a partir do qual os meus interlocutores habitavam o mundo social no momento de realização das entrevistas, o que certamente afetou as suas visões sobre os fatos que foram narrados. De tal modo que parece necessário uma advertência sobre o caráter social da memória. Seguindo as formulações clássicas de Halbwachs (2004 [1925]; 1990 [1950]) sobre a memória coletiva pode-se dizer, grosso modo, que os sujeitos constroem suas memórias como membros de grupos sociais determinados e, neste processo, obrigatoriamente utilizam as convenções sociais disponíveis. Quaisquer que sejam as lembranças do passado — e por mais que possam parecer resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente individuais —, elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória. Ou seja, o passado só nos aparece a partir de configurações sociais disponíveis no presente. Assim, os indivíduos usam a memória para reconstruir o que viveram a partir de sua localização no presente, atualizando o passado. Deste modo, rememorar trata-se de trabalho sobre o tempo, que organiza o passado em relação ao presente. Enquanto preservação de experiências vividas, a memória tem a ver com a capacidade de, no presente, dar novos sentidos a acontecimentos e vivências do passado, ressignificando-as (AUGUSTO, 2011; SARTI, 2014, 2016).

1.3 A estrutura da dissertação

Além desta “Introdução”, a estrutura da dissertação é composta pelos seguintes itens:

2 Discussão teórica - apresenta uma discussão sobre o modo como as teorias dos movimentos sociais tem abordado a relação entre movimentos e partidos, e apresenta alguns trabalhos voltados à relação entre diversidade sexual e política institucional. **3 Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil** - esboça a trajetória do movimento LGBT, com especial atenção para as relações entre o movimento e partidos ao longo das décadas. **4 Um panorama da primeira década dos anos 2000** - discute-se o advento de “inovações democráticas” nas últimas décadas do século XX e início do século XXI (Conselhos, Orçamentos Participativos e Conferências), que passam a representar novas oportunidades políticas para os movimentos sociais. Discute-se o fortalecimento da “temática LGBT” ao longo dos governos Lula (apresentando panorama das políticas públicas voltadas para a população LGBT). Por fim, é esboçado um panorama sobre a questão da diversidade sexual em São Paulo, nos anos 2000. **5 A politização da temática LGBT no PSDB paulista** - tendo como pano de fundo o contexto cultural e político da segunda metade dos anos 2000, apresenta-se os processos concernentes à politização da temática LGBT no PSDB paulista. Assim, em um primeiro momento, após breve discussão sobre o PSDB, é apresentada a trajetória do primeiro candidato gay do partido. Em seguida, discute-se a criação do Diversidade Tucana, em 2006, e suas principais características. Por fim, a partir da discussão de alguns eventos e processos marcantes na trajetória do DT, busca-se demonstrar que a disputa entre PT e PSDB tornou-se uma marca do movimento na cidade de São Paulo a partir da segunda metade dos anos 2000.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Diferentes analistas têm afirmado que as relações entre movimentos sociais e política institucional, em especial as relações entre movimentos e partidos políticos, têm sido pouco estudadas (GOLDSTONE, 2003; MCADAM; TARROW, 2011; LAVALLE et al., 2014; RIOS, 2014b; CRUZ, 2015; CARLOS, 2015; MEZA; TATAGIBA, 2016). Grosso modo, tais trabalhos têm apontado que essa “invisibilidade” teórica deveu-se, sobretudo, a vieses das teorias dos movimentos sociais que dificultaram aos pesquisadores debruçar-se sobre determinados fenômenos.

Nesta seção, busco discutir brevemente o modo como a questão da relação entre movimentos sociais e partidos políticos tem se colocado para as teorias dos movimentos sociais para, então, apresentar a perspectiva adotada nesta pesquisa.

2.1 Relações entre movimentos e partidos nas teorias dos movimentos sociais

As teorias dos movimentos sociais constituíram-se inicialmente em relação à realidade social dos idos anos 1960 e 1970, quando a emergência de mobilizações de estudantes, negros, mulheres e outros grupos sociais, desafiaram as ciências sociais. Ao se depararem com essas formas de ação coletiva, pesquisadores europeus e estadunidenses, até então acostumados a pensar revoluções, perceberam que o instrumental teórico à disposição não dava conta de explicar tais fenômenos. De acordo com Angela Alonso (2009) surgem então três grandes teorias para explicar os emergentes movimentos sociais: a Teoria de Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais⁷.

A Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), surgida nos EUA, defendia, grosso modo, que longe de serem a expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, os movimentos sociais possuíam sentido e organização. Para esta abordagem teórica a decisão de se mobilizar não seria emotiva, mas resultado de cálculos racionais individuais considerando os custos e benefícios de tal ação. A TMR não alcançou êxito na Europa ou América Latina, mas nos EUA teve grande repercussão ao longo dos anos

⁷A distinção entre as diferentes correntes das teorias dos movimentos sociais varia na literatura e em algumas reflexões a TPP e a TMR são alocadas juntas. Nesse sentido, veja-se os trabalhos de Cohen (1985), Gohn (1997), Toni (2001) e Rios (2009).

1970. Foi bastante criticada por considerar demasiadamente a faceta racional e estratégica da ação coletiva (ALONSO, 2009, p.53).

A Teoria do Processo Político (TPP), também surgida nos EUA, supunha que a coordenação entre potenciais ativistas é essencial para produzir um ator coletivo, ainda que somente solidariedade não gere ação, visto que é preciso haver também estruturas de mobilização. Assim, a mobilização seria o processo por meio do qual o grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para a sua ação. Mas “tudo isso, e essa é uma das diferenças em relação à TMR, só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis” (ALONSO, 2009, p. 55). Tais oportunidades incentivam ou constroem a mobilização na medida em que delimitam as possibilidades de escolha dos agentes entre diferentes repertórios - sendo estes escolhidos de acordo com as circunstâncias. Esta teoria inicialmente competiu com a TMR nos Estados Unidos, mas acabou suplantando esta última. Conseguiu considerável adesão nos EUA e na Europa, mas teve pouco impacto na América Latina.

Em relação à Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), Angela Alonso (2009:59) afirma que os teóricos da TNMS são críticos à ortodoxia marxista, mas “mantêm o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos”. Sua especificidade residiria em oferecer uma interpretação especificamente cultural para os movimentos sociais.

É importante pontuar que durante os anos 1980, de acordo com Alonso (2009), em um cenário de “guerra teórica”, a TMR perde força enquanto TNMS e TPP se repensam; e a partir dos anos 1990, as teorias dos movimentos sociais passam a investir em sínteses, por meio de mútuas apropriações conceituais. A TPP, para dar um exemplo, admitiu sua insuficiência em abordar a cultura e adotou o conceito de “identidade coletiva” da TNMS (ALONSO, 2009, p. 71-3). De acordo com Alonso (2009:72) um consenso mínimo deu-se em torno da ideia de que movimentos sociais não surgem apenas da existência de desigualdades, nem são resultado meramente de cálculos de interesse ou de valores. Antes, as mobilizações dependem tanto de ação estratégica quanto da formação de solidariedades e identidades coletivas.

A TNMS passa então a ser a teoria da sociedade civil, abordagem preocupada com a arena que se situa fora do Estado e fora do mercado, deixando de associar a inovação a um ator, os movimentos, para associá-la a um *locus*, a sociedade civil⁸ (ALONSO, 2009; ABERS;

⁸ De acordo com Rebecca Abers e Marisa von Bülow (2011) a principal crítica ao conceito de sociedade civil centra-se justamente na ideia de que poderia haver uma esfera social separada e distante do Estado e mercado, na

BÜLLOW, 2011). A TPP, por outro lado, redefine o fenômeno estudado: movimentos sociais seriam parte de um gradiente de formas de ação contenciosa - e os atores decidiriam dentre formas mais ou menos violentas, mais ou menos organizadas, conforme sua apreensão das oportunidades políticas (ALONSO, 2009).

Uma vez apresentadas em linhas gerais as diferentes teorias dos movimentos sociais, cabe questionar: como as diferentes teorias articulavam a relação entre movimentos sociais e política institucional?

Alguns autores sustentam que até o início dos anos 1980 teria prevalecido a ideia de que os movimentos sociais eram *outsiders* em relação aos partidos políticos e ao Estado (GOLDSTONE, 2003; CRUZ, 2015). Tal cenário decorreria do recurso às abordagens teóricas sobre movimentos sociais que mais tinham ganhado força até então: a Teoria da Mobilização de Recursos que focalizava aspectos racionais da organização dos movimentos, sem dar grande relevo às suas interações com o ambiente político (CRUZ, 2015); e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais que propunha uma explicação eminentemente cultural para a ação coletiva, e percebia o Estado como “inimigo” em relação ao qual os movimentos sociais (ou a sociedade civil) mediriam forças (CRUZ, 2015; ABERS; BÜLLOW, 2011).

A então Teoria do Processo Político, ao contrário, não postulava o Estado como inimigo dos movimentos sociais, antes, chamava atenção para as interações confrontacionais entre “detentores do poder” - os que têm acesso ou controle ao governo - e “desafiantes” - os que visam influenciar o governo e obter acesso a recursos (CRUZ, 2015). Àquela altura, segundo Goldstone (2003), as interações entre movimentos sociais e política institucional eram vistas como esporádicas, o que resguardava as barreiras entre Estado e sociedade e ainda figurava na TPP a separação entre movimentos (como expressão da política não institucionalizada) e partidos políticos (como parte da atividade política convencional).

Contudo, tal visão foi cedendo lugar a análises mais matizadas na medida em que os movimentos passaram a se utilizar de repertórios mais institucionalizados, que incluíam a atuação por dentro do Estado e também no interior de partidos, combinando estratégias *inside* e *outside*. Atualmente, embora esta vertente teórica - que se tornou Teoria do Confronto Político - ainda considere movimentos sociais e o sistema político institucional como dois fenômenos distintos, postula que muitas vezes ambos possuem táticas correspondentes, “frequentemente desenhadas pelos mesmos atores e com os mesmos objetivos” (GOLDSTONE, 2003).

qual prevaleceriam comportamentos calcados na reciprocidade e respeito mútuo, bem como a valorização somente de grupos que atuam longe do mercado e do Estado e nos quais predominam relações não conflituosas.

Nesse sentido,

Enquanto alguns grupos podem, em determinados momentos, ser mais “*in*” - no sentido de serem mais alinhados e integrados com as autoridades institucionais -, outros grupos podem ser mais “*out*” de modo que, muitas vezes, não há uma linha clara separando “desafiantes” de “*insiders*”. O mais correto seria pensar num permanente alinhamento e influência, com alguns grupos tendo muito pouco acesso à política institucional, outros tendo um pouco mais e outros tendo muito (CRUZ, 2015, p. 26).

Assim, diferentes analistas têm considerado que o arcabouço teórico fornecido pela TCP é fortuito para a análise da relação entre movimentos sociais e política institucional⁹ (MEZA; TATAGIBA, 2016; ABERS et al., 2014; CRUZ, 2015; GOLDSTONE, 2003).

Humberto Meza e Luciana Tatagiba (2016), por exemplo, afirmam que a TCP tem conduzido a uma renovação no campo de estudos dos movimentos sociais ao afirmar o nexo constitutivo entre política institucional e política contestatória. Isto é, ao deslocar a ênfase dos movimentos sociais *per se* para as relações que eles estabelecem com uma variedade de atores como políticos eleitos, atores da burocracia estatal, partidos políticos, meios de comunicação, outros movimentos etc., a TCP permite superar dicotomias e essencialismos. A TCP permitiu questionar, por exemplo, a visão corrente de que a relação entre movimentos e partidos resultaria, necessariamente, em cooptação ou desmobilização (MEZA; TATAGIBA, 2016).

Na verdade, pode-se dizer que movimentos sociais e os sistemas de política institucional são mutuamente constitutivos (GOLDSTONE, 2003; MCADAM; TARROW, 2011). Por um lado, os movimentos contribuem para modelar as disputas eleitorais, podendo, inclusive, dar surgimento a novos partidos - como o Partido dos Trabalhadores, no Brasil (MEZA; TATAGIBA, 2016). E, por outro, os partidos são importantes na política contestatória, na medida em que também moldam, ao menos em parte, as oportunidades e os resultados dos movimentos sociais (MCADAM et al, 2001).

Contudo, as relações entre movimentos sociais e e partidos políticos ainda têm sido pouco estudadas (GOLDSTONE, 2003; MCADAM; TARROW, 2011; LAVALLE et al., 2014; RIOS, 2014b; CRUZ, 2015; CARLOS, 2015; MEZA; TATAGIBA, 2016). Em

⁹ Rebecca Abers e Marisa von Bülow (2011) apresentam uma perspectiva crítica em relação à abordagem da sociedade civil e também em relação à TCP que, para as autoras, seriam insuficientes para lidar com questões colocadas pela realidade empírica. Em relação à TCP as autoras afirmam que a abordagem ao mesmo tempo traz “o Estado (na realidade, o governo) para o centro do debate”, mas continua “excluindo análises que tenham [por] objetivo compreender como ativistas e aliados interagem *dentro* do Estado” (ABERS; BÜLOW, 2011, p. 63). A despeito disso, em trabalhos posteriores as autoras fizeram uso do arsenal teórico da TCP para pensar tais questões. Abers et al. (2014), por exemplo, desenvolvem a noção de “repertório de interação”, a fim de dar conta de interações de cooperação entre movimentos e Estado que envolvem, muitas vezes, atores que transitam entre as diferentes esferas.

verdade, a despeito de relatos empíricos sobre as relações entre movimentos específicos e política institucional, como as relações entre movimentos e partidos políticos, pode-se afirmar que tem sido “surpreendente a falta de interesse, por parte daqueles que estudam os movimentos sociais, para com as ligações entre os movimento e a política eleitoral” (MCADAM; TARROW, 2011, p. 21).

2.2 Movimentos sociais e política institucional na literatura brasileira

Por aqui, no Brasil e na América Latina em geral, os estudos sobre movimentos sociais ganharam fôlego a partir dos anos 70, tornando-se objeto de sucessivos “estudos de caso”. Contudo, a realidade por aqui era bastante diferente em relação aos EUA e aos países europeus: na América Latina, tais estudos floresceram num ambiente em que diversos países contavam com regimes autoritários (CARDOSO, 1987).

Humberto Meza e Luciana Tatagiba (2016) afirmam que até recentemente, na América Latina, predominou uma visão “purista” que supunha que a proximidade com a política institucional iria “macular” os movimentos sociais - embora desde meados dos anos 80, analistas brasileiros já apontassem as consequências negativas de certo “fetichismo da autonomia” sobre a conformação da agenda de pesquisa na área e expunham sua inadequação para lidar com uma realidade na qual a interação entre movimentos sociais e política institucional os levou, inclusive, a atuar na criação do Partido dos Trabalhadores, bem como atuação em lutas de distintas periferias em relação com agências estatais, ainda no contexto ditatorial (MEZA; TATAGIBA, 2016).

Nessa linha, Ruth Cardoso (1987) já pontuava que a produção latino-americana sobre os movimentos sociais inicialmente esteve voltada para o estudo do protesto das camadas pobres, num momento em que se intensificava a “participação dos setores populares, através de novas formas de associativismo”. Para a autora, tais estudos careciam de aprofundamento teórico e deveriam lidar com questões metodológicas, visto que pautados na observação participante, muitos cientistas acabaram tomando “o discurso dos movimentos como a descrição de sua ação”, negligenciando o estudo das suas formas organizacionais e das suas estratégias políticas (CARDOSO, 1987, p. 29).

De modo geral, pode-se dizer que na América Latina o Estado era visto pelos pesquisadores como inimigo dos movimentos e, por isso, as análises não detinham-se na esfera estatal. De acordo com Cardoso (1987) o recurso a perspectivas culturalistas, implicou

que os pesquisadores preocuparam-se com “valores culturais” compartilhados como suporte para a unidade dos movimentos sociais, negligenciando as estratégias dos movimentos na “arena política”. Nesse sentido, Ruth Cardoso (1984; 1994) aponta a ausência de estudos sobre a institucionalização dos movimentos, num momento de abertura de certas “agências do Estado” que possibilitaram novas formas de participação antes tolhidas pela ditadura militar. Para a autora, ao voltarem-se mais para os discursos dos militantes, e menos para suas práticas, os pesquisadores teriam salientado a “espontaneidade” e a “autonomia” dos movimentos em relação à esfera estatal e aos partidos, negligenciando as relações que os movimentos estabeleciam com outras organizações civis e estatais, o que teria dificultado perceber mudanças no interior dos movimentos, bem como perceber a transformação do contexto político no qual os movimentos estavam inseridos.

Quando apontavam a presença dos partidos, quase sempre os estudiosos limitavam-se a designá-los como “um patamar de organização superior a ser atingido pelos movimentos” e nunca enquanto um problema teórico e empírico a ser enfrentado (CARDOSO, 1987).

O processo de redemocratização foi acompanhado por uma maior atuação institucional, com envolvimento de movimentos sociais na criação de novos espaços participativos, ocupação de postos na burocracia estatal por militantes e atuação de movimentos sociais em eleições, por meio de apoio a candidatos aliados ou lançando candidaturas relacionadas aos movimentos (MEZA; TATAGIBA, 2016). Durante a década de 1990, o neoliberalismo e a reconfiguração do Estado brasileiro, advindos com o estabelecimento da democracia, compunham o cenário no qual os movimentos sociais empreenderam suas ações. Os estudos produzidos nesse período, no Brasil, continuaram enfatizando aspectos culturais dos movimentos sociais, em detrimento da dimensão institucional, pontuando o entrelaçamento entre cultura e política na atuação dos movimentos sociais no regime democrático (RIOS, 2014).

Também ao longo dos anos 1990 os movimentos sociais perderam destaque nas preocupações dos cientistas sociais cedendo espaço à “sociedade civil” que tornou-se preocupação central. Adrian Gurza Lavalle et al. (2004) defendem que tal mudança não se deveu a um refreamento na atuação dos movimentos, mas, antes, às mudanças nas categorias analíticas empregadas pelos pesquisadores (LAVALLE et al., 2004).

O *left turn* ocorrido na América Latina, nos anos 2000, propiciou uma onda de estudos sobre movimentos sociais e política institucional, vista a partir da atuação dos movimentos em relação a partidos de esquerda e ao Estado, que resultou em “deslocamentos analíticos” ainda que o tema siga “subteorizado” (MEZA; TATAGIBA, 2016).

Mais recentemente, no caso brasileiro, alguns estudos têm se dedicado a pensar tais relações tendo em conta o trânsito de ativistas entre as esferas estatais e da sociedade civil (ABERS; BÜLLOW, 2011; ABERS et al, 2014; RIOS, 2014a). Não por acaso, tais desenvolvimentos tem se dado em um contexto “pós-participativo”¹⁰, quando se ampliou a inserção institucional (LAVALLE, 2011).

A realidade, após a institucionalização em grande escala da participação extra-parlamentar, colocou dificuldades e questionamentos sobre o papel de governos e partidos; os movimentos engajados nesses espaços não definiram, o que desafia interpretações clássicas que consideram negativa a “institucionalização” de movimentos sociais (LAVALLE, 2011). Surge, portanto, a necessidade de não somente “teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado”, mas também “como às vezes movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal”, o que para alguns analistas demonstra a impossibilidade de separar de forma rígida Estado e sociedade civil (ABERS; BÜLLOW, 2011, p. 78). Nesse sentido, a tônica em tais trabalhos têm sido chamar atenção para a realidade brasileira, devido a forte interação entre movimentos e Estado, e para as limitações das teorias dos movimentos sociais.

2.3 A perspectiva adotada nesta pesquisa

A abordagem adotada nesta pesquisa assume “ares de síntese” das teorias dos movimentos sociais, tal como proposto por Sidney Tarrow (2009), recorrendo a noções de diferentes perspectivas, visto que não há qualquer incompatibilidade fundamental¹¹ entre

¹⁰ No Brasil, de acordo com Lavallo (2011), a participação tornou-se progressivamente, pós-redemocratização, parte da linguagem jurídica do Estado e atingiu patamares de institucionalização ímpares não apenas na história do país, mas em outras democracias, tornando-se uma feição institucional do Estado. Diante deste cenário, os atores sociais “inseriram-se nesses novos espaços e a literatura acadêmica migrou com eles. Trata-se de um cenário de pesquisa e teorização pós-participativo no sentido de a institucionalização e capilaridade territorial de arranjos participativos diversos, e a magnitude de atores sociais envolvidos nesses espaços, colocarem um conjunto de problemas impensável a partir do registro original da participação como demanda de inclusão e de autodeterminação. Assim, “pós” não remete ao mérito da participação em si, nem alude ao fato de as promessas associadas à ideia de participação terem se mostrado irrealizáveis, infundadas ou historicamente superadas – sentido amiúde associado ao prefixo ‘pós’ –, mas atenta para o fato de as questões cruciais terem mudado após a participação, ou, com maior precisão, após a institucionalização em larga escala de arranjos participativos” (LAVALLE, 2011, p. 13-4).

¹¹ Apesar da divergência em aspectos importantes (tal como expresso na querela entre “estratégia” e “identidade”), isto não obstou o diálogo entre as 3 “famílias” de teorias dos movimentos sociais, visto que tais conceitos passaram a ser combinados, uma vez que, como salienta Angela Alonso (2009), não havia incompatibilidade entre eles - o que ajuda a explicar o “espírito de síntese” assumido pelas teorias dos movimentos sociais, frente às questões postas pela realidade social na contemporaneidade.

essas, e o faz em diálogo com abordagens interessadas nas relações e dinâmicas estabelecidas entre Estado, partidos e movimentos sociais (GOLDSTONE, 2003; GURZA LAVALLE et al, 2014; RIOS, 2014; ABERS; BÜLLOW, 2011; MEZA; TATAGIBA, 2016). Nesta seção, apresento os principais conceitos que serão mobilizados ao longo desta dissertação - noções como repertório, *broker*, enquadramentos interpretativos, etc.

Movimentos Sociais - A ação coletiva pode ser breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva e os movimentos sociais pertencem a um gradiente de formas de “ação coletiva de confronto”, junto com partidos, guerrilhas, terrorismo, guerras civis e revoluções, cabendo aos atores eleger entre formas mais ou menos violentas, mais ou menos organizadas, a depender das estruturas de oportunidades políticas disponíveis (MCADAM et al, 2001; TARROW, 2009).

Quando as ações coletivas se baseiam em redes informais de atores com identidades políticas construídas no intuito de expressar demandas (construídas por meio de *enquadramentos interpretativos*), influenciar agendas políticas e reorientar o padrão social dominante, mediante protestos direcionados contra opositores poderosos, pode-se dizer que estamos diante de um movimento social (TARROW, 2009; DIANI, 1992).

Contramovimentos - Movimentos sociais engajam-se em diversos confrontos ao longo de sua trajetória, mobilizando-se, sempre, contra interesses e valores de outros grupos. Quando a atuação de um movimento social é percebida como ameaça por grupos sociais em condições de reagir, pode surgir um *contramovimento* (MEYER; STAGGENBORG, 1996). Pode-se dizer que contramovimentos são redes informais de indivíduos e organizações que compartilham os mesmos objetos de interesse com outro(s) movimento(s) ao(s) qual(is) se opõem e, simultaneamente, também apresentam demandas ao Estado e competem pela atenção da mídia e da população em geral (MEYER; STAGGENBORG, 1996). Nesta dissertação, o contramovimento que se opõe ao movimento LGBT é o “ativismo religioso conservador”.

Estruturas de Oportunidades Políticas - Os fenômenos políticos, a ação coletiva, podem ser cooperativos ou *de confronto* e podem assumir formas variadas (algumas contidas, outras transgressivas), a depender da apreensão que os atores sociais fazem das *oportunidades* e *restrições políticas* que estão colocadas (MCADAM et al, 2001). *Oportunidades políticas* são dimensões consistentes (mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais) da

luta política que podem encorajar as pessoas a se engajar no confronto político¹² (TARROW, 2009). Já *restrições políticas*, por outro lado, são fatores que podem desencorajar o confronto - tal como repressão, por exemplo.

Devido ao caráter contextual das oportunidades e restrições políticas - ou seja, não basta haver oportunidades, é preciso que estas sejam apreendidas pelos agentes - a “*estrutura de oportunidades políticas*” não é objetiva, e não deve ser entendida como um conjunto de condições que invariavelmente produz os mesmos resultados em diferentes contextos, na medida em que os movimentos sociais não reagem, necessariamente, da mesma forma às oportunidades e restrições políticas (MCADAM et al., 2001, p. 46-47). Nesse sentido, é importante salientar que os movimentos sociais são afetados pelo fato de que as mesmas oportunidades políticas estão, em princípio, disponíveis a todos - inclusive para os contramovimentos (TARROW, 2009).

Estruturas de Oportunidades Culturais - Rafael de Souza (2013:47) pontua a necessidade de distinguir dois tipos de oportunidades: as políticas e “outras que dizem respeito ao universo cultural onde os atores estão inseridos e que permite que eles conectem suas experiências particulares ao contexto político mais amplo”. As *oportunidades culturais* referem-se à produção, circulação, distribuição e consumo de bens culturais que podem ser politizados pelos ativistas num dado momento histórico para a compreensão das oportunidades políticas por meio de enquadramentos interpretativos (SOUZA, 2013).

Broker - Ativistas que transitam entre diferentes esferas e redes de engajamento, veiculando retóricas e estratégias entre elas, e, assim, gerando conexões e influências mútuas e criando bases para alianças (DIANI, 2003). Dito de outro modo, *brokers* são intermediários que conectam “dois atores, grupos, lugares antes isolados facilitando a circulação de repertórios” (ALONSO, 2012, p. 29).

Repertórios - Em um contexto específico, os atores selecionam num espectro de possibilidades definido cultural e historicamente - os *repertórios* -, as táticas e estratégias que irão empregar. Um repertório não é exclusivo de determinados grupos sociais ou períodos

¹² Isso pode ocorrer, por exemplo, pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças no estilo e nas formas de interação entre Estado e movimentos sociais, especialmente devido à redução de repressão a mobilizações; pela presença de potenciais aliados, como movimentos sociais, partidos políticos, mídia e dissidentes das elites (ALONSO et al., 2007).

históricos e, por isso, no momento de seu uso, isto é, na apropriação feita por diferentes atores em diferentes contextos, os repertórios sofrem adaptações, acomodações e mudanças, devido às *performances* dos atores (MCADAM et al, 2001; TARROW, 2009; ALONSO, 2012). Dito de outro modo, os repertórios estão disponíveis a todos e o seu uso confere o sentido da ação (por exemplo, o recurso a abaixo-assinados contrários e favoráveis à criminalização da LGBTfobia).

É importante dizer que os movimentos podem combinar - e em geral combinam - diversos repertórios, a depender de uma série de fatores que configuram sua percepção sobre as oportunidades e restrições políticas, podendo ir do protesto de rua ao engajamento em eleições, por exemplo (TARROW, 2009; CRUZ, 2015).

Enquadramentos Interpretativos - São significados compartilhados sobre determinado tema ou situação que podem ser mobilizados e disputados pelos atores sociais. Os *enquadramentos interpretativos* são importantes para a ação coletiva, pois esta depende da confiança e cooperação entre os atores, geradas por meio de entendimentos e identidades compartilhados (TARROW, 2009). Tais instrumentos cognitivos guiam a ação pois permitem aos ativistas questionar determinadas situações sociais, de forma rápida e econômica, e atribuir responsabilidade a grupos ou autoridades e propor mudanças. Dito de outro modo, os ativistas constroem interpretações sobre a conjuntura em que estão inseridos podendo, assim, transformar descontentamento em mobilização (BENFORD; SNOW, 2000).

Lideranças de movimentos costumam se engajar ativamente nas disputas simbólicas envolvendo enquadramentos interpretativos, trabalhando sobre entendimentos culturais pré-existentes e competindo com a mídia (que transmite mensagens que os movimentos devem tentar moldar e influenciar), com o Estado (que também está constantemente enquadrando questões) e com as lideranças de contramovimentos. Assim, a luta - e também a cooperação - entre movimentos e outros atores ocorre não apenas nas ruas, mas nas disputas simbólicas (TARROW, 2009). Cabe ressaltar que os enquadramentos interpretativos não são meramente recursos por meio dos quais ativistas buscam dar vazão às suas demandas, são também convicções com valor moral para os ativistas dos movimentos sociais (SILVA et al, 2017).

Identidade coletiva - Não se relaciona apenas à generalização de descontentamentos ou carências compartilhadas, mas também define “nós” e “eles” na estrutura de conflitos de um movimento social. Uma *identidade coletiva* é o que os atores sociais definem como tal num confronto com grupos rivais; definida por contraste, é, portanto, relacional, e não

substantiva (ALONSO, 2012). Em suma, ao utilizar identidades coletivas - e moldar novas -, os movimentos estabelecem os limites entre seus possíveis adeptos e seus inimigos (TARROW, 2009).

2.4 A literatura sobre movimento LGBT e partidos políticos

No próximo capítulo será discutida a relação entre movimento LGBT e partidos políticos no Brasil, por ora, gostaria de situar, em linhas gerais, as reflexões e pesquisas empíricas sobre diversidade sexual e política no caso brasileiro a fim de pontuar algumas questões presentes nessa literatura que inspiraram esta pesquisa.

Como discutido ao longo da dissertação, a relação entre movimentos sociais e política institucional, em especial a relação entre movimentos sociais e partidos políticos, não tem sido muito estudada. Sobre a relação entre movimento LGBT e partidos na América Latina, especificamente, Rafael de la Dehesa (2015) afirmou que:

A despeito de alguns estudos de caso sobre determinados partidos políticos, nenhuma investigação examinou sistematicamente como os sistemas partidários têm dado forma aos debates sobre a política sexual da região [América Latina] ou à participação dos ativistas no Estado (DEHESA, 2015, p. 78, *tradução livre*).

Em relação ao caso brasileiro, pode-se afirmar que, ainda que a literatura não tenha ignorado a relação entre movimento LGBT e partidos políticos, poucos trabalhos se dedicaram a refletir mais detidamente sobre o tema - indo além de referências empíricas e da afirmação da necessidade de maiores reflexões sobre o assunto -, tendo tal relação como preocupação central. Acerca de tais estudos, parece-me possível pensá-los a partir de dois agrupamentos: os que refletiram sobre o período de “abertura política” (DEHESA, 2007; CRUZ, 2015) e os que se detiveram sobre o período pós-redemocratização, em especial sobre a primeira década dos anos 2000 (MARQUES, 2008; SANTOS, 2014, 2016a, 2016b).

Os trabalhos referentes ao período anterior à redemocratização preocuparam-se, grosso modo, com a incorporação da “questão homossexual” nas agremiações de esquerda (DEHESA, 2007) e com a incursão eleitoral de candidatos homossexuais nas eleições de 1982 (CRUZ, 2015). Interpretaram a aproximação entre movimento e partidos como decorrente da abertura de oportunidades políticas e destacaram a atuação de *brokers* em tais processos¹³,

¹³ Trabalhos como os de Claudete Soares (2009) e Flavia Rios (2014a, 2014b) têm demonstrado a importância da atuação de *brokers* nos processos de politização da questão racial no PT e no PDT.

salientando que a relação entre movimento e os partidos de esquerda funcionou como “porta de entrada” do movimento no terreno da política institucional¹⁴.

Já os trabalhos que se dedicaram ao estudo do período pós-redemocratização preocuparam-se, grosso modo, com a capilaridade dos partidos políticos de diferentes matizes ideológicas à temática LGBT (MARQUES, 2008; SANTOS, 2014, 2016a, 2016b). Tais trabalhos valeram-se de abordagens mais institucionalistas e, ao fazê-lo, avalio que deram ênfase na abertura dos partidos à temática LGBT e pouco relevo a questões que seriam melhor abordadas sob uma perspectiva relacional (tais como a apreciação que atores do movimento fazem das oportunidades e restrições políticas, bem como do uso de repertórios mais institucionalizados; e a atuação de *brokers* nas instâncias partidárias).

¹⁴ Os trabalhos dedicados a refletir sobre a relação entre movimento LGBT e partidos políticos têm apontado que a relação entre movimento e partidos de esquerda tem se caracterizado como “porta de entrada” para o movimento no terreno da política institucional (GREEN, 2003; CRUZ; 2015, DEHESA, 2015). No caso do Brasil, o surgimento do então movimento homossexual brasileiro (MHB), em finais da década de 1970, também se deu em estreita relação com a esquerda como veremos no próximo capítulo.

3 MOVIMENTO LGBT E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Nesta seção, busco esboçar uma história do movimento LGBT. O uso da expressão “uma história” não é por acaso: ciente de que a trajetória do movimento poderia ser cotejada a partir de diferentes ângulos, escolhi centrar-me, sobretudo, nos processos concernentes às relações entre movimento social e política institucional, mais especificamente as relações entre movimento e partidos políticos. Assim, a escolha dos eventos que serão recuperados visou à reconstrução da trajetória do movimento LGBT, vista a partir das transformações da relação entre movimento, partidos e Estado ao longo das décadas.

3.1 Um movimento, algumas “ondas”

No Brasil, a metáfora de “ondas” tem sido largamente utilizada para pensar a trajetória do movimento LGBT. Foi a partir do mestrado de Regina Facchini (2002), trabalho clássico sobre o movimento, que se difundiu a ideia de que o então movimento homossexual teria passado, até aquele momento, por três ondas. No início de meu mestrado questionava-me se a segunda metade dos anos 2000, período no qual está inserido meu objeto de pesquisa, é parte da “terceira onda” do movimento, tal qual definida originalmente por Facchini (2002), ou se constitui um novo período do movimento, uma “quarta onda”. Nesse ensejo, acabei questionando sobre o próprio uso do termo “onda”, que à época me parecia abrir margem para interpretações “evolucionistas” em relação à trajetória do movimento.

Por isso acredito que vale algumas palavras sobre a pertinência do uso da ideia de “ondas” e sobre a periodização empregada nesta pesquisa. De fato, a utilização da metáfora de “ondas” tem sido alvo de críticas, pois circunscreveria “dadas reflexões e posicionamentos a determinados períodos” e também “pelas omissões e exclusões de expressões ativistas que não se encaixam em padrões predominantes em dados períodos” (FACCHINI; RODRIGUES, 2017, p. 46).

Mas ao levar em consideração a produção acadêmica sobre o movimento LGBT brasileiro, concordo com Regina Facchini e Julian Rodrigues (2017), que as periodizações adotadas, assim como as narrativas de cunho histórico que foram empreendidas, enfatizaram traços mais marcantes em dados períodos, mas não deixaram de explorar conflitos existentes no interior do movimento em cada período. Tais tensões, como pontuam os autores, comumente disseram respeito à coexistência de diferentes projetos políticos, questões raciais,

questões de gênero, disputas entre identidades coletivas, disputas em relação a diferentes formas de atuação e tensões geracionais. Nesse sentido, os autores pontuam que o conflito deve ser encarado como algo que constitui as dinâmicas internas do movimento, não como algo excepcional.

Assim, acredito que o uso da metáfora de “ondas” não é necessariamente simplista, evolucionista ou excludente. Ainda que seja imperativo complexificar o entendimento sobre os diferentes períodos do movimento, atentando-se para a coexistência de diferentes tendências de pensamento e formas de atuação de ativistas em dados momentos históricos, evitando tomar determinadas características como representativas de todo o movimento, para não obscurecer tensões e disputas. Dito de outro modo, é necessário matizar o olhar e reconhecer que as características a partir das quais os analistas acabam definindo as ondas dizem respeito, na verdade, às tendências majoritárias do movimento em dados momentos.

Neste trabalho optei por recorrer à periodização atualmente defendida por Regina Facchini, segundo a qual o movimento LGBT passou, até o presente momento, por quatro ondas: a primeira, entre 1978 e 1983, momento em que surgem as primeiras organizações do movimento de forte caráter antiautoritário e comunitarista; a segunda, entre 1983 e 1992, quando observa-se a redução expressiva do número de grupos, a emergência da epidemia de AIDS e o fortalecimento de atuações mais pragmáticas, visando a conquista de direitos civis; a terceira, entre 1992 e 2010, quando há um reflorescimento do movimento com aumento na quantidade de grupos, bem como sua capilarização pelo país, diversificação de formatos e multiplicação de identidades que compõem o seu sujeito coletivo; e a quarta onda, de 2010 em diante, quando críticas à atuação por vias institucionais, já existentes no período anterior, ganham relevo e são acompanhadas da expansão de perspectivas que valorizam a horizontalidade e a autonomia, e também do caráter “espontâneo” e lúdico das ações ativistas, bem como da expressiva expansão gradual do ciberativismo (FACCHINI, 2011; FACCHINI; RODRIGUES, 2018).

É preciso ressaltar que essa periodização, embora bastante disseminada, não é consensual na literatura¹⁵. A despeito disso, acredito que é adequada para os propósitos desta

¹⁵ Conforme Facchini e Rodrigues (2017:43), James Green “trabalha com duas ‘ondas’ para se referir ao movimento até os anos 2000 e estabelece como corte o período pós-redemocratização, apontando para a continuidade entre o que se dá a partir dos anos 1980 e o período posterior”. Por sua vez, Cleyton Feitosa (2016:123-124) questiona-se sobre a possibilidade de demarcar uma “quarta onda” do movimento LGBT de 2005 em diante. Para tanto, o autor elenca uma série de elementos - o deslocamento de ativistas para o interior do Estado, atuando na formulação de políticas públicas; o fortalecimento de ativismo religioso conservador em oposição à cidadania LGBT; o fortalecimento de perspectivas *queer*, na academia e no âmbito mais propriamente ativista; a reemergência de grupos não institucionalizados focados em atividades de caráter lúdico-

pesquisa, visto que, como salientam Facchini e Rodrigues (2017), tal periodização considera as formas de organização do movimento, os modos de formulação do seu sujeito coletivo e o ideário político predominante entre os grupos mais visíveis - e eu pontuaria que tais elementos são percebidos tendo como pano de fundo as mudanças ocorridas na relação entre o movimento e a política institucional.

3.2 Primeira Onda (1978-1983)

Apesar de algumas iniciativas pioneiras¹⁶, desde meados dos anos 1960, as primeiras tentativas e experiências de mobilização homossexual constituíram eventos isolados, sem sustentação ou conexão ao longo do tempo, motivo pelo qual não chegaram a formar um movimento social propriamente dito. É somente no fim dos anos 1970 que passamos a poder falar de um *Movimento Homossexual Brasileiro*, então baseado em redes informais ou semiformais de atores com identidades políticas construídas no intuito de expressar demandas, influenciar agendas políticas e reorientar o padrão social dominante, mediante protestos direcionados contra opositores poderosos (TARROW, 2009; DIANI, 1992).

O surgimento do MHB se deu na época da “abertura política”¹⁷, num contexto de fortalecimento da luta contra a ditadura, no qual se podia observar a efervescência de movimentos sociais e também a ascensão do “novo sindicalismo”, marcado pelas greves da região do ABC paulista (MACRAE, 1990; FACCHINI; RODRIGUES, 2018). Tal cenário constituía o que Sidney Tarrow (2003) denomina *Ciclo de Protestos*¹⁸.

culturais; a ampliação da quantidade de grupos LGBT universitários; o fortalecimento de organizações específicas de lésbicas, de bissexuais e de travestis e pessoas transexuais; e o fortalecimento da temática no campo científico, por meio da multiplicação de grupos de pesquisa e eventos acadêmicos - que seriam características deste quarto período. Acredito, entretanto, que as características elencadas por Feitosa expressam, em boa medida, o aprofundamento de processos que se desenhavam desde meados dos anos 1990. Tal cenário irá se alterar significativamente após a virada dos anos 2010, o que me parece justificar o corte da quarta onda no ano de 2010.

¹⁶ Conferir, por exemplo, Facchini (2002), Cruz (2015) e Cruz e Souza (2016).

¹⁷ Processo de “distensão lenta e gradual” iniciado no governo do Gal. Geisel que se estendeu até 1985, ao longo também do governo do Gal. Figueiredo.

¹⁸ Ciclos de protestos são momentos nos quais ações de confronto são estimuladas em oposição às autoridades, elites ou detentores do poder, com o objetivo de romper determinadas normas, códigos culturais ou situações consideradas injustas. Quando grupos dissidentes insurgem, acabam por expor as fraquezas de seus opositores para outros grupos, ao mesmo tempo em que abrem oportunidades políticas também para seus adversários (TARROW, 2009). No Brasil, o final dos anos 1970 foi marcado pela atuação dos movimentos estudantil, sindical e também dos movimentos de “minorias”. No ano de 1978, por exemplo, assistia-se à constituição do Movimento Negro Unificado (MNU), o florescimento do movimento feminista e o debute do então MHB, além das greves operárias do ABC (MACRAE, 1990).

Naquele momento, as oportunidades políticas que permitiram a emergência do MHB, bem como de outros movimentos, deveram-se especialmente a projetos institucionais de liberalização política, enquanto as oportunidades culturais deveram-se à existência de uma imprensa alternativa e à cultura artística “marginal” que funcionaram como estruturas de mobilização, ao permitir aos ativistas a elaboração e circulação de enquadramentos interpretativos referentes à idéia de liberação sexual, relacionando-os à conjuntura política nacional (SOUZA, 2013).

A fundação do grupo de militância homossexual *Somos*, em São Paulo, e do jornal alternativo *Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro, ambos em 1978, marcam o surgimento do então movimento homossexual brasileiro (GREEN, 2000; TREVISAN, 2004; FACCHINI, 2002; SIMÕES; FACCHINI, 2009). A primeira onda do movimento homossexual era formada predominantemente por grupos com caráter antiautoritário que buscavam mudanças amplas e viam na homossexualidade um meio para a transformação cultural, acreditando que esta seria capaz de corroer uma estrutura social a partir de suas margens (MACRAE, 1990; TREVISAN, 2004; FACCHINI, 2002; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Em verdade, conviviam no interior do movimento diferentes projetos de transformação social, que contrapunham perspectivas autonomistas e socialistas. Mais recentemente, alguns trabalhos têm se dedicado a estudar mais detidamente as relações entre o então movimento homossexual e a política institucional, mais especificamente entre o movimento e agremiações partidárias, notadamente de esquerda, durante a “abertura” (GREEN, 2003; DEHESA, 2007; CRUZ, 2015).

A abertura política que se desenhava desde o final dos anos 1970 e o clima de *desbunde*, propiciado pela contracultura, certamente colaboraram para a ampliação do gueto gay paulistano¹⁹. O início do MHB foi marcado por um projeto de politização da homossexualidade que contrastava com as alternativas presentes no “gueto” e em algumas associações existentes no período anterior ao surgimento do movimento, consideradas “não politizadas” pelos militantes (FACCHINI; RODRIGUES, 2018). Contudo, havia a necessidade de não se afastar da “base” do movimento, o que conferia tons ambíguos para a postura dos grupos ativistas em relação ao “gueto”.

Nesse contexto, a identidade coletiva que o movimento construía àquela altura, expressa na categoria *homossexual*, contrapunha-se ao machismo, mas também ao modo

¹⁹ O surgimento de novos estabelecimentos era percebido como “vitória para a causa” por boa parte daqueles que frequentavam o “gueto”. Mas a posição do *Somos* era marcada por constantes críticas de militantes do grupo à “inclusão de homossexuais na sociedade de consumo” (FRANÇA, 2007b).

hierárquico de classificar vivências da homossexualidade, expresso pela dicotomia entre bicha (passiva) e bofe (ativo). Tal modo de pensar as vivências sexuais era contestado, pois remetia a relações desiguais e a estereótipos correntes. Neste sentido, pode-se dizer que o surgimento do movimento homossexual desempenhou papel crucial num processo de disputa entre dois modos de perceber a sexualidade no Brasil (FACCHINI, 2011).

Ao longo da primeira onda havia, principalmente, duas fontes de tensões no interior do movimento: primeiro, a disputa de diferentes perspectivas de transformação social - o que se expressava, sob certos aspectos, em posturas favoráveis ou contrárias à relação do movimento com agremiações partidárias de esquerda; segundo, a percepção de práticas discriminatórias relacionadas a gênero e raça em situações do cotidiano dos grupos que supostamente eram constituídos por uma comunidade de “iguais”. Tais tensões causaram desentendimentos entre ativistas e levaram a dois rachas no grupo Somos-SP, por exemplo (MACRAE, 1990). Um desses rachas resultou na criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), em 1980. De início, o grupo Somos-SP era formado somente por homens, mas logo que passou a ser frequentado também por mulheres, estas viram a necessidade de criar um subgrupo de mulheres, que posteriormente daria origem ao GALF (MACRAE, 1990). O outro racha diz respeito à criação do grupo Outra Coisa, também em 1980, resultado de divisão ocorrida por ocasião do 1º de maio de 1980, quando parte do grupo organizou um pic-nic a fim de celebrar o afeto e outra parte participou de um ato público, no ABC paulista, para o qual levou uma faixa com os dizeres “Contra a Discriminação do/a Trabalhador/a Homossexual” (MACRAE, 1990). Esse episódio ilustra bem as tensões presentes no Somos no que tange às organizações partidárias e ao movimento sindical.

É marcante na trajetória do MHB a mobilização contra a violência policial, ocorrida em 1980, que apesar das divergências acabou reunindo o Somos, o GALF e o Outra Coisa. A *operação limpeza*, orquestrada pelo delegado Wilson Richetti, tratava-se da ação conjunta das polícias civil e militar e consistia na “caça brutal” aos frequentadores da noite paulistana, em especial homossexuais, travestis e prostitutas (SANTOS, 2007, p. 125). Tais ações geraram mobilizações de grupos do movimento homossexual e também dos movimentos negro e feminista. A causa contou com apoio de parlamentares da oposição e de celebridades e, em 13 de junho de 1980, resultado dessas articulações, organizou-se um ato público no centro de São Paulo, do qual estima-se que participaram entre 500 e 1000 pessoas. Parte da mobilização também envolveu a convocação do delegado Richetti, pelo Conselho Parlamentar de Direitos Humanos, para prestar esclarecimentos na Assembleia Legislativa. Tal iniciativa resultou na suspensão da “operação limpeza”, mas não implicou em punições para Richetti. Na avaliação

de Santos (2007), a presença de parlamentares do PDS - partido de sustentação da ditadura - e o despreparo de políticos da oposição acabaram inviabilizando ações mais contundentes em relação ao delegado. Mas além do resultado positivo, visto que a operação foi suspensa, essa mobilização representou uma primeira experiência de *lobby parlamentar*, que posteriormente acabou se conformando como um importante repertório do movimento homossexual.

Sobre a relação entre movimento LGBT e partidos políticos, é importante destacar que esta pôde ser observada desde os primórdios do então movimento homossexual. Nesse sentido, diversos membros da organização trotskista Convergência Socialista (CS) desempenharam papel importante - e por vezes controverso - na politização da homossexualidade (GREEN, 2003; DEHESA, 2007; TREVISAN, 2004).

A CS foi a primeira organização a criar uma “Facção Gay” vinculada à sua estrutura, em 1979, e trazer o tema da discriminação contra homossexuais para o debate político no âmbito da esquerda, chegando a organizar, em 1981, a I Conferência Nacional dos Homossexuais da Convergência Socialista, em São Paulo (CÂMARA, 2018). Isto se deu em um momento no qual a homossexualidade ainda era vista por grande parte da esquerda, nacional e internacional, como símbolo de “decadência burguesa”²⁰. A percepção hegemônica entre os ativistas de esquerda era de que os chamados “movimentos identitários” (homossexual, de negros e de mulheres) fragmentavam a classe trabalhadora com suas demandas específicas, desviando a atenção da “luta maior”. A partir da década de 1970, entretanto, novas gerações de ativistas ligados aos movimentos estudantil, feminista, negro e homossexual passaram a criticar essa abordagem da esquerda partidária e a pautar suas demandas em grupos como a Convergência Socialista (DEHESA, 2007; GREEN, 2003).

A aproximação entre o movimento homossexual e agremiações partidárias, no entanto, era foco de intensas disputas entre ativistas homossexuais: enquanto alguns militantes acreditavam que a aproximação com partidos de esquerda era necessária, outros a concebiam como uma ameaça à autonomia do movimento (DEHESA, 2007; CRUZ, 2015). Assim, os militantes homossexuais que participavam ao mesmo tempo do Somos e da CS, os *brokers*, desempenharam papel importante na constituição de laços entre setores do emergente movimento homossexual e setores da esquerda - ao buscar conscientizar o partido sobre a

²⁰ “Entre as consequências da ascensão de Stalin ao poder no final de 1924, estava o Estatuto de 1934 que criminalizava os envolvimento sexuais consentidos entre homens adultos (...). A homossexualidade passou a ser associada com a classe alta e à ‘decadência burguesa’, e essa ideologia permeava o movimento comunista internacional. Mais tarde, em 1981, o Partido Comunista Brasileiro, pró-Soviético, para dar apenas um exemplo, continuou mantendo essa posição nos seus pronunciamentos oficiais” (GREEN, 2003, p.41).

questão homossexual e também pautar a agenda socialista no movimento -, criando as bases de alianças táticas para as décadas seguintes²¹(GREEN, 2003; DEHESA, 2007; CRUZ, 2015).

Neste sentido, Rafael de la Dehesa (2007) ao refletir sobre a politização da questão homossexual na Convergência Socialista, afirma que embora a questão homossexual não tenha sido encampada com facilidade pelas agremiações de esquerda ²² na época da “abertura”, os ativistas puderam valer-se das transformações mais amplas - notadamente, os fluxos culturais transnacionais devido ao retorno de exilados após a promulgação da lei de anistia em 1979 e a mudança geracional, com a entrada de novos quadros ativistas - para forçar os limites do que era percebido como representação legítima e o significado do que era considerado político. Assim, para o autor, mais do que uma consideração estritamente estratégica, a incorporação deste tipo de temática pela esquerda teria envolvido disputas simbólicas em torno destes significados. Dito de outro modo: a emergência de novos atores, que passaram a pautar novos temas e a empreender embates internamente nas agremiações partidárias, não pôde ser simplesmente ignorada.

É digno de nota que vários militantes homossexuais contribuíram para a fundação do PT, em 1980, e na defesa dos direitos dos homossexuais no programa do partido (SANTOS, 2016a), e depois que a Convergência Socialista tornou-se uma corrente organizada do partido, membros da CS empreenderam os primeiros esforços a fim de organizar um núcleo homossexual no PT (CRUZ, 2015; DEHESA, 2007).

Posteriormente, durante as eleições de 1982, grupos homossexuais organizados atuaram na arena partidária, via *lobby* eleitoral amplo, dirigindo-se a partidos de esquerda e direita (CRUZ, 2015), naquele ano, por exemplo, o GGB elaborou um panfleto no qual apontava “as principais demandas do movimento homossexual e exige de outros partidos políticos, além do PT, que abracem a causa homossexual” (Santos, 2016a, p. 190).

Ao mesmo tempo, ativistas com vínculos em grupos de movimento e partidos políticos buscaram se engajar em campanhas eleitorais, obtendo receptividade especialmente no PT - partido que concentrou a maior parte das candidaturas de homossexuais (DEHESA,

²¹ Por exemplo, “a formação de um grupo de gays e lésbicas dentro do Partido dos Trabalhadores, em 1992, e o papel de liderança de alguns políticos do PT no Congresso, sobre a introdução de legislações relativas a parcerias domésticas e anti-discriminação”, segundo James Green, “deve muito a esses esforços pioneiros da década de 1970” (GREEN, 2003, p.42).

²² Na América Latina, na Europa e nos EUA, conforme Green (2003), Dehesa (2015) e Cruz (2015), é possível identificar que o surgimento de movimentos homossexuais se deu em estreita relação com a esquerda (em muitos casos em relação com agremiações partidárias). Contudo, os dados dos autores apontam que embora generalizada a vinculação entre o surgimento de movimentos homossexuais com a esquerda foi imbuída de tensões. A este respeito parece possível afirmar que “apesar dos conflitos de ordem moral, esses partidos aparecem como aliados do movimento na arena política, contribuindo para ampliar o debate sobre a causa na sociedade e no terreno da política institucional” (CRUZ, 2015, p.30).

2007; CRUZ, 2015). Em São Paulo, os grupos Somos e Outro Coisa engajaram-se em debates da campanha eleitoral daquele ano (FACCHINI, 2002, p. 70). Tal engajamento, em direção à política institucional, foi favorecido por um conjunto de oportunidades políticas abertas pelo processo de transição: a reforma partidária de 1979; a renovação das esquerdas; a fundação do PT; as eleições de 1982; e também a circulação de ativistas entre movimento social e os partidos (CRUZ, 2015).

Essas primeiras experiências com os partidos políticos, especialmente os partidos de esquerda, iniciaram o MHB nas relações com a política institucional (CÂMARA, 2018). A incursão eleitoral de 1982, por exemplo, embora pouco expressiva em número de votos, teve papel importante para a trajetória do movimento, visto que a experiência do engajamento eleitoral ampliou os repertórios do movimento em direção a práticas mais institucionalizadas, apontando caminhos que o movimento acabaria seguindo nos anos seguintes (CRUZ, 2015).

Diferentes autores (MACRAE, 1990; FACCHINI, 2002; SIMÕES; FACCHINI, 2009) salientam que no período que sucedeu o ciclo de protestos pela redemocratização houve uma sensível diminuição na quantidade de grupos ativistas, bem como o fim do jornal *Lampião* (que facilitava o estabelecimento de ligações entre grupos de diferentes regiões do país). Contudo, o declínio no número de grupos ativistas não significou, necessariamente, um descenso do movimento, na verdade, este sofreu transformações significativas em sua segunda onda.

Quadro I - Componentes predominantes no 1ª Onda do MHB

	1ª Onda
Identidade Coletiva	Movimento Homossexual
Enquadramentos Interpretativos	Liberação homossexual
Repertórios	Abaixo-assinado; divulgação de cartas e notas de repúdio; publicação de textos referentes ao MHB na imprensa alternativa; passeatas; participação em campanhas; candidaturas, <i>advocacy</i> .

Fonte: elaboração própria.

3.3 Segunda Onda (1983-1992)

A segunda onda do movimento, que compreende de meados dos anos 80 até o início dos anos 90, é marcada por uma postura menos refratária à institucionalidade político-partidária e por uma militância que busca se institucionalizar, mais voltada para a garantia de direitos civis e para a luta contra a epidemia da AIDS, discriminação e violência. Também passa a haver uma maior valorização das relações com o movimento em âmbito transnacional (CÂMARA, 1993; FACCHINI, 2002; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Certamente, o período de redemocratização propiciou uma mudança nas oportunidades políticas que contribuiu para esse processo, visto que com o fim da ditadura militar, o Estado vai deixando, paulatinamente, de ser considerado o grande “inimigo comum” e passa a se apresentar como importante interlocutor e por vezes aliado de diversos movimentos sociais. Assim, com essa abertura de possibilidades de diálogo com o Estado o modelo de mobilização anterior perde um pouco de seu sentido (SANTOS, 2007).

De acordo com Facchini (2011:186), em 1983 ocorre a dissolução do grupo Somos/SP e a eclosão da epidemia do HIV/AIDS, quando é registrada a morte do estilista Marco Vinícius Resende, conhecido como Marquito. O advento da epidemia teve impactos importantes para o movimento²³. Primeiro, há uma sensível diminuição no número de grupos homossexuais, especialmente em São Paulo²⁴, onde os ativistas da primeira onda voltaram-se para a elaboração de uma resposta coletiva à epidemia. Segundo, em grande medida devido à epidemia, aumentou a visibilidade pública da homossexualidade.

A abordagem inicial da AIDS como “peste gay” levantou questões sobre a melhor estratégia para a construção de uma imagem pública da homossexualidade que permitisse a luta pela garantia de direitos civis (FACCHINI, 2011, p.188). Assim, alguns grupos evitaram atuar em torno da epidemia de AIDS e mantiveram atividades mais relacionadas a discussões sobre homossexualidade. Os dois grupos mais importantes à época - expressando o deslocamento da concentração dos grupos do eixo Rio/São Paulo, para o eixo Rio/Nordeste -

²³ Há uma lacuna na literatura sobre o modo como movimento e “gueto” se relacionaram ao longo dos anos 1980. Isadora Lins França, considerando que sob o impacto da epidemia de HIV-Aids, houve uma redução no número de grupos e uma reorientação para uma atuação mais pragmática, conjectura que “esses fatores possam ter contribuído, de certa forma, para o enfraquecimento da visão que contrapunha o ‘gueto’ a alternativas ‘revolucionárias’ e para a diminuição, mesmo que em pequeno grau, da resistência do movimento ao mercado. Porém, dada a escassez de referências a esse respeito, tais considerações não passam de especulações”. (FRANÇA, 2007b, p. 298).

²⁴ De acordo com Gustavo Santos (2007:126), no estado de São Paulo, a mobilização de parte da militância aliada ao fato de o governo Montoro (1983-1987) estar interessado na participação da sociedade civil e a uma equipe progressista de sanitaristas, resultou numa resposta relativamente prematura à epidemia, o I Programa de Combate à Aids no país.

eram o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Triângulo Rosa²⁵, do Rio de Janeiro/RJ. O primeiro, encabeçou a campanha pela mudança do código de classificação de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) em 1982 e atuou, em conjunto com outros grupos, na campanha pela mudança do Código de Ética dos Jornalistas. O segundo, também atuou na campanha pela mudança do Código de Ética e foi o principal grupo que, mais adiante, atuou na Assembléia Nacional Constituinte, visando incluir um dispositivo que vedasse a discriminação por *orientação sexual*²⁶ no texto constitucional.

O processo da Constituinte representou uma mudança nas oportunidades políticas e foi interpretado por diversos movimentos, inclusive o MHB, como momento propício para atuação política nos meios institucionais, por meio dos *lobbies* populares. No caso do MHB, significou travar contatos em busca de apoio e cunhar um novo enquadramento interpretativo para a questão da homossexualidade, expresso na adoção do termo “orientação sexual” (CÂMARA, 1993; FACCHINI, 2011).

Pautar a temática nas discussões da Constituinte implicou o estabelecimento de contatos com parlamentares aliados à causa que se tornaram importantes interlocutores do movimento homossexual brasileiro. Contudo, a despeito dos esforços empenhados na campanha, que articulou militantes, acadêmicos e políticos²⁷, o termo “orientação sexual” acabou não sendo incluído no texto final. Ao longo do processo, parte significativa da resistência deveu-se à atuação da Bancada Evangélica²⁸ durante a Assembleia Nacional Constituinte, o que foi fundamental para que a demanda do MHB fosse recusada (CÂMARA, 1993, p. 136). Para a maioria dos deputados que compunham a bancada evangélica “a última

²⁵ É importante ressaltar que o Triângulo Rosa evitou atuar em torno da questão da epidemia de HIV/AIDS, devido à associação entre a doença e homossexualidade (CÂMARA, 1993).

²⁶ Durante tal processo, havia dúvidas se o texto deveria referir-se à “preferência sexual”, “opção sexual” ou “orientação sexual”, de modo que o grupo Triângulo Rosa - principal articulador da campanha - resolveu consultar formalmente uma série de intelectuais que apoiaram a utilização da expressão “orientação sexual” (CARRARA, 2016). Para o movimento, isto significou a escolha de um enquadramento interpretativo que se furtava à polêmica sobre a natureza da homossexualidade (isto é, se é “opção” ou “essência”).

²⁷ “A proposta teve o apoio de vários parlamentares de esquerda, com destaque para a atuação do então deputado constituinte José Genoíno (PT/SP), responsável pela inclusão da proposta para votação em plenário.” (SANTOS, 2014, p. 10). Também vale dizer que “em uma correspondência do Triângulo Rosa enviada aos ‘grupos homossexuais’, datada de 23 de fevereiro de 1987, uma das primeiras indicações era a seguinte: Enviem, no caso do grupo ser registrado, abaixo-assinados, ou cartas em nome do grupo todo, de preferência em papel timbrado, etc. Se não, enviem cartas individuais mesmo, mas não deixem de enviar: é necessário que haja pressão. Nesta mesma correspondência o grupo sugeria alguns nomes, por exemplo: Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), Senador Mário Covas (PMDB/SP), Deputado França Teixeira (PMDB/BA), Feldman (PMDB/SP), Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE), além de toda a bancada do PT em Brasília.” (CÂMARA, 1993, p. 134).

²⁸ Originária nas eleições de 1982, a bancada evangélica passa por um processo de fortalecimento ao longo dos anos. No processo constituinte, segundo Câmara (1993), a bancada evangélica teve atuação destacada na oposição à inclusão do termo “orientação sexual” na Constituição, mas dois parlamentares da bancada foram favoráveis: Benedita da Silva (PT/RJ) e Lysâneas Maciel (PDT/RJ).

palavra era sempre a de Deus”, isto é, a concepção religiosa deveria prevalecer ante o debate jurídico ou sobre explicações do saber médico (CÂMARA, 1993; 2018).

Outra importante característica deste segundo período do movimento LGBT foi o aumento da atuação de ativistas homossexuais junto às instâncias partidárias, especialmente de esquerda. Nas eleições de 1986, no Rio de Janeiro, o grupo Triângulo Rosa apoiou as candidaturas de Lizst Vieira a deputado federal e de Herbert Daniel, homossexual e militante do movimento de HIV/AIDS, a deputado estadual, ambos pelo PT (CÂMARA, 1993, p. 56). No mesmo ano, em São Paulo, João Batista Breda (PT-SP) tentou a reeleição com uma plataforma “assumida” (SANTOS, 2014). Nenhum desses candidatos foi eleito.

Apesar dessas candidaturas, a inserção da “questão homossexual” no PT ao longo dos anos 1980 não deixou de ser objeto de tensões. Nesse sentido, é digno de nota que Fernando Gabeira foi preterido como candidato a vice na chapa com Lula nas eleições presidenciais de 1989 devido à sua postura, vista como “pouco viril”, o que desagradava membros dirigentes do PT²⁹ (SANTOS, 2014; DEHESA, 2007). Inclusive, a própria criação do setorial LGBT do partido, vinculado à estrutura partidária do PT paulista, considerada mais liberal que as estruturas de outros estados, sofreu diversas oposições e acabou sendo viabilizada somente em 1992 (GREEN, 2003).

Quadro II - Componentes predominantes nas 1ª e 2ª Ondas do MHB

	1ª Onda	2ª Onda
Identidade Coletiva	Movimento Homossexual	Movimento Homossexual
Enquadramentos Interpretativos	Liberação homossexual	Orientação sexual
Repertórios	Abaixo-assinado; divulgação de cartas e notas de repúdio; publicação de textos referentes ao MHB na imprensa alternativa; passeatas; participação em campanhas; candidaturas, <i>advocacy</i> .	Abaixo-assinado; divulgação de cartas e notas de repúdio; publicação de textos referentes ao MHB na imprensa; passeatas participação em campanhas; candidaturas, <i>advocacy</i> .

Fonte: elaboração própria.

²⁹ Em entrevista a Rafael de la Dehesa, Fernando Gabeira afirmou que “En realidad, yo fui escogido en la elección de 1989 a ser el vice de Lula. Con Lula en el puesto de presidente, y yo fui escogido por la convención del PT, por mayoría, para ser el candidato a vice. Entonces hubo una enorme reacción de sectores más conservadores que apoyaban el PT: los comunistas prochinos, el partido socialista, que decían que yo no tenía el perfil adecuado. Pensaban que yo no era, digamos así, suficientemente viril para ser el candidato em esa planilla, porque no tenía la masculinidad muy bien definida como candidato. Y pensaban que mi defensa de la legalización de la marihuana podría traer problemas” (DEHESA, 2007, p. 9).

3.4 Terceira Onda (1992-2010)

Ao longo dos anos 1990, despontaram importantes oportunidades políticas que foram apropriadas pelo MHB. O Estado brasileiro, seguindo uma tendência latino-americana de resposta à crise fiscal dos Estados-nação, iniciou um amplo programa de reformas de Estado e, dentre as diversas ações, destacam-se as privatizações de empresas estatais e a delegação a organizações da sociedade civil, via parcerias, de funções até então sob responsabilidade estatal (SANTOS, 2007). Neste contexto, abrem-se possibilidades de aproximação entre movimento e Estado, através de parcerias para o enfrentamento à epidemia de AIDS e as ONGs passam a ter papel de destaque (FACCHINI, 2002; SANTOS, 2007). De certo modo, as ONGs e grupos de movimentos sociais passaram a disputar espaço, uma vez que as primeiras eram mais bem preparadas do ponto de vista técnico. Tal cenário fez com que muitos grupos se tornassem ONGs, com vistas a obter financiamentos para conseguir manter sua atuação (FACCHINI, 2002).

Assim, pode-se dizer que “a entrada das pautas do movimento nas políticas públicas não se deu, portanto, pelo reconhecimento das demandas de cidadania de LGBT ou pela criação de conselhos de direitos, mas pela política de saúde e, mais especificamente, a política de combate às DSTs e AIDS” (FACCHINI, 2011, p.190).

Os principais repertórios do movimento passaram a ser atividades de *advocacy* e as Paradas do Orgulho (pautadas na ideia de “visibilidade massiva”)³⁰. A ideia de visibilidade positiva - em contraposição à de *vitimização*³¹ - facilitou a relação entre consumo e política, na medida em que movimento e mercado utilizam-se da mesma estratégia, ainda que muitas vezes de modos e com objetivos distintos (FACCHINI, FRANÇA, 2009; FRANÇA, 2012). Outra característica importante deste momento é o processo de multiplicação de identidades que compõem o sujeito político do movimento (FACCHINI, 2002).

³⁰ Em 2007, de acordo com Regina Facchini (2011:192), foram realizadas 300 paradas em todo Brasil, sendo que a maior, a Parada de São Paulo, teria reunido cerca de 3 milhões de pessoas.

³¹ Pecheny e Dehesa (2011) discutem como a lógica preconizada pelo Banco Mundial, durante a década de 1990, de políticas sociais focalizadas, acabou resultando na elaboração de políticas públicas pautadas pela noção de vitimização (como ocorreu na atuação em relação à AIDS, por exemplo). Este modo de agir, acabou dando lugar a um processo ambíguo de cidadanização e reconhecimentos baseados em pressupostos de precariedade, vitimização e vulnerabilidade, o que, para os autores, seria danoso, visto que a vitimização pressupõe que os indivíduos e grupos merecem ser escutados em suas demandas só como vítimas de injustiças, e não como plenos sujeitos de direitos.

Embora as primeiras políticas públicas voltadas à população LGBT datem dos anos 1990³², foi durante a primeira década dos anos 2000 que se observou importantes mudanças na relação entre o movimento LGBT e Estado, quando passou a haver maior inserção de ativistas no aparato governamental, envolvidos na elaboração de políticas públicas. Foi também o momento em que se observou o deslocamento das questões LGBT da área da saúde para a área de direitos humanos³³ (AGUIÃO et al., 2014; FACCHINI; RODRIGUES, 2017).

Assim, é possível notar uma inflexão bastante relevante na atuação do movimento LGBT que passou a se utilizar de repertórios mais institucionalizados, especialmente as atividades de *advocacy*. No que tange à relação entre movimento LGBT e partidos políticos, esta se alterou significativamente ao longo dos anos 2000, sendo possível observar o aumento do número de candidaturas pró-LGBT; a intensificação de ações de *advocacy*, com a criação do projeto *Aliadas* e de Frentes Parlamentares LGBT (em diferentes âmbitos administrativos); e a criação de setoriais LGBT em diversos partidos, de diferentes matizes ideológicas.

Não há muitas informações na literatura sobre o engajamento eleitoral LGBT ao longo dos anos 1990. Ainda assim, é possível afirmar que este não se resumiu a algumas candidaturas isoladas e envolveu iniciativas de diferentes grupos do movimento em prol da representação política.

Em 1996, matéria da Folha de S. Paulo³⁴ destacava a existência de pelo menos dez gays, lésbicas e travestis que se candidataram ao cargo de vereador/a no país (das quais seis eram vinculadas ao PT). Desses candidatos, segundo a reportagem, oito participaram de um evento organizado pelo Grupo Gay da Bahia com pré-candidatos, o *Fórum Brasileiro de Gays e Lésbicas na Política*, no qual foram discutidas propostas e estratégias para tais candidaturas. Posteriormente, em 2000, o GGB organizou um comitê nacional para apoiar candidaturas LGBT - que naquele ano totalizaram 24 (SANTOS, 2016b).

Em 1998, foi realizado em Campinas o *Primeiro Encontro Estadual de GLTs na Política*, que contou com cerca de 20 representantes de entidades de diferentes cidades e avaliou a experiência das candidaturas de 1996, com a intenção de pensar em estratégias “para a ação regional e para a discussão nacional a respeito do posicionamento do movimento nas eleições de 1998” (FACCHINI, 2002, p. 177). No âmbito desta pesquisa de mestrado, tomei

³² Desde as gestões FHC é possível observar um envolvimento do governo federal com a sociedade civil no que tange à temática LGBT - com o Programa Nacional de DST/AIDS e os Planos Nacionais de Direitos Humanos.

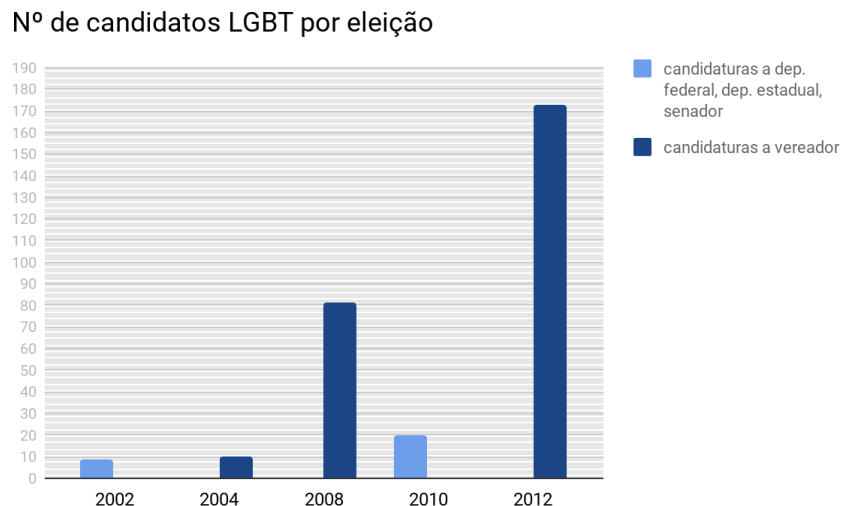
³³ Nessa direção, cabe citar o Programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004.

³⁴ Gays pedem voto contra preconceito, Folha de S. Paulo, 15 de julho de 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/15/brasil/26.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.

conhecimento da primeira candidatura gay do PSDB, em 1998, quando Robson Cerqueira concorreu a deputado federal. Tal processo será abordado adiante.

Ao longo dos anos 2000 foi possível observar o aumento significativo da presença de candidatos LGBT³⁵ nos partidos. Gustavo Santos (2014) contabilizou 738 casos de candidaturas de LGBT ou “aliados” entre os anos de 2002-2012³⁶. Destas, 293 casos foram de candidaturas LGBT e 445 de aliados. O autor conjecturou que o aumento no número de candidaturas poderia ser atribuído ao ganho de visibilidade da temática LGBT e também ao fato de os direitos LGBT terem se tornado uma “questão de governo” durante os governos Lula. No gráfico, abaixo, é possível observar a evolução do número de candidaturas LGBT ao longo dos anos 2000³⁷.

Gráfico I - Número de candidaturas de *candidatos LGBT* por eleição³⁸



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de Santos (2014).

Contudo, o maior engajamento partidário não tem resultado em bons desempenhos eleitorais, visto que a taxa de sucesso eleitoral das candidaturas LGBT ainda é baixa quando

³⁵ Nesta seção, é abordado apenas o aumento na quantidade de “candidatos LGBT”. Nesse sentido, é necessário estabelecer a diferenciação entre três categorias: *LGBT candidato*; *candidato LGBT*; e *candidato aliado*. *LGBT candidato* é aquele que, a despeito de reivindicar alguma identidade LGBT, não encampa causas do movimento e pode, inclusive, contrapor-se a elas (um exemplo é Clodovil Hernandes); *candidato LGBT* é aquele que encampa pautas do movimento, o que não significa que sua relação com o movimento será sempre harmoniosa (um exemplo é Jean Wyllys); por fim, *candidato aliado* é aquele que apesar de não ser LGBT atua em prol das causas do movimento, o que também não significa que sua relação com o movimento será sempre harmoniosa (um exemplo é Marta Suplicy).

³⁶ É importante salientar dois pontos: Primeiro, o fato de Santos só ter considerado candidatos com pautas pró-LGBT, ou seja, candidaturas de LGBT candidatos não foram consideradas. Segundo, que cada caso corresponde a uma candidatura em um pleito, assim, os sujeitos foram contados tantas vezes quanto tenham concorrido.

³⁷ Em 2002 foram identificadas 9 candidaturas LGBT nas eleições gerais, em 2010 foram 20 (aumento de ≈ 122%); Nas eleições locais, passou-se de 81 candidatos em 2008, para 173 em 2012 (aumento de ≈ 113%). (Santos, 2014:15).

³⁸ O gráfico se baseia nos dados de Santos (2014), onde não constavam informações sobre o pleito de 2006.

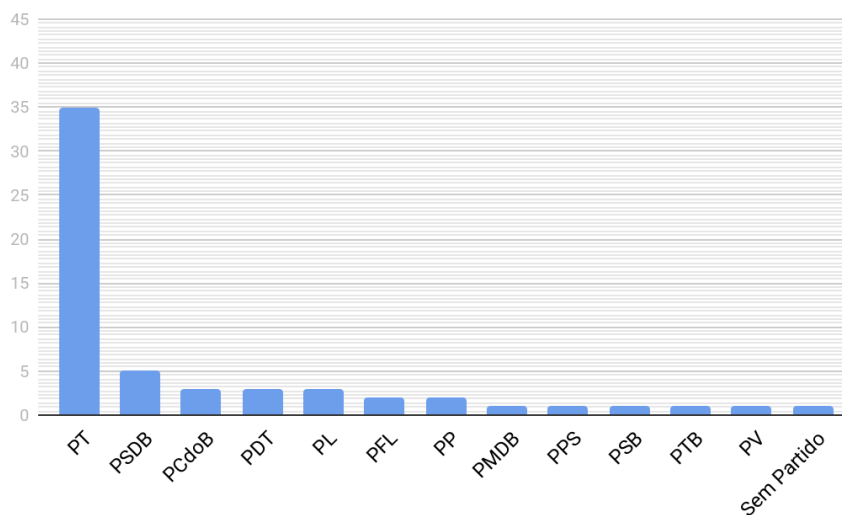
comparada à taxa de sucesso eleitoral de candidatos aliados. Em verdade, entre 2002 e 2012, enquanto 27% dos candidatos aliados foram eleitos, a taxa de sucesso eleitoral das candidaturas LGBT foi de apenas 7,5% (SANTOS, 2014). Também é importante ressaltar que ao analisar a filiação partidária das candidaturas LGBT, Santos (2014) observou que partidos políticos mais à esquerda no espectro ideológico tendem a abrigar mais candidaturas “assumidamente LGBT” e também de candidatos aliados.

Além do maior engajamento de sujeitos LGBT em processos eleitorais, os anos 2000 também foram marcados pelo aumento das atividades de *advocacy*. Nessa direção, em âmbito nacional, são dignas de nota o advento da Frente Parlamentar e do Projeto Aliadas.

Uma frente parlamentar é criada a partir de um requerimento formal, por parte de algum parlamentar que irá presidi-la ao longo da legislatura, sendo que uma Frente precisa ser “reativada” a cada nova legislatura (CÂMARA, 2018). Em 2003, foi criada a “Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual”. A FPMLES foi coordenada por Iara Bernardi (PT) e contava com a participação de deputados e senadores de diferentes partidos, embora houvesse um predomínio acentuado de parlamentares petistas.

Gráfico II - Número de parlamentares na FPMLES por partido

Nº de parlamentares na FPMLES por partido

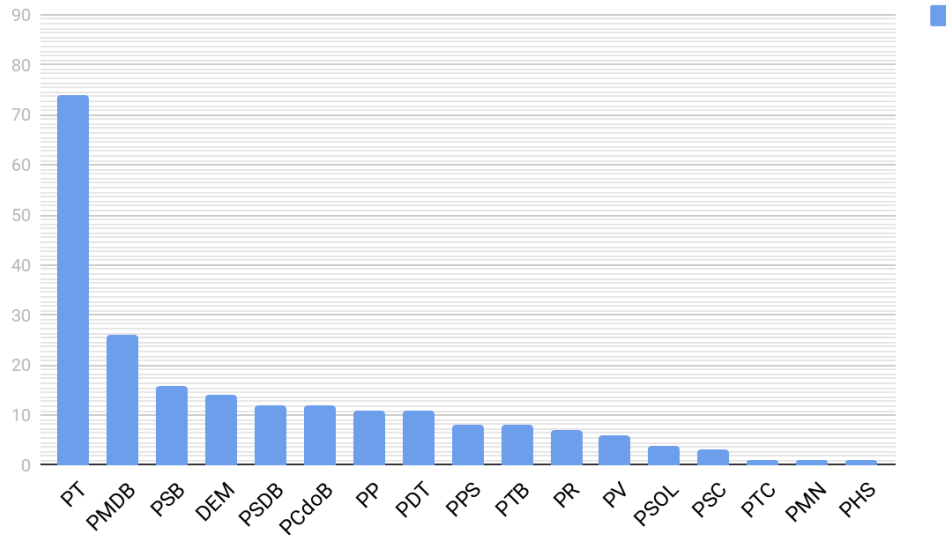


Fonte: elaboração própria, a partir de Marques (2008).

Com o fim da legislatura, a FPMLES se desfez e foi “reativada” na legislatura seguinte. Assim, em 2007, a Frente acabou sendo renomeada para “Frente Parlamentar para a Cidadania GLBT”, e passou a ser coordenada pela deputada Cida Diogo (PT). Em sua segunda formação, a Frente também contava com a predominância de parlamentares do PT.

Gráfico III - Número de parlamentares na Frente pela Cidadania GLBT por partido

Nº de parlamentares na Frente pela Cidadania GLBT por partido



Fonte: elaboração própria, a partir de Santos (2016a).

No quadro a seguir encontram-se informações sobre a composição da Frente Parlamentar para a Cidadania GLBT. Destaco o predomínio, em números absolutos, do PT (com 67 dos 208 parlamentares da Frente), sendo também interessante comparar o número de parlamentares de cada partido com o número de engajados na Frente: os três parlamentares do PSOL participavam da Frente (100%), assim como 85% do PCdoB, 84% do PT e 19% do PSDB. Tal fato também é indicativo do envolvimento acentuado de parlamentares de esquerda com a temática LGBT. Contudo, a composição heterogênea (ainda que pendendo à esquerda) da Frente Parlamentar parece indicar que o comprometimento dos membros desta com a temática LGBT ancorava-se, em certa medida, em compromissos individuais³⁹.

³⁹ Nessa direção, para Vera Marques (2008) a composição heterogênea da Frente aliada ao fato de que, em 2007, a maioria dos partidos não tinha qualquer posicionamento oficial sobre a temática demonstraria que a decisão de ser ou não interlocutor da causa LGBT passaria, sobretudo, por cálculos políticos eleitorais, o que indicaria certa “capilaridade ideológica” da temática, por assim dizer, mas esta seria expressa preponderantemente em termos individuais (Marques, 2008, p.70-3).

Tabela I - Comparativo percentual entre n° total de deputados por partido versus n° pertencente à Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT

Partido	Frente	Congresso	Comparativo
	n°	n°	%
PSOL	3	3	100
PCdoB	11	13	85
PT	67	80	84
PPS	8	13	62
PHS	1	2	50
PSB	14	30	47
PDT	11	25	44
PV	6	14	43
PTB	7	20	35
PP	13	40	33
PMDB	27	93	29
PSC	3	11	27
DEM	16	59	27
PRB	1	4	25
PMN	1	5	20
PSDB	11	57	19
PR (antigo PL)	8	42	19
PRTB	0	1	0
PTC	0	1	0
PTdoB	0	1	0
Totais	208	514	40

Fonte: reproduzido a partir de Marques (2010).

Pode-se dizer que as frentes parlamentares buscam, sobretudo, inserir suas demandas na agenda do Legislativo e exercer influência sobre o Executivo (PEREIRA, 2018). Como as frentes parlamentares não contam com recursos fortes para garantir a cooperação de seus membros (ao contrário das bancadas partidárias), a sua influência depende da constante demonstração de sua capacidade de mobilizar e articular seus membros e suas bases sociais a fim de angariar vitórias legislativas (que podem, em muitos casos, ameaçar os interesses legislativos e eleitorais da chefia do Executivo).

O fato das frentes parlamentares serem suprapartidárias, facilita a sua articulação com a sociedade civil. Em verdade, a sociedade civil, por meio de *advocacy*, pode colocar suas demandas e acabar impulsionando o funcionamento das frentes. No caso da *Frente Parlamentar Mista pela Cidadania GLBT* foi fundamental a atuação do *Projeto Aliadas*⁴⁰, que tinha como objetivos criar um ambiente favorável no Legislativo, em diferentes âmbitos, para a aprovação de proposições legislativas voltadas à garantia da cidadania LGBT, por meio de atividades de *advocacy*. Vale ressaltar que, em âmbito nacional, o Aliadas buscava angariar a adesão de membros para a Frente Parlamentar (AGUIÃO, 2014). Já em âmbito estadual, a articulação do Projeto dava-se por meio de 27 coordenadores, um em cada estado e no DF, visando incidir no Legislativo e incentivar a criação de Frentes Parlamentares em diferentes localidades (MARQUES, 2008).

Até aqui, fiz referência ao engajamento de sujeitos LGBT e aliados (seja candidatando-se a cargos legislativos ou participando da Frente Parlamentar) e também a iniciativas movimentistas de *advocacy* voltadas ao Legislativo Federal ao longo dos anos 2000. Agora, gostaria de fazer referência à incorporação da temática LGBT em partidos políticos, percebida a partir da inclusão de menções à temática em estatutos ou programas partidários e/ou pela criação de setoriais LGBT.

Sobre o posicionamento oficial dos partidos em relação à temática vale a pena nos voltarmos para a inclusão de referências à questão LGBT em estatutos ou programas partidários. Em 2007, os estatutos de 79% dos 28 partidos então existentes tinham sido constituídos ou revisados a partir do ano 2000, o que pode ser percebido como “preocupação dos partidos em mantê-los atualizados em face da dinâmica social” (MARQUES, 2008, p.71). De acordo com a autora, em geral, os partidos apresentavam em seus estatutos⁴¹ uma agenda

⁴⁰ Sílvia Aguião (2014) localiza o surgimento do Projeto Aliadas em 2004 quando o movimento se organizou, capitaneado pela ABGLT, para pressionar pela alocação de recursos para o Programa Brasil Sem Homofobia, que não possuía orçamento próprio.

⁴¹ Em 2007, o estatuto do PSDB abordava a “pluralidade de etnias e culturas” (MARQUES, 2008). Foi somente em 2013 que o estatuto do partido passou a incluir os termos “orientação sexual e identidade de gênero”.

universalista (como a defesa da democracia, da soberania nacional e da pluralidade de ideias, por exemplo) e poucos partidos faziam menção à diversidade sexual em seus estatutos - PSOL e PSTU. Já nos programas partidários, apenas PTN, PSTU, PV, PPS e PSOL possuíam referências à questão da diversidade sexual (MARQUES, 2008).

Contudo, é importante lembrar que embora o PT não tivesse referências à temática LGBT em seu estatuto ou em seu programa, o partido possuía um núcleo LGBT. Aliás, durante mais de uma década apenas PT e PSTU possuíram núcleos LGBT. A partir 2006, no entanto, cresce o número de partidos que criaram núcleos LGBT como exposto nas tabelas abaixo.

Quadro III - Presença de núcleos LGBT nos partidos

Partidos com núcleo LGBT/Diversidade	Partidos sem núcleo LGBT/Diversidade
PT; PSTU; PSOL; PSB; PCdoB*; PV; PSDB; PTB; PMDB.	PDT; PPS; PCO; PMN; PCB; PP; DEM; PTC; PSDC; PSC; PSP; PRP; PSL; PR; PRB; PST; PHS; PTC; PTdoB; PRTB; PTN; PSD; PPL; PEN; PROS; SD.

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de Santos (2016a).

O primeiro partido brasileiro a criar um setorial de Gays e Lésbicas formalmente vinculado à estrutura partidária foi o PT - isto depois de vários debates e resistência por parte da militância (GREEN, 2003; SANTOS, 2016a). O setorial foi criado em 1992 em São Paulo e estava vinculado ao Diretório Estadual do partido, posteriormente, em 2010, foi criado o Setorial Nacional LGBT. Já o setorial LGBT do PSTU foi criado no mesmo ano de fundação do partido, em 1994.

Mais recentemente, em 2007, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) criou seu primeiro setorial LGBT formalmente vinculado à estrutura partidária - esta primeira iniciativa vinculada à Secretaria Municipal da Diversidade de João Pessoa. Em 2011 cria-se a Executiva Nacional LGBT, formalizando a criação de um grupo LGBT vinculado à estrutura nacional do partido.

O PSOL foi criado em 2005 e em 2011, passa a contar com o setorial LGBT vinculado ao diretório paulista do partido. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) criou um coletivo LGBT no partido em 2011- mas ainda não possui um setorial LGBT formalmente vinculado à estrutura partidária. Em 2013, foi formado o setorial LGBT do Partido Verde, chamado PV Diversidade, vinculado ao seu diretório do estado de São Paulo.

Os partidos políticos apresentados acima são identificados como de esquerda, de acordo com a classificação adotada por Gustavo Santos (2016a). Agora, cabe nos determos

sobre a criação de setoriais LGBT em partidos identificados pelo autor como de centro e de direita no espectro ideológico.

O primeiro de tais partidos a criar um setorial LGBT foi o PSDB, sendo que o Diversidade Tucana (DT) foi criado oficialmente em 2006. O grupo Diversidade PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), vinculado ao diretório paulista, foi criado em 2010. Há também o grupo “Movimento Diversidade PMDB”, criado em 2009, que está vinculado ao diretório estadual do partido no Rio Grande do Sul.

Quadro IV - Informações sobre núcleos LGBT

Partidos que possuem grupo, núcleo ou setorial de Diversidade/LGBT	Ano de fundação do primeiro grupo, núcleo ou setorial	Local de fundação	Possui grupo, núcleo ou setorial em outras localidades?
PT	1992	São Paulo	Sim. Possui setoriais LGBT em 18 estados, além do setorial nacional.
PSTU	1994	Brasil	Possui uma secretaria nacional. Não há evidências de setoriais locais formalmente vinculados à estrutura partidária.
PSDB	2006	São Paulo	Sim. Possui grupos em 3 estados, além do secretariado nacional.
PSB	2007	João Pessoa/PB	Sim. Possui setoriais LGBT em 11 estados, além do setorial nacional.
PMDB	2009	Rio Grande do Sul	Não.
PTB	2010	São Paulo	Não.
PSOL	2011	São Paulo	Possui setoriais LGBT ligados a 3 estados.
PCdoB*	2011	-	* Não possui setorial LGBT formalmente vinculado à estrutura partidária. Apesar disso, foi criado um “coletivo LGBT”.
PV	2013	São Paulo	Não.

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de Santos (2016a); Dehesa (2007).

Para Gustavo Santos (2016a) a criação de setoriais LGBT dentro de partidos de diferentes matizes ideológicas apontaria para a crescente importância que os direitos LGBT têm ganhado na política institucional ao longo dos anos, visto que nas décadas de 1980 e 1990 havia certo “monopólio” da representação política de LGBT por partidos identificados como de esquerda, mas, especialmente a partir de meados dos anos 2000, tal situação estaria se modificando.

Por fim, é importante ressaltar que os processos descritos nesta seção, característicos de um contexto no qual o movimento LGBT passa a utilizar repertórios mais

institucionalizados, foram acompanhados por algumas críticas marcantes internas ao movimento que questionavam, dentre outras coisas, a atuação política por vias institucionais. Tais críticas recorriam à ideia de que uma “atuação partidarizada” poderia implicar a “cooptação do movimento” por partidos e, em contraposição, pontuavam a necessidade de valorizar a “voz das ruas” (FACCHINI; RODRIGUES, 2017; 2018).

Quadro V - Componentes predominantes nas 1ª, 2ª e 3ª Ondas do movimento GLBT

	1ª Onda	2ª Onda	3ª Onda
Identidade Coletiva	Movimento Homossexual	Movimento Homossexual	Movimento de gays e lésbicas (MGL) de 1993-5; Movimento GLT (gays, lésbicas e travestis), após 1995; Movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), após 1999; Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), após 2008.
Enquadramentos Interpretativos	Liberação homossexual	Orientação sexual	Orientação sexual; Identidade de gênero; diversidade sexual
Repertórios	Abaixo-assinado; divulgação de cartas e notas de repúdio; publicação de textos referentes ao MHB na imprensa alternativa; passeatas; participação em campanhas; candidaturas, <i>advocacy</i> .	Abaixo-assinado; divulgação de cartas e notas de repúdio; publicação de textos referentes ao MHB na imprensa; passeatas; participação em campanhas; candidaturas, <i>advocacy</i> .	Abaixo-assinado; divulgação de cartas e notas de repúdio; publicação de textos referentes ao MHB na imprensa; passeatas; participação em campanhas; candidaturas, <i>advocacy</i> ; Paradas do Orgulho; inserção estatal; ONGs; formação de redes de militância que agregavam grupos e ONGs; investimento na formação de ativistas; criação de setoriais partidários.

Fonte: elaboração própria.

4 UM PANORAMA DA PRIMEIRA DÉCADA DOS ANOS 2000

Neste capítulo, busco situar as oportunidades políticas e culturais que estavam colocadas ao longo dos anos 2000 e que foram percebidas e apropriadas por determinados atores sociais resultando na criação do núcleo de diversidade sexual do PSDB.

Nesse sentido, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal representou uma importante mudança na estrutura de oportunidades políticas. Para o que nos interessa mais diretamente, uma primeira consequência importante refere-se às mudanças nas relações entre PT e PSDB - que desde 1994 protagonizaram as disputas eleitorais em âmbito nacional (e muitas vezes também regional e local) -, com a passagem do PT de oposição a governo (e do PSDB de governo a oposição).

Também é importante destacar que os governos Lula foram marcados por um aprofundamento da participação social - que tornou-se, de certo modo, marca de um “modo petista de governar” - o que impactou consideravelmente as relações entre movimentos sociais e política institucional no Brasil.

Por outro lado, a eleição de José Serra para a prefeitura de São Paulo, em 2004, também representou uma importante mudança nas oportunidades políticas. Inicialmente, a eleição de Serra foi percebida com desconfiança pelo movimento LGBT local, mas, ao longo de seu governo, os seus feitos em relação à diversidade sexual criaram um cenário propício para o questionamento da “hegemonia petista” no movimento. Tal contexto, como se verá, foi percebido e apropriado por determinados atores que se engajaram na politização da temática LGBT nas estruturas do PSDB paulista.

Por fim, também é importante situar os impactos da emergência e consolidação de um mercado GLS, observada desde os anos 1990, que ocorreu concomitantemente à disseminação do enquadramento interpretativo da “diversidade sexual”. Tais processos contribuíram para borrar as fronteiras entre política e consumo e facilitaram que atores não necessariamente alinhados com a esquerda partidária se mobilizassem politicamente em prol da “diversidade sexual”.

4.1 A participação social nos governos Lula

A representação política nas democracias contemporâneas, segundo Lavallo et al. (2006), sofreu grandes transformações nas últimas décadas do século XX, a saber: a perda de

centralidade dos partidos de massa como ordenadores de identidades e preferências eleitorais; tornou-se comum a personalização midiática da política; ocorreram mudanças no mercado de trabalho que tornaram instáveis e fluídas grandes categorias, outrora passíveis de representação; e houve uma série de inovações institucionais - no caso brasileiro, um exemplo são os orçamentos participativos - que têm como resultado o transbordamento da representação política das eleições e do legislativo para outros *loci* de representação extraparlamentar.

A literatura é unânime ao apontar os dois governos Lula como o ápice das experiências de participação social, quando a participação tornou-se uma “marca de governo”⁴² (SANTOS et al., 2017; MACHADO; RODRIGUES, 2015; AGUIÃO et al., 2014; LAVALLE, 2011; ABERS et al., 2014), mas o marco fundamental nesse sentido, é importante ressaltar, foi o advento da Constituição de 1988, a “constituição cidadã”, que instituiu uma série de inovações democráticas que alargaram a representação política além das limitações estruturais das eleições (LAVALLE et al., 2006). Gurza Lavallo et al. (2014), postulam que as três principais experiências de inovação democrática observadas no Brasil são os orçamentos participativos, os conselhos de administração de políticas públicas e as conferências (nacionais, estaduais e municipais).

Segundo os autores, as primeiras experiências de Orçamento Participativo (OP) estão bastante vinculadas com a expansão de governos municipais petistas. A implantação dos OPs não é obrigatória, mas uma opção de cada governo local que pode determinar livremente suas características institucionais. Contudo, é comum que seja aplicado o modelo tradicionalmente associado aos governos petistas que funciona por meio de assembleias de caráter territorial, abertas à população local e um número menor de assembleias temáticas que atraem a participação de atores da sociedade civil envolvidos com as discussões em pauta. Como o OP é uma instituição participativa cuja operação é opcional, quando há alternância no poder executivo municipal pode ocorrer a anulação dessa instância participativa.

A respeito dos Conselhos, Lavallo et al. (2014) afirmam que a Constituição de 1988 consagrou o compromisso do Estado brasileiro com a participação cidadã e com a “gestão compartilhada” de políticas públicas, que é obrigatória em áreas consideradas estratégicas.

⁴² Em verdade, pode-se dizer que desde os governos FHC o Estado brasileiro foi, progressivamente, absorvendo a participação da sociedade civil. Durante os governos FHC foram realizadas sete Conferências de Direitos Humanos e os processos de elaboração dos dois Planos Nacionais de Direitos Humanos já possibilitavam o diálogo entre Estado e sociedade civil, que seria aprofundado nos anos seguintes, durante os governos Lula, inclusive por meio da realização de conferências dirigidas a sujeitos de direito específicos (AGUIÃO, 2014; MOUTINHO et al., 2018; DANILIAUSKAS, 2011).

Assim, adotou-se a figura dos conselhos - nos níveis municipal, estadual e federal -, forma institucional por meio da qual se organiza a participação cidadã em “áreas chave”: educação, saúde, bem-estar e direitos da criança e do adolescente. Os conselhos, em geral, exercem funções de definição e fiscalização de políticas públicas e sua composição comumente é dividida de forma paritária entre poder público e sociedade civil. Para os autores, o grau de institucionalização dos conselhos e a presença de atores não necessariamente vinculados a partidos, tenderia a inibir a anulação desta instituição participativa em momentos de troca de governo.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, foi acompanhada pela criação de novos conselhos nacionais de políticas públicas, bem como pelo fortalecimento daqueles já existentes (ABERS et al., 2014). Assim, ao longo dos anos 2000, além dos Conselhos estabelecidos como obrigatórios pela Constituição, passou a haver uma grande variedade de outros conselhos no país, ainda que estes não estivessem garantidos constitucionalmente. Nestes casos, a criação, sobrevivência e capacidade de atuação dependem das condições políticas de cada local, estando tais conselhos mais vulneráveis às mudanças de governo (LAVALLE et al., 2014).

Por fim, as Conferências são processos de construção de propostas para as políticas públicas que, em geral, são convocados pelo governo federal, mas contam com etapas estaduais e municipais que antecedem a etapa nacional. As Conferências adquiriram maior relevo especialmente durante os governos de Lula (2003-2010), sendo que durante os dois mandatos do petista as conferências se multiplicaram, aumentaram sua periodicidade e passaram a abranger mais temas, crescendo sua capacidade de mobilizar a sociedade civil. Embora ocorram conferências desde os anos 1940, a maior parte destas (70%) foi realizada durante os governos de Lula - caso da primeira conferência nacional LGBT, realizada em 2008. As conferências passaram a abarcar além de temas tradicionais (como saúde e educação), novas áreas relacionadas com a garantia de direitos (mulheres, juventude, diversidade sexual, identidade racial, direitos humanos) e áreas em geral fechadas à participação - meios de comunicação, desenvolvimento regional, segurança pública (LAVALLE et al., 2014; AGUIÃO, 2016).

O advento dessas instituições participativas extraparlamentares evidencia que as últimas décadas do século XX e início do século XXI foram palco de grandes transformações democráticas (LAVALLE et al., 2006). No Brasil, pode-se dizer que o advento de espaços participativos - como Conselhos Gestores e Conferências - propiciou o redesenho e a ressignificação das instituições políticas tradicionais e reorientou as estratégias e os

repertórios dos movimentos sociais conseguindo, de certa forma, incluir grupos “minoritários” (GURZA LAVALLE et al., 2014; SANTOS et al., 2017; MACHADO; RODRIGUES, 2015). Para Santos et al. (2017), as restrições à participação de mulheres e sujeitos LGBT em instâncias partidárias e de representação legislativa explicaria o investimento desses grupos em espaços de representação extraparlamentar. Assim, Conferências e Conselhos seriam percebidos como canais alternativos para a vocalização de demandas e para realizar pressão para a implementação de políticas públicas, bem como para realizar sua fiscalização.

Entretanto, de acordo com Lavalle et al. (2014) as instituições participativas extraparlamentares possuem um caráter pouco inovador. Isto porque a expansão dos limites da representação política se deu em grande medida em relação aos grupos e agendas relacionados a partidos políticos. Dito de outro modo: nestes espaços costumam se reproduzir as disputas partidárias.

Sobre este ponto Lavalle et al. (2014) afirmam que, no Brasil, havia certa lógica que pautava as disputas partidárias. Para os autores, a despeito do alto número de partidos, ao menos desde 1994 duas forças principais competem pela condução do país: o PSDB, relacionado pela literatura acadêmica com a centro-direita, e o PT, relacionado com a centro-esquerda. Assim, a grande fragmentação partidária acabaria operando, na verdade, a partir de uma “lógica bipartidária”⁴³ bastante competitiva, na medida em que os numerosos partidos acabam orbitando um dos pólos da polarização definida por PT e PSDB. E tal polarização, inclusive, também tenderia a ordenar as disputas em nível estadual e municipal.

A lógica de coalizões e um sistema no qual dois partidos competem, acabam exercendo efeitos sobre os espaços de participação social e representação extraparlamentar nos níveis estadual e municipal. Primeiro, a polarização governo/oposição: quando os partidos da coalizão mantêm uma relação favorável com as instituições participativas, a alternância de partidos no governo do poder executivo tende a ser acompanhada de estratégias de enfraquecimento dessas instituições. Segundo, quando tais espaços não podem ser descontinuados, graças ao seu grau de institucionalização, tende a se gerar disputas em torno do controle de tais espaços por meio da sociedade civil (LAVALLE et al., 2014).

⁴³A noção de “presidencialismo de coalizão” é crucial para entender este processo. Trata-se da formação de coalizões multipartidárias nas arenas eleitoral e legislativa - que podem ser realizadas nos diferentes níveis da federação - que permitem ganhar eleições, bem como governar devido a formação de uma base de apoio cuja fidelidade é sustentada, em geral, por meio da distribuição de cargos políticos (LAVALLE et al., 2014, p.26).

Neste sentido, segundo Lavallo et al. (2014), a literatura tem apontado que no âmbito participativo se dá uma réplica quase completa do jogo político-partidário. Dito de outro modo, a participação institucional acabaria reproduzindo as dinâmicas do sistema de partidos políticos no Brasil. De acordo com Lavallo et al. (2014), ao menos no caso dos Conselhos, a intensidade da competição pela representação política a partir da sociedade civil se dá com mais força quando quem está no governo está mais identificado com forças políticas do espectro da direita, visto que tanto a direita quanto a esquerda se mobilizam para as eleições; por outro lado, quando o governo está “à esquerda”, tais espaços não são alvos de grandes disputas e acabam sendo ocupados por movimentos com relações com o partido que está no governo. Em suma, mesmo nos espaços abertos à participação de todos os cidadãos, a maioria dos participantes acabaria possuindo vínculos partidários, de tal modo que a composição do corpo de conselheiros estaria mais ligada à mobilização de coalizões preexistentes do que à inclusão de novos agentes na discussão de políticas públicas. Assim, as instituições participativas possuiriam limites consideráveis para incluir novos agentes ou grupos discriminados - mesmo os conselhos setoriais, como o de diversidade sexual. Em suma, a expansão da participação se daria, sobretudo, em relação àqueles já mobilizados por um conjunto de interesses organizados por partidos políticos (LAVALLE et al., 2014, p. 33-5).

Em sentido semelhante, a antropóloga Silvia Aguião, ao deter-se sobre conferências LGBT, afirma que o objetivo destes espaços não é somente elaborar propostas e diretrizes para políticas públicas, mas, também, durante suas etapas locais e regionais, eleger representantes. Sobre as eleições de representantes durante as conferências, a autora demonstra como estas são permeadas por tensões envolvendo “quem pode representar o quê” e “qual é a representação mais legítima”. Assim, se todos são percebidos como “sujeitos LGBT” se faz necessário acionar outros posicionamentos - além da orientação sexual e identidade de gênero - que agreguem valor aos que almejam ser o representante mais legítimo do coletivo. Por outro lado, os pertencimentos partidários costumam não ser explicitados. Apesar disso, segundo Aguião (2016:290) “apesar de nesse sentido serem explicitamente tímidas, todas as chapas ecoaram as conexões partidárias de seus integrantes ou fizeram questão de afastar essa ligação”. De acordo com a autora, ao referir-se à segunda conferência estadual LGBT, realizada em São Paulo em 2011, ao menos no caso paulista, as disputas partidárias entre PT e PSDB foram muito relevantes para conformar os contornos das disputas que se desenrolaram.

Pelo que foi exposto, fica evidente que a multiplicação de *loci* onde se dá a representação política não deve ser encarada como expressão de crise dos partidos políticos.

Parece mais adequado pensar em transformações da representação, da democracia e do papel dos partidos. Dito de outro modo, tais “inovações democráticas” apresentaram-se como oportunidades políticas, na medida em que ampliaram as possibilidades de participação dos cidadãos em processos decisórios e, assim, impactaram as estratégias dos movimentos sociais, que puderam valer-se de repertórios mais institucionalizados.

4.2 Políticas LGBT nos governos Lula

É lugar comum na literatura sobre o movimento LGBT brasileiro a importância dos dois governos Lula (2003-2010) para a construção de políticas públicas voltadas para a população LGBT. Nesse sentido, tem sido especialmente destacado o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), lançado em 2004, e a I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008, como marcos referentes à diversidade sexual e direitos sexuais no Brasil (FACCHINI; FRANÇA, 2009; CARRARA, 2010; PECHENY; DEHESA, 2011; entre outros).

De fato, pode-se dizer que a primeira década dos anos 2000 assistiu a importantes mudanças na relação entre o movimento LGBT e Estado, pois foi quando passou a haver maior inserção de ativistas no aparato governamental, envolvidos na elaboração de políticas públicas. Foi também o momento em que se observou o deslocamento das questões LGBT da área da saúde para a área de direitos humanos (AGUIÃO et al., 2014).

É importante dizer que tal processo - de inserção de ativistas no Estado - também pôde ser observado na trajetória de outros movimentos sociais durante os dois governos Lula⁴⁴ (LIMA, 2010; ABERS et al., 2014). Contudo, a despeito de um contexto geral mais favorável à participação institucional, houve variações importantes tanto na abertura dos diferentes setores estatais à participação da sociedade civil, como na apropriação que cada movimento social fez das oportunidades políticas que estavam colocadas (ABERS et al., 2014). Nesse sentido, a literatura tem apontado que os LGBT tiveram menos entrada nas instituições governamentais quando comparados a outros grupos sociais, como negros ou mulheres (SANTOS et al., 2017; MACHADO; RODRIGUES, 2015), o que pode ser percebido como uma inclusão subalterna das pautas LGBT.

⁴⁴ Márcia Lima (2010) refletiu sobre tal processo em relação ao movimento negro. Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014), por outro lado, detiveram-se sobre as relações entre Estado e movimentos sociais em torno das questões de segurança pública, planejamento urbano e reforma agrária durante a Era Lula.

Assim, a primeira década dos anos 2000 é apontada pela literatura como o momento onde se observa o ápice das políticas públicas LGBT, mas com diversas ressalvas em relação à efetividade de tais políticas (MELLO et al., 2012; AGUIÃO et al., 2014). Isto porque as políticas públicas para a população LGBT em âmbito federal, estadual e municipal sofreram com falta de recursos e fragilidade institucional que dificultaram a realização de suas atividades (SANTOS et al., 2017, p. 48). Mello et al. (2012), por exemplo, relatam críticas de militantes e também de membros do poder público - em âmbito estadual e municipal - em relação à falta de efetividade do programa Brasil sem Homofobia⁴⁵.

E as críticas de ativistas não se restringiram à efetividade das políticas públicas. Também era alvo de críticas a inserção de ativistas na arena estatal e sua presença em espaços participativos, o que supostamente poderia reduzir o potencial crítico do movimento ao alterar a sua relação com o governo (de antagonismo para cooperação). Assim, ao longo dos anos 2000, houve tensões importantes internas ao movimento, expressas por meio de acusações de “cooptação” e de “atuação partidarizada” (FACCHINI; RODRIGUES, 2017). De acordo com Regina Facchini e Julian Rodrigues tais críticas tinham como foco:

- 1) os riscos da adoção de formatos institucionalizados e dependentes de recursos públicos;
- 2) a centralidade de estratégias que passam pela ocupação de espaços de participação socioestatais;
- 3) o trânsito de ativistas para espaços de gestão pública;
- 4) os impasses relacionados às inserções partidárias de ativistas, gestores e governantes;
- 5) o desdobramento desses impasses com a formação de núcleos LGBT em partidos situados em diferentes pontos do espectro político (FACCHINI; RODRIGUES, 2017, p. 45).

De modo geral, não se pode negar que houve abertura aos interesses de movimentos sociais durante os governos petistas, em grande parte devido ao “modo petista de governar”, no entanto, a trajetória das políticas públicas LGBT ao longo dos governos federais do PT (considerando os dois governos Lula e o primeiro governo Dilma) foi pouco regular⁴⁶. O que parece se relacionar, em certa medida, ao fato de que a abertura dos governos petistas aos

⁴⁵A partir das propostas do BSH, em 2006 já haviam sido implantados 45 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual no país, cobrindo todas as capitais e algumas das principais cidades do país. Contudo, em 2008, durante um seminário organizado pela SDH, houve uma tentativa de avaliação dos trabalhos desenvolvidos até então e o teor das falas ressaltou a “descontinuidade dos trabalhos, tendo em vista a escassez de recursos e a dificuldade de sustentabilidade dos projetos, sem o apoio financeiro da SDH ou dos governos estaduais e municipais” (MELLO et al., 2012, p. 297).

⁴⁶Grosso modo, de acordo com Pereira (2017), durante o primeiro Governo Lula houve um número pequeno de iniciativas governamentais voltadas exclusivamente a pessoas LGBT, mas o volume de iniciativas cresceu significativamente no segundo mandato do petista. No entanto, desde o final do segundo governo Lula as coisas começam a mudar e o primeiro Governo Dilma foi marcado por uma queda no número de iniciativas do Executivo Federal voltadas à população LGBT em comparação aos governos anteriores (PEREIRA, 2017).

movimentos sociais foi acompanhada pelo comprometimento do partido com setores conservadores da sociedade (PEREIRA, 2017; 2018).

4.3 Ativismo religioso conservador

Como discutido anteriormente, pode-se dizer que ao longo das décadas de 1990 e 2000 observou-se um processo contínuo e crescente de respostas às demandas do movimento LGBT que encontraram certa permeabilidade especialmente nos círculos centrais do Executivo. A composição do Legislativo Federal⁴⁷, no entanto, reiteradamente mostrou-se refratária aos projetos de lei apresentados por parlamentares que apoiavam tais demandas (SIMÕES; FACCHINI, 2009; SANTOS, 2014; FACCHINI et al., 2013).

A década de 2010, por outro lado, tem sido marcada por um aumento das pressões conservadoras sobre as políticas voltadas para a população LGBT. Nesse sentido, o ano de 2010⁴⁸, mais especificamente o processo eleitoral presidencial, tem sido apontado pela literatura como um momento marcante no qual se pôde observar uma inflexão conservadora (FACCHINI; RODRIGUES 2017; AGUIÃO et al., 2014).

Com a chegada de Dilma Rousseff (PT) ao poder, em 2011, assistimos a mudanças significativas na relação entre movimentos sociais e Estado, ao menos por dois motivos: em parte, devido à postura da chefe do Executivo, menos afeita ao diálogo com movimentos; e, em parte, devido às pressões exercidas por grupos religiosos conservadores - seja durante o processo eleitoral⁴⁹ (FACCHINI; RODRIGUES, 2018) ou depois da vitória da petista, devido

⁴⁷ Certamente, as disputas legislativas em torno de questões referentes a gênero e sexualidade não se restringem ao âmbito federal. Para citar um exemplo, Marcelo Natividade (2013) dedicou-se a estudar a tramitação de projetos de lei sobre direitos LGBT na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro e São Paulo ao longo dos anos 2000 e início dos anos 2010.

⁴⁸ É digno de nota que também em 2010 ocorreu a celeuma em torno do PNDH III. Inicialmente, o documento foi promulgado em dezembro de 2009, mas foi alvo de intensas críticas por parte de setores conservadores, levando-o a ser reformulado e lançado em 2010 - último ano da Era Lula. O texto promulgado inicialmente abordava temas como a descriminalização do aborto, a união civil de casais do mesmo sexo, a adoção por casais homossexuais, a interdição de símbolos religiosos em repartições públicas federais e a instauração de uma comissão da verdade. Devido às pressões religiosas o governo acabou alterando a redação do tópico sobre o aborto mas o documento manteve referências a outros grupos discriminados, dentre os quais o LGBT (DANILIAUSKAS, 2010; MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012; MOUTINHO et al, 2018).

⁴⁹ Regina Facchini e Julian Rodrigues (2017) identificam que durante o processo eleitoral de 2010 Dilma “absorveu” parte da agenda de grupos religiosos conservadores a fim de evitar os impactos eleitorais. Em resposta à atuação do ativismo religioso conservador, a candidata petista fez vários gestos em direção a tais grupos, por exemplo: visitou a cidade de Aparecida no dia 12/10/10 e lançou a “Carta Aberta ao povo de Deus”, na qual assumia compromissos de não tomar nenhuma iniciativa que alterasse a legislação referente ao aborto ou iniciativas que afrontassem a família; e em relação ao projeto de criminalização da homofobia, a então candidata se comprometeu a não sancioná-lo caso este ferisse a liberdade de crença e culto.

à atuação de parte de sua coalizão governamental, que contava com a presença de membros vinculados ao movimento cristão “pró-vida” e “pró-família”, cada vez mais fortalecidos em seu confronto com o movimento LGBT (PEREIRA, 2018).

Esta inflexão conservadora passou a dar o tom das tensões e disputas entre conservadores religiosos e o movimento LGBT que ocorreram durante o governo Dilma. Nesse sentido, é exemplar o veto ao “kit anti-homofobia”⁵⁰, em maio de 2011, por pressão da bancada evangélica. Vale lembrar que o veto foi acompanhado pela seguinte declaração da presidenta: “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”⁵¹ (FACCHINI; RODRIGUES, 2017; 2018). O caso do veto ao “kit anti-homofobia” torna evidente a importância da atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)⁵², composta também por membros da base governista, já que esta possuía potencial para causar dificuldades aos interesses do governo no Congresso Nacional.

De fato, conforme Machado (2012) demonstrou a maioria dos políticos evangélicos atuava na FPE e na Frente em Defesa da Vida (FDV) visando barrar iniciativas dos movimentos LGBT e feminista. Em relação à FDV é necessário dizer que esta também era composta por parlamentares católicos. Grosso modo, pode-se dizer que as bancadas religiosas atuam organizadamente e com poucos dissensos em torno de questões morais a fim de obstruir a conquista de direitos LGBT (NATIVIDADE, 2008). Nesse sentido, Machado (2015) afirmou que a despeito das diferenças de projetos políticos⁵³, as agendas e os discursos

⁵⁰ “Trata-se da suspensão do projeto ‘Escola sem Homofobia’, elaborado pelo MEC em conjunto com redes e organizações não governamentais”. Pressionada pela bancada evangélica e “atravessando um momento delicado de fortes denúncias contra o então Ministro da Casa Civil, Antônio Palloci, a presidenta optou por vetar o projeto. Na ocasião, destacou-se o deputado federal fluminense Anthony Garotinho, líder evangélico, que liderava os movimentos pela derrubada do Ministro Palloci e teria recuado quando do atendimento de sua demanda pela chefe do Executivo Federal.” (FACCHINI; RODRIGUES, 2017, p. 39).

⁵¹ Como já indicado, esse cenário implicou em desgastes na relação do movimento LGBT com o governo federal. Aguião et al. (2014) indicam que na II Conferência Nacional LGBT, realizada em 2011, a ausência da presidenta e de outras autoridades, somada ao impacto de medidas impopulares, como a restrição do orçamento da Secretaria de Direitos Humanos e o veto presidencial ao kit anti-homofobia, foram percebidos por setores do movimento como indícios de obstrução da pauta por parte da chefia do Executivo.

⁵² Originária nas eleições de 1982, a bancada evangélica passou por um processo de fortalecimento ao longo dos anos (CÂMARA, 1993). Machado (2012) demonstrou como o número de parlamentares evangélicos que exerceram mandato na Câmara Federal saltou de 57, na legislatura entre 1999-2003, para 71, na legislatura entre 2003-2007. Contudo, o envolvimento de políticos evangélicos nos escândalos de corrupção no primeiro governo Lula fez com que o número de parlamentares evangélicos na Câmara Federal declinasse de 71 para 46 na Legislatura que compreende de 2007-2011. Em 2010, por outro lado, a eleição de 69 evangélicos para a Câmara Federal mostra que o declínio na representação dos evangélicos foi temporário. Para o que nos interessa mais diretamente nesta dissertação, é importante destacar a figura de João Campos (PSDB), parlamentar que ganhou notoriedade a partir de 2008, quando tornou-se presidente da FPE e passou a posicionar-se publicamente em relação a diversas matérias legislativas de interesse da Frente, colocando-o constantemente em embate com o Diversidade Tucana.

⁵³ Machado (2012) discute como desde o lançamento do PNDH III foi possível observar a aproximação entre evangélicos e católicos na luta contra a descriminalização do aborto, visando aumentar a força de católicos e

de lideranças evangélicas e de lideranças católicas carismáticas convergem ao considerar que o ativismo religioso e a inserção político-partidária são necessários, pois avaliam que a “instituição família” e a própria vida humana encontrar-se-iam ameaçadas na sociedade brasileira. Com esta avaliação, tais atores sociais dedicam-se a eleger representantes pois preocupam-se com proposições legislativas que versam sobre questões referentes a gênero e diversidade sexual (percebidas como afrontas à moralidade sexual e à família tradicional).

Em sua atuação legislativa, conservadores religiosos costumam propor projetos contrários aos interesses da população LGBT e também empregar diversas estratégias para emperrar tramitações de projetos de lei pró-LGBT (NATIVIDADE, 2008; 2013). Mas, é preciso dizer: a atuação de conservadores religiosos não se reduz à política institucional, visando incidir em diferentes esferas do Executivo e do Legislativo. As controvérsias públicas envolvendo os direitos LGBT mobilizam atores religiosos conservadores em várias outras frentes e estes utilizam-se de diversos repertórios, tais como: atuação de “psicólogos cristãos”; participação em programas de rádio e TV; organização de marchas religiosas; organização de abaixo-assinados; realização de *advocacy*, etc. (MACHADO, 2012; NATIVIDADE, 2013). E esta atuação envolve diversos atores e possui uma ampla capilaridade: mídia religiosa; entidades dedicadas a trabalhos de reversão da homossexualidade; pastores e outros líderes religiosos; juristas e outros especialistas que defendem o direito à liberdade de crença e expressão e o “direito de pregar contra o homossexualismo”, etc. (NATIVIDADE, 2008). Constituindo, assim, o que Machado (2012) nomeou de “ativismo religioso conservador”.

Diante do que foi exposto, acredito que é possível pensar o “ativismo religioso conservador”, termo que tomo emprestado de Machado (2012), como um contramovimento formado por redes informais de indivíduos e organizações que compartilham os mesmos objetos de interesse com outros movimentos sociais (MEYER; STAGGENBORG, 1996). No caso em tela, o ativismo religioso conservador tem-se mobilizado em diversos confrontos contra interesses e valores defendidos, sobretudo, pelos movimentos feminista e LGBT. Ao mesmo tempo, também tem apresentado demandas ao Estado e competido pela atenção da mídia e da população em geral.

evangélicos perante movimentos sociais e Executivo Federal. Nessa direção, cada vez mais valoriza-se o engajamento político-partidário de atores religiosos e reconhece-se a centralidade do Estado e da esfera jurídica na vida social. Dito de outro modo, de acordo com a autora, tais atores tem considerado, cada vez mais, que para incidir na esfera pública é necessário jogar o jogo já definido pelas instituições jurídicas e políticas.

4.4 Mercado GLS

4.4.1 A emergência de um mercado segmentado

Data de meados dos anos 1990 o surgimento de um mercado segmentado que teve importância crescente na promoção de imagens positivas de vivências homossexuais. No caso da cidade de São Paulo (França, 2007b), o mercado GLS se instalava não só no centro da cidade (historicamente associado ao “gueto”), mas também em uma de suas áreas mais ricas (o eixo Paulista-Jardins) - fato que podia ser notado na expansão e diversificação de serviços e espaços voltados a homossexuais: multiplicaram-se (em quantidade e também em variedade de formatos e estilos) saunas, bares e casas noturnas.

O período que vai da segunda metade dos anos 90 até meados dos anos 2000 também foi palco do surgimento de várias revistas, jornais, livrarias, editoras, agências de turismo e agências de namoro voltadas ao público homossexual, bem como seções em grandes jornais, livrarias e agências de turismo dedicadas a homossexuais. A internet com salas de bate-papo, listas de discussão de emails, e diversos sites e portais voltados à homossexualidade e suas diversas manifestações, consolidou-se como um importante espaço para busca de parceiros afetivo-sexuais, bem como para comunicação, sociabilidade e discussões políticas (FRANÇA, 2006b).

Marcante deste período foi a adoção do termo GLS. Sigla que foi

“cunhada para designar ‘gays, lésbicas e simpatizantes’, a partir da articulação do site MixBrasil (criado em 1993, quando o que viria a ser a internet ainda era a rede BBS), e do festival de cinema de mesmo nome, inspirado no modelo do ‘Gay and Lesbian Film Festival’ de Nova York” (SIMÕES; FRANÇA, 2005, p. 314).

Pode-se comparar a sigla GLS à ideia norte-americana de *gay friendly*, ainda que vá em sentido contrário: enquanto *gay friendly* buscava denotar espaços “amigáveis” para a frequência de pessoas homossexuais, por aqui, o GLS dizia respeito a lugares voltados ao público homossexual, mas que também poderiam ser frequentados por pessoas que não se reconheciam nessa identidade sexual. Assim, a figura do “simpatizante” surge como exaltação ao pluralismo e à tolerância mútua, ao estimular a presença de pessoas, em um mesmo espaço físico, independentemente de suas orientações sexuais. De tal modo que a noção de “GLS” contribuiu, de certa forma, para a diluição e expansão das fronteiras do gueto.

Inicialmente, a ideia de GLS foi associada também a um estilo de vida “moderno”, que supunha um padrão de vida de considerável custo financeiro e capital simbólico distintivo

(SIMÕES; FRANÇA, 2005, p. 314). Mas a inclusão do termo GLS ao cenário de lazer noturno da cidade acabou implicando que o termo foi sendo, gradativamente, percebido como sinônimo de “homossexual”, deixando de ser indicador de uma atitude “moderna” e passando a indicar simplesmente espaços de frequência homossexual (FRANÇA, 2007a). E, nesse sentido, a identificação de espaços de consumo voltados ao público homossexual com a sigla GLS acabou ajudando a impulsionar a expansão desse mercado e permitiu sua visibilidade para além do “gueto” (FRANÇA, 2007a).

De fato, o “circuito GLS” trazia uma configuração distinta do antigo “gueto”: “os espaços de consumo e sociabilidade passaram a incorporar em certa medida o discurso político do orgulho e visibilidade”, o que explicitava seu direcionamento a um público de orientação sexual determinada e era expresso pela adoção de símbolos popularizados pela militância, como a bandeira do arco-íris (FRANÇA, 2006b, p. 104).

O processo de emergência e consolidação de um mercado GLS não foi percebido sem desconfiança por militantes do movimento. França (2007b) identifica alguns aspectos dos discursos predominantes no então movimento GLBT em relação ao mercado GLS, que orbitavam em torno dos interesses dos atores do mercado e das possíveis consequências de sua atuação. Assim, salientava-se a “responsabilidade social” dos empresários em relação à “comunidade” e sinalizava-se o papel do mercado na aquisição da cidadania GLBT, mas havia também discursos que visavam desvincular “cidadania” e “consumo” (ainda que essa segunda concepção fosse mais pontual, geralmente atrelada a perspectivas socialistas). Os discursos também salientavam os processos de hierarquização e estratificação inerentes ao circuito GLS - por exemplo, o fato de grande parte do mercado GLS não considerar bissexuais, travestis e transexuais como integrantes da “comunidade” para a qual dedicavam seus serviços⁵⁴, embora tais categorias fossem constitutivas do sujeito político do movimento.

É digno de nota que, desde meados dos anos 90, de acordo com Isadora França (2007b), também passa a ser observado um discurso, fomentado por parcela dos empresários GLS, que aproxima as atividades de atores do mercado com atividades de militância, como veremos na próxima seção.

⁵⁴ As Blitz Trans constituíram uma resposta a situações de conflito que ocorriam quando identidades que compõem o movimento eram repudiadas pelo mercado. De acordo com França (2007b:308) “no ano de 2004, por exemplo, travestis organizadas politicamente através da associação que organiza a Parada do Orgulho GLBT realizaram as Blitz Trans, ocasião em que percorreram espaços de consumo do circuito GLS, apoiadas na lei antidiscriminação do estado de São Paulo, protestando contra estabelecimentos que sobretaxavam ou proibiam a entrada de travestis sob alegação da necessidade de ‘filtrar’ o seu público”.

4.4.2 Sobre as relações entre política e consumo

O discurso que aproxima as atividades de atores do mercado GLS com atividades de militância era pautado, sobretudo, no fato de que atores ligados ao mercado acreditavam que a sua atuação - por meio de atividades como festivais de cinema, editoras segmentadas, e espaços de lazer e sociabilidade - estimulava a auto-estima e colaborava para a formação de identidades positivas, o que era potencializado pela circulação de informação por meio de revistas e sites da mídia segmentada⁵⁵ (FRANÇA, 2007b). Desse modo, identidades sexuais compartilhadas e a realização de algum trabalho “voltado à comunidade” acabavam por aproximar mercado e militância, de modo que parte dos atores do mercado viam teor político de combate ao preconceito em suas atividades. Como narra a autora, a identidade homossexual compartilhada era mobilizada por esses atores para justificar seu engajamento em tais empreendimentos a despeito de dificuldades financeiras, ou seja, para muitos desses atores, o investimento em um negócio do mercado GLS era, muitas vezes, calcado em sentimentos pouco afeitos à racionalidade do mercado.

Nesse contexto, em que tais concepções se disseminavam entre atores do mercado GLS, alguns empresários desse circuito passaram a aparecer em jornais e revistas de grande circulação como representantes de “homossexuais bem-sucedidos”, sendo percebidos como exemplos positivos de uma postura de “orgulho” (FRANÇA, 2007b, p. 302).

No início dos anos 2000, tendo como pólo irradiador São Paulo, surgem também organizações de empresários especializados no público homossexual, cujo objetivo declarado era estimular e fortalecer o mercado GLS no Brasil. Simões e França (2005) pontuam a existência da Associação Brasileira de Turismo GLS (ABRAT-GLS), do Bureau de Negócios GLS e da Associação de Empresários Gays do Brasil.

As relações de consumo não tiveram implicações políticas somente para empresários, mas também para o público consumidor. De acordo com França (2007b:305) ocorreu o “surgimento de uma nova postura entre o público consumidor, que atua na garantia de seus direitos ao consumo como um caminho para a aquisição de cidadania enquanto GLBT”. Nesse sentido, consumidores passaram a agir com vistas a garantir seu direito ao consumo

⁵⁵ Sobre a relação do movimento com a mídia segmentada, França afirma que “boas relações com a mídia segmentada são um aspecto valorizado pelos militantes, pois a partir daí podem visibilizar seu trabalho e usufruir um canal direto de comunicação com a ‘comunidade’.” (FRANÇA, 2007b, nota 8).

quando sentiam que este estava sendo desrespeitado devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Ao longo dos anos 2000, em diversos casos os consumidores mobilizaram-se quando entenderam que seus direitos foram desrespeitados: no caso de gays e lésbicas, em geral, quando demonstrações de afeto foram coibidas e no caso de pessoas trans, muitas vezes era reivindicada a possibilidade de ingressar em determinados espaços (FRANÇA, 2012).

Em relação às mobilizações de gays e lésbicas, um exemplo de repertório que passou a ser bastante utilizado é o “beijaço”.

“O ‘beijaço’ é um tipo de protesto que vem se tornando comum no movimento homossexual desde 2002, quando o primeiro deles ocorreu num bar do eixo Paulista-Jardins. Nos mesmos moldes do *kiss-in*, tática política do movimento nos Estados Unidos e Europa, o ‘beijaço’ consiste numa demonstração pública de afeto entre homossexuais em locais em que essa prática é coibida, buscando visibilidade para esse público. O *kiss-in*, por sua vez, foi inspirado em estratégias de ocupação presentes nos movimentos de direitos civis desde a década de 1960, quando o movimento negro realizou os primeiros *sit-ins*, em que um grupo ocupava um estabelecimento onde sua presença fosse mal vista ou proibida.” (SIMÕES; FRANÇA, 2005, p. 320)

Isadora Lins França (2007b:306) salienta que os *beijaços* muitas vezes são articulados pelos próprios frequentadores (por vezes em ação conjunta com o movimento, quando aqueles procuram alguma entidade do movimento para denunciar algum estabelecimento de consumo). O primeiro *beijaço* de que se tem conhecimento no Brasil, de acordo com França (2012), ocorreu em São Paulo, em 2001, num bar de frequência de gays e lésbicas que havia expulsado duas mulheres por se beijarem no local. Apesar disso, salienta a autora, foi somente em 2003 que o termo “beijaço” se popularizou devido a uma manifestação ocorrida no Shopping Frei Caneca, em São Paulo.

Consumidores muitas vezes também recorreram a outros repertórios como a realização de campanhas *online* - com a divulgação de mensagens de denúncia em *blogs* e/ou em veículos da mídia segmentada - visando à transformação de discursos e práticas na mídia e em publicidades. Por exemplo, em 2009, ocorreu uma campanha na internet que pregava o boicote ao *Doritos*, marca de “salgadinhos” que veiculou uma propaganda considerada homofóbica. Tal propaganda foi objeto de contestação no Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) que acabou votando pela proibição do comercial (FRANÇA, 2012).

Por fim, vale pontuar que a relação entre cidadania e práticas de consumo também pode envolver ações relacionadas ao Estado. Nesse sentido, especialmente ao longo dos anos 2000, emergiram leis antidiscriminatórias em âmbito municipal e estadual, postulando

punição a estabelecimentos que discriminem cidadãos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. Embora tais leis tenham diferentes escopos, tem sido comumente utilizadas em relação a estabelecimentos comerciais. No caso do estado de São Paulo, trata-se da lei 10.948/01⁵⁶. São exemplos de usos da Lei Estadual 10.948/01: a ação reparatoria de dano moral, movida contra o Shopping Frei Caneca pelos rapazes no *beijaço* em 2003 (a ação foi considerada procedente em 2005); e o caso das *Blitz Trans*, realizadas em 2003, quando a Secretaria de Travestis e Transexuais da Associação da Parada do Orgulho GLBT realizou uma série de visitas a estabelecimentos na cidade de São Paulo⁵⁷.

4.5 “Diversidade Sexual”: Notas sobre um enquadramento interpretativo

Nesta seção, teço alguns comentários sobre a emergência da ideia de “diversidade sexual”, enquadramento interpretativo central para os processos concernentes a essa pesquisa, a fim de auxiliar no entendimento da trajetória do Diversidade Tucana. Abordar o enquadramento interpretativo de “diversidade sexual” impõe, antes, falar sobre o macroenquadramento⁵⁸ “diversidade”, noção mais ampla que se desdobra em noções como “diversidade cultural”, “diversidade racial” e “diversidade sexual”.

Desde meados dos anos 1990, as referências à “diversidade” tornaram-se, paulatinamente, mais presentes no debate internacional e nacional. No contexto político brasileiro, pode-se dizer que a pressão internacional para o cumprimento de acordos referentes a direitos humanos, aliada à atuação interna de movimentos sociais, motivaram discussões que acabaram resultando na formulação de políticas públicas que adotaram a noção de “diversidade”, sendo que a expressão tornou-se cada vez mais frequente nos títulos de

⁵⁶A título de exemplo, de acordo com informações do Portal do Governo do Estado de São Paulo, em abril de 2008, a Comissão Processante Especial (CPE) ligada à Secretaria de Justiça, desde 2002, havia recebido 87 processos dos quais 70 já tinham sido julgados. As denúncias eram majoritariamente da capital (59 casos), 14 de Campinas e as demais de outras cidades paulistas. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/1-conferencia-glbtt-reune-mais-de-400-pessoas-em-sp/>>. Acesso em: 19/11/2019.

⁵⁷A este respeito conferir França (2006b).

⁵⁸ Macroenquadramentos permitem a articulação de diversos enquadramentos interpretativos particulares mobilizados por diferentes atores sociais minimizando distâncias, disputas e conflitos entre diversos grupos sociais, movimentos, partidos e possibilitando, assim, ações mais ou menos coordenadas (TARROW, 2009). Para o que nos interessa mais diretamente nesta dissertação, a ideia de “diversidade” pode ser percebida como um macroenquadramento que permite a articulação de diferentes ideias (ainda que ligadas), tais como “diversidade sexual”, “diversidade cultural”, “diversidade racial”, etc.

programas e ações do governo brasileiro, bem como de suas secretarias e publicações⁵⁹ (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013).

Nesse sentido, alguns autores apontam que a Conferência de Durban, realizada em 2001, foi um marco a partir do qual a noção de *diversidade* passou a ganhar maior relevo nos planos, programas e políticas brasileiras, sendo que nesse momento também se difunde o uso das ideias de *diversidade cultural* e *diversidade étnico-racial* no vocabulário político do governo brasileiro (DEHESA, 2015; RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013). Não por acaso, alguns meses após a Conferência de Durban, a UNESCO lançou a *Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural*, na qual reconhecia a diversidade cultural como parte do patrimônio comum da humanidade e considerava o respeito à diversidade cultural como um direito e também como uma condição indispensável das políticas desenhadas para promover o diálogo entre os povos, a fim de garantir paz e prosperidade (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013).

De acordo com Rodrigues e Abramowicz (2013) a “ascensão” da noção de diversidade resultou, por um lado, que o governo brasileiro passou a usá-la como uma noção guarda-chuva em processos de negociação com vários grupos sociais e, por outro, possibilitou maior participação de grupos sociais, que puderam pressionar pela elaboração de políticas públicas (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013).

Mas diferentes autores apontam riscos inerentes ao uso do termo “diversidade”. Rafael de la Dehesa (2015), por exemplo, aponta o risco de usar a ideia de “diversidade” sob a rubrica do “multiculturalismo neoliberal” que, de acordo com o autor, tenderia a reduzir a desigualdade social à diferença cultural, incorrendo no simples elogio às diferenças, o que resultaria no apaziguamento de desigualdades. Em sentido semelhante, Rodrigues e Abramowicz (2013:18) pontuam o risco dos termos “diversidade” e “diferença” serem tomados como intercambiáveis, o que poderia esvaziar os sentidos políticos das “desigualdades”, visto que “sob o manto da diversidade, o reconhecimento das várias identidades e/ou culturas é atravessado pela questão da tolerância”, sendo que “pedir tolerância ainda significa manter intactas as hierarquias do que é considerado hegemônico”.

Uma vez esboçado o contexto no qual a noção de “diversidade” - e também “diversidade cultural” e diversidade racial” - passa a ser utilizada no Brasil, vale a pena refletir especificamente sobre a noção de “diversidade sexual”. Rafael de la Dehesa (2015) ao comparar o uso da noção de “diversidade sexual” no México e no Brasil, afirmou que

⁵⁹ Para uma discussão mais aprofundada desse processo, veja-se Rodrigues e Abramowicz (2013).

No início do meu trabalho de campo (1999-2002) [diversidade sexual] era um termo que eu ouvia em todo o México e em nenhum lugar no Brasil (...), quando voltei ao Brasil em 2006, descobri que os ativistas usavam o termo cada vez mais, embora não tanto em comparação com o México e de maneiras distintas (DEHESA, 2015, p. 298, *tradução livre*).

Nesse sentido, Isadora Lins França (2006a) localiza em meados da primeira metade dos anos 2000 o início da utilização da noção de “diversidade sexual” que passa então a dividir lugar com a sigla que dá nome ao movimento. Tal noção, segundo a autora, permitiria esquivar-se das disputas entre identidades que marcava o movimento àquela altura e, de acordo com ela, a utilização do termo “era encampada fortemente nos últimos anos por um incipiente movimento que se situa nas intersecções entre movimento estudantil e movimento homossexual” (FRANÇA, 2006b, p. 104). Nessa direção, é importante fazer referência à dissertação de mestrado de Stephanie Lima (2016) sobre a trajetória do então Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS), que surgiu como espaço destinado a suprir a carência de debates sobre “diversidade sexual” no âmbito do movimento estudantil. Em seu trabalho, a autora demonstrou que desde a primeira edição do Encontro, realizada em 2003, recorreu-se ao termo “diversidade sexual”. Em verdade, de acordo com a autora, um dos primeiros debates do ENUDS envolveu o nome do Encontro.

O debate político/teórico em torno da questão se centrou na incorporação do termo ‘diversidade sexual’, que já era utilizado pelo Prisma e pelo Diversidade⁶⁰ e apresentava-se como uma crítica a alguns militantes vinculados à ABGLT e que veiculavam um discurso visto como hegemônico e identitário. Neste cenário, era defendido o uso do termo ‘diversidade sexual’ para designar o campo político e científico no qual estavam inseridas as identidades GLBTs. (LIMA, 2016, p. 38).

Em relação a este processo, Lima (2016) discorre sobre o modo como o movimento LGBT era percebido pelos “enudianos” como “identitário”, isto é, preocupado com a natureza e interpretação das sexualidade, enquanto o recurso à noção de “diversidade sexual” era percebida como uma alternativa que possibilitaria diferentes formas de compreender, vivenciar e organizar politicamente a sexualidade. Neste sentido, a “diversidade sexual” era mobilizada por aqueles sujeitos como uma espécie de “termo coringa” que permitiria levar o debate para lugares nos quais a sigla LGBT não conseguiria chegar.

⁶⁰ O Prisma, da USP, e o Diversidade, da Unicamp, foram grupos universitários surgidos no início dos anos 2000 dedicados à discussão sobre diversidade sexual no âmbito do movimento estudantil (LIMA, 2016, p. 35).

Nessa direção, o termo passou a ser utilizado a fim de visibilizar as identidades que compunham a sigla GLBT, como expressão da diversidade diante de uma “heterossexualidade hegemônica” (FRANÇA, 2006a). Não por acaso,

Na medida em que a Parada crescia, os seus temas procuravam ser cada vez mais inclusivos e o discurso da diversidade sexual (que apresentava a possibilidade do apelo a uma gama variada de identidades sexuais) tornava-se mais forte (FRANÇA, 2006a, p. 114).

Naquele momento, em meados dos anos 2000, o termo “diversidade sexual” também passou a ser adotado em políticas públicas. Em São Paulo, por exemplo, deu-se a criação do *Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual da cidade de São Paulo* e da *Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual*, em 2005, durante a gestão municipal de José Serra (PSDB). Já em 2009, em âmbito estadual, durante gestão de Serra, foi criada a *Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual* e o *Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual*. Posteriormente, durante a gestão estadual de Alckmin (PSDB), em 2012, foi criado o *Museu da Diversidade Sexual*.

Por certo, o recurso ao enquadramento interpretativo da *diversidade sexual* por governos tucanos teve a ver com a sua consolidação em âmbito internacional e com seus claros impactos em nível nacional. Mas seu uso também está relacionado a determinadas concepções e projetos político-partidários. Dito de outro modo, o fato dessas políticas públicas terem sido empreendidas em governos tucanos parece ter determinado o uso do termo diversidade.

O partido [PSDB] trabalhava muito com o conceito de diversidade humana. E [a passagem da noção] de diversidade humana pra questão de diversidade sexual era apenas pra você poder delimitar [melhor] a questão do público [alvo]... E aí [no caso, era] um público GLBT. Como tinha muito isso, muita formalização, a gente foi um pouco nessa questão de diversidade enquanto pluralidade e fechando pra questão sexual que era mais vinculada a LGBT... E diversidade sexual era um termo que era utilizado, era utilizado pra fora [do partido], não era só dentro. Então, assim, quando você pensava, você pensava diversidade sexual vinculada a questão LGBT. Até se você [for] olhar, acho que o [programa] Brasil sem Homofobia, acho que traz nos preâmbulos essa questão da diversidade sexual (Entrevista com Cássio Rodrigo)

A este respeito, é ilustrativa a mudança de nomenclatura da CADS empreendida pela gestão de Haddad (PT), em 2013, quando o equipamento deixa de se chamar Coordenadoria dos Assuntos da Diversidade Sexual (CADS) e passa a ser denominado Coordenação de Políticas para LGBTI. Vale citar uma fala de Julian Rodrigues, que assumiu a Coordenação de Políticas para LGBTI, em 2013, concedida em entrevista a Bruno Puccinelli.

Era Coordenação de Assuntos da Diversidade Sexual. Isso aqui não tem assuntos da diversidade sexual, isso aqui não é nenhum fórum de debates. Fora que diversidade sexual não é população. Você tem que ter uma população para fazer política pública. Então, nós mudamos o nome. Então aí nós mudamos o nome pra “Políticas LGBT” (PUCCINELLI, 2017, p. 147)

Também gostaria de salientar que, ao longo dos anos 2000, o termo *diversidade sexual* e a sigla *GLS* parecem ter apresentado algumas afinidades. Provavelmente, isto deveu-se ao fato de que ambas as noções estão calcadas na ideia de tolerância às diferenças⁶¹, mas, certamente, também devido ao uso que diferentes atores sociais fizeram de tais noções.

Nesse sentido, a título de exemplo, é relevante que o próprio Festival Mix Brasil, no âmbito do qual foi cunhada a sigla *GLS*, tenha passado a adotar o termo “diversidade sexual” a partir de 1997 tornando-se “Festival Mix Brasil de Diversidade Sexual” (FRANÇA, 2006a).

Isadora França (2006a), ao referir-se sobre a relação entre a “cultura *club*” e a cena gay dos anos 1990, demonstra que os termos *GLS*, *mix* e diversidade sexual eram, de certa forma, intercambiáveis.

Além de atraírem o mesmo perfil de público, os primeiros *clubs* e os eventos tidos como *GLS* tinham ainda em comum esta definição mais ampla em relação à orientação sexual de seus consumidores habituais. Termos como ‘*GLS*’, ‘*MIX*’ e ‘diversidade sexual’ passam então a caracterizar esta rede de pessoas (FRANÇA, 2006a, p. 40).

Por fim, vale ressaltar que a emergência do macroenquadramento “diversidade” - e do enquadramento interpretativo “diversidade sexual” - foi acompanhada (e retroalimentada) pelo espraiamento das noções de “cidadania” e “cidadão” no cenário político brasileiro em detrimento de outras categorias (como “povo”, por exemplo) e pela passagem da ênfase na “igualdade” para a ênfase no “direito à diferença” nas reivindicações de atores da sociedade civil, como os movimentos sociais⁶².

⁶¹ De acordo com Regina Facchini (2002:125) “a sigla *GLS* não implica a ideia de ‘todos’ ou ‘qualquer pessoa’, mas, ao contrário, cria uma nova lógica de classificação dos indivíduos, abrindo a possibilidade de ser *gay*, *lésbica*, *simpatizante* ou *não-simpatizante*. Os *não-simpatizantes* estão excluídos desse novo grupo delimitado pela sigla *GLS* e pela ideia de ‘tolerância’, criando antes uma nova distinção entre homossexuais, os que mantêm uma relação de tolerância/simpatia para com eles e os que não mantêm tal relação. Essa lógica classificatória parece bastante enraizada na ideia de que as diferenças existem e devem ser preservadas ou ao menos toleradas, o que tem se intensificado no Brasil com a introdução do ‘politicamente correto’ e com a expansão dos ideais de direitos humanos”.

⁶² Para discussões sobre os impactos de tais deslocamentos para a atuação de movimentos sociais, veja-se Regina Facchini (2002) e Claudete Soares (2009).

4.6 Um olhar sobre São Paulo

Nesta seção, irei apresentar um contexto do movimento LGBT na cidade de São Paulo no início dos anos 2000. Ao longo dos anos 1990, foi possível observar o reflorescimento do MHB, após uma sensível diminuição na quantidade de grupos atuantes no início dos anos 1980. De acordo com Facchini (2002), em 1998, a ABGLT listava a existência de 68 grupos ou organizações do movimento, dos quais um número significativo⁶³ havia sido fundado em 1992, o que indica que naquele ano assistiu-se a uma grande expansão do movimento em termos quantitativos. Em relação aos grupos listados pela ABGLT, é importante notar que 30 deles encontravam-se na região Sudeste, dos quais 18 eram do estado de São Paulo. Dos 18 grupos paulistas, treze deles estavam localizados na cidade de São Paulo, que concentrava à época 19% dos grupos ou organizações listados pela ABGLT.

Nesse sentido, no âmbito de sua dissertação de mestrado, Facchini (2002) identificou, entre o final de 1996 e meados de 1999, a existência em São Paulo/SP de pelo menos 15 grupos ou organizações militantes voltados para o tema da homossexualidade, com diferentes formatos organizacionais: grupos de perfil comunitarista, ONGs e setoriais de partidos. Além disso, segundo a autora,

fariam parte da rede de relações desses grupos/organizações, também, ONGs-aids; grupos/organizações de outros movimentos sociais; agências estatais ligadas à questão da aids; comissões de direitos humanos nos vários níveis de governo; órgãos governamentais ligados à justiça e direitos humanos; políticos eleitos com plataformas de apoio à “comunidade gay”; atores ligados ao “mercado pink” ou GLS; imprensa gay; profissionais que se identificam como gays e lésbicas dentro da grande imprensa; empresas e veículos de comunicação que, por estratégias de segmentação de mercado voltaram seus produtos para o público “homossexual”; profissionais liberais como médicos, psicólogos e advogados que eventualmente apoiam as atividades nos grupos; intelectuais que se definam como “homossexuais” ou simpatizantes; artistas que produzam trabalhos tematizando a “homossexualidade” ou relações “homossexuais”; a ABGLT; a ILGA - *International Lesbian and Gay Association*; a *Anistia Internacional* e a *InterPride – International Association of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgendered Pride Coordinator, Inc.*, organização internacional de associações/grupos que promovem eventos de “Orgulho Gay”. (FACCHINI, 2002, p.134-135)

O VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, realizado em 1993 em Cajamar (SP), foi fundamental para a rearticulação do movimento tanto em São Paulo como nacionalmente. O evento contou com o aumento e diversificação dos grupos participantes - o

⁶³ Dos 68 grupos listados pela ABGLT, Facchini encontrou informações sobre a fundação de 39 grupos, dos quais 31 foram fundados em 1992.

que teve reflexo nas discussões empreendidas⁶⁴(FACCHINI, 2002; SANTOS, 2007). De acordo com Santos (2007), também foi importante para a rearticulação do movimento em São Paulo a realização da XVII Conferência da ILGA (International Lesbian and Gay Association)⁶⁵ no Rio de Janeiro, em 1995, pois mobilizou a participação de vários militantes paulistas. Marta Suplicy foi presidente de honra da Conferência e aproveitou a ocasião para apresentar a primeira versão de seu projeto de união civil⁶⁶ entre pessoas do mesmo sexo. O tema, segundo Santos (2007), acabou mobilizando boa parte das discussões durante o encontro e resultou, posteriormente, em uma reunião de militantes paulistas com Suplicy.

Em 1996, conforme citado na seção 3.4, ao menos dez gays, lésbicas e travestis candidataram-se à vereança no país. Nesse contexto foi lançada a primeira candidatura gay à Câmara Municipal de São Paulo. Elias Lilikan, então membro do Centro Acadêmico de Estudo Homoeróticos da USP (CAEHUSP), candidatou-se pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e embora tenha contado com apoio da então deputada Marta Suplicy, a candidatura não obteve sucesso. Gustavo Santos (2006, p. 34) acredita que isso deveu-se, ao menos em parte, à falta de apoio do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT (NGLPT) cujos membros acusavam o candidato de “extremo personalismo”.

Em 1997, durante a gestão Mário Covas (PSDB), foi elaborado o *Programa Estadual de Direitos Humanos* e, no âmbito municipal, durante a gestão de Celso Pitta (PPB), foi promulgado o *Plano Municipal de Direitos Humanos*. Ambos os documentos foram elaborados com participação da sociedade civil. Acredito que vale a pena citá-los, pois

⁶⁴ O primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), foi realizado em 1980, em São Paulo, com a participação de 8 grupos. A despeito da diminuição da quantidade de grupos que pôde ser observada ao longo dos anos 1980, continuaram a ser realizados encontros nacionais. Em 1984, em Salvador (BA), foi realizado o II EBHO que contou com a presença de 5 grupos (dos 7 então existente). De acordo com Regina Facchini (2002) em 1985 existiam apenas 6 grupos, em 1986 seriam 12 grupos e, em 1988, 8 grupos. Somente em 1989 foi realizado o III EBHO, em Rio de Janeiro (RJ), com a presença de 6 grupos. Em 1990, é realizado o IV EBHO, em Aracajú (SE), com a presença de 6 grupos. Em 1991, participaram 6 grupos do V EBHO, realizado em Recife (PE). A partir de 1992, quando é realizado o VI EBHO, em Rio de Janeiro (RJ), a quantidade de grupos nos encontros nacionais volta a crescer. A partir de 1995, de acordo com Facchini (2002:88), os encontros nacionais passam a receber financiamentos de programas estatais voltados ao combate de DST/Aids e passam a ocorrer concomitantemente aos encontros nacionais de “gays, lésbicas e travestis que trabalham com aids”. Durante o VIII EBGL, realizado em Curitiba (PR), em 1995, foi criada a *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)*, embora a demanda por uma rede ou entidade do movimento a nível nacional tenha surgido na prévia do II EBHO, em 1980, e no IV EBHO, em 1990. A ABGLT obteve a filiação de cerca de 80% dos grupos de gays, lésbicas e travestis presentes no encontro, mas foi alvo desde o início de questionamentos e oposição de outros grupos.

⁶⁵ Facchini (2002:94) afirmou que “de origem europeia e fundada em 1978, a ILGA está registrada, sob as leis da Bélgica, como uma organização não-governamental sem fins lucrativos de caráter internacional. A ONG contava, no momento da realização da sua 17ª Conferência, com cerca de 450 grupos associados em mais de 60 países”. É importante ressaltar que as relações do MHB com a ILGA datam pelo menos desde 1980, “quando ainda chama-se IGA e João Antônio Mascarenhas esteve presente a uma de suas conferências, na Itália”.

⁶⁶ O PL nº 1151/95, que versava sobre a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, foi apresentado pela então deputada Marta Suplicy (PT/SP). O projeto acabou nunca sendo aprovado (CÂMARA, 2018).

exemplificam o processo mais amplo de preocupação por parte do Estado brasileiro, em diferentes níveis e governos, com a agenda dos direitos humanos. Também é interessante notar que, ao menos no que diz respeito a homossexuais e transexuais, o documento municipal é bem mais contundente do que o PNDH I.

No caso do Programa Estadual de Direitos Humanos⁶⁷, no que concerne a homossexuais e transexuais, lê-se:

3.12. Homossexuais e Transexuais

286. Apoiar campanha pela inserção na Constituição Federal e na Constituição Estadual de dispositivo proibindo expressamente a discriminação por orientação e identidade sexual.

287. Apoiar programas de coleta e divulgação de informações junto a organizações governamentais e da sociedade civil sobre a questão da homossexualidade e transexualidade e da violência e discriminação contra gays, lésbicas, travestis e profissionais do sexo.

288. Pugar pelo julgamento e punição dos autores de crimes motivados por discriminação centrada na orientação ou identidade sexual.

289. Apoiar a criação e funcionamento de casas abrigo para adolescentes expulsos da família por sua orientação ou identidade sexual.

Já no caso do Plano Municipal de Direitos Humanos⁶⁸, ao referir-se a gays, lésbicas e travestis faz-se um apanhado histórico sobre a trajetória do movimento social e apresenta em sua introdução um tom crítico em relação ao governo federal e ao PNDH I.

Em 1997, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Nacional dos Direitos Humanos, como uma resposta à recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993. No entanto, *este governo tem sido responsável pela violação constante dos direitos humanos* quando elimina direitos sociais constitucionais, conquistas históricas dos trabalhadores (as) brasileiros (as) como a estabilidade, o contrato de trabalho e o próprio direito ao trabalho. Acrescenta-se a isso a redução drástica de políticas e ações sociais a ponto de ter aumentado o número de crianças sem escolas enquanto professores (as) são demitidos (as) sumariamente a pretexto de reduzir as despesas públicas. Além disso os direitos econômicos e sociais sequer foram mencionados. *Não se propôs nenhuma medida governamental que enfrentasse a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis.* Não foi definida uma forma de acompanhamento, fiscalização e implementação do Programa. Criou-se a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos vinculada ao Ministério da Justiça mas desprovida de meios orçamentários, o que a torna ineficaz.

Em relação às propostas que estabelece, lê-se:

⁶⁷ O texto do Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo encontra-se disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/programa-estadual-de-direitos-humanos-sao-paulo-1997.html>>. Acesso em: 10/09/2019.

⁶⁸ O texto do Plano Municipal de Direitos Humanos de São Paulo encontra-se disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/plano-municipal-de-direitos-humanos-pmdh.html>>. Acesso em: 10/09/2019.

PROPOSTAS:

Apoiar irrestritamente o Projeto de Lei de Parceria Civil Registrada entre as pessoas do mesmo sexo, de autoria da Deputada Federal Marta Suplicy;
 Criar os meios jurídicos, administrativos e políticos para o cumprimento do direito constitucional de ir e vir, sem restrições à orientação sexual;
 Criar iniciativas políticas e educacionais que efetivem programas de educação sexual especializados, no ensino básico e outros, respeitando a livre orientação sexual;
 Incentivar e apoiar eventos sócio-culturais de temática homossexual;
 Incentivar e apoiar os grupos de conscientização e emancipação das minorias sexuais;
 Apoiar e desenvolver campanhas contra o preconceito e a discriminação;
 Propor aos sindicatos, conselhos e entidades representativas que realizem debates sobre a situação dos homossexuais, lésbicas e travestis em seu ambiente de trabalho, que nos dissídios coletivos incorporem o item "assistência médica e social aos casais GLT", que realizem levantamento e façam o monitoramento das denúncias de demissão ou impedimento de acesso ao trabalho por discriminação quanto a orientação sexual;
 Elaboração de cartilhas específicas para cada setor que sofre discriminação e violência social e policial;
 Acompanhar e apoiar projetos de reestruturação da polícia, no sentido de contribuir para uma polícia comunitária;
 Constituição de assessoria jurídica junto a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, para acompanhar denúncias de violação dos direitos da pessoa humana, e denúncias de descumprimento de leis. Também para prestar assessoria aos grupos que estão se organizando juridicamente, quanto a legalização de suas atividades nas esferas públicas.

Infelizmente, não é possível tecer afirmações sobre os processos concernentes à elaboração desse documento. Contudo, é possível conjecturar que o tom crítico expresso no Plano Municipal de Direitos Humanos deveu-se, ao menos em certa medida, à participação de atores sociais alinhados ao Partido dos Trabalhadores, tais como o grupo CORSA⁶⁹ que teve atuação na formulação do PMDH.

Em junho de 1997 - após a organização de um pequeno ato na Praça Roosevelt no ano anterior⁷⁰ e após a realização de uma passeata ao final do IX EBGLT, que ocorreu na cidade de São Paulo -, é realizada a primeira Parada do Orgulho GLT que reuniu cerca de duas mil pessoas. Em 1999, ano de fundação da *Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros*, o evento passa a denominar-se *Parada do Orgulho GLBT* e reuniu por volta de 30 mil pessoas. Desde então, as Paradas foram crescendo em público e se consolidaram como a principal manifestação do movimento, valendo-se da estratégia de incidência massiva pautada na ideia de visibilidade positiva.

⁶⁹ Regina Facchini (2002:176) narrou a participação do grupo CORSA nas reuniões de formulação do Plano Municipal de Direitos Humanos.

⁷⁰ O ato foi realizado no dia 28 de junho de 1996, na Praça Roosevelt e reuniu entre 100 e 150 pessoas. Esse ato foi organizado por diversos grupos - CORSA, NGLPT, CAEHUSP, Rede Um Outro Olhar, Projeto Etcétera e Tal, APTA e anarco-punks - e foi idealizado e estimulado por Paulo Giacomini, que já havia sido militante do CORSA anteriormente, e na época era colunista da Revista da Folha, onde se comprometeu a divulgar a manifestação (FACCHINI, 2002, p.142).

Em 2000, Edson Nêris foi assassinado por um grupo de *skinheads* na Praa da República. O caso ganhou grande repercussão e foi mote para diversas aoes do movimento. De acordo com Santos (2007) e Facchini (2002), a discussão sobre “crimes de ódio” que o caso levantou, teve impactos no aprofundamento do diálogo com comissões parlamentares, autoridades do judiciário e secretarias de justia e direitos humanos nos diferentes âmbitos estatais. No ano seguinte, em 2001, foi aprovada a Lei Estadual 10.948/01 que pune “toda manifestao atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transg nero” que viria a constituir base legal para aoes do movimento e de indivíduos, tais como os *beijaos*. A aprovao da lei, segundo Santos (2006), deveu-se   articulao entre lideranas do movimento social e o deputado Renato Simões (PT).

Em 2000, Marta Suplicy   eleita prefeita de São Paulo. Inicialmente, a eleio de Marta, então conhecida por sua atuao em prol dos direitos homossexuais, foi interpretada pelo movimento como a abertura de possibilidades de maiores contatos com o poder público. De acordo com Santos (2006:36), Suplicy implementou no âmbito municipal diversas aoes voltadas à comunidade GLBT: possibilidade de recebimento de pensão por parte de parceiros homossexuais no Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (Ipem); apoio logístico para a realizao das Paradas do Orgulho GLBT; capacitao de professores e funcionários da rede pública municipal com o projeto “Educando para a diversidade”; a garantia de um representada GLBT no Oramento Participativo, entre outras aoes. Mas a relao da prefeita com o movimento também foi permeada de tensões, como o caso de fechamento do “Autorama”, espao de sociabilidade gay localizado ao lado do Parque Ibirapuera⁷¹ e também o fato de não ter sido criado em sua gestão o “Centro de Ateno GLBT”, embora a ideia tivesse sido aprovada no Oramento Participativo da cidade de São Paulo (SANTOS, 2006).

Em 2002, de acordo com Gustavo Santos (2006), o movimento em São Paulo sofre um “racha interno”⁷². O estopim do conflito foi o questionamento em relao   prestao de

⁷¹“A prefeitura interditou o local, sob a alegao de que o lugar estava sendo utilizado como ponto de prostituio e tráfico de drogas. Menos de um mês depois, o então presidente da Associao da Parada do Orgulho GLBT interveio e o espao foi reaberto sob a condio de se criar um grupo de discussão sobre seu funcionamento. De onde partiu a proposta de tornar o espao um ‘jardim gay’. Embora apoiada por setores do movimento homossexual, a ideia foi criticada por vários militantes como sendo um ‘fact ide’ e uma ‘ao para normatizar a vida sexual das pessoas’.” (SANTOS, 2007, p. 131).

⁷²“  interessante notar que os conflitos internos ao ativismo LGBT em torno da vinculao do movimento a partidos políticos não se restringem ao movimento LGBT paulistano. Em 2005, o movimento LGBT de Porto Alegre (RS) vivenciou semelhante ‘racha’, quando da organizao da Parada Livre na cidade. O grupo Nuances, que havia sido responsável pela organizao da Parada Livre de Porto Alegre até então, acusou o Fórum LGBT de Porto Alegre de querer ‘partidarizar’ o evento, utilizando-o supostamente para promover lideranas homossexuais vinculadas ao PT. J  o Fórum LGBT acusou o Nuances de querer supostamente monopolizar a organizao da Parada, difulcando a participao de outros grupos do movimento LGBT local na organizao do

contas da diretoria da Associação da Parada, mas “um dos pontos principais do conflito girou em torno da candidatura do então presidente da Associação da Parada a deputado federal” que foi acusado por parte dos integrantes da diretoria da Associação de se utilizar da visibilidade da Parada para alavancar a sua carreira política. Outros pontos que geraram tensão foram um acordo entre o então presidente da Associação da Parada e atores do mercado GLS e a suposta vinculação da Associação com partidos políticos, em especial com o PT (SANTOS, 2006).

Na leitura de Gustavo Santos (2006), esse racha acabou comprometendo a relação do movimento com a prefeitura, visto que o presidente da Associação da Parada possuía uma ligação próxima com a prefeita Marta Suplicy (PT). Para o autor, isso explicaria a limitação do diálogo entre prefeitura e movimento, que teria inviabilizado a criação do Centro de Atenção GLBT. Essa tensão é evidenciada por uma matéria da Folha de S. Paulo sobre a Parada GLBT de 2003. Segundo a matéria, embora tenha comparecido à Parada, a então prefeita teria se mantido “distante da organização do evento”.

O presidente da Associação da Parada do Orgulho GLBT, Nelson Matias Pereira, lamentou a ausência de Marta no trio elétrico da organização. “Espero que não tenha sido um melindre dela por nossas cobranças”, afirmou Pereira. Segundo ele, no último ano a associação passou a cobrar da prefeitura ações mais concretas em políticas públicas voltadas à homossexualidade, como um centro de referência com apoio jurídico, médico e psicológico para homossexuais. “Não é porque a apoiamos que vamos deixar de criticá-la quando necessário.” (Folha de S. Paulo, 23 de junho de 2003).

A despeito das cobranças do movimento em relação à Prefeitura, foi somente em 2005, durante a gestão municipal de José Serra (2005-8)⁷³, que se deu a criação da *Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual*, que foi acompanhada pela criação do *Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual da Cidade de São Paulo* e pelo *Centro de Referência e Combate à Homofobia*. Sobre esses processos, um militante do Diversidade Tucana afirmou:

Em 2004, na eleição para prefeitura, a prefeita Marta Suplicy perde a reeleição pro José Serra. O movimento LGBT vai até a prefeitura fazer um apelo pra [que a] então prefeita criasse um órgão, uma coordenação LGBT, uma coordenação de diversidade sexual... Por quê? Porque Serra do PSDB ganhou e pra parcela do movimento LGBT, mais alinhado ao PT, aquilo significaria que o movimento LGBT jamais teria um espaço naquele governo. Marta Suplicy não recebe o movimento LGBT, o Serra assume no dia 1 de janeiro e no seu quadragésimo dia de mandato cria por decreto o primeiro órgão executivo de políticas públicas LGBT do Brasil. (Wagner Gui Tronolone, durante o evento *O PSDB e a Diversidade: Que tal?*).

evento. O resultado do conflito foi a realização de duas Paradas na cidade (Parada Livre e Parada do Orgulho GLBT) em 2005” (SANTOS, 2014, p. 13).

⁷³ Embora José Serra tenha sido eleito prefeito de São Paulo, em 2004, para a gestão 2005-8, o tucano não cumpriu todo o mandato, pois foi eleito para o governo do estado de São Paulo para a gestão 2007-10.

O trecho reproduzido acima é interessante, pois faz referência à apreciação que atores do movimento LGBT fizeram das mudanças nas oportunidades políticas, por ocasião das eleições municipais de 2004. Com a derrota de Marta Suplicy (PT), o governo deixava de estar nas mãos de um partido historicamente aliado à causa e passava para o PSDB, que era visto com desconfiança por parcelas do movimento. Havia, por parte do movimento, a expectativa de travar maiores diálogos com as gestões petistas, mesmo que a interação com a gestão de Marta Suplicy não tenha sido isenta de conflitos, como já pontuei anteriormente.

Outra consequência do racha, conforme apontado por Santos (2006), teria sido o isolamento dos grupos paulistanos e a dificuldade de realizar atividades conjuntas⁷⁴. Tal cenário parece ter resultado na desarticulação do Fórum Paulista LGBT no início dos anos 2000, sendo que o Fórum só viria a se rearticular em 2004, após deliberação do II Encontro Paulista GLBTT (os processos concernentes ao Fórum serão abordados na seção seguinte). Pouco tempo após a rearticulação do Fórum (e do movimento), houve polêmica em torno da indicação de um coordenador para a recém-criada CADS (SANTOS, 2006).

Após a criação da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual (CADS), segundo Santos (2006), a prefeitura organizou uma reunião, da qual participaram diversas lideranças do movimento, a fim de escolher uma pessoa para a coordenação do órgão, mas não houve consenso sobre o nome e então o movimento elencou critérios - contato com a temática homossexual e experiência em gestão pública - que deveriam nortear a escolha. Cássio Rodrigo afirmou⁷⁵ que a avaliação do movimento e da Secretaria de Participação e Parceria foi de que deveria ser um “nome emblemático” e, a partir disso, a prefeitura indicou Celso Curi⁷⁶, que permaneceu no cargo entre abril e junho de 2005, sendo substituído por seu assessor Cássio Rodrigo (de julho de 2005 até janeiro de 2009). Posteriormente, Franco

⁷⁴ Posteriormente, entre 2004 e 2005, o movimento homossexual local era formado “por uma ampla gama de grupos e indivíduos que expressam uma pluralidade de ideias e de formatos organizacionais” (SANTOS, 2006, p. 41). Gustavo Santos (2006) mapeou 14 grupos atuantes na cidade de São Paulo entre 2004 e 2005, quando realizou sua pesquisa, a saber: Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo; Grupo CORSA; Instituto Édson Nêris; Grupo Prisma - DCE/USP; INOVA - Famílias GLBTT; Coletivo de Feministas Lésbicas; Instituto Ser Humano; Grupo E.L.E.S.; Grupo E-Sampa; AMAM (Associação de Mulheres que Amam Mulheres); Grupo Minas de Cor; Grupo “Flor do Asfalto”; Núcleo de Gays e Lésbicas do PT; Setorial GLBT do PSTU.

⁷⁵ Entrevista de Cássio Rodrigo a Heloísa Alves e Jaime Braz Tarallo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fMFYWXVTOI>>. Acesso: 18/12/2019.

⁷⁶ De acordo com meus interlocutores de pesquisa, a escolha de Celso Curi foi uma espécie de homenagem a ele que, durante o período ditatorial, assinava a “Coluna do meio” - tendo sido processado por conta disso. Mas não deixa de ser interessante notar que Curi foi dono de uma casa noturna, o “Espaço OFF”, o que também coloca sua atuação na linha tênue entre movimento e mercado.

Reinaudo, então presidente da ABRAT-GLS, assumiu a coordenação da CADS. Ambos, Cássio Rodrigo e Franco Reinaudo, atuaram no Diversidade Tucana⁷⁷.

Outras polêmicas também envolveram a CADS ao longo dos anos 2000. No início, segundo Gustavo Santos (2006:39), as atividades da CADS ainda eram incipientes (o autor afirma que se resumiam a alguns eventos, como uma “festa *country*” e uma apresentação de teatro no Autorama) e alvo de algumas críticas pela suposta “falta de diálogo da prefeitura com o movimento”, bem como pela “delegação ao movimento da tarefa de encontrar local para implementação do Centro de Referência GLBT”.

As tensões em torno da atuação da CADS e questionamentos em relação à suposta falta de atividades parecem ter sido recorrentes. Decidi não elencar as realizações da CADS durante o período estudado, pois isso fugiria ao escopo desta pesquisa, mas acredito que vale a pena fazer referência a uma mensagem enviada por um notório militante ligado ao setorial LGBT petista, no dia 28 de outubro de 2007, na lista de email do Fórum Paulista. Na referida mensagem, ele faz um relato sobre uma reunião de “balanço da atuação da CADS”⁷⁸ e expressa a sua surpresa em relação às atividades realizadas pela CADS.

Balanço de atuação da CADS - Prefeitura de São Paulo

Na sexta-feira passada foi realizada uma reunião ampliada do Conselho Municipal de Direitos dos GLBT (pra falar a verdade eu nem sei se esse é o nome correto, mas vá lá), que andou meio devagar neste ano de 2007 por problemas de comunicação entre os membros e também porque a CADS - Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual, órgão da Prefeitura de São Paulo, estava às voltas com a edição de um novo decreto do prefeito que reformulasse a composição daquele Conselho.

A reunião foi resultado de uma conversa informal solicitada por alguns grupos paulistanos: IEN, Inova, CFL e CORSA, os quais cobraram da CADS, além dos eventos pontuais, uma política pública pró-GLBT mais clara e incisiva.

A CADS convocou então a militância da cidade para apresentar uma espécie de balanço de sua gestão. Eu confesso que, seguindo o relato, fiquei impressionado com a quantidade de coisas que foram realizadas.

(...)

⁷⁷ Apesar de sua atuação no grupo, nenhum dos dois foi indicado pelo DT para a coordenação da CADS. Cássio já atuava como coordenador da CADS antes do DT sequer existir. Já Franco, segundo relatos, tornou-se coordenador por indicação direta de Marcos Fernandes.

⁷⁸ Um de meus interlocutores, que coordenou a CADS, narrou que adotou a tática de conferir a coordenação dessas reuniões de balanço a militantes alinhados ao PT. Segundo ele, tal expediente permitia que os militantes realizassem um “balanço crítico da gestão”, o que o isentaria de desconfianças de fazer “balanço chapa branca”.

4.6.1 Notas sobre o Fórum Paulista LGBT

A despeito de algumas referências à atuação do Fórum Paulista LGBT presentes na literatura (FACCHINI, 2002; SANTOS, 2006; FRANÇA, 2006a; BULGARELLI, 2018), não há trabalhos que o tenham abordado como objeto de pesquisa. Tendo em vista esta escassez de referências e considerando também o papel relevante que o Fórum Paulista teve para a organização da I Conferência Estadual GLBT, realizada em 2008 - processo que será abordado no capítulo seguinte -, pareceu necessário empreender algum esforço a fim de contribuir, ainda que modestamente, para a reconstrução da história desta importante experiência da militância LGBT paulista. Para tanto, recorri à literatura acadêmica, aos sites da mídia segmentada e também aos meus interlocutores de pesquisa a fim de reunir algumas informações sobre o Fórum Paulista LGBT.

Grosso modo, pode-se definir o Fórum Paulista (doravante FP) como uma rede de militância, surgida em 1999⁷⁹, que congregava diversos grupos e ONGs LGBT do estado de São Paulo. Vejamos, então, como se deu o processo de criação do FP.

Na avaliação de Regina Facchini (2002), de certo modo, a formação do FP expressou a solidificação de alianças que envolviam alguns grupos, notadamente o CORSA, NGLPT e Identidade⁸⁰, por ocasião da recém-fundada Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT). Àquela altura, havia uma tensão entre parte significativa das organizações que compunham o movimento LGBT em São Paulo – em especial o CORSA⁸¹ e outros grupos que eram seus parceiros - e a então Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e

⁷⁹ Em sua dissertação de mestrado, Regina Facchini (2002:143) remonta a constituição do Fórum LGBT Paulista “a partir de maio de 1999”, o que de certa forma é corroborado por uma publicação do site *Athos GLS* intitulada “Taboão da Serra recebe a Caravana do Fórum Paulista LGBT” na qual afirma-se que o Fórum é um “espaço de articulação das organizações do Movimento LGBT no Estado de São Paulo construído a partir do I Encontro Paulista GLBTT em 1999”. Por outro lado, em uma matéria do site *A Capa*, “Fórum Paulista LGBT lança novo site; Salete Campari e Beto de Jesus serão colunistas”, publicada por ocasião do lançamento do site do Fórum, em 2009, está indicado que o Fórum foi fundado em 1998 sendo “fruto do Fórum Paulistano” e que teria sido criado, teoricamente, quando ativistas avaliaram que era necessário agregar a atuação dos grupos da capital com a luta dos grupos do grande ABC e interior do estado. Não obtive acesso a documentos ou narrativas que corroborem esta segunda versão que remete à criação do FP ao ano de 1998. Inclusive, Facchini (2002:185) situa a emergência do *Fórum GLBT da Cidade de São Paulo* como posterior à eleição de Marta Suplicy para a prefeitura de São Paulo, em 2000.

⁸⁰ Trata-se do então recém-fundado Identidade – Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual, de Campinas (FACCHINI, 2002, p. 178).

⁸¹ Regina Facchini (2002) narra como a relação entre o CORSA e a ABGLT nunca foi propriamente amistosa. De acordo com a autora, desde 1996 alguns membros do CORSA defendiam a filiação à ABGLT, o que veio a ocorrer somente em 1998. Nesse ínterim, o CORSA manteve um discurso bastante crítico em relação à ABGLT. A filiação à ABGLT, visando uma maior inserção do grupo em fóruns nacionais e transnacionais não significou uma adesão incondicional à entidade, antes, havia a disposição de questionar a ABGLT por dentro. Nesse sentido, CORSA, NGLPT e Identidade, contrapunham-se a outras entidades que compunham a ABGLT.

Transgêneros (ABGLT), de tal modo que a criação do FP pode ser encarada como uma forma destes grupos contraporem-se à entidade nacional.

As críticas dos grupos paulistas à ABGLT referiam-se, sobretudo, à formação de uma entidade nacional verticalizada, com centralização de poder e cujo foco era o ativismo organizacional. Tais críticas davam vazão ao modo como parte significativa dos ativistas paulistas pensava que deveria se dar a atuação do movimento, isto é: um ativismo baseado na visibilidade massiva, cujo exemplo máximo era justamente a Parada de São Paulo, ocorrida pela primeira vez em 1997.

Pouco antes da fundação do FP, em 1998, a ABGLT estava empenhada na elaboração do Projeto SOMOS⁸² que visava a formação de lideranças e a sua capacitação para a prevenção de DST/AIDS. O SOMOS foi criado em 1999 por meio de uma parceria entre o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, que financiava o Projeto, e a ABGLT que coordenava a sua execução por meio de organizações afiliadas e parceiras. Ao longo de sua existência, o Projeto congregou iniciativas educativas voltadas à prevenção de HIV/AIDS; atividades de *advocacy*; e ações para o fortalecimento de organizações da sociedade civil voltadas à cidadania LGBT.

Em um primeiro momento, o SOMOS “previa a criação de quatro centros voltados para a formação e capacitação de grupos e militantes para o trabalho com prevenção ao HIV/AIDS”, sendo um deles em São Paulo – o que não ocorreu como o planejado (FACCHINI, 2002, p. 180). Sobre este processo, Regina Facchini afirmou que

O centro formador localizado em São Paulo, estratégico por se tratar do estado com o maior número de casos notificados, teve sua coordenação atribuída, pela ABGLT, ao CAEHUSP. Esse fato gerou grande descontentamento entre alguns dos grupos locais, que questionavam o processo dessa indicação e argumentavam que o CAEHUSP não era o grupo que tinha tradição no trabalho com AIDS e que, além disso, era um grupo que mantinha relações ruins com os outros grupos locais. A reação do CORSA, do NGLPT e do Identidade se intensificou a tal ponto que representantes da Secretaria para a Região Sudeste e Secretaria Geral da ABGLT chegaram a intervir em reuniões locais do projeto. Os questionamentos com relação ao CAEHUSP, no entanto, não foram controlados, fazendo com o que o centro formador fosse, posteriormente, deslocado de São Paulo (FACCHINI, 2002, p. 180).

Os conflitos no interior da ABGLT perduraram até a desfiliação do CORSA e de outros grupos, o que ocorreu algum tempo depois da formação do FP, em meados do segundo

⁸² Informações obtidas na cartilha “SOMOS – Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH” elaborada pelo Ministério da Saúde, em 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_somos.pdf>. Acesso em: 13/12/2020.

semestre de 1999. De todo modo, como pontuado acima, o fato do Projeto SOMOS ser vinculado à ABGLT acabou alijando os militantes paulistas de suas ações voltadas à prevenção de HIV/AIDS. Diante deste cenário, começou a ganhar força entre diversos militantes paulistas a ideia de criar uma espécie de “Associação Paulista LGBT”.

Assim, em busca de constituir uma entidade cuja diretoria não fosse alheia à sua base, optou-se pela criação de um *Fórum* e não uma *Associação*: esta última precisaria cumprir requisitos legais, enquanto um Fórum tratava-se de um formato mais livre. Nesse direção, a formação do FP deve muito ao Fórum HSH: não somente em relação ao formato organizacional que acabou sendo adotado, mas, também, em decorrência das interações que o Fórum HSH possibilitou para diversos ativistas paulistas, visto que o Programa Estadual de DST/AIDS custeava o transporte de ativistas do interior para se deslocarem até a capital paulista para as reuniões do Fórum HSH, o que propiciava contatos entre ativistas e grupos e fez emergir a percepção de que os grupos e ONGS de diferentes regiões do estado de São Paulo poderiam (ou mesmo que *deveriam*) possuir uma articulação mais bem estruturada.

Como o FP não possuía estatuto jurídico, a entidade não estava apta para receber diretamente recursos financeiros. Por isso, as atividades do FP costumavam ser financiadas pelos grupos que compunham a entidade. Assim, em alguns casos, as atividades realizadas no âmbito do FP acabavam contando com o apoio financeiro indireto do Programa de DST/AIDS do estado de São Paulo⁸³ que costumava destinar recursos para o financiamento de entidades da sociedade civil (em muitos casos, entidades que compunham o FP, como o grupo CORSA, por exemplo). Em relação a este ponto, é importante dizer que àquela altura a maioria das organizações do movimento estava localizada em São Paulo, por isso, havia a avaliação por parte do CRT-AIDS da necessidade de que houvesse um projeto similar ao Projeto SOMOS voltado ao enfrentamento à epidemia abrangendo todo o estado de São Paulo (por isso, criou-se o Projeto Redes - que será abordado adiante).

⁸³ Facchini (2002) afirmou que em seus primórdios o FP não contava com a presença de organizações financiadas - o que causava dificuldades de ordem financeira e levou o FP a aproximar-se do Programa Estadual de DST/Aids, a partir do *Fórum HSH* (FACCHINI, 2002). É importante dizer que o Programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde teve papel fundamental ao assumir que o enfrentamento à epidemia passava pela recuperação da auto-estima dos sujeitos, por isso, o Programa passou a financiar eventos, encontros e Paradas a fim de que instâncias estaduais e municipais pudessem ir à rua atuar na prevenção de DST/AIDS por meio da distribuição de materiais. Em verdade, os programas de DST/AIDS, em âmbito nacional e estadual, buscavam o fortalecimento da população LGBT, pois para o poder público estava clara a importância de fortalecer grupos LGBT, ações e atividades políticas e culturais voltadas a esta população. Nesse sentido, a militância possuía papel importante no combate às DST/AIDS.

O Fórum atuou por alguns anos, até passar por um processo de desarticulação no início dos anos 2000, sendo que após deliberação do II Encontro Paulista GLBT⁸⁴, em 2004, acabou sendo rearticulado nos meses que se seguiram ao encontro (SANTOS, 2006; FRANÇA, 2006a). O processo de desarticulação do Fórum é um pouco nebuloso. Isadora Lins França (2006a:95) afirmou apenas que o Fórum “foi se esvaziando ao longo do tempo e uma nova tentativa de articulação aconteceu no ano de 2004”. Gustavo Santos (2006) também não define explicitamente o momento em que a desarticulação do Fórum teria ocorrido, mas afirma que uma consequência do já referido “racha” do movimento na capital paulista, em 2002, foi “o isolamento dos grupos do movimento paulistano e a dificuldade de realizar ações conjuntas” (SANTOS, 2006, p. 39), o que permite conjecturar que a desarticulação do Fórum pode ter sido motivada por tal “racha”.

Após a sua rearticulação, em 2004, o FP passou a ganhar cada vez mais destaque em âmbito regional e, posteriormente, nacional. De acordo com narrativas de alguns interlocutores, por volta de 2006 o Fórum passou a ter grande destaque devido à condução do Projeto Redes. Como já citado, os militantes paulistas tinham divergências em relação aos encaminhamentos do movimento em âmbito nacional, encabeçados pela ABGLT, em especial à condução do Projeto SOMOS. Diante deste cenário, acabou sendo desenvolvido em São Paulo, via FP, o Projeto Redes, que foi coordenado pelo Grupo CORSA em parceria com outras organizações, já que o FP não era uma entidade juridicamente constituída.

Grosso modo, o Projeto Redes consistia na formação de ativistas e de organizações no estado de São Paulo, por meio de uma metodologia focada em organizações “mães e filhas”, isto é, havia algumas “organizações mães” que eram responsáveis pela mentoria de suas “organizações filhas”. O estado estava dividido em cinco macrorregiões e três “organizações mães” estavam responsáveis, cada uma, por uma ou duas destas macrorregiões. Às organizações mães cabia organizar encontros regionais e estaduais, enquanto as organizações filhas eram identificadas, formadas e qualificadas pelas suas “mães”. Tal metodologia permitiu formar uma rede de organizações LGBT com capilaridade pelo estado de São Paulo.

Embora não tenha obtido acesso a dados mais precisos, as narrativas de meus interlocutores foram unânimes ao apontar que o Projeto Redes possibilitou o aumento significativo do número de organizações no estado de São Paulo, o que implicou no

⁸⁴ Obtive acesso a um documento que compilava as propostas do II EPGLBT, realizado em 2004. Dentre as dezenas de propostas constava a rearticulação do FP visando: a) a melhoria da comunicação entre os grupos do estado de São Paulo; b) a criação de uma agenda única para o movimento a nível estadual; c) a difusão de conhecimento produzido nos âmbitos da academia e da militância; e d) o estímulo a criação de Fóruns Regionais, visando o fortalecimento de grupos locais.

crescimento e fortalecimento do FP ao longo da segunda metade dos anos 2000. Neste contexto, foi possível observar não só a criação de organizações, mas também a mudança no perfil de diversas organizações que já atuavam no cenário paulista⁸⁵.

Neste sentido, é importante dizer que o crescimento do FP foi acompanhado pela diversificação de seus militantes e, conseqüentemente, pelo aumento das disputas político-partidárias no FP. De acordo com as narrativas a que tive acesso, o auge deste processo pôde ser observado a partir de 2008 (momento no qual o FP teve papel fundamental na organização da Conferência Estadual LGBT), sendo que em meados de 2010 houve uma importante ruptura no FP motivada por tais tensões. Tal processo será abordado adiante. Antes, gostaria de elencar as principais características do FP na segunda metade dos anos 2000.

Como já mencionado, o FP não possuía personalidade jurídica e isto implicava que as ações que dependessem de recursos financeiros eram viabilizadas por meio do levantamento de fundos das organizações que compunham a entidade. Em geral, as organizações conseguiam financiamento do poder público, notadamente do CRT/AIDS de São Paulo, por meio da parceria no enfrentamento à pandemia de HIV/AIDS.

Apesar de nunca ter se formalizado juridicamente, o FP possuía um regimento interno com regras de funcionamento e convivência que reproduzo, abaixo. Para ter acesso ao Regimento Interno do FP, recorri ao site <https://archive.org/> - que permite o acesso a algumas informações de páginas da internet que não se encontram mais disponíveis online. Apesar de ser um recurso relativamente precário - visto que as informações se restringem ao conteúdo de alguns dias que constam no banco de dados e não oferece acesso a todas as funcionalidades dos sites originais -, pude encontrar algumas informações interessantes sobre o Fórum em seu site, criado em 2009.

Sobre o site do Fórum, de acordo com informações de militantes que idealizaram o projeto, o seu foco era concentrar informações de interesse da comunidade LGBT do estado de São Paulo, como as atividades do movimento e também as informações referentes ao próprio Fórum⁸⁶. Reproduzo abaixo a íntegra do regimento do Fórum, aparentemente elaborado em 2007, que encontrava-se disponível no site.

⁸⁵ De acordo com Ariane, por um lado, as organizações voltadas à questão da epidemia de HIV/AIDS passaram a abarcar questões referentes à cidadania e aos direitos LGBT; e, por outro lado, organizações voltadas à confraternização e sociabilidade de sujeitos LGBT passaram a ter uma atuação mais “orgânica” visando a busca por cidadania e, conseqüentemente, preocupando-se também com o enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS.

⁸⁶ Disponível em: <<https://acapa.disponivel.uol.com.br/forum-paulista-lgbt-lanca-novo-site-salete-campari-e-beto-de-jesus-serao-colunistas/>>. Acesso em: 25/01/2021.

Regimento Interno do Fórum Paulista GLBTT

Outubro de 2007

Sobre as Reuniões do Fórum Paulista:

- a) As reuniões mensais do Fórum terão 1 a 2 horas dedicadas a formação e/ ou análise de conjuntura
- b) As reuniões serão organizadas com tempo marcado, pauta elaborada anteriormente e divulgação imediata da ata.
- c) Indicação de um secretário(auxiliar da Executiva), responsável pela burocracia e pelas questões relativas ao projeto de sustentação do Fórum Paulista, quando houver.

Sobre a Comissão Executiva – Composição e Funções:

- a) A Comissão Executiva do Fórum será composta por 4 (quatro) membros/as, sendo que, no mínimo, 50% da comissão seja formada por pessoas com identidade de gênero FEMININA (lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e mulheres transexuais)
- b) A eleição da executiva se dará através de composição de chapas
- c) A Executiva tem um maior protagonismo nas proposição de ações entre uma reunião e outra . Tem a tarefa de representar o Fórum em diversos eventos, junto ao poder público e demais entidades.
- d) Cabe a Comissão Executiva elaborar a pauta baseando-se nas pendências e deliberações da reunião anterior e após consulta do coletivo do Fórum Paulista GLBTT via e-mail.
- e) Agendamento de data, horário e local das reuniões
- f) Manter atualizado o número de grupos, ONGs, Movimentos ou militantes independentes que compõe o Fórum Paulista GLBTT
- g) Na tarefa de representação institucional deve se agregar outros/as integrantes do Fórum de acordo com a necessidade.
- h) Estabelecer contatos com grupos e segmentos que ainda não participam do Fórum Paulista GLBTT para que incorporem-nos.

Sobre o processo de deliberação :

O processo de deliberação nas reuniões do Fórum se darão da seguinte forma:

- a) um voto por grupo ou ONG
- b) militantes independentes não votam

Adesão ao Fórum:

- a) Os novos grupos que aderirem ao Fórum devem escrever uma carta destinada à Executiva do Fórum e participarem de no mínimo três reuniões , caso não houver questionamentos, será formalizada sua entrada ao Fórum Paulista GLBTT

Também apresento informações sobre o funcionamento da Comissão Executiva do FP, obtidas a partir de documentos cedidos por uma interlocutora – o documento encontra-se no Anexo A. A Comissão Executiva do FP deveria ser composta por 4 titulares e 4 suplentes, sendo um de cada segmento identitário (1 lésbica, 1 gay, 1 bissexual e 1 travesti ou transexual), sendo vedada a presença de mais de um militante de um mesmo grupo entre os titulares e também a presença de mais de um membro de um mesmo grupo entre os suplentes. Os membros da Comissão Executiva deveriam ser eleitos entre os participantes do FP em assembleia convocada com 30 dias de antecedência, para mandatos de 14 meses, sendo os 12 primeiros efetivos e os 2 últimos de transição. A Comissão Executiva tinha como funções, dentre outras coisas: 1) representar o Fórum em contextos institucionais em diferentes

âmbitos administrativos e na interlocução com o movimento em nível nacional (quando necessário, dever-se-ia agregar outros membros do FP); 2) agendar reuniões (decidindo data e local) e definir suas pautas.

Pelo que pude apurar, em geral, as reuniões do Fórum Paulista aconteciam com periodicidade mensal e eram realizadas aos finais de semana, a fim de torná-las mais acessíveis tanto para os militantes do interior - que precisavam viajar para a capital - quanto para aqueles que trabalhassem durante a semana. Havia financiamento para a realização das reuniões, via CRT-AIDS, a fim de viabilizar o trânsito de ativistas do interior do estado para a cidade de São Paulo, onde aconteciam a maior parte das reuniões do FP (nesse sentido, de acordo com relatos, era mais barato trazer militantes do interior para a capital paulista do que o contrário).

Como o FP não possuía uma sede própria as suas reuniões ocorriam em diversos locais, a depender da disponibilidade de cada espaço (notadamente, sede do CORSA, mas também no CFL, APEOESP, Sindicato dos Metroviários, etc.). Aparentemente, quando as atividades estavam programadas para durar o dia inteiro, era oferecido almoço e também reembolso de passagens para 1 participante por grupo/ONG⁸⁷. Mas também encontrei informações de reuniões que ocorreram em outras cidades paulistas, ao menos após o estabelecimento da “Caravana do Fórum Paulista LGBT”⁸⁸, a partir de 2009. A Caravana⁸⁹, realizada com o apoio do Programa Estadual de DST/AIDS, consistia na realização de reuniões itinerantes, visando à formação política de ativistas locais e também o apoio às suas demandas (como realização de atividades de *advocacy* com autoridades locais e o auxílio na organização de Paradas do Orgulho, por exemplo). Os encontros estaduais, por outro lado, eventos que reuniam a maior parte das organizações do estado de São Paulo, costumavam ocorrer em cidades do interior do estado a fim de descentralizar as atividades do movimento.

Acredito que pode-se dizer que a maior parte das atividades do FP estava relacionada às suas reuniões mensais e às ações de *advocacy*. Sobre as atividades de *advocacy*, é preciso salientar que vários membros do FP atuavam como representantes da sociedade civil em espaços de representação extraparlamentar e traziam para as reuniões mensais a devolutiva de sua atuação nos espaços representativos.

⁸⁷ Disponível em: <<https://athosgls.com.br/reuniao-do-forum-paulista-lgbt/>>. Acesso em: 03/02/2021.

⁸⁸ Disponível em: <<https://athosgls.com.br/taboa-da-serra-recebe-a-caravana-do-forum-paulista-lgbt/>>. Acesso em: 03/02/2021.

⁸⁹ Disponível em: <<https://athosgls.com.br/caravana-do-forum-paulista-lgbt-lanca-parada-em-araras/>>. Acesso em: 03/02/2021.

Além das interações presenciais, em reuniões e outras atividades, os militantes do Fórum Paulista também trocavam ideias e informações por meio de uma lista de email aberta - na qual podia se inscrever qualquer pessoa interessada -, onde se dava a maior parte da comunicação do FP. Irei abordar mais detidamente a lista de email do FP na seção 5.4.4. Por ora, gostaria de abordar a relação do Fórum Paulista com o poder público.

Gustavo Santos (2006) narrou algumas interações entre o Fórum com o poder público durante a primeira metade dos anos 2000: a parceria firmada com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, em 2004, inicialmente a fim de produzir material de divulgação da lei 10.948/01, sendo que a Secretaria também estabeleceu um Grupo de Trabalho permanente com o Fórum Paulista; e a retomada⁹⁰ da interlocução com o Grupo de Repressão e Análise de Delitos de Intolerância (GRADI), em 2005, a fim de tratar de denúncias de violência policial contra travestis e transexuais.

Já na segunda metade dos anos 2000, vale citar que coube ao Fórum Paulista a indicação de representantes da sociedade civil para atuar na organização da I Conferência Estadual GLBT, realizada em 2008. Também parece ter sido um expediente comum a participação do Fórum Paulista, por meio de representantes da sociedade civil, em diversas comissões e GTs vinculados ao poder público. Em 2010, por exemplo, de acordo com informações disponíveis em seu antigo site, o Fórum Paulista possuía representantes em diversas comissões e GTs⁹¹, por considerar tais representações “importantes para levar a esses espaços a posição do Fórum”.

Acredito que a proeminência do Fórum Paulista nas interações com o poder público deveu-se ao fato do Fórum agregar diversos grupos e ONGs constituindo-se, de certa forma, como a instância mais legítima do movimento paulista àquela altura (sendo percebido assim pelo próprio movimento e também pelo poder público). Nesse sentido, é necessário levar em conta que a criação e atuação do Fórum Paulista se deu em um contexto no qual era possível observar a implementação de políticas públicas LGBT, em diferentes âmbitos administrativos, o que colocava em questão: “Quem é você?”; “Quem te representa?”.

⁹⁰ Em 2000, Edson Nérís foi assassinado por um grupo de *skinheads* na Praça da República. De acordo com Santos (2007) e Facchini (2002), a discussão sobre “crime de ódio” que o caso levantou, teve impactos no aprofundamento do diálogo com comissões parlamentares, autoridades do judiciário e secretarias de justiça e direitos humanos nos diferentes âmbitos estatais. Nesse contexto, por ocasião da morte de Nérís, o movimento teve importante interlocução com o GRADI.

⁹¹ Câmara Técnica de AIDS - Conselho Estadual de Saúde; Conselho Consultivo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; COGESPA - Conselho Gestor do Estado de São Paulo para o Programa Estadual de DST/Aids; GT OG/ONG- Programa Estadual de DST/Aids; Comitê de Vacinas; GT Arte e Saúde- Programa Estadual DST/Aids; GT Religião e Saúde- Programa Estadual DST/Aids.

Conforme já discutido, o período entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 foi marcado pelo diálogo com o Estado e pela atuação do movimento por vias institucionais. Em verdade, desde meados dos anos 1990 foi possível observar um processo de “onguização” do movimento. Como o diálogo com o Estado supunha a especificação de identidades e o domínio técnico da “gramática oficial da participação social”, não é de se surpreender, portanto, que setores do movimento tenham optado pela criação de associações e redes nacionais ou regionais de organizações LGBT, em diferentes âmbitos, a fim de congregar grupos e ONGs e permitir a coalizão de inúmeros sujeitos políticos. De acordo com Lima (2016:99) “a incorporação de um maior número de sujeitos em grupos amplos – como a ABGLT – passa a ser uma forma que o movimento encontra para se manter financiado de modo a realizar projetos”.

Os anos 2000, em especial a Era Lula, são vistos como ápice deste processo quando sujeitos GLBT passaram a atuar na elaboração de políticas públicas. Contudo, neste mesmo contexto foi possível observar o início da “crise das ONGs”. De acordo com Lima (2016) tal processo deveu-se à construção de uma imagem internacional do Brasil enquanto um “país rico”, o que significava que o país poderia arcar com o financiamento dos projetos sociais de suas organizações não-governamentais, de tal modo que recursos oriundos de organizações internacionais poderiam ser alocados em outros países em desenvolvimento. Concomitantemente, diversos escândalos envolvendo desvios de verbas públicas – como o do *mensalão* – respingaram na atuação das ONGs, o que implicou que estas passaram a ter mais dificuldade de receber repasses. Inclusive, foi criada uma CPI das ONGs em 2006⁹².

Nessa direção, Facchini e Rodrigues (2017) narram como no estado de São Paulo, entre o final dos anos 2000 e início dos anos 2010, embora fosse possível observar um cenário marcado pela inserção de ativistas na gestão de políticas públicas LGBT, também era nítido que a maioria das ONGs havia encerrado suas atividades ou estava atuando de forma bastante incipiente (sendo raro que ONGs ou grupos ativistas possuíssem sedes para a realização de suas atividades), em muitos casos devido às dificuldades de lidar com a burocracia estatal. No caso da cidade de São Paulo, por exemplo, os autores afirmam que o financiamento tornou-se mais escasso e advinha, sobretudo, de repasses municipais de recursos do SUS para a prevenção de HIV/AIDS. Tal cenário, implicou em grandes mudanças nas “carreiras ativistas”, já que tornava praticamente inviável a atuação militante remunerada.

⁹² Em 2011, de acordo com Lima (2016:101), ocorreu o “escândalo das ONGs” que implicou em normas mais rígidas para a transferência de recursos da União para ONGs.

Foi diante deste cenário que, em meados de 2010, se pôde observar uma grande ruptura no FP motivada, sobretudo, por divergências em relação à possibilidade de institucionalização do FP (isto é, a questão se o FP deveria tornar-se uma *assossiação* nos moldes da ABGLT). O estopim para esta celeuma foi a eleição da Comissão Executiva do FP, processo envolto em polêmicas, quando ficou evidente a forte disputa entre diferentes grupos políticos que possuíam concepções bastante distintas em relação à atuação do movimento.

Como indicado anteriormente, o crescimento do Fórum Paulista foi acompanhado pela diversificação do perfil de seus militantes e também pela intensificação das disputas político-partidárias. Parece seguro afirmar que o FP surgiu propondo-se constituir um espaço *suprapartidário* – mas não necessariamente *apartidário* – de tal modo que, idealmente, o FP não deveria estar a serviço de partidos políticos, mas estes deveriam estar engajados na luta pela cidadania LGBT. No cotidiano do FP, contudo, as coisas mostraram-se mais complexas.

No FP conviviam diferentes visões sobre como deveria se dar a participação de militantes partidários no Fórum⁹³, o que costumava gerar diversas tensões. Além das disputas de cunho político-partidário, também eram recorrentes tensões entre as “letrinhas” que compunham o movimento àquela altura. Era bastante presente a tentativa de buscar maior representatividade no FP levando-se em conta as diferentes identidades políticas do movimento, o que também foi objeto de inúmeras disputas no Fórum.

Ou seja: pode-se dizer que as tensões político-partidárias e as tensões entre as diferentes identidades políticas do movimento constituíam o contexto no qual se desenrolou a ruptura do FP. A fim de ilustrar o que foi dito, gostaria de fazer referência à “Nota Pública – Repúdio às Práticas do Fórum Paulista LGBT”, disponível no Anexo B. No documento, lançado em janeiro de 2010 e assinado por 12 entidades e 29 militantes individualmente, aborda-se o caso que foi o estopim para o racha do FP: a realização de uma reunião em 06 de dezembro de 2009, a fim de eleger a Comissão Executiva para o ano seguinte.

A Nota elenca alguns problemas no referido processo eleitoral: a) a data da reunião não havia sido decidida coletivamente; b) a reunião coincidiria com a data de dois eventos nacionais (VII SENALE voltado a mulheres lésbicas e bissexuais e o XVI ENTLAIDS voltado a travestis e mulheres trans) e com o dia da realização do ENEM; e c) os

⁹³ Ariane, minha interlocutora de pesquisa, avaliou que parte dos militantes do FP percebia que havia uma interferência partidária indevida, uma vez que parte dos militantes com filiações partidárias seguia à risca as orientações de seus partidos em detrimento da “causa LGBT” e estava mais interessada em angariar ativistas para engordar as fileiras partidárias, por meio de sua atuação no FP. Por outro lado, outros militantes com vinculações partidárias entendiam que não havia vida política que não estivesse atrelada à atuação partidária, isto é, que é fundamental organizar-se partidariamente.

procedimentos eleitorais não haviam sido decididos prévia e coletivamente. Diante de tais incômodos, diversos militantes realizaram pedidos para que a data da reunião fosse reconsiderada - o que não ocorreu. Também de acordo com a Nota, a reunião na qual transcorreu o processo eleitoral foi marcada por tensões e, inclusive, ao menos por um caso de agressão física. Diante dos fatos relatados, a Nota acusava o FP de ter perdido a legitimidade para representar o movimento paulista e repudiava as “práticas opressivas” de alguns militantes que supostamente tentavam “dominar o FP de forma autoritária”. A Nota citava como práticas comuns (e condenáveis) no FP: a) aparelhamento partidário; b) práticas de assédio moral; e c) misoginia (seja na reprodução de hierarquias de gênero em processos decisórios ou na desqualificação de gays afeminados na atuação cotidiana do FP).

Alguns meses após o lançamento desta Nota, desenrolou-se a ruptura do FP. O FP passou a ser encabeçado, sobretudo, pelo CASVI⁹⁴ – ONG situada em Piracicaba, interior de São Paulo - e surgiram duas outras entidades. Primeiro, ainda em 2010⁹⁵, foi criada a Conexão Paulista LGBT que teve forte atuação na organização da II Conferência Estadual LGBT, em 2011, chegando a tensionar com a atuação do FP. E, posteriormente, em 15 de agosto de 2011, surgiu a Aliança Paulista LGBT⁹⁶ - que ganhou maior proeminência após a II Conferência.

Por fim, é importante dizer que a despeito da ruptura observada em 2010 o FP nunca deixou de existir, inclusive, parece continuar ativo ainda hoje em dia. Contudo, há alguns anos o FP possui uma atuação bastante incipiente capitaneada, sobretudo, pelo CASVI. Nesse sentido, em pesquisas na rede social *Facebook*, encontrei convites para o “5º Encontro Paulista LGBT - Por políticas públicas de fato para população LGBT no estado de São Paulo”, programado para ocorrer em novembro de 2014 em Piracicaba/SP⁹⁷; e também encontrei um convite para uma reunião ordinária⁹⁸ do FP programada para ocorrer em 24 de maio de 2015, em São Paulo. Atualmente, pelo que pude apurar, o Fórum Paulista LGBT foi renomeado para Associação Paulista LGBT (o que parece ter ocorrido em meados de 2016). A última postagem na página do Facebook da Associação Paulista LGBT foi realizada em 21 de outubro de 2018⁹⁹.

⁹⁴ Trata-se do Centro de Apoio e Solidariedade à Vida (CASVI), ONG situada em Piracicaba, interior paulista.

⁹⁵ A primeira referência que encontrei à Conexão Paulista LGBT na mídia segmentada data de 18 de novembro de 2010. Disponível em: <https://acapa.disponivel.uol.com.br/movimento-gay-de-sao-paulo-realiza-dois-atos-contra-ataques-homofobicos-na-paulista/>. Acesso em: 02/01/2021.

⁹⁶ Disponível em: <https://aliancapaulistalgbt.wordpress.com/about/>. Acesso em: 02/01/2021.

⁹⁷ Disponível em: < <https://web.facebook.com/asplglt/posts/596621867130466>>. Acesso em: 12/04/2021.

⁹⁸ Disponível em: < <https://web.facebook.com/minhacausa/posts/911565878895128>>. Acesso em: 12/04/2021.

⁹⁹ Disponível em: < <https://web.facebook.com/asplglt/>>. Acesso em: 12/04/2021.

5 A POLITIZAÇÃO DA TEMÁTICA LGBT NO PSDB PAULISTA

Como discutido anteriormente, a relação entre movimentos sociais e política institucional, em especial a relação entre movimentos sociais e partidos políticos, não tem sido muito estudada. Referindo-se especificamente aos estudos sobre o caso brasileiro, Adrian Gurza Lavalle et al. (2014) afirmam que dentre os trabalhos que se dedicaram a pensar a relação entre partidos políticos e movimentos sociais deu-se, em geral, demasiada importância à caracterização do PT como porta-voz dos movimentos sociais, o que implicou que poucos estudos tenham se detido sobre a relação de outros partidos - em especial aqueles considerados pela literatura como de centro e de direita - com movimentos sociais.

Este estudo detém-se justamente sobre a relação do Movimento LGBT com o PSDB, vista a partir do processo de politização da “temática LGBT” nas estruturas partidárias tucanas em São Paulo e o faz preocupando-se em tomar o partido como unidade de análise. Isto é, trata-se não de analisar um partido só a partir de sua atuação no sistema partidário, mas também considerar a organização partidária e a dinâmica interna do partido como fatores relevantes da análise (ROMA, 2002; RIBEIRO, 2013).

5.1 Uma breve história do PSDB

O PSDB surge em 1988, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, a partir de uma cisão coletiva de parlamentares do PMDB que se autoproclamavam membros da ala mais progressista e à esquerda deste partido (ROMA, 2002). A sua origem foi exclusivamente parlamentar, o que, por um lado, fez com que sua composição inicial contasse com políticos bastante influentes no cenário político nacional, e, por outro, com que o partido não tenha se constituído com bases sociais fortes.

De acordo com a literatura (ROMA, 2002; FLÓRIO, 2016) foram poucos os analistas que tomaram o PSDB como objeto de investigação, sendo que a maior parte das produções o abordou apenas tangencialmente. Celso Roma (2002) afirma que há dois consensos interpretativos nas produções “clássicas” sobre o PSDB: primeiro, de que a criação do PSDB teria se dado por motivações ideológicas¹⁰⁰; segundo, de que a aliança do PSDB com o PFL,

¹⁰⁰ Essa literatura “clássica” aponta três fatores principais para a cisão: 1) tensões internas da bancada do PMDB durante a constituinte, em relação ao sistema de governo a ser adotado (presidencialismo ou parlamentarismo) e sobre a duração do mandato de Sarney (de quatro ou cinco anos); 2) predomínio do grupo quercista (alinhado a

em 1994, teria sido pragmática, o que teria resultado em uma descaracterização ideológica do partido. Contrariando estas interpretações sobre a trajetória e sobre a caracterização ideológica do PSDB, produções como as de Celso Roma (2002) e Bianca Flório (2016), defendem que a cisão do PMDB, que resultou na fundação do PSDB, teria tido mais relação com objetivos pragmático-eleitorais do que com objetivos ideológicos; e que a aliança com o PFL em disputas eleitorais e na atuação no Legislativo, deveu-se mais a motivos ideológicos do que pragmáticos.

Bianca Flório (2016), por exemplo, ao deter-se sobre as transformações ideológicas do PSDB ao longo dos anos, salienta que há evidências de que o partido surge à esquerda no espectro ideológico, mas que dá uma guinada à direita liberal. Ao analisar o manifesto de fundação do partido e seu programa de governo, ambos elaborados em 1988, a autora postula que havia alguns objetivos oficiais predominantes em sua orientação, a saber: 1) a preocupação com valores democráticos e com o aperfeiçoamento da democracia; 2) a modernização do Estado; 3) o crescimento econômico com distribuição de renda; 4) o “elemento social” (seguridade social, educação universalmente garantida, reforma agrária etc.); e 5) a defesa do parlamentarismo como forma de governo (o que era percebido como forma de garantir os pontos anteriores).

Em relação à sua identidade ideológica, em seus primórdios o partido se apresentava como um espaço que tornaria possível uma confluência de diferentes vertentes do pensamento político. Apesar dessa assumida diversidade ideológica, Flório (2016:6) demonstra que o partido surgiu à esquerda no espectro ideológico, quando considerados os seus fundadores (fato indicado por trabalhos acadêmicos, mas também por avaliações de jornais na época de sua fundação e por avaliações de grupos de interesse como a FIESP e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, sobre os posicionamentos de membros do partido durante a Constituinte).

De acordo com Soraia Vieira, em sua fundação, a divisão ideológica dentro do PSDB era expressa pelos seguintes grupos: social-democratas, liberais progressistas, socialistas democráticos e democratas-cristãos (VIEIRA, 2012). A despeito disso, mesmo diante da variedade de tendências ideológicas que compunham o partido, a autora postulou a existência

Orestes Quércia) deixando políticos influentes sem espaço dentro do partido; 3) a candidatura de João Leiva à prefeitura de São Paulo articulada a partir de aliança com políticos conservadores do PFL. Celso Roma (2002) afirma que o pouco espaço concedido pelo governo Sarney aos políticos que viriam a fundar o PSDB, a exclusão do grupo dos processos para sucessão presidencial e a abertura de um flanco de eleitores de centro descontentes com o governo federal ajudam a explicar a cisão, visto que a permanência desse grupo no PMDB significaria pouca oportunidade de acesso ao governo federal por meio daquele partido (seja em relação às pastas ministeriais, outros cargos governamentais, ou como candidatos ao Executivo).

de duas correntes de atuação principais: uma mais voltada a ideais liberais; e outra mais voltada à defesa da intervenção estatal e das políticas de bem-estar social. Tal dualidade pôde ser observada na experiência do partido no governo federal, a partir de 1995,

Visto [que] na perspectiva econômica e de gerenciamento do Estado o governo do PSDB pode ser considerado um governo neoliberal, contudo se observarmos o desempenho do governo no que tange à questão social encontramos uma inclinação social-democrata (VIEIRA, 2012, p. 42).

Nesse sentido, Roma (2002) identifica que no surgimento do partido havia um “dilema ideológico” na medida em que o discurso social-democrata - explicitado em documentos partidários e em cursos de formação - convivia com um programa de governo de viés liberal (ROMA, 2002). Bianca Flório (2016) comparou os temas abordados em debates por Mário Covas (1989) e FHC (1994) e afirma que FHC não deixou de abordar desigualdade social e concentração de renda, mas o fez de modo menos enfático que Mário Covas (nas falas de FHC predominaram proposições que enfatizavam a necessidade de reformas econômicas).

A abordagem ideológica centrada na busca por estabilização econômica e eficiência do Estado não é algo que se observa apenas após 1994. A construção anterior da identidade político-ideológica do PSDB, que, como vimos, caminhou em busca de caracterizá-lo como um partido de centro esquerda, com orientação modernizadora, democrática e reformista em sua concepção de socialdemocracia, já carregava esses elementos (FLÓRIO, 2016, p. 16).

Bianca Flório (2016) aponta que havia um dilema na origem do partido: a despeito da busca por realçar seu viés social-democrata e sua relação com as ruas, expresso no lema que marca sua fundação - “longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido” -, o PSDB era um partido de quadros, com origem exclusivamente parlamentar. Nesse sentido, Soraia Vieira (2012) afirma que o processo de formação do PSDB foi diferente em relação aos processos de formação dos partidos social-democratas europeus, que se originaram a partir de base popular e com apoio de sindicatos.

A literatura (ROMA, 2002; FLÓRIO, 2016) pontua que o fato do partido ter surgido com raízes predominantemente parlamentares e, em consequência, sem bases sociais fortes, facilitou que se desse uma guinada à direita sem maiores consequências em 1994, poucos anos após a fundação da legenda, visto que as suas lideranças conseguiram atuar na arena governamental e na competição eleitoral com grande autonomia decisória. Para Roma (2002), a ausência de instâncias internas de veto à disposição dos filiados que não possuem cargos eletivos ou de direção facilitou a consolidação da aliança política com partidos de direita, cuja

motivação principal foi a proximidade programática das lideranças do PSDB com aqueles partidos. Assim, para este autor, a fraca estrutura organizacional do partido é hierárquica e descentralizada - conferindo autonomia aos diretórios quando ocorrem disputas locais e centralizando a coordenação estratégica nas disputas nacionais -, o que favoreceu a tomada de decisões racionais por parte de suas lideranças e acabou resultando em estratégias eleitorais bem-sucedidas, produzindo maior eficiência eleitoral e maior capacidade governamental.

Acerca da estrutura organizacional do PSDB, Pedro Floriano Ribeiro (2013) afirma que desde meados dos anos 1990 as estruturas do partido têm assumido contornos de maior centralização decisória¹⁰¹, concentrando o poder em órgãos de cúpula, nos quais a senioridade e a proeminência política prevalecem sobre a representatividade da base.

A este respeito, Ribeiro (2013) defende que, em grande medida, mudanças nas regras internas dos partidos devem-se ao que denomina “fatores ambientais” (como mudanças de legislação e dinâmicas de disputas eleitorais) que configuram pressões, incentivos e oportunidades aos partidos; ou a manobras referentes a disputas intrapartidárias. Sobre o caso do PSDB, por exemplo, o autor afirma que o protagonismo assumido pelo PT no plano nacional após 2003 teria empurrado o PT a comportamentos mais pragmáticos e aliancistas; por outro lado, o cenário colocado a partir de 2003 para o PSDB, isto é, a passagem de governo à oposição, o privou de acesso a recursos de patronagem, como o acesso a milhares de cargos, e do contato com grupos de interesse. Tal cenário, de acordo com o autor, teria levado o partido a construir uma organização mais sólida e centralizada nacionalmente, mais concentrada em termos decisórios, a fim de sobreviver enquanto oposição visando voltar ao governo.

5.2 O primeiro candidato gay do PSDB: “Robson Cerqueira candidato, 4524”

Eu acho que eu consigo mais votos por ser gay, porque eu diferencio da maioria dos candidatos. Eu sou um candidato polêmico. (Robson Cerqueira, em 1998, em entrevista ao jornal *MTV no ar*).

Em 1998, surge o primeiro candidato gay no PSDB: Robson Cerqueira. Embora não seja possível afirmar que Robson tenha sido o primeiro homossexual a candidatar-se pelo

¹⁰¹ Para discussões mais aprofundadas sobre a estrutura organizacional do PSDB e suas mudanças ao longo dos anos, veja-se os trabalhos de Celso Roma (2002; 2006), Pedro Ribeiro (2013) e Maria Braga, Valeriano Costa e Jean Fernandes (2018).

PSDB, é certo dizer que ele foi o primeiro gay assumido a candidatar-se pelo partido. Nesse sentido, vale dizer que ele possuía uma plataforma “assumida”.

Nascido José Florisvaldo Cerqueira Souza, em 27 de agosto de 1956, na cidade de Amargosa (BA), Robson foi criado em Vitória da Conquista (BA). Em meados dos anos 1970 mudou-se para São Paulo e acabou largando os estudos, pois precisava trabalhar para se sustentar. Alguns anos depois, em 1978, matriculou-se em um curso supletivo e foi nesse momento que engajou-se em atividades político-partidárias. No colégio, foi convidado por um grupo de estudantes vinculados ao MDB¹⁰² para participar de uma convenção do partido e acabou se aproximando daquela agremiação, mais especificamente da ala vinculada ao PCdoB que compunha aquele partido. Posteriormente, em 1985, Robson saiu do MDB para ingressar no PCdoB quando este pôde ser legalizado.

Robson acabou se afastando do PCdoB, em 1988, pois acreditava que o partido não possuía viabilidade eleitoral e se aproximou do recém-criado PSDB. Na agremiação tucana, Robson atuou em diversas campanhas ao longo dos anos 1990¹⁰³ e colaborou com o recolhimento de assinaturas para a criação do diretório do partido na Freguesia do Ó, em 1992, sendo que esta instância partidária foi regularizada no ano seguinte.

Desde meados dos anos 1990, Robson tem tido uma atuação destacada como líder comunitário. Em 1992, ajudou a fundar o Centro de Tradições e Festas da Freguesia do Ó (CTFFO). Em 1997, passou a atuar em um programa da rádio comunitária voltada ao público jovem, a *Rádio Studio 100 FM*. E, desde meados dos anos 1990, comanda um programa na emissora comunitária TV Freguesia, no qual são apresentadas notícias sobre a região, mas também entrevistas.

Em 1998 Robson resolveu sair candidato a deputado federal¹⁰⁴. Sua intenção, de acordo com ele, era mostrar o potencial eleitoral de “candidaturas segmentadas”. Contudo, ele acabou não se elegendendo. Posteriormente, Robson também se candidatou a vereador em 2000 e a deputado federal em 2002. Atualmente, embora afirme que continua “militando e defendendo a causa”, ele já não cogita mais se engajar em processos eleitorais e tem dedicado sua militância à atuação como líder comunitário.

¹⁰² Em um momento no qual as duas únicas estruturas partidárias legais eram ARENA e MDB.

¹⁰³ Em 1988, na candidatura de Serra à prefeitura de São Paulo; em 1992, participou da campanha de Fábio Feldman para prefeito de São Paulo; em 1994, fez campanha para FHC, para presidente; Mário Covas, para governador; Serra, para senador; Torrini, para deputado federal; e Celino, para deputado estadual; em 1996 participou das campanhas de Serra para prefeito; e Pierre de Freitas para vereador - este último tendo sido eleito.

¹⁰⁴ Em sua dissertação de mestrado, Regina Facchini narrou a primeira aparição de Robson nos eventos de organização da Parada, em 1998, quando se apresentou como pré-candidato a Deputado Federal pelo PSDB e distribuiu o jornalzinho de sua pré-candidatura (FACCHINI, 2002, p. 235-6).

5.2.1 A candidatura de 1998

Nas eleições de 1998, Robson candidatou-se pela primeira vez ao cargo de deputado federal. Naquela ocasião, ele contou com a colaboração de alguns amigos para realizar as suas atividades de campanha. Em suas atividades de campanha, costumava distribuir *flyers* nas portas de casas noturnas, como *Blue Space* e *Nostronondo* e, em algumas ocasiões, ao entrar dentro dos estabelecimentos era anunciado como “nosso [da comunidade homossexual] candidato...” (o que acontecia com todos os candidatos presentes).

Robson também costumava dirigir pelas imediações do Largo do Arouche, região associada ao “gueto”, tocando seu *jingle* de campanha, que foi composto por uma amiga.

“/Robson Cerqueira candidato, 4524/
 /ow, ow, ow/
 /Robson Cerqueira candidato, 4524/
 /É FEDERAL!/
 /Se você é entendido, presta atenção: é só se ligar porque ele é do povão/
 /Robson Cerqueira candidato, 4524/”

Os amigos de Robson não recebiam recursos financeiros para ajudá-lo, exceto um lanche e um refrigerante que ele custeava do próprio bolso. Nesse sentido, Robson salienta que não recebeu qualquer valor do partido¹⁰⁵. Em verdade, de acordo com ele, o partido custeou apenas a impressão dos “santinhos” nos quais ele aparecia ao lado de Mário Covas, então candidato a governador.

Como possuía poucos recursos financeiros para investir em sua candidatura, Robson estava contando com a exposição midiática¹⁰⁶ por ocasião da propaganda eleitoral para viabilizar a sua campanha, garantindo sua capilaridade no interior do estado. Contudo, após

¹⁰⁵ Acredito que a falta de apoio financeiro por parte do partido teve a ver com a lógica de distribuição de recursos eleitorais que, em geral, prioriza as “candidaturas viáveis”.

¹⁰⁶ Robson acabou conseguindo certo espaço na mídia. Ao longo de 1998, Robson apareceu na TV ao menos em três ocasiões: a) com sua mãe no programa “Tempo Quente” da TV Bandeirantes, apresentado por Marcelo Hummel e Maria Alice Guedes, para falar sobre aceitação familiar; b) em entrevista ao programa MTV no Ar para falar sobre o processo de sair do armário (o programa foi gravado por ocasião da saída do armário do cantor George Michael); c) em entrevista ao programa MTV no Ar para falar sobre a sua candidatura em uma matéria dedicada a candidaturas de pessoas LGBT. Acredito que a participação de Robson em diversos programas televisivos indica a visibilidade que a homossexualidade havia alcançado na mídia ao longo dos anos 1990, conforme já notado por França (2007a).

mais de um mês de propaganda eleitoral, o seu vídeo de campanha ainda não havia sido veiculado, embora tivesse sido gravado. Diante desse cenário, ele convidou dois amigos - Marcos Nicolau (então caracterizado como *drag queen*) e Mariana Munhoz que compôs o *jingle* de sua campanha - e dirigiu-se até a porta do comitê de campanha de Mário Covas, localizado na Avenida Brasil, a fim de protestar contra o veto ao seu vídeo de campanha.

Robson avisou alguns veículos de imprensa, mas somente o extinto *O Diário Popular* ainda encontrava-se no local quando ele chegou, atrasado. Infelizmente, esse jornal encontra-se extinto e o único registro que encontrei desse protesto foi uma foto que compunha um vídeo postado no canal do *YouTube* da TV Freguesia. Na faixa, é possível vislumbrar parcialmente três frases: “M.G.I. - Movimento Gay Independente”¹⁰⁷; “Robson Cerqueira Deputado Federal”; e “PSDB não perca essa oportunidade”.

Figura I - Protesto realizado por Robson em frente ao diretório estadual.



Para Robson, a decisão de Roberto Maluf, então chefe da campanha para a TV de vetar o seu vídeo de campanha eleitoral deveu-se à homofobia, pois o candidato tucano estaria “muito carnavalesco” (Robson fez questão de usar uma jaqueta de vinil com uma bandeira do arco-íris feita de seda, a fim de “chamar atenção”, vide foto em anexo). Segundo ele, devido ao protesto que organizou, Maluf comprometeu-se a veicular o seu vídeo de campanha, o que acabou não ocorrendo. O entrevistado acredita que os 5.001 votos que obteve deveram-se, especialmente, ao impacto da exposição midiática que teve e que, caso sua campanha tivesse sido veiculada, o resultado poderia ter sido ainda melhor.

¹⁰⁷ Nome do grupo de militância criado por Robson em meados dos anos 1990. Regina Facchini (2002:235-6) fez referência ao M.G.I. em sua dissertação de mestrado.

Ao ser questionado sobre o processo de elaboração de suas propostas de campanha, Robson afirmou que este não envolveu seus amigos e colaboradores. Na verdade, de acordo com ele, suas propostas resultaram de acúmulos de discussões das quais havia participado em “congressos de gays” em diferentes localidades brasileiras. Em relação aos seus amigos, que o ajudaram em sua campanha, Robson considera que os estava “educando politicamente”, isto é, de certo modo, ensinando-os a gostar de política. Nesse sentido, cita o caso de um ex-repórter da TV Freguesia que, supostamente por sua influência, militou no PSDB, mas depois acabou atuando no PCdoB e no PT.

Como material de campanha, além de panfletos e santinhos, Robson produziu o *Jornal Arco-Íris*, material impresso no qual contava sua história de vida e de militância e apresentava suas propostas enquanto candidato. A publicação de 4 páginas contava com fotos pessoais de Robson em manifestações, com personalidades do movimento LGBT e com políticos.

As seções que compunham o jornalzinho são as seguintes: “Em defesa das minorias” que se trata de um texto programático; “Robson Cerqueira: sempre na luta pelos direitos civis e pela paz” onde se narra parte da trajetória política de Robson; “Robson Cerqueira: um tucano de verdade” que narra a trajetória política de Robson após a sua aproximação com o PSDB; “Militante da paz” que é dedicada a expor as realizações de Robson Cerqueira enquanto líder comunitário; “Projetos que valorizam a cidadania” na qual são listados os projetos defendidos pelo candidato; “Robson Cerqueira na mídia” é uma seção que lista as participações do candidato em programas de televisão; e também compõem o conteúdo do jornal um breve “Perfil” e uma “Declaração de Bens”.

Abaixo, segue digitalização do “Jornal Arco-Íris”.

Em relação à publicação, alguns pontos são dignos de nota. Primeiro, embora dedique quase uma página inteira para a sua atuação no PSDB, ao narrar sua trajetória Robson faz questão de salientar que durante o regime ditatorial sempre votou no MDB enquanto o sistema foi bipartidário, e que atuou como militante do PMDB e do PCdoB, tendo participado da campanha pelas *Diretas Já!* fazendo panfletagem e participando dos comícios. Acredito que o recurso à sua atuação pregressa e ao pertencimento a outras siglas partidárias, pode ser explicado pela antiga lógica “oposição/governo” que predominou durante o regime militar e ainda estava bastante presente no senso comum. Segundo, também parece importante apontar que o candidato recorreu fortemente ao seu capital político de líder comunitário, o que fica evidente na publicação na parte inferior de sua primeira página, onde pode-se ler os seguintes dizeres: “A Freguesia do Ó será Federal”.

Dito isso, há dois textos do jornalzinho que merecem destaque e, por isso, são reproduzidos abaixo.

EM DEFESA DAS MINORIAS

Sair em defesa das *minorias* significa enfrentar a fúria dos intolerantes. É uma luta contra a ignorância, contra o preconceito e a favor da paz.

Considero que o Brasil já evoluiu consideravelmente para poder *entender e conviver pacificamente com aqueles que se diferenciam da maioria*, seja pela cor de sua pele, pela sua origem étnica ou pela orientação sexual. Chega de intolerância! Não podemos mais conviver com índios sendo incendiados; nordestinos serem discriminados; negros serem barrados nas portas de banco ou parados pela Polícia só por serem negros ou, ainda, travestis serem alvejados a tiros pela noite e gays serem ridicularizados ou mesmo espancados e mortos por pessoas insanas, apenas por causa da sua opção sexual.

O pior de tudo é que, quando a violência atinge esses grupos minoritários, a sociedade torna-se conivente com os agressores. É comum se ouvir: “ninguém mandou ser bicha” ou “por que não ficou lá no nordeste” ou ainda, “negro é sempre suspeito”. Esse tipo de “cultura”, presente nas piadinhas racistas e preconceituosas, ajudam a formar mal a nossa sociedade, que só agora vê estes grupos se organizarem e se manifestarem contra essa situação.

Mas, se manifestar e protestar é pouco, *é preciso fazer leis que garantam os direitos das minorias*. É preciso marcar presença lá em Brasília e de lá fazer com que os direitos destas parcelas da população sejam respeitados em todos os cantos do Brasil.

Uma das propostas que defendo é a inclusão no quinto artigo da Constituição o item que tornará crime o desrespeito aos direitos daqueles que têm orientação sexual diferenciada.

O Brasil também merece avançar, pois enquanto não se respeitarem os direitos de todos indistintamente, a violência e impunidade continuarão se alastrando. Pense nisso, afinal a Paz é de Graça. (Robson Cerqueira).

O texto “Em defesa das minorias” tratava-se de um manifesto de campanha, de um texto programático, no qual Robson expunha, em linhas gerais, os princípios que norteavam a

sua campanha. Acredito que o recurso a noções como “minorias”, “cidadania” e “direitos civis” é exemplar da passagem, no imaginário político nacional, da categoria *povo* para a categoria *cidadão*, processo bem discutido por Facchini (2002). Nesse sentido, Robson não se colocava como um candidato do “povo”, de forma mais abstrata, mas se dirigia a um segmento específico - os homossexuais ou a “comunidade GLS” - e se propunha a atuar em prol de sua cidadania.

A seguir, reproduzo as propostas de campanha do candidato.

Projetos que valorizam a cidadania

Robson Cerqueira tem propostas políticas e as quer defendê-las em Brasília. Veja o que ele pensa e quer:

O Projeto Certidão-Cidadã - *Visa desburocratizar e facilitar o caminho de quem tem nome estranho ou que não esteja satisfeito como ele*. Este projeto irá beneficiar 150 milhões de nomes e 8 milhões de homônimos.

Robson Cerqueira é favorável às Reformas propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Robson defende uma lei que estabeleça a fidelidade partidária.

Diminuir o número de tributos e simplificar os impostos é uma das suas propostas, diminuindo os encargos das pequenas empresas.

Quer também ajudar a criar um novo código penal e diminuir a lentidão da Justiça.

Robson defende também *lei que responsabilize criminalmente menores, a partir dos 15 anos* de idade.

É favor da reforma agrária, negociada entre o governo, fazendeiros e posseiros.

Defende penas mais rígidas para crimes hediondos, com prisão perpétua.

Votar pela *inclusão no artigo 5º da Constituição*, “dos direitos e deveres individuais e coletivos”: É respeitado o direito a *orientação sexual*.

Robson tem orgulho de ser tucano e mantém fidelidade ao programa do PSDB e quer frequentar ao máximo as votações em plenário.

Durante a entrevista, Robson fez questão de chamar atenção para o projeto que permitiria o uso de nome social, salientando o seu pioneirismo. Em relação às propostas do

candidato, gostaria de pontuar também aquela referente à diminuição da maioria penal – proposta que fez-se presente nas outras campanhas do candidato, inclusive, sendo escolhida para figurar em sua propaganda eleitoral, em 2002, como veremos adiante.

5.2.2 A candidatura de 2000

Em 2000, Robson foi convidado por membros do partido para candidatar-se a vereador. O entrevistado avalia que o resultado que obteve nas eleições de 1998, bem como o protesto que realizou na porta do diretório partidário, serviu de alerta para que o partido não o “visse como trouxa”. Robson acabou aceitando o convite, segundo ele porque “depois que se entra na política você é mordido pela mosca azul”, o que em seu caso relacionava-se com a ideia de servir ao próximo e também com a perspectiva de aparecer na televisão. E, desta vez, ele conseguiu aparecer no horário eleitoral. Naquela eleição, o candidato usou uma versão adaptada do antigo *jingle* de campanha:

“/Robson Cerqueira candidato, 45024/
/VEREADOR!/
/Se você é entendido, presta atenção: é só se ligar porque ele é do povão/
/Robson Cerqueira candidato, 45024/
/ow, ow, ow/”

Apesar da exposição midiática e de um apoio aparentemente maior por parte do partido, a sorte não lhe sorriu. Robson não foi eleito, tendo recebido somente 620 votos. Além disso, teve problemas com a justiça eleitoral, visto que o site que criou como uma de suas estratégias de campanha, entrou no ar quatro dias antes da data permitida pela legislação eleitoral. Por isso, ele foi contatado pelo Ministério Público Eleitoral e, posteriormente, multado em R\$ 20.282 reais. Sem condições de arcar com os custos de um advogado, Robson acabou recorrendo da decisão do MPE por conta própria, mas teve seu pedido indeferido. Acabou “deixando para lá”, pois avaliou que “os políticos nunca pagam”. Contudo, em 2005, decorridos cinco anos da multa recebida nas eleições de 2000, Robson recebeu em sua casa uma citação de penhora e àquela altura a multa já estava na ordem dos R\$ 42.000 reais. Ele conseguiu negociar o pagamento da dívida ao custo total de R\$ 65.000 reais, que terminou de pagar em 2011. Apesar de ter pago um alto valor de multa, o entrevistado diz que passou a encará-la como o “pagamento por um comercial”, visto que o fato de ter aparecido na televisão em horário nobre teria impactado positivamente a frequência de clientes em seu salão de cabeleireiro.

5.2.3 A candidatura de 2002

Em 2002, Robson se candidatou a deputado federal e obteve 4.667 votos. Naquela ocasião, contou novamente com o apoio de amigos para a realização das atividades de sua campanha. Ele apareceu em algumas reportagens de portais *online* e em reportagens da emissora de televisão MTV, bem como no horário eleitoral. Em sua aparição no horário eleitoral fez a seguinte fala:

“Sou Robson Cerqueira candidato, 4524. Pretendo defender a maioria aos 16 anos. Se você faz parte da comunidade GLS presta atenção: peço o seu voto. Freguesia do Ó: vote 4524 federal.”

Sobre o conteúdo de sua propaganda eleitoral é interessante observar alguns pontos já presentes desde a campanha de 1998: a defesa da redução da maioria penal (proposta que constava da sua primeira candidatura, em 1998, e que foi a única proposta que Robson considerou que valia a pena citar no horário eleitoral, provavelmente para dialogar com audiências mais amplas), a reivindicação de ser um candidato legítimo para representar a “comunidade GLS” (desde a primeira campanha Robson buscava apresentar-se como um candidato legítimo para representar a “comunidade”, mas é interessante o uso do termo “comunidade GLS” que parece denotar ou que Robson não possuía pleno domínio das discussões sobre a sigla que nomeava o sujeito político do movimento - que àquela altura era GLBT - ou que considerava que a sigla GLS seria mais facilmente reconhecida e assimilada), e a referência ao seu bairro de moradia (Robson possuía uma importante atuação como líder comunitário, atividade da qual retirava grande parte de seu capital político).

Figura III - Captura de tela do Youtube, do vídeo intitulado “Robson Cerqueira foi candidato a deputado federal 2002”.



Fonte: YouTube. Acesso em: 23/04/2019.

Esta foi a última vez que Robson se candidatou, segundo ele porque se conscientizou que “candidato pobre não ganha”. Sobre aquele pleito eleitoral, Robson afirma que, parte de sua motivação era marcar posição “defendendo a causa” e deixar explícito que o PSDB tinha um candidato gay, mas pontua que sua campanha tinha poucos recursos e que sabia desde o início que seria muito difícil se eleger - e que por isso decidiu candidatar-se, em grande medida, “pensando nele mesmo”, isto é, visando aparecer na televisão, visto que aparecer no horário eleitoral na eleição anterior aparentemente havia aumentando o movimento em seu salão de cabeleireiro.

5.2.4 Atualmente

Em 2019, quando o entrevistei, Robson ainda atuava como cabeleireiro em seu salão montado no andar térreo de sua casa, na Freguesia do Ó. Ele afirmou que continuava militando e “defendendo a causa”, embora já não considerasse a incursão eleitoral uma opção viável para si próprio. Apesar disso, candidatou-se algumas vezes para o conselho participativo municipal, tendo sido eleito e reeleito - permanecendo quatro anos como conselheiro da subprefeitura Freguesia-Brasilândia. Também continuava atuando como líder comunitário, em especial como apresentador de programas na TV Freguesia e na organização de festas do bairro.

Instado a olhar retrospectivamente, Robson afirma que foi o único candidato gay assumido do PSDB a concorrer nas eleições de 1998, 2000 e 2002 e no decorrer da pesquisa, de fato, não encontrei quaisquer indícios de outras candidaturas de pessoas LGBT assumidas filiadas ao PSDB nos referidos pleitos. Inclusive, para ele, a sua primeira candidatura, em 1998, serviu para chamar atenção para o tema dentro do partido.

Nesse sentido, Robson reconhece que partidos à esquerda no espectro ideológico - ele citou PT e PSTU - foram pioneiros no tratamento da temática LGBT e arremata: “como eu era de centro-esquerda, pensei: ah, o PSDB também tem que entrar nessa, [tem que] defender os gays!”. É importante ressaltar que Robson fez questão de dizer que devido à sua militância em torno da “questão gay” aprendeu muito com militantes petistas, pois acabava frequentando os mesmos espaços e, de acordo com ele, “o PT é uma escola” já que “Direitos Humanos é com eles mesmo”.

Naquele momento, isto é, no final dos anos 1990, de acordo com Robson essa preocupação era inexistente ou irrelevante dentro do PSDB. De fato, Robson parece ter sido uma figura solitária nos primeiros anos em que tentou pautar a discussão sobre homossexualidade dentro da agremiação tucana¹⁰⁸. Em relação à sua atuação inicial ele conta que fazia falas em congressos e convenções do partido para ser conhecido pelos membros do partido e demonstrar a importância da questão LGBT ser respeitada e defendida.

Apesar do pouco apoio do partido às suas incursões eleitorais, Robson afirma que não encontrou resistências para se candidatar, mas o entrevistado não atribui essa facilidade a uma pretensa permeabilidade do partido à causa. Para ele, na verdade, isso deveu-se, em grande medida, ao sistema eleitoral vigente que colaborava para que os partidos “fizessem qualquer um de trouxa” de forma que na visão de Robson nunca houve qualquer impedimento às suas candidaturas, porque o interesse do partido seria angariar a maior quantidade de votos possível, sem importar de onde estes votos viessem.

Questionado sobre o Diversidade Tucana, embora Robson não saiba precisar a data, ele sinaliza que foi procurado por Wagner Tronolone que, ciente de suas candidaturas, o

¹⁰⁸ Apesar disso, durante as gestões FHC foi possível observar, em âmbito federal, ações voltadas à população LGBT - desde o Programa Nacional de DST/AIDS e às menções à homossexualidade nos Planos Nacionais de Direitos Humanos I e II. Na verdade, é possível afirmar que durante os governos FHC os direitos humanos tornaram-se uma questão de Estado, o que, inclusive, acabou implicando em uma maior inserção e atuação do Brasil em fóruns transnacionais de elaboração de políticas. Contudo, o fato dos governos FHC terem tido posturas progressistas parece ter sido resultado de uma confluência de fatores: o clima transnacional favorável; a pressão de ativistas e grupos ligados ao movimento social; e também à trajetória e postura do próprio ex-presidente, bem como das pessoas por ele indicadas a cargos-chave do Executivo; mais do que a pressões da base partidária do PSDB. Para discussões sobre os primórdios das políticas de direitos humanos na Era FHC, veja-se Rios (2014b), Daniliauskas (2011), Silva (2014), Lima (2010), Dehesa (2015), entre outros.

convidou para discutir a formação de um secretariado LGBT dentro do PSDB. Robson salienta que embora tenha participado de algumas reuniões do grupo nunca teve forte atuação no DT, pois as reuniões muitas vezes coincidiam com seu horário de trabalho. Os processos concernentes ao Diversidade Tucana serão devidamente discutidos a seguir.

5.3 Diversidade Tucana

Diversos partidos incorporaram a temática LGBT a partir de meados da década de 2000, mas o caso do PSDB é particularmente interessante de ser analisado. Em parte, porque o partido foi o primeiro, dentre aqueles considerados pela literatura como de centro ou de direita, a criar um núcleo de diversidade sexual. Mas, também, porque desde 1994 o partido foi um dos protagonistas das disputas no cenário político nacional - e em muitos casos também em âmbito regional e local - ao lado do PT (partido historicamente aliado do movimento LGBT).

O Diversidade Tucana (DT) foi fundado em 2006, mas é possível afirmar que os esforços em prol da politização do tema dentro do PSDB remontam, pelo menos, ao final da década de 1990, quando Robson Cerqueira tornou-se o primeiro candidato assumidamente gay do partido. Vale ressaltar, também, que desde 1994 grupos de pessoas LGBT atuaram em campanhas eleitorais do PSDB, buscando angariar votos e colaborando na elaboração de planos de governo. Contudo, tal atuação se dava sob a seara dos direitos humanos, sem discutir especificamente a “questão homossexual” e sem a pretensão de criar um núcleo específico para discutir as questões LGBT no partido.

Vejamos, então, a história do Diversidade Tucana¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Neste capítulo, são mobilizados dados de duas ordens: primeiro, aqueles de cunho documental, tais como notícias de jornal, entrevistas, fotos, materiais de campanha etc.; mas também narrativas de membros e ex-membros do Diversidade Tucana, bem como de ex-membros do NGL-PT e de militantes que atuavam como “independentes” na época dos eventos abordados. Tais narrativas advêm de uma ida a campo, quando gravei o áudio de um evento aberto do DT, e também da realização de dezesseis entrevistas. Os nomes dos entrevistados são fictícios, a fim de preservar as suas identidades.

5.3.1 O processo de criação

A criação do Diversidade Tucana data oficialmente de 24 de junho de 2006, quando foi realizado um encontro na sede estadual do partido, no qual foi eleita uma coordenação provisória para um ano de mandato. A movimentação para a criação do núcleo tinha se iniciado por volta de novembro de 2005, conforme expresso na matéria do site *Athos GLS* transcrita abaixo¹¹⁰.

PSDB de São Paulo cria núcleo gay

O PSDB paulista lança no próximo sábado, às 10h, o núcleo "Diversidade PSDB", destinado a ampliar o debate sobre os gays, lésbicas, transexuais e transgêneros. A articulação para a criação do núcleo surgiu em novembro do ano passado, desde que Sidney Beraldo assumiu a presidência do diretório estadual.

O jornalista Wagner Tronolone, militante do partido há dois anos e do movimento gay há cinco, é um dos idealizadores do projeto. Segundo Tronolone, os direitos dos homossexuais passam apenas pelo âmbito judicial, mas é necessário "ampliar o debate para dentro dos partidos políticos", para que os direitos se tornem legislação. Neste sábado, será eleita uma coordenação provisória, com mandato de um ano. Ao fim deste período, há outra eleição.

O encontro acontece na sede estadual do partido, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4435, próximo ao parque do Ibirapuera.

(*Athos GLS*, 22 de junho de 2006).

Wagner Tronolone (também conhecido por "Gui", seu apelido) foi invariavelmente apontado como a principal figura envolvida no processo de criação do Diversidade Tucana. Desde o começo dos anos 2000, Tronolone atuava como ativista LGBT e em 2004 passou a atuar também partidariamente, após filiar-se ao PSDB. Naquele momento, Tronolone via a si próprio como um "militante do movimento social que por acaso era filiado ao PSDB" e ele acredita que, inicialmente, a sua filiação partidária era percebida com certa graça por outros ativistas do movimento¹¹¹.

Por algum tempo, ele conseguiu conciliar a sua atuação partidária com a sua atuação no movimento, especialmente no Fórum Paulista LGBT. Contudo, quando o Diversidade Tucana foi fundado, em 2006, e Tronolone assumiu a coordenação do grupo, resolveu se

¹¹⁰ Disponível em: <<https://athosgls.com.br/psdb-de-sao-paulo-cria-nucleo-gay/>>. Acesso: 10/08/2019.

¹¹¹ "Eu tava ali no Fórum Paulista e eu era visto como um 'bichinho exótico', porque eu era um gay tucano, [depois] algumas pessoas começam a se incomodar com o fato de que eu tava realmente buscando gente pra se filiar ao PSDB com a ideia de fazer uma coisa mais organizada dentro do partido" (Gui Tronolone, em entrevista ao autor). Mas ele também avalia que, em alguns momentos, o fato de ser filiado ao PSDB era interessante para o Fórum Paulista, pois facilitava conversas com parlamentares do partido em atividades de *advocacy*.

afastar das atividades do Fórum Paulista. De acordo com ele, sua decisão visou evitar certa confusão entre os papéis de militante partidário e militante do movimento social.

Eu estaria ali como militante ou como PSDB? Aí se o assunto fosse referente ao governo do estado, que tava com o PSDB, qual seria a minha posição? Eu achava que eu não tinha que confundir as coisas, então eu parei de frequentar quando virei presidente do Diversidade Tucana. (Gui Tronolone, em entrevista ao autor).

Na época em que se filiou ao partido, em 2004, Gui Tronolone conta que começou “tateando”, pois não tinha “a menor ideia de como se militava em um partido”. Inicialmente, quando ainda não possuía “vivência partidária”, ele pretendia atuar em períodos eleitorais de modo a inserir a temática LGBT em programas de governo. Ou seja, em princípio, ele não tinha quaisquer pretensões de criar um núcleo partidário.

Contudo, já nas eleições daquele ano, Tronolone acabou conhecendo e se aproximando de Fernando Quaresma¹¹², então candidato a vereador, com quem teve as primeiras conversas sobre a possibilidade de criar um núcleo no PSDB. É importante pontuar que tais conversas foram inspiradas pelo fato de o PT já contar com um setorial LGBT¹¹³.

Na época, em 2004, o PPS, que era da mesma coligação [do PSDB], teve um candidato gay que era o Fernando Quaresma - que depois foi presidente da associação da Parada -, que fazia parte da mesma coligação do Serra, e o Fernando, na campanha dele, levantou algumas vezes essa questão da coordenação [municipal LGBT] e até [a questão] de organizar um pouco melhor isso [a discussão sobre direitos LGBT] dentro dos partidos, [então] é uma conversa que eu tinha com ele. (Gui Tronolone, em entrevista ao autor)

Embora Tronolone estivesse “amadurecendo as ideias” que discutiu com Fernando Quaresma desde as eleições municipais de 2004, foi somente em 2006, quando José Serra se candidatou ao governo do estado tendo Alberto Goldman como candidato a vice, que a ideia voltou à tona. Tronolone - que trabalhava com Goldman desde o início de 2004 - avaliou que

¹¹² Serra (PSDB) candidatou-se a prefeito pela coligação “Ética e Trabalho”, formada por PSDB, PFL e PPS e seu candidato a vice foi o deputado federal Gilberto Kassab (PFL). Naquelas eleições, Fernando Quaresma (PPS) foi candidato a vereador e obteve 2.024 votos. Quaresma candidatou-se a vereador em duas outras ocasiões: em 2008, pelo PMN obtendo 159 votos; e em 2016 pelo PCdoB, obtendo 320 votos. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_det&cand=81085>. Acesso em: 10/10/2019.

¹¹³ Diversos interlocutores afirmaram que a existência do NGLPT contribuiu, em certa medida, para a avaliação de que era necessário criar um grupo semelhante no PSDB. Por exemplo, Gui Tronolone contou que durante a Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008, houve um encontro do setorial do PT, do qual ele participou representando o Diversidade Tucana. Sua participação consistiu em uma breve saudação no início do encontro na qual ele teria afirmado: “Olha, vocês são pioneiros nisso. A gente tá indo atrás e nosso sonho é ter o tamanho que vocês tem.” De acordo com ele, os presentes reagiram à sua fala balançando fichas de filiação e ele respondeu, em tom de brincadeira, “Ai, gente, deixa... Senão não vai ter [gays] no PSDB. Tem que ter nos outros partidos, não pode juntar tudo num só”.

o momento eleitoral seria ideal para a criação de um núcleo de diversidade sexual no partido. Isto porque poderiam valer-se da visibilidade proporcionada pelas eleições.

O momento eleitoral é um momento muito propício dentro de partidos políticos pra você construir essas pontes. É um momento que tem muita gente se aproximando da campanha - não especificamente do partido -, e que você faz esse trabalho também de trazer pra um partido. Então a gente resolveu fazer ali durante esse momento eleitoral, esse movimento de criação de um setorial LGBT do PSDB (Gui Tronolone, em entrevista ao autor).

Nesse sentido, é importante ressaltar que Goldman foi pré-candidato ao governo do estado de São Paulo, o que o levou a participar de dezenas de encontros regionais promovidos pelo partido com os pré-candidatos. Para Tronolone, tal processo possibilitou conhecer mais militantes do partido e estabelecer contatos que seriam importantes futuramente. Foi durante o processo de prévias que Tronolone acabou conhecendo Sidney Beraldo (que foi eleito presidente estadual do PSDB em novembro de 2005 e permaneceu no cargo até dezembro de 2006).

Após ter acompanhado o processo de prévias, Gui Tronolone afirma que passou a se sentir mais confiante para propor coisas novas à estrutura partidária. Então, ele começou a procurar outras pessoas que pudessem estar dispostas a criar um grupo para discutir questões LGBT na agremiação tucana. Inicialmente, Tronolone convidou Marcelo Toledo, que havia conhecido na campanha eleitoral de 2004, e este o apresentou a Robson Cerqueira. Após as primeiras conversas entre Wagner, Marcelo e Robson, surgiu a ideia de marcar uma reunião com o presidente estadual do partido, Sidney Beraldo¹¹⁴.

Como eu era muito verde de partido, “formalidade zero”... Não fazia nem ideia de qual passo eu tinha que preencher pra poder fazer aquilo... Foi uma coisa realmente de conversar com o Beraldo em um evento [e dizer] “olha, eu queria levar uma pessoa pra conversar... A gente quer fazer a criação de um núcleo...”, [e ele responder] “Não, vai lá, pode marcar lá...”. Daí eu marquei. (...) Eu até às vezes penso “Nossa, eu acho que eu pulei etapa nesse processo...”. Cheguei, fui fazendo e nem fazia ideia de que já tinha um monte de gay no PSDB, não fazia a menor ideia. (Wagner Tronolone, em entrevista ao autor).

Uma vez marcada a reunião, Tronolone avaliou que precisava estar bem preparado para convencer Beraldo da importância de criar um núcleo LGBT no partido. Por isso, ele conversou com Cássio Rodrigo¹¹⁵, então coordenador da CADS, e pediu sua ajuda para articular algumas pessoas que pudessem participar daquela reunião. Cássio entrou em contato

¹¹⁴ A facilidade para marcar essa reunião deveu-se, sobretudo, ao fato de Gui Tronolone e Sidney Beraldo já se conhecerem, por ocasião das prévias partidárias, e não somente à receptividade de Beraldo à temática LGBT.

¹¹⁵ Àquela altura Cássio ainda não era filiado ao PSDB, embora já simpatizasse com o partido.

com Franco Reinaudo e Almir Nascimento (presidente e vice-presidente da ABRAT-GLS¹¹⁶, respectivamente) e os convidou a auxiliar na condução da reunião com Beraldo.

Daquela reunião ¹¹⁷ participaram Wagner Tronolone, Franco Reinaudo, Almir Nascimento e Sidney Beraldo. Era esperado que Cássio Rodrigo também participasse da reunião para contar sobre a sua experiência à frente da CADS (expondo-a como um “*case* de sucesso” da atuação do PSDB em relação à temática LGBT), mas Cássio não pôde comparecer devido a compromissos referentes à organização da Parada daquele ano.

Para os envolvidos com a criação do DT, havia a necessidade de conferir legitimidade àquela empreitada com a exposição de dados e informações e, por isso, Franco e Almir foram convidados: eram duas figuras relacionadas ao mercado GLS. De acordo com Tronolone,

A gente tinha aquela visão nos anos 2000, tipo “Vamos conquistar as pessoas pelo lado financeiro”, “Vamos falar mais do *pinkmoney* que as pessoas vão começar a se conscientizar de que isso pode ser importante pra sociedade como um todo”... Então eu lembro de ter muito esse elemento na conversa [com o Beraldo], os dados de turismo LGBT, a quantidade de pessoas da Parada... Acho que foi [em] 2002 ou 2003 que a Parada chegou no milhão, foi uma marca que deixou todo mundo impressionado então eu lembro da gente falar muito desse tema (Gui Tronolone, em entrevista ao autor)

Visão semelhante foi apresentada por Cássio Rodrigo:

O Franco apresentou pro Beraldo, primeiro, que existia uma série de pessoas LGBTs que não eram necessariamente vinculadas a partidos de esquerda. Segundo, o Franco contou um pouco os dados do que era o turismo e o mercado LGBT, isso ele tinha na ponta da língua porque ele era presidente da ABRAT, então, assim, ele contou um pouco esses dados, como era o mercado de São Paulo e o quanto poderia ser importante ter um grupo atuando partidariamente, olhando pra essa população, porque era uma população a ser considerada, tinha um potencial político não explorado. Então acho que a fala do Franco ajudou um pouco nessa sensibilização. (Cássio Rodrigo, em entrevista para o autor)

Sobre a sua participação nesse processo, Franco fez questão de salientar que, àquela altura, não possuía quaisquer vínculos partidários, mas ainda assim considerava que era fundamental que todos os partidos tivessem núcleos ou setoriais dedicados à temática LGBT e que - instigado pela experiência da CADS - possuía a expectativa de que tais grupos atuariam para elaborar políticas públicas e legislações favoráveis à população LGBT.

¹¹⁶ Associação sem fins lucrativos, fundada em 28 de junho de 2004 - destinava-se a incentivar o comércio, o turismo e o lazer destinado ao público de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transgênerose Simpatizantes no território nacional. Em 2007 reunia 42 empresas do setor de turismo e entretenimento. Disponível em: <<https://athosgls.com.br/nova-diretoria-da-abratgls-toma-posse/>>. Acesso em: 21/08/2019.

¹¹⁷ Não foi possível apurar se a reunião ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) ou no Diretório Estadual do PSDB.

Naquela época [eu] não tinha nenhuma ligação com partido, com partido nenhum, mas eu entendi naquele momento que era fundamental que todos os partidos tivessem um espaço desses... Porque eu achava que eles iriam servir de referência pra criar política pública. O que eu imaginei? Você tem um espaço para ajudar os parlamentares a pautar política pública, a pautar legislação, a pautar projeto... Você auxiliar prefeitos, governadores, que são do partido a criar políticas públicas ou espaços parecidos como esses que a gente tinha. Enfim. Essa era a ideia que eu tinha, muito ingenuamente, naquela época que esses espaços serviriam para isso. (Franco Reinaldo, em entrevista ao autor)

A reunião foi avaliada como proveitosa por meus interlocutores, visto que Sidney Beraldo teria ficado interessado e impressionado com as coisas que ouviu. Inclusive, por causa da reunião ele teria autorizado a criação do Diversidade Tucana.

E aí a gente fez uma reunião com o então presidente do partido aqui em São Paulo do estadual que era o Sidney Beraldo e ele adorou “Não, pode fazer [a criação do núcleo]! Pelo estatuto do partido o presidente te autoriza a criação de um núcleo provisório e aí você tem um período pra construir aquilo até conseguir ter as condições estatutárias pra virar uma coisa definitiva, com estatuto...”. E foi ali que começou o Diversidade Tucana, como núcleo do PSDB de São Paulo, no [âmbito] estadual (Gui Tronolone, em entrevista ao autor).

Após a autorização de Beraldo, os envolvidos com a criação do Diversidade Tucana¹¹⁸ passaram a planejar um evento de lançamento. A ideia era aproveitar o ano eleitoral para conferir visibilidade à iniciativa a fim de, por um lado, atrair pessoas LGBT para o partido, e, por outro, expressar para os membros do partido como um todo que a temática LGBT era abraçada pelo PSDB. Assim, no dia 24 de junho de 2006, realizaram um evento de fundação na sede estadual do partido do qual, segundo Tronolone, participaram diversas pessoas, inclusive Alberto Goldman, então candidato a vice-governador, e Guilherme Afif, então candidato a senador pelo PFL.

As primeiras reuniões realizadas após a formação do núcleo não envolveram muitas pessoas e destinaram-se, sobretudo, a discutir algumas questões estratégicas: as formas de atuação que seriam adotadas; o nome do grupo; e também a elaboração de seu logo. As atividades do grupo serão discutidas posteriormente, em seção específica, por ora, gostaria de referir-me à escolha de seu nome e à elaboração de seu logo.

¹¹⁸ Apesar da contribuição de Cássio Rodrigo, oficialmente, conforme informações disponíveis no material distribuído durante o evento “O PSDB e a Diversidade - Que tal?” - disponível no Anexo A - são reconhecidos como fundadores do DT Wagner Tronolone, que assumiu a coordenação do grupo, Robson Cerqueira e Marcelo Toledo - que eram militantes do partido - e Franco Reinaldo e Almir Nascimento, que não possuíam vínculos prévios com o PSDB e eram agentes do mercado GLS. Posteriormente, Almir acabou não atuando no grupo, mas Franco foi membro do grupo por alguns anos.

Ao longo desta pesquisa questionei diversos interlocutores em relação à escolha do nome “Diversidade Tucana”: afinal, o que motivou a escolha do termo “diversidade” em detrimento da sigla GLBT, então adotada pelo movimento?

Não está muito claro se o nome “Diversidade Tucana” foi uma sugestão de Franco Reinaudo ou de Wagner Tronolone. De todo modo, os meus interlocutores apresentaram algumas explicações para a escolha do nome “Diversidade Tucana” que vale a pena pontuar.

Em primeiro lugar, invariavelmente, foi mobilizado como justificativa o fato de que o recurso à noção de “diversidade” permitiria ao grupo esquivar-se das polêmicas inerentes à sigla GLBT. Os meus interlocutores avaliaram, na época de fundação do grupo, que a sigla não era plenamente representativa e que tal fato poderia causar disputas entre identidades e resultar em futuras alterações na sigla (o que, inclusive, tornaria necessário mudar documentos e nomenclaturas de políticas públicas). Nesse sentido, o termo *diversidade sexual* era percebido como mais amplo e capaz de incorporar outras possibilidades de orientações sexuais e identidades de gênero, além daquelas já abarcadas pela sigla GLBT.

Em segundo lugar, o recurso à noção de “diversidade” teria sido também, como definiu um dos entrevistados, uma questão de *marketing*, a fim de não incorrer no uso de uma “sopa de letrinhas”, caso adotassem um nome como “núcleo LGBT do PSDB”. E, por fim, a escolha do termo também teria buscado dialogar com o modo como o PSDB abordava tais questões, visto que o partido vinha adotando, ao menos desde 2005, o termo “diversidade” em políticas públicas elaboradas em suas gestões.

“Diversidade” era um pouco o termo que o partido usava pra essas questões (...) [E] na época tinha a coordenação de diversidade sexual na prefeitura [de São Paulo] que era um pouco o modelo que a gente queria seguir, até como um *case* de sucesso do PSDB.

A questão da nomenclatura do grupo, vale pontuar, é representativa da diferença que pode ser observada entre partidos de esquerda e os de centro e direita: os grupos LGBT dos partidos de esquerda tendem a adotar as denominações “lésbicas e gays” ou “LGBT” em seus respectivos nomes, enquanto que os grupos de partidos de centro ou de direita tendem a adotar a denominação “diversidade” (SANTOS, 2016).

Na interpretação de Gustavo Santos (2016), haveria duas possíveis razões para esta diferença: por um lado, os militantes dos partidos de centro e de direita estariam preocupados em enfatizar a importância de respeitar a diversidade humana (de forma mais ampla), de maneira a evitar possíveis reações contrárias dentro de seus partidos; já a segunda razão diz

respeito ao fato de que os militantes LGBT dos partidos de centro e de direita apresentariam menor vinculação ao movimento LGBT¹¹⁹.

Ainda que a observação de Gustavo Santos (2016) seja bastante interessante, é necessário ter alguma cautela em relação às suas interpretações. De saída, gostaria de salientar a necessidade de que outras pesquisas empíricas sobre núcleos LGBT (ou de diversidade) em partidos sejam realizadas, mas, ainda assim, faço algumas observações a partir do caso do Diversidade Tucana. Em primeiro lugar, ao menos no caso do DT, o recurso à ideia de diversidade não parece ter visado, necessariamente, esquivar-se à oposição interna de membros conservadores do partido. Na verdade, o recurso ao termo “diversidade” parece ter tido mais a ver com a disposição do grupo para estar alinhado com a nomenclatura utilizada pelo partido. Afinal, vale lembrar, a noção de “diversidade” era encampada pelo PSDB e largamente utilizada em suas gestões.

Ademais, o grupo não tinha a intenção de esconder que era formado por pessoas LGBT. Tal fato é evidenciado quando se observa a evolução do logotipo do grupo: desde os primórdios do núcleo, o seu logotipo tem consistido, basicamente, de um tucano disposto sobre um fundo de arco-íris. Ainda que tenham existido diferentes versões de logo¹²⁰, este sempre valeu-se do recurso à bandeira do arco-íris (símbolo incontestado do movimento LGBT).

A imagem abaixo acompanhava a primeira postagem no *blog* do Diversidade Tucana, publicada em 31 de julho de 2006, quando o grupo sequer possuía um logo. Essa primeira postagem, consistia em um texto de boas-vindas que dizia o seguinte: “O Diversidade Tucana é o núcleo GLBTT do PSDB de São Paulo. Aqui nesse blog, os visitantes poderão acompanhar as nossas atividades e conhecer as nossas propostas. Acompanhem!”.

Figura IV - Imagem que ilustrava a primeira postagem do antigo blog do Diversidade Tucana.



Fonte: <https://web.archive.org/web/20081108044543/http://diversidadetucana.zip.net/>

¹¹⁹ Em sua pesquisa, Santos (2016) não encontrou nos materiais disponibilizados pelos grupos do PSDB, PTB e PMDB, indicações de atividades de seus respectivos membros junto ao movimento LGBT em âmbito estadual ou nacional.

¹²⁰ Aliás, ainda hoje, há outras versões usadas em outras localidades (vide as páginas no facebook do “Diversidade Tucana Rio Grande do Sul” e do “Diversidade Tucana São João da Boa Vista”, por exemplo), além da versão “oficial” que é utilizada pelo secretariado nacional e consta no site do PSDB.

Pouco tempo depois, no dia 17 de agosto de 2006, o grupo fez outra postagem em seu *blog* para divulgar o 1º Encontro “Compromisso com a Diversidade de São Paulo” - atividade para discutir propostas e embasar a elaboração da seção GLBT dos programas de governo de Alckmin (presidente) e Serra (governador). Na arte elaborada para a divulgação da atividade, pela primeira vez o grupo usou um logotipo. Como é possível observar abaixo, esse primeiro logo aproveitou a ideia anterior de dispor um tucano sobre uma bandeira do arco-íris, mas acrescentou o nome do grupo e também um subtítulo - “Núcleo de Diversidade Sexual do PSDB-SP” -, buscando evidenciar o caráter de sua atuação. Esta versão do logo foi utilizada ao menos até 25 de maio de 2009, quando o grupo postou em seu antigo *blog* um convite para o evento “O PSDB e as Políticas Públicas LGBT”, destinado à comemoração dos três anos de fundação do núcleo.

Figura V–Primeiro logotipo Diversidade Tucana



Fonte: <https://web.archive.org/web/20081108044543/http://diversidadetucana.zip.net/>

Por fim, o logo atual. Passou a ser utilizado a partir de 2010 e, embora tenha mantido as principais referências utilizadas até então (o tucano e a bandeira do arco-íris), retirou o subtítulo e deu maior destaque à sigla do partido. Vale pontuar, também, que esta versão é claramente “mais profissional” que a anterior, o que indica a preocupação do grupo com a sua imagem. Não por acaso, essa mudança ocorreu num momento em que o grupo estava buscando a sua formalização na estrutura partidária tucana e a sua expansão para outros estados, além de São Paulo (processos que serão discutidos na seção 5.3.2).

Figura VI - Logo atual do Diversidade Tucana.



Fonte: <http://www.diversidadetucana.com.br/2010/06/>

Em segundo lugar, acredito que o recurso ao termo “diversidade” para nomear o DT não se deveu, também, ao fato do grupo não possuir uma forte relação com o movimento LGBT. Certamente, o fato de o Diversidade Tucana ser composto por membros com maiores vínculos com o mercado GLS do que com grupos do movimento colaborou para o recurso à noção de “diversidade”. Mas não há uma contraposição tão evidente entre o termo diversidade sexual e a então sigla GLBT. Afinal, por vezes, o próprio movimento fez uso estratégico do termo diversidade sexual, como já demonstrado por Isadora França (2000b).

Assim, defendo que o Diversidade Tucana mobilizou o enquadramento interpretativo da “diversidade sexual”, derivado do *macroenquadramento* da “diversidade” (portanto, calcado na ideia de “tolerância às diferenças”), a fim de, por um lado, estar alinhado com o modo como o próprio partido abordava as “questões GLBT”; e, por outro, para valer-se de um enquadramento interpretativo que se furtava às polêmicas entre diferentes identidades inerentes à utilização da sigla a GLBT.

Por fim, gostaria de terminar esta seção chamando atenção para um ponto importante: o papel de *brokers* na criação do Diversidade Tucana¹²¹. Isto é, o papel de ativistas que transitaram entre diferentes esferas, estabelecendo conexões e facilitando a circulação de repertórios e enquadramentos interpretativos (DIANI, 2003; ALONSO, 2012).

Nessa direção, é digna de nota a atuação de Wagner Tronolone no movimento e no partido, entre 2004 e 2006. De início, como já referido, Tronolone não tinha a intenção de criar um núcleo LGBT no partido, na verdade, ele buscava angariar novos membros para o PSDB nas fileiras do movimento e também tentava incidir em campanhas eleitorais, pautando a questão LGBT. A ideia de criar um núcleo LGBT no PSDB, vale lembrar, surge a partir de conversas com Fernando Quaresma (que também atuava como *broker*, no movimento e no PSB).

A atuação de Wagner Tronolone remete a traços recorrentes nos processos de politização da temática LGBT (e também da temática racial) em partidos políticos que têm sido observados pela literatura, notadamente o papel fundamental que costumam exercer indivíduos previamente envolvidos com as temáticas, em geral com participação em movimentos sociais, que abordam uma determinada problemática nas estruturas partidárias

¹²¹ Embora a participação de Almir Nascimento e Franco Reinaudo, atores ligados ao mercado GLS, tenha sido fundamental para a criação do Diversidade Tucana, acredito que não é possível dizer que, naquele momento, houvesse a atuação de *brokers* ligando mercado GLS e a agremiação tucana. Afinal, em que pese a importância de sua contribuição, Franco e Almir não possuíam quaisquer vínculos com o partido, somente participaram de uma reunião. Por outro lado, acredito que ao longo de seus primeiros de atuação o DT passou a contar, de fato, com a atuação de *brokers* que estabeleceram ligações entre o partido e o mercado GLS - como Franco Reinaudo e André Pomba -, o que teve impactos na atuação do grupo (por exemplo, na elaboração de planos de governo).

(DEHESA, 2007; CRUZ, 2015; RIOS, 2014b; SOARES, 2009). Nessa direção, é exemplar a formulação de Rafael de la Dehesa (2007) ao tratar sobre a politização da questão homossexual na Convergência Socialista no período de “abertura”:

Ao acentuar os atores promovendo mudanças, transformações nos repertórios discursivos e nos fluidos contextos em que atuaram, este artigo sugere que este processo, na verdade, começou antes, ao menos no Brasil, e que foi impulsionado mais por demanda do que por oferta, desde a perspectiva dos partidos políticos (DEHESA, 2007, p.53, *tradução livre*).

Isso significa dizer que a politização da questão homossexual na Convergência Socialista dependeu menos da abertura da estrutura partidária à questão homossexual e muito mais da atuação de *brokers* que pautaram novas questões na CS, tensionando para que fosse alargada a percepção daquilo que deveria ser percebido como politicamente relevante.

No caso do Diversidade Tucana, não houve resistências à sua criação em São Paulo e isso é percebido pelos integrantes do DT como resultado do “compromisso histórico” do partido com a causa LGBT. Contudo, a receptividade do partido à temática LGBT não é absoluta ou homogênea, apresentando enormes diferenças regionais. Em outros estados, de acordo com narrativas de membros do Diversidade Tucana¹²², muitas vezes as primeiras ou mesmo as principais dificuldades dos integrantes do Diversidade Tucana local resultam do enfrentamento com membros e parlamentares do próprio partido¹²³.

Ainda sobre isso, é importante dizer que mesmo quando há certa abertura da estrutura partidária a discussões sobre diversidade sexual, a politização da temática LGBT depende do interesse e da atuação de indivíduos em prol desse objetivo. Nessa direção, é válido o recurso a uma anedota. No dia 21 de agosto de 2007, o site da mídia segmentada *Athos GLS* veiculou uma matéria - originalmente publicada pela *Tribuna de Minas* - na qual o repórter se debruçou sobre a receptividade dos partidos às questões GLBT¹²⁴. Partindo de um levantamento da ABGLT segundo o qual, até então, “PT, PCdoB, PMDB, PSDB, PSB, PPS, PDT, PSol, PP e PV – já criaram espaço específico para o segmento Gay, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) em suas estruturas”, o repórter questionou os dirigentes desses partidos na cidade de Juiz de Fora, visto que somente o PT já possuía um núcleo naquela cidade.

¹²² Narrativas de membros do DT durante o evento “O PSDB e a Diversidade: Que tal?”.

¹²³ Em 2013, foi incluído no estatuto do partido “o respeito às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero”. Também houve a inclusão de um parágrafo no novo Código de Ética do partido que considera infração do filiado a “prática, defesa ou estímulo à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, gênero, raça, cor, classe social, deficiência e idade”. Diante deste novo cenário interno, resta saber as implicações dessas mudanças nos diferentes “PSDBs locais”.

¹²⁴ Disponível em: <<https://athosgls.com.br/partidos-de-olho-nas-cores-do-arco-iris/>>. Acesso em: 12/08/2019.

Todos os dirigentes das outras legendas que foram ouvidos afirmaram a permeabilidade de seus partidos à temática e justificaram que a não existência de núcleos em Juiz de Fora devia-se à falta de demanda por parte de membros gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais daqueles partidos. Como expresso na fala do dirigente do PSDB local.

Para o vereador e presidente do PSDB, Rodrigo Mattos, a ausência de um núcleo GLBT no ninho tucano se deve à falta de iniciativa dos filiados. “Quando criamos o PSDB-Mulher, foi uma decisão da ala feminina do partido. Caso os homossexuais do partido queiram se mobilizar, terão todo o apoio do diretório”.

(Athos GLS, 21 de agosto de 2007)

Narrei essa história, pois ela é indicativa de que a politização de um determinado tema dentro de partidos políticos (sejam estes mais ou menos permeáveis a uma dada discussão), supõe que haja atores dispostos a encampar uma determinada discussão e, quando necessário, enfrentar os possíveis focos de resistência.

5.3.2 *Estrutura organizacional*

O Diversidade Tucana surgiu em 2006 como núcleo estadual, então baseado em São Paulo, vindo a tornar-se um Secretariado nacional do partido - com ramificações em diferentes cidades e estados - em meados de 2011. Até então, a atuação do DT era voltada, sobretudo, para questões de âmbito estadual e municipal, visto que era um grupo formado majoritariamente por paulistanos, ainda que vez ou outra o grupo se envolvesse em questões de âmbito nacional (como os embates com o então deputado federal João Campos, que será abordado posteriormente).

Antes de narrar o processo de estruturação do DT, é importante pontuar a diferença entre *núcleos* e *secretariados* na estrutura partidária tucana. Grosso modo, os núcleos¹²⁵ podem ser formados por um grupo de pessoas (desde que composto por pelo menos seis filiados) em torno de qualquer temática (como saúde, saneamento básico ou diversidade sexual, por exemplo) e possuem uma organização formal muito baixa: não é necessário estabelecer um regimento interno, bastando apenas que haja um Coordenador que será responsável pelas relações do núcleo com a estrutura partidária. Já os secretariados, por outro lado, precisam ter a sua criação autorizada pela Executiva Nacional do partido, devem

¹²⁵ A este respeito, conferir o artigo 106 do estatuto do partido. Disponível em: <<https://tucano.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Estatuto-do-PSDB-2019-atualizado.pdf>>. Acesso em: 17/08/2019.

elaborar um regimento interno e constituir uma coordenação executiva (cujos mandatos têm duração de dois anos). Entre as prerrogativas dos secretariados vale destacar o direito de ter um representante, com direito a voz e voto, nas reuniões da Comissão Executiva Nacional¹²⁶.

A busca do DT por tornar-se um secretariado visava à garantia de meios para que o grupo pudesse incidir na estrutura partidária de forma efetiva, isto é, interessava aos seus membros “ter mais voz dentro do partido”. No fundo, os membros do DT buscavam duas coisas: por um lado, “inserir no DNA do partido” o respeito à diversidade sexual - o que era visto como algo coerente com o “histórico do PSDB”; e, por outro, havia a motivação de estabelecer meios eficientes para lidar com membros do partido que se mobilizassem contra os direitos LGBT (como foi o caso de João Campos).

Nessa direção, um de meus entrevistados afirmou que,

Por conta da estrutura político-partidária do país, se você não é um secretariado, você não tem uma voz efetiva... [E] também tem que pensar no seguinte: nesse começo aí [em] 2006, 2007 e 2008 [por] aí, tem aquele louco do João Campos que era PSDB e descia o cacete na gente... E aí como que você vai trabalhar dentro do partido num código de ética se você não é um secretariado? Então você tem essas questões envolvidas, você precisa tentar de alguma forma efetivar no DNA do partido essa questão, colocar no estatuto, e pra isso você precisa ser um grupo [formalmente vinculado à estrutura partidária]

Pode-se afirmar que, de início, o baixo número de participantes - e a inexperiência partidária do coordenador do grupo, Wagner Tronolone - impossibilitava qualquer tentativa de estruturação do DT. Em seus primórdios o grupo era bastante reduzido e composto por diversas pessoas que sequer eram filiadas ao PSDB, embora participassem das atividades do DT (inclusive das tomadas de decisões). Segundo Tronolone, em seus primeiros anos o grupo estava “tentando se encontrar”, e, para tanto, atuava “onde dava”, muitas vezes posicionando-se na mídia em busca de atrair visibilidade para o grupo e suas ações, a fim de angariar novos membros. Foi a partir de 2009 que esse cenário começou a se transformar, quando se tornou um dos principais objetivos do DT a busca por estruturar o grupo vinculando-o formalmente à estrutura partidária. Tal intento envolvia a necessidade de expandir seu alcance, sendo que a criação de novos núcleos estaduais, regionais (que agregam algumas cidades próximas) e municipais passou a ser incentivada.

Eu lembro, por exemplo, de uma discussão que a gente teve nesse momento que o Marcos [Fernandes] falou da formalização e tal... [Para] ter um secretariado estadual você precisa ter o núcleo formado em 10% dos municípios do estado. Então,

¹²⁶ Conferir o artigo 73 do estatuto do partido. E, para uma discussão sobre a importância das Comissões Executivas, veja-se o trabalho de Pedro Floriano Ribeiro (2013, p. 241-2).

daria 65 municípios [em São Paulo], a gente não tinha a menor condição de criar aquilo em 65 municípios, nenhum de nós tinha nenhum apoio financeiro [do partido] pra rodar o estado pra fazer isso e a gente não vislumbrava mesmo... Era uma coisa muito... Você ter uma pessoa LGBT, militante, assumida e filiada ao PSDB... Então, assim, é um funil muito estreito. A gente sabia que a gente não ia conseguir formar aquilo pra fazer um secretariado formalmente, então a gente foi atuando onde dava, se colocando em questões que tavam na mídia, se colocando em questões dentro do partido, se colocando em questões LGBT, buscando [ter] uma [certa] visibilidade... Muito com a esperança de trazer gente e conseguir realmente formar a coisa e tal. Mas quando o Marcos [Fernandes] começa a participar [do DT] ele traz essa visão orgânica mesmo, ele já fez [a formação do secretariado da] Juventude, já fez [a formação de] diretórios, então [ele] tinha muito mais conhecimento dessa parte formal do partido e aí a gente começou exatamente a fazer esse pleito de que “olha, veja lá a nossa especificidade e deixem a gente atuar regionalmente e não municipal”. Então a gente começou a formar grupos regionais. Então tinha um pessoal em Piracicaba “ô vocês vão trabalhar a região de Campinas”, tinha um pessoal em Santos “ô vocês vão trabalhar a questão da Baixada”, [para] a gente poder ter atuação nos municípios sem necessariamente ter que ter uma pessoa em cada um. (Gui Tronolone, em entrevista ao autor).

A realização de um encontro a fim de comemorar os três anos de fundação do núcleo¹²⁷ pode ser encarada como a primeira grande iniciativa em direção à sua formalização. Neste evento, denominado “O PSDB e as políticas para a cidadania LGBT”, além dos integrantes do Diversidade Tucana, compareceram membros do partido como Bruno Covas e Milton Flávio (deputados estaduais), Ricardo Montoro (Secretário de Participação e Parceria do Município de São Paulo), Cesar Gontijo (Secretário-Geral Estadual do partido) e Rogélio Barcheti (prefeito de Avaré)¹²⁸.

¹²⁷ Disponível em: <http://diversidadetucana.zip.net/arch2009-06-07_2009-06-13.html>. Acesso em: 23/09/2019.

¹²⁸ Na ocasião, o prefeito Avaré, Rogélio Barcheti, anunciou a criação de uma coordenadoria da diversidade sexual na cidade. Uma semana depois o prefeito criou, por decreto, o Núcleo da Diversidade Sexual de Avaré.

Figura VII – Convite para evento “O PSDB e as políticas para a cidadania LGBT”



CONVITE

Comemorando 3 anos de existência, o Diversidade Tucana – Núcleo da Diversidade do PSDB-SP abre os eventos do Mês do Orgulho LGBT com o lançamento do ciclo de seminários

O PSDB E AS POLÍTICAS PARA A CIDADANIA LGBT

Na ocasião também será oficializada a criação do Diversidade Tucana Municipal de São Paulo.

Militantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e aliados (as) do Movimento LGBT farão sua filiação ao PSDB com apadrinhamento de algumas das principais lideranças do partido em São Paulo.

Traga seu título de eleitor e filie-se também!

Data: 01 de junho de 2009 (segunda-feira)

Horário: 19h00

Local: Diretório Estadual do PSDB-SP

Endereço: Av. Indianópolis, 888

Fonte: http://diversidadetucana.zip.net/arch2009-05-24_2009-05-30.html

Na ocasião, ocorreu a filiação de doze integrantes do DT que foram apadrinhados por Bruno Covas, em uma espécie de homenagem ao parlamentar que era considerado um “grande parceiro” do grupo. No encontro também ocorreu a criação do núcleo Diversidade Tucana Municipal de São Paulo e o coordenador do DT Estadual, Wagner Tronolone, indicou Marcos Fernandes como coordenador provisório do núcleo municipal. Até então, o grupo possuía somente a sua instância estadual e esta era encabeçada por Tronolone. Foi a partir desse momento que Marcos Fernandes passou a ganhar mais destaque no DT e tornou-se uma figura fundamental para o processo de estruturação do grupo.

A partir de 2009 a gente tem isso mais dividido. Até 2009 era mais o Gui [Tronolone] que falava, seja pelo que acontecesse no município, seja pelo que acontecesse no estado ou seja pelo que acontecesse com o João Campos, era ele que assinava. A partir de 2009 a gente divide “ô, você tem uma Diversidade Tucana estadual, [uma] municipal...” (...) Então foi a partir de 2009 que você começa a ter um pouco essa estrutura maior dentro do partido.

Invariavelmente, os esforços de Marcos Fernandes foram apontados como fundamentais para o maior engajamento do grupo em prol de sua expansão e institucionalização. A trajetória de Fernandes dentro do PSDB, certamente, ajuda a entender a sua importância para esse processo, visto que ele foi um dos fundadores do partido, em 1988,

tendo atuado, mais especificamente, na fundação de seu Secretariado de Juventude. E, posteriormente, Fernandes passou a atuar como assessor parlamentar (na época compreendida por essa pesquisa, Fernandes atuava como assessor parlamentar há mais de uma década). Assim, por um lado, Marcos Fernandes possuía conhecimentos importantes sobre o funcionamento da estrutura partidária tucana, e, por outro, também possuía uma ampla rede de contatos com importantes membros do partido.

Embora o cenário estivesse mais favorável depois que Marcos Fernandes assumiu a coordenação municipal do DT, em 2009, foi somente em 2011 em meio a um período de convenções partidárias que o grupo conseguiu levar a cabo o seu processo de estruturação.

Antes disso, a atuação de bastidores realizada pelo grupo deu seu primeiro resultado mais palpável no dia 13 de junho de 2010, quando o DT participou da Convenção Estadual do partido com a Tenda do Diversidade Tucana, onde puderam colher assinaturas de candidatos do partido em um termo de “apoio e respeito à diversidade sexual”¹²⁹.

No ano seguinte, em 07 de maio de 2011, durante a Convenção Estadual do PSDB-SP, também foi realizada pela primeira vez uma plenária do Diversidade Tucana. Tal fato foi anunciado no site do grupo ressaltando que “ainda em processo regimental para tornar-se um secretariado no PSDB, o Diversidade Tucana já teve tratamento como tal na Convenção 2011”¹³⁰. Na ocasião, o DT homenageou Bruno Covas por sua atuação em prol dos direitos LGBT durante seu mandato como deputado estadual (2007 a 2010).

Alguns dias depois, os membros do Diversidade Tucana resolveram aproveitar sua ida à Brasília por ocasião da II Marcha Contra a Homofobia, realizada em 18 de maio de 2011, para empreender atividades de *advocacy* com deputados e senadores do partido, realizando conversas sobre o grupo e a agenda LGBT no parlamento brasileiro¹³¹. O DT entregou seu manifesto aos senadores Marisa Serrano (MS) e Aloysio Nunes (SP) e aos deputados federais Vanderlei Macris (SP) e Carlos Sampaio (SP). Também entregaram o manifesto ao líder do partido na Câmara dos Deputados, Duarte Nogueira (SP) e ao líder do partido no Senado, Álvaro Dias (PR), sendo que ambos teriam se comprometido a estimular as bancadas a debater mais as reivindicações da população LGBT.

¹²⁹ Uma interlocutora afirmou que a “Tenda do Diversidade Tucana” enfrentou alguma resistência, num momento no qual o DT ainda não era um secretariado, e nesse aspecto o grupo teria contado com o apoio de José Aníbal.

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/05/plenaria-do-diversidade-tucana-e-grande.html>>. Acesso em: 11/09/2019.

¹³¹ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/05/em-brasilia-diversidade-tucana.html>>. Acesso em: 12/09/2019.

Em uma dessas visitas, o grupo conversou com o presidente nacional do PSDB, deputado federal Sérgio Guerra (PE), e com o secretário-geral do partido, deputado Rodrigo de Castro (MG). Sérgio Guerra teria declarado seu apoio à criação do secretariado Diversidade Tucana em âmbito nacional e Marcos Fernandes teria ficado responsável de levar o processo adiante. Cerca de dez dias depois, durante a Convenção Nacional do PSDB, realizada em Brasília no dia 28 de maio de 2011, Sérgio Guerra anunciou que a criação do Diversidade Tucana nacional ocorreria no mês de junho. Na ocasião, os membros presentes do DT estabeleceram contatos com lideranças tucanas de alguns estados brasileiros a fim de viabilizar a criação do DT em outros estados além de São Paulo.

Antes da criação do secretariado nacional, o Diversidade Tucana tornou-se oficialmente Secretariado Estadual no dia 04 de junho de 2011, quando realizou o seu primeiro congresso estadual na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Participaram do evento militantes do DT da capital e de outras cidades do estado, representantes da Juventude Tucana e do Tucanafro, e lideranças tucanas (membros do Diretório Estadual e vereadores paulistanos). O evento contou também com o envio de um vídeo de apoio do governador Geraldo Alckmin posicionando-se favoravelmente à diversidade sexual¹³². Nesse dia foram oficializados grupos do DT em diferentes cidades do estado de São Paulo, foi aprovado o regimento interno do Diversidade Tucana e foram realizadas as convenções municipais e a convenção estadual do secretariado. Na ocasião também foram realizadas eleições e a coordenação da executiva estadual do secretariado coube a Wagner Tronolone, enquanto a coordenação executiva municipal da capital paulista coube a Cássio Rodrigo.

¹³² A mensagem gravada por Alckmin foi a seguinte: “Bom dia a todos do Diversidade Tucana! Faço questão de deixar o meu abraço e apoio nesse importante momento. É mais do que justo que o trabalho feito por vocês se transforme agora em secretariado do PSDB. Trata-se do reconhecimento do trabalho sério e comprometido, fruto da dedicação individual de cada um pela causa da igualdade. Batalhar por igualdade é uma marca do PSDB, faz parte da nossa história. Prova disso são as posturas progressistas de lideranças como Mário Covas, Franco Montoro, Fernando Henrique, José Serra entre tantos outros. Esse é mais um importante passo dessa missão, o novo secretariado Diversidade Tucana. E ele mostra que o PSDB está andando de mãos dadas com as novas necessidades da sociedade. Sociedade, aliás, que obteve a aprovação recente da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Contem comigo no combate a todas as formas de discriminação! Juntos buscamos um Brasil que ofereça dignidade, segurança e cidadania plena a todos. Um grande abraço!”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5Q2ZB9DyMhY&feature=youtu.be>>. Acesso em: 27/09/2019.

Figura VIII –Flyer do I Congresso Estadual do Diversidade Tucana

I CONGRESSO ESTADUAL DO DIVERSIDADE TUCANA



Diversidade Tucana

Dia 04/06/2011
Sábado
 Credenciamento: 10h

Local: ALESP
 Assembléia Legislativa do
 Estado de São Paulo
 Av. Pedro Álvares
 Cabral s/ n

O Diversidade Tucana – Núcleo de Diversidade Sexual do PSDB-SP
 tem o prazer de convidá-lo para o seu I Congresso.

PARTICIPE!

Venha fazer parte da ampliação da relação do PSDB com a população LGBT
 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
 Informações e Inscrições

contato@diversidadetucana.com.br
diversidadetucana.com.br

**Seja solidário, traga uma roupa em bom estado e o Diversidade
 Tucana encaminhará Para a Campanha do Agasalho 2011**

Fonte: <https://passageirodomundo.blogspot.com/search?q=diversidade+tucana>

Algumas semanas depois da criação do DT estadual de São Paulo, em 25 de junho de 2011, véspera da 15ª Parada do Orgulho LGBT, militantes de alguns estados brasileiros estiveram presentes na capital paulista para a Convenção Nacional do Diversidade Tucana na qual aprovaram o regimento provisório do grupo e elegeram Marcos Fernandes como presidente nacional do Diversidade Tucana. Após tornar-se presidente do DT em âmbito nacional, Marcos Fernandes passou a “rodar o país” formalizando a criação de secretariados em outras localidades.

Figura IX - Flyer de divulgação da I Convenção Nacional do Diversidade Tucana



Fonte: <http://www.diversidadetucana.com.br/2011/06/convencao-nacional-do-diversidade.html>

No caso de São Paulo, por exemplo, havia a expectativa de encerrar 2011 com cerca de 30 núcleos estruturados em todo o estado. De acordo com um informe publicado no site do PSDB¹³³, em julho de 2011, cinco grupos estariam em estágio avançado de negociação e outros 14 iriam iniciar as discussões com o secretariado estadual em agosto daquele ano.

É válido pontuar que a relação entre os diversos núcleos do Diversidade Tucana se dá de modo descentralizado, visando atuações mais eficientes. Assim, por exemplo, no caso de um secretariado municipal este pode trabalhar de maneira independente, sem necessidade de consultar o secretariado estadual ou nacional.

O ideal é sempre o núcleo trabalhar de maneira independente... Digamos assim, fundei o núcleo em Jundiaí. O ideal é que não haja... Se houver um problema em Jundiaí, tipo [o ideal é] que não tenha a necessidade em consultar o [DT] estadual e tal, tipo é um núcleo independente, digamos (...) No estado de São Paulo se a gente for acompanhar muito colado cada um [dos núcleos], ter que pedir licença pra fazer alguma coisa, não vai andar nada, porque até ter a resposta da estadual e tal... Se é um problema pontual, local... Resolva! (Edgar, integrante do DT, entrevista ao autor)

¹³³ Disponível em: <<https://tucano.org.br/diversidade-tucana-deve-fechar-2011-com-30-nucleos-em-todo-o-estado/>>. Acesso em: 28/09/2019.

Assim, cabe ao secretariado municipal engajar-se junto a seus parlamentares, na implementação de políticas públicas e pautar a questão LGBT nas instâncias partidárias do município recebendo apoio, quando necessário, do secretariado estadual. Já a atuação do secretariado estadual visaria as instâncias partidárias a nível estadual e contato com parlamentares paulistas, além de apoiar outras cidades (especialmente aquelas que não possuam o núcleo formado).

Sobre a estrutura interna do núcleo é possível afirmar que há os seguintes cargos/funções: presidente, vice-presidente, secretário geral, secretário de comunicação, tesoureiro e os vogais (suplentes)¹³⁴. As eleições para tais cargos se dão a cada dois anos, durante as Executivas do partido. Os mandatos costumam durar 2 anos, mas há relatos de mandatos que foram estendidos, devido a falta de realização de Executivas. Segundo as narrativas a que tive acesso, tais cargos não costumam ser alvo de disputas entre os membros do núcleo (mas alguns entrevistados teceram críticas a pessoas que ao assumir tais funções, especialmente de coordenação, supostamente deixaram-se “deslumbrar” pela visibilidade - interna e externa ao partido - conseguida com a função).

Por fim, gostaria de fazer alusão aos primeiros impactos da transformação do Diversidade Tucana em Secretariado. O primeiro impacto, certamente, foi a possibilidade do grupo ter um representante, com direito a voz e voto, na Comissão Executiva Nacional do partido. Posteriormente, em 2013, houve outros impactos importantes: a inclusão no Estatuto do partido¹³⁵ do respeito a diferentes orientações sexuais e identidades de gênero; e a inclusão de um parágrafo no Código de Ética do PSDB¹³⁶ que passou a considerar infração do filiado a prática, defesa ou estímulo à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, gênero, raça, cor, classe social, deficiência e idade.

Vale dizer que, inicialmente,

em 2013 o PSDB de São Paulo faz um trabalho de fazer um congresso programático, a ideia era que existisse um congresso em cada estado e depois um congresso nacional, no fim acabou que só São Paulo fez e o assunto meio que foi deixado pra

¹³⁴ A quantidade de funções varia. Em âmbito nacional, são as seguintes: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, 2 Secretários de Comunicação, 5 Vice-Presidentes regionais, Secretário de Planejamento, Tesoureiro e Vogais. Já em âmbito estadual municipal essa é a distribuição: Coordenador Geral, Vice Coordenador Geral, Secretário Geral, Secretário de Comunicação, Tesoureiro, e 2 Vogais.

¹³⁵ Conferir o artigo 2 do estatuto do partido. Disponível em: <https://www.psd.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Estatuto-2015_12_final_.pdf>. Acesso em: 02/10/2019.

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2013/04/em-congresso-propostas-do-diversidade.html>>. Acesso em: 05/10/2019.

lá... Mas a gente fez uma preparação muito grande pra esse congresso aqui em São Paulo com propostas na área da diversidade, articulado com outros segmentos do partido como os negros, que é o Tucanafro, a juventude e o PSDB Mulher, pra gente apoiar as iniciativas uns dos outros, a gente fez esse trabalho de catar pontos em comum, “essas coisas aqui são importantes pra gente, essas são importantes pra você, [então] vamos votar junto, [votar] em bloco no congresso” e acabamos aprovando as propostas que a gente tinha levado pro congresso e aí esse processo do congresso de São Paulo acabou virando um orientador já que não teve o congresso nacional, virou um orientador de um trabalho de revisão estatutária que a executiva nacional fez e aí também principalmente com a atuação do Marcos Fernandes a gente fez um *advocacy* ali junto à executiva e foi então pro estatuto do partido a questão do respeito às diferentes orientações sexuais e identidade de gênero como diretriz programática do partido e a inclusão do Diversidade Tucana no *hall* do secretariados do partido.

5.3.3 Os membros e sua dinâmica

O Diversidade Tucana nunca traçou o perfil dos seus membros, por isso, todas as referências a este respeito estão calcadas, predominantemente, nas narrativas de meus interlocutores. Quando pertinente, farei referências ao perfil dos entrevistados (disponível no Apêndice C).

Não é possível precisar o número exato de participantes do grupo durante o período estudado (2006-2010). Em parte, porque não há informações disponíveis, em parte porque o número parece ter oscilado consideravelmente ao longo dos anos. Pode-se afirmar, contudo, que o grupo não congregou mais de algumas dezenas de pessoas. Os mais otimistas chegaram a falar em cerca de 50 pessoas, mas pelo que pude apurar em média o grupo contou com cerca de 25 pessoas - considerando o seu “núcleo duro” e os membros “flutuantes”.

O *núcleo duro* era constituído por aquelas pessoas mais envolvidas com as atividades do grupo que, em muitos casos, ocupavam cargos de coordenação. Segundo um interlocutor, ao longo dos anos o “núcleo duro” oscilou entre 10 a 15 pessoas. Ele chegou a elaborar uma lista com 15 nomes que teriam constituído esse grupo ao longo dos anos de 2006 a 2012 (das quinze pessoas listadas, onze foram entrevistadas para esta pesquisa). Os membros *flutuantes*, por outro lado, seriam as pessoas identificadas com o DT que participaram esporadicamente de reuniões ou das atividades do grupo, mas muitas vezes não tinham tempo disponível ou condições financeiras para participar com mais frequência.

De acordo com as narrativas a que tive acesso, ao menos durante o período compreendido nesta pesquisa, o DT foi um grupo formado basicamente por homens gays. O recurso ao perfil de meus entrevistados que compunham o “núcleo duro” do DT, corrobora essa informação e nos dá outras indicações. A maior parte dos membros do “núcleo duro” foi

formado por homens gays, brancos, altamente escolarizados (com superior completo ou pós-graduação) e é possível dizer que, em 2009, a idade dos membros do núcleo duro estava concentrada na faixa entre 37 e 48 anos (sendo que o membro mais jovem possuía 27 e o mais velho 52 anos).

Ao longo dos primeiros anos de atuação do DT, o aspecto de seu perfil que mais incomodava aos seus membros era o fato de haver poucas mulheres participando do grupo. Alguns membros fizeram referência a tentativas, comumente frustradas, de aumentar o contingente feminino do grupo. Um dos entrevistados, por exemplo, relatou que certa vez filiou cerca de dez mulheres (cis¹³⁷ e trans), mas que aos poucos elas deixaram de participar das atividades do grupo. Em sua avaliação isso foi decorrência de diversos motivos, dos quais ele citou dois: a distância geográfica que dificultava a participação de alguns membros e a quebra de expectativas de sujeitos que esperavam conseguir emprego na gestão pública ao se engajar nas atividades do DT. Em relação a esse segundo ponto, alguns interlocutores narraram casos em que pessoas compareceram a duas ou três reuniões do grupo, mas pararam de frequentá-las ao saber que não seriam empregadas.

A pouca participação de mulheres no DT reflete, de certa forma, uma tendência do próprio movimento LGBT, que desde seus primórdios tem sido um movimento bastante masculino¹³⁸. Todavia, apesar de poucas em termos quantitativos, pode-se dizer que algumas mulheres (cis e trans) tiveram participação destacada no Diversidade Tucana, sendo que uma das pessoas mais ativas do grupo ao longo dos anos foi uma mulher cis e heterossexual. Luiza foi a única mulher que atuou no DT entrevistada para esta pesquisa e, dentre outros assuntos, questionei-a sobre a sua participação no grupo e sobre a presença de mulheres no DT.

Tinham mulheres, algumas mulheres, mas era bem menos e aí [no começo] eu me senti meio que um peixe fora d'água porque era aquela coisa: eu era uma mulher cis, heterossexual, atuando dentro de um coletivo LGBT+, mas eles... Eu era super bem aceita pelos meninos, as meninas, as pessoas trans que eram do coletivo também e até porque eu sempre procurei também deixar muito claro que a minha atuação era de aliada (...) Eu sempre me colocava e sempre procurava me questionar assim “até onde eu tenho que ir dentro desse coletivo?”, embora eu nunca tenha sido impedida de colocar minha posição... “Ah, vai votar isso”, eu tinha direito a votar, escolher... (...) Então eu era bem aceita por eles todos e, muito pelo contrário, eu era sempre

¹³⁷ O termo refere-se ao indivíduo que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

¹³⁸ A criação do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), em 1979, a partir de um racha do grupo Somos, e a mudança da sigla que dá nome ao movimento, em 2008, que passou de GLBT a LGBT, a fim de conferir maior visibilidade às lésbicas são dois indicativos disso.

chamada: “ah, vai ter não sei o que, você pode ajudar a escrever isso...” (...) E também eles me viam assim... Eu era um socorro, “ah, preciso de um advogado pra falar sobre isso, esclarecer sobre isso” e eu tava sempre muito disponível ali no grupo, no coletivo, então eu imagino que isso tenha facilitado essa minha atuação dentro do Diversidade Tucana. (Luiza, em entrevista ao autor)

Ou seja: o Diversidade Tucana não rejeitava (e ainda não rejeita) a presença de indivíduos que não se reivindicam lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres trans ou homens trans, desde que a pessoa tenha uma atuação pró-diversidade sexual. Nesse sentido, diversos interlocutores afirmaram que mais importante do que a identidade de um sujeito seria o seu engajamento com a causa.

Uma vez esboçado o perfil dos membros do grupo, vale a pena fazer referência à sua dinâmica interna. É certo que não há partido que seja homogêneo, antes, estes são instituições constituídas por tensões e disputas por poder e espaço na estrutura partidária. No caso do PSDB, as disputas internas são ordenadas em torno de diferentes correntes que compõem o partido. Tais correntes possuem caráter bastante personalista, organizando-se em torno de figuras importantes e supondo diferenças de pensamento e atuação. Ao longo dos anos 2000, pode-se dizer que haviam duas tendências ou correntes principais que, embora estivessem baseadas em São Paulo, possuíam impactos nacionais: a *alckmista*, associada a Geraldo Alckmin, e a *serrista*, associada a José Serra.

Grosso modo, pode-se dizer que os *alckmistas*, cujas lideranças eram oriundas principalmente do interior do estado, compunham uma ala mais liberal, com forte apego a discursos de defesa das liberdades individuais e dos direitos civis. Já os *serristas*, cujas lideranças tinham origem mais metropolitana (capital paulista e municípios adjacentes), faziam parte da ala mais à esquerda do partido, contrapunham-se à caracterização de “partido de direita” por vezes atribuída ao PSDB e tinham uma perspectiva mais crítica em relação às questões referentes à diversidade sexual e homofobia. Tal configuração podia ser percebida nos diferentes segmentos do partido e, em alguns casos, ordenava disputas internas aos núcleos e secretariados.

No Diversidade Tucana, durante os seus primeiros anos de atuação, a ala serrista foi mais proeminente.

[Dentro do DT] o grupo do Serra era mais forte. Grupo do Serra, Alberto Goldman e tal. Era um grupo que era levado em consideração sempre, [e] tinha uma postura bem mais aberta (Othon, ex-membro do DT)

Na época, a gente achava que o Geraldo [Alckmin] era o ápice da direita do PSDB. Coitado do Geraldo... (Kaio, membro do DT)

Contudo, ainda que as correntes *alckmista* e *serrista* pudessem ser observadas no Diversidade Tucana, isso não motivou tensões internas significativas¹³⁹. Diferentes interlocutores afirmaram que houve tensões e brigas internas, que em alguns casos resultaram na saída de membros, mas estas não tiveram a ver com as diferentes correntes existentes no partido. Na verdade, o pano de fundo das principais contendas do grupo parece ter sido a coexistência conflituosa de diferentes percepções sobre “a missão” e os rumos do DT. Tal contexto pode ser compreendido levando-se em conta a tensão observada entre diferentes perspectivas sobre o papel de núcleos partidários nas relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Como irei argumentar, tal tensão mostrou-se uma *dualidade constitutiva* do DT (isto é, a oposição entre diferentes modos de perceber a função de um núcleo partidário mostrou-se inerente à existência do Diversidade Tucana).

Evidentemente, nem todas as disputas no grupo expressaram-se claramente por meio de tensões sobre seus rumos e sua atuação. Algumas contendas giraram em torno de questões envolvendo cargos na gestão pública ou indisposições pessoais entre os membros. Entretanto, mesmo nesses casos a já referida *dualidade constitutiva* do grupo influenciava as tensões e disputas do grupo, visto que ordenava a distribuição dos membros entre os pólos dessa disputa e interferia em sua dinâmica. Nessa direção, é certo dizer que as afinidades (e indisposições) pessoais entre os membros eram moldadas a partir de suas perspectivas sobre o grupo (isto é, a partir de suas visões sobre “como o grupo é” e “como deveria ser”) que os aproximava ou afastava, a depender das circunstâncias.

De qualquer forma, em geral, mesmo os meus interlocutores que apresentaram visões mais críticas (ou mesmo decepcionadas) em relação à atuação atual do DT, afirmaram sua importância e reconheceram que vivenciaram bons momentos e fizeram boas amizades durante o período no qual estiveram no grupo. É possível dizer, sem dúvidas, que a participação no grupo impactava positivamente a vida dos indivíduos, na medida em que estes podiam reunir-se com pessoas LGBT com as quais se identificavam politicamente a fim de

¹³⁹ Durante as eleições municipais de 2008, a tensão entre as alas *serrista* e *alckmista* foi marcante em todo o partido, visto que parte do PSDB se engajou na candidatura de Alckmin enquanto outra parte apoiou a candidatura de Kassab. Essa tensão também esteve presente no DT, como veremos na seção 5.4.3.

incidir em torno de questões que consideravam socialmente relevantes. Portanto, não surpreende que o DT tenha ocupado um lugar proeminente na vida dos meus interlocutores.

Nesse sentido, é importante dizer que a maioria dos membros do Diversidade Tucana não atuava em outros grupos e, por isso, percebiam a sua atuação no DT como a sua “militância em prol da causa”. Embora fosse incomum que os membros atuassem em outros grupos, foi recorrente a afirmação de que não tinham tempo disponível para “se dedicar exclusivamente ao DT”. Inclusive, diversos membros fizeram questão de salientar que o “DT não era um ganha pão” para os seus membros e um ou outro afirmou que “ao contrário do que acontecia no PT [ao longo dos anos 2000], o DT não tinha militantes que eram apenas militantes”.

Apesar de não ter sido comum que os membros do Diversidade Tucana atuassem em outros grupos, diversos membros exerceram o papel de *brokers*, estabelecendo pontes importantes entre diferentes esferas. Como já mencionado, autores como Rafael de la Dehesa (2007), Flávia Rios (2014b) e Rodrigo Cruz (2015) demonstraram como a presença de *brokers* em agremiações partidárias durante o período da “abertura” foi fundamental para a inclusão da “questão homossexual” no PT e da “questão racial” no PT e PDT. No caso do PSDB paulista, na segunda metade dos anos 2000, a presença de *brokers* demonstrou-se importante, não só para estabelecer laços entre o PSDB e o movimento LGBT mas também (e, talvez, sobretudo) para estabelecer relações entre o partido e o mercado GLS.

Sob certos aspectos, a própria fundação do Diversidade Tucana esteve relacionada com o movimento LGBT e com o mercado GLS. Por um lado, a criação de um núcleo no PSDB foi idealizada por Wagner Tronolone - que àquela altura possuía engajamento no movimento LGBT e, portanto, trazia para a estrutura partidária preocupações típicas do movimento - e era vista pelos envolvidos como algo necessário, ao menos em parte, devido à percepção de que o movimento estava “partidarizado” e era “instrumentalizado pelo PT”. Por outro lado, como foi narrado anteriormente, atores do mercado GLS foram mobilizados a fim de conferir legitimidade à criação do Diversidade Tucana perante Sidney Beraldo, então presidente estadual do partido.

O recurso à trajetória dos membros do DT (disponível no Apêndice D) nos dá algumas indicações interessantes. Primeiro, vale dizer que outros membros do DT, além de Tronolone, tiveram passagens pelo movimento LGBT antes de começar a atuar no grupo (o que certamente impactou a sua atuação no DT). Em segundo lugar, alguns membros possuíam ligações com o mercado GLS. Não por acaso, questões relacionadas ao mercado GLS e *Pink money* se fizeram presentes na trajetória do DT: seja em programas de governo elaborados

pelo grupo (vide o programa elaborado para Serra, em 2006); seja em algumas das atividades do grupo (como a tentativa de elaborar um “manual para empresários GLS”); ou na condução da CADS, sob coordenação de membros do DT¹⁴⁰.

Em certa medida, a criação do Diversidade Tucana pretendia ser um contraponto à “hegemonia petista” no movimento. Entretanto, ao contrário do que ocorreu com o NGL-PT¹⁴¹, não houve uma inserção “orgânica” do grupo no movimento LGBT. A maioria de seus membros relacionou tal fato a uma suposta “marca da atuação do DT” que deveria atuar como “movimento partidário”, ao invés de atuar como movimento social. Para todos os membros do DT havia uma distinção elementar entre *movimento social* e *movimento partidário* que supunha perspectivas, objetivos e formas de atuação distintas. Em princípio, todos os membros tinham essa distinção bastante clara, mas, no dia a dia as coisas mostraram-se bem mais complexas, como veremos adiante.

Dito isso, parece possível afirmar que houve dois modos de inserção no grupo: **a)** os membros que já atuavam “organicamente” no partido e então passaram a atuar no DT; e **b)** as pessoas que se aproximaram do PSDB por meio de sua atuação no Diversidade Tucana (muitas das quais relacionaram-se apenas superficialmente com o partido, tendo o DT como um ponto de intersecção com a estrutura partidária).

Havia também dois perfis de engajamento no grupo: **a)** aqueles que acreditavam que a função de um núcleo partidário é incidir sobre as estruturas partidárias e sobre os governos de seu partido, bem como posicionar-se criticamente sobre governos da oposição, agindo de maneira cautelosa a fim de preservar a imagem do partido; e **b)** aqueles que acreditavam que a função de um núcleo partidário é incidir sobre as estruturas partidárias e sobre os governos de seu partido, bem como posicionar-se criticamente sobre governos da oposição, levando em consideração os interesses da população LGBT em primeiro lugar, isto é, “sem priorizar os interesses do partido”.

Embora tenha sido comum que os sujeitos engajados organicamente nas estruturas partidárias tivessem posturas mais “responsáveis para com o partido” e sujeitos com menos engajamento partidário tivessem posturas mais críticas sobre a atuação do DT (que não deveria “passar pano para o partido”), não houve uma relação inequívoca entre uma dada forma de inserção e um dado tipo de engajamento.

¹⁴⁰ Por exemplo, Franco Reinaudo, ao assumir a coordenação da CADS, em fevereiro de 2009, afirmou que gostaria de “unir a militância e a iniciativa privada”. Disponível em: <<https://acapa.disponivel.uol.com.br/quero-unir-a-militancia-e-a-iniciativa-privada-diz-novo-coordenador-da-cads/>> . Acesso em: 17/11/2019.

¹⁴¹ Sobre a atuação do NGL-PT ao longo dos anos 1990 e primeira metade dos anos 2000, veja-se os trabalhos de Facchini (2002) e Santos (2006).

De todo modo, em geral, as pessoas mais alinhadas à estrutura político-partidária percebiam os posicionamentos “mais críticos” como posturas pouco propositivas de pessoas que não estavam realmente engajadas em construir o partido e que, supostamente, seriam “militantes com cabeça de movimento social”.

[Era] uma coisa de ficar azucrinando, de ficar criticando... Se fulano falou uma bobagem, a gente vai pra cima quebrando o peito, com o pé na cara, ou a gente vai pra cima com jeitinho, vai pela beirada e tenta conscientizar o cara e tenta trazer ele pro nosso lado? Às vezes a gente era muito cobrado por esse grupo, porque a gente só ia pra quebrar a cara se não tivesse jeito de dialogar, a gente tentava primeiro fazer uma sensibilização, trazer o cara pro nosso lado ou pelo menos ter um respeito mútuo e a gente teve algumas críticas no momento que a gente escolheu o diálogo e [o] outro grupo queria [um] posicionamento [mais assertivo].

Assim, para parte dos membros o grupo deveria atuar estrategicamente mantendo vias de diálogo abertas com diversos setores do partido, visto que “bater de frente publicamente com alguém do seu partido” implicaria que “a maneira como todo o partido vai te ver é diferente do que se você só for pro enfrentamento quando é necessário”. Tal perspectiva foi predominante no DT e deu o tom de sua atuação ao longo dos anos. Por isso, não é absurdo dizer que ao longo desse período diversos membros do DT tiveram as suas expectativas em relação ao grupo frustradas.

Por outro lado, parte do grupo possuía posturas mais críticas em relação à atuação do Diversidade Tucana e em relação ao próprio PSDB e se incomodava quando o DT não se posicionava diante de alguma situação que envolvia governos ou parlamentares tucanos, pois considerava que os interesses partidários estariam sendo equivocadamente priorizados em detrimento da “causa LGBT” (que era vista por muitos como o seu real compromisso).

Esse é o problema dos núcleos... Eu sou militante LGBT acima de tudo... Quando você mistura essa coisa do partido... Aí vem a questão do partido primeiro e se releva um monte de questões que a gente não deveria abrir mão. Não dá pra releva questões em benefício de qualquer partido político.

De modo geral, os meus interlocutores apontaram que a tensão entre essas duas perspectivas não seria exclusiva ao Diversidade Tucana, mas algo que poderia ocorrer em todos os núcleos LGBT de partidos políticos. Nesse sentido, diversos membros do DT citaram o caso do veto da presidente Dilma Rousseff ao “kit anti-homofobia”, em 2011, e as implicações de tal atitude para o Setorial LGBT do PT.

Além da tensão entre duas concepções conflitivas sobre o grupo, havia outros pontos que incomodavam alguns membros do DT. Primeiro, embora não tenha havido disputas significativas envolvendo as eleições para a coordenação executiva do grupo, desde os

primórdios do DT alguns de seus membros incomodavam-se com o fato de que os coordenadores do DT costumavam ser percebidos como "porta-vozes" do grupo, pela imprensa e por parlamentares do partido.

Segundo, ao longo dos primeiros anos de atuação do DT, também não houve disputas pela nomeação para cargos na gestão pública (o que veio a ocorrer posteriormente, na década de 2010). Contudo, causava incômodo em alguns membros o fato de que, supostamente, alguns integrantes do DT, ao ocupar cargos no governo, tornaram-se pouco críticos (a fim de proteger o governo do qual faziam parte e de manter-se no cargo). Também causava incômodo para alguns membros do grupo o fato de que a relação entre o gestor da CADS e o DT, por vezes, fosse truncada.

Algumas situações meio chatas tipo tem uma pessoa que ocupou um cargo relacionado a políticas públicas LGBT e a gente ficava sabendo das iniciativas só na hora do convite do lançamento das coisas. Não tinha uma conversa antes, “olha, tamo pensando em fazer isso aqui” (...) Tinha zero esse diálogo, mas todas as vezes que alguém disse pra aquela pessoa que o cargo tava em ameaça, [ai ela disse] “Ai, pelo amor de Deus, vocês precisam me manter no cargo porque eu sou do Diversidade Tucana”... Foram muito mais essas rusguinhas assim, pequenas, internas, mas que meio que estiveram presentes com alguma tensão dentro do grupo.

Nesse sentido, é digno de nota que Cássio Rodrigo e Franco Reinaudo, os dois coordenadores da CADS durante o período estudado, embora fossem membros do Diversidade Tucana, não tenham sido indicados pelo grupo para ocupar o cargo (o que pode ser indicativo de que Cássio e Franco pudessem atuar com independência em relação ao grupo na condução da CADS).

Ao longo desta pesquisa entrevistei alguns ex-membros do DT e foi lugar comum a afirmação de que resolveram sair do Diversidade Tucana, pois estavam cansados de suas “briguinhas internas”. Em muitos casos, as tensões presentes no grupo adquiriram contornos pessoais, o que acabou interferindo no convívio coletivo.

A maioria dos fundadores do Diversidade Tucana não está [mais] no grupo (...) [Se precisar] eu ponho 100 pessoas nesta sala, mas pessoas comprometidas mesmo como existiu, como quando eu comecei a atuar no Diversidade Tucana... São todos meus amigos até hoje, mas eles falam “Desculpa, a gente não vai mais participar desse coletivo”. E foram embora. Agora, foram embora por quê? Deixaram todos de ser gays? Não, pelo contrário. Foram embora porque se decepcionaram mesmo. Muitos, muitos, muitos... E a gente sabe disso. Se você perguntar pra mim: Você atua hoje [no DT] como você atuava em 2017? Não, não mais. Eu saí do PSDB? Não, não saí. Mas eu não vejo hoje o Diversidade Tucana se posicionando em relação ao governo do PSDB como ele deveria, como ele já o fez e como ele deveria [fazer].

Sobre a saída de membros do grupo, pode-se dizer foram motivadas por questões amplas, quando a falta de posicionamento oficial do partido prejudicava o Diversidade Tucana (como as que envolveram o deputado João Campos, por exemplo); por tensões entre diferentes grupos que compunham o DT; e por indisposições pessoais entre os membros. Mas a decisão de sair ou não do grupo era, certamente, eminentemente individual. Terminei essa seção com a mensagem que um de meus interlocutores enviou por email, em 2012, ao resto do grupo quando decidi deixar o Diversidade Tucana, pois acredito que ilustra bem o que pontuei até aqui.

Com certa tristeza, solicito meu desligamento do Diversidade Tucana. Agradeço pela amizade e carinho de todos os/as amigos/as que fiz aqui,

(...)

Graças ao trabalho realizado pelos membros do Diversidade Tucana ao longo dos últimos seis anos, as questões LGBT no Brasil deixaram de ter uma visão única e monopartidarizada. Uma pequena esperança nasceu naquela histórica reunião no Hotel San Raphael, no Largo do Arouche, pequena que se tornou grande e capitaneou a responsabilidade de fazer um contraponto real e honesto ao instrumentalismo do movimento social.

No entanto, vejo também que há omissões, negligências, falta de comunicação e desentendimentos no DT – questões que em alguns casos individualmente tentei contornar, quando me diziam respeito, mas cujas tentativas foram frustradas. Não vejo, portanto, alternativa a não ser me desligar do grupo.

(...)

Mais uma vez agradeço a todos e faço, com sinceridade, votos auspiciosos para o DT. Mas minha decisão é irrevogável.

5.3.4 Problemas com a invisibilidade

A criação do DT era percebida como algo necessário para validar institucionalmente “o histórico do PSDB”. Foi recorrente durante as entrevistas a referência ao “compromisso histórico do partido com a causa”, inclusive por meio da menção a eventos anteriores à própria fundação da agremiação tucana¹⁴².

¹⁴² Por exemplo, quando referem-se à atuação do então governador de São Paulo Franco Montoro que, em sua gestão (1983-1986), instituiu ações de combate à perseguição a LGBTs e um Programa Estadual de Enfrentamento à Epidemia de HIV/Aids (pioneiro no país). Outros dois exemplos são a assinatura de FHC, em 1985, de um abaixo-assinado, organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que pedia a “despatologização do homossexualismo”; e a atuação de Mário Covas, senador à época da Constituinte, na defesa do fim da discriminação, presente no texto da Constituição Federal de 1988.

Ao longo desta pesquisa, ouvi diversas vezes - em entrevistas e também durante o evento *O PSDB e a Diversidade: Que tal?*¹⁴³ -, que um dos principais desafios do grupo foi (e ainda é) divulgar mais as ações do PSDB em relação à temática LGBT. Nessas falas, foi comum a afirmação de que o partido foi pioneiro em empreender políticas públicas LGBT e um dos partidos que mais fez nessa seara.

A gente queria ser ouvido dentro do partido, já que a gente era, talvez, um dos partidos que mais tinha política pública [LGBT]. Na época, a gente queria que isso se reverberasse pra dentro do partido... Tinha na administração, mas não tinha na atuação partidária? Acho que foi isso o que mais nos motivou, porque, assim, a gente tinha muita coisa sendo feita, mas isso não era às vezes dada a devida divulgação, o devido valor. E a gente ainda tinha que competir só com o que de ruim aparecia na mídia de um idiota desse [como o] João Campos.

É interessante nesta narrativa perceber que o recurso ao histórico do PSDB muitas vezes visava “compensar” aspectos do seu presente. Dito de outro modo, para lidar com a imagem de que o PSDB seria um “partido de direita” ou um “partido conservador” - o que era rejeitado pelo grupo -, os membros do Diversidade Tucana estiveram recorrentemente buscando demonstrar a validade e a importância do apoio do partido à causa LGBT. Por isso, era forte entre os membros do DT a percepção de que era necessário combater a ideia de que certos partidos seriam mais habilitados, ou previamente habilitados, para abordar determinados temas. Deste modo, a postura dos integrantes do DT deveria centrar-se na busca por demonstrar que a temática LGBT “extrapola partidos ou orientações ideológicas” não sendo, portanto, um assunto exclusivo de uma ou outra sigla. Como afirmou Floriano Pesaro, um político tucano, considerado por meus interlocutores um “grande parceiro do DT”:

O que interessa é conhecer o tema, saber quais são as demandas, saber quais são os problemas, compartilhar essas demandas e esses problemas que existem na comunidade LGBT, existe na questão racial, existe na questão de gênero, existe na sociedade e não é só no Brasil, não é uma exclusividade nossa o racismo, o machismo. E não para por aí, né? A homofobia, lesbofobia, a transfobia, isso tá aí, tá aqui, tá ali, tá acolá... *Não tem um partido que seja dono, com monopólio desse discurso, desse diálogo com a sociedade. O que há é a tentativa de se monopolizar essa luta, digamos, dentro de uma bandeira maior da chamada esquerda e como nós somos e nascemos em um partido de centro esquerda, às vezes um pouco mais pra centro, às vezes um pouco mais pra esquerda, nós ficamos sempre muito na defensiva.* (Floriano Pesaro, durante o evento *O PSDB e a Diversidade: Que tal?*, grifo meu)

¹⁴³ Compareci ao evento denominado “O PSDB e a Diversidade - Que tal?”, realizado no dia 11/03/2017, no Diretório Estadual do PSDB, em São Paulo/SP, ao qual compareceram cerca de 70 pessoas. O evento - que contou com a presença de militantes do DT e de quadros do partido - consistiu de uma mesa de apresentação pública do Diversidade Tucana. Por ter se tratado de um evento aberto ao público, as falas proferidas durante o evento que reproduzo neste trabalho são atribuídas aos seus autores, sem o uso de nomes fictícios.

Assim, pode-se dizer que os membros do DT acreditavam que o PSDB era um dos partidos que mais realizou políticas públicas LGBT, especialmente em São Paulo, e preocupavam-se em divulgar os feitos do partido, a fim de contrapor-se à ideia de que o PSDB seria um partido “conservador” ou “de direita”.

Certamente, é possível problematizar a percepção referente ao protagonismo do PSDB: de fato, o partido possui um grande número de realizações, especialmente no estado e na cidade de São Paulo, mas tendo em vista que o PSDB está há décadas à frente do governo paulista e recorrentemente no governo paulistano, é importante questionar a interpretação que reputa ao partido toda responsabilidade por tais realizações. Há ao menos duas outras possíveis explicações: a presença do partido por tanto tempo no governo do estado e sua recorrência no governo municipal o torna alvo constante das reivindicações do movimento; ao mesmo tempo, a estabilidade adquirida perante a sociedade civil, permite que o partido tome decisões favoráveis à população LGBT sem o receio de reações negativas muito significativas. Se tais explicações não confrontam a ideia de que o partido é receptivo à causa, certamente a complexificam.

De todo modo, nos quadros a seguir é possível observar as principais ações de governos do PSDB em torno da temática LGBT em diferentes âmbitos. Nesse primeiro quadro, seguem as principais ações dos governos FHC (PSDB), em âmbito nacional, entre 1996 e 2002.

Quadro VI - Cronologia das ações de governos do PSDB em relação à temática LGBT em âmbito nacional

Ação	Governo	Âmbito	Ano
Inclusão do termo “diversidade sexual” no I Plano Nacional de Direitos Humanos.	FHC	Nacional	1996
Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça. Em 1999, passa a ter status de Ministério.	FHC	Nacional	1997
FHC é o primeiro presidente a se pronunciarem favor da união civil entre pessoas do mesmo sexo.	FHC	Nacional	2002
FHC foi o primeiro presidente a ostentar a bandeira do arco-íris.	FHC	Nacional	2002
Lançamento do II Plano Nacional de Direitos Humanos, no qual é criada uma seção específica denominada “Garantia do direito à liberdade: orientação sexual e gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais - GLTTB”, e propostas de não discriminação por orientação sexual também figuram em outras seções.	FHC	Nacional	2002

Fonte: elaboração própria.

No segundo quadro, abaixo, as ações dos governos estaduais do PSDB em São Paulo, entre 1997 e 2012.

Quadro VII - Cronologia das ações de governos do PSDB em relação à temática LGBT em âmbito estadual

Ação	Governo	Âmbito	Ano
Inclusão do termo “diversidade sexual” no Plano Estadual de Direitos Humanos.	Covas	Estadual	1997
Alckmin sanciona a Lei Anti-Homofobia Estadual (10.948/01), de Renato Simões (PT).	Alckmin	Estadual	2001
Alckmin sanciona a Lei nº 11.199/02 - de Roberto Gouveia (PT) - que proíbe discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com Aids.	Alckmin	Estadual	2002
Resolução nº 88, de 19 de agosto de 2002, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Regulamenta a Lei nº 10.948, de 05 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas na prática de discriminação em razão de orientação sexual. Também cria a Comissão Permanente Especial e dá outras providências.	Alckmin	Estadual	2002
Decreto Estadual nº 50.594, de 22 de março de 2006, cria a Delegacia contra Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI).	Alckmin	Estadual	2006
Lei Complementar nº 1.012, de 05/07/07, trata do regime de previdência dos servidores públicos estaduais. Equipara os casais homossexuais, na constância da união homoafetiva, aos casais heterossexuais, para efeitos de gozo do direito à pensão por morte de servidor/a, auxílio reclusão e auxílio funeral.	Serra	Estadual	2007
Criação do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.	Serra	Estadual	2007
Criação do Selo Paulista da Diversidade, certificação destinada a empresas que promovam a diversidade no mercado de trabalho.	Serra	Estadual	2007
Criação da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, decreto nº. 54.032/09, ligada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.	Serra	Estadual	2009
Criação do Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual, ligado à Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual.	Serra	Estadual	2009
Criação do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais.	Serra	Estadual	2010
Decreto sobre nome social (55.588/10).	Serra	Estadual	2010
Decreto nº 55.587/10, institui o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT	Serra	Estadual	2010
Regulamentação, via decreto nº 55.589, de 17 de março de 2010, da Lei 10.948/01, que trata das penas para os casos de discriminação. Além de estabelecer como serão aplicadas as sanções administrativas previstas na legislação - como multar ou fechar um bar que expulsou homossexuais, por exemplo -, o decreto estende a ação para a esfera penal.	Serra	Estadual	2010
Decreto nº 55.839, de 18/05/10, que institui o Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT e dá providências correlatas.	Alberto Goldman	Estadual	2010
Em 2011 foi aprovado o PL 455/2010 que alterava a lei 10.313/99 e acrescentava a proibição à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em elevadores do estado de São Paulo. Projeto de Bruno Covas e Ricardo Montoro, então deputados estaduais, idealizado inicialmente por Franco Reinaldo, então coordenador da Cads, Gustavo Menezes, advogado, e Marcos Fernandes, do grupo Diversidade Tucana.	Alckmin	Estadual	2011
Secretaria de Segurança Pública criou a possibilidade de se fazer um boletim de ocorrência contra a honra, por motivação homofóbica, via internet.	Alckmin	Estadual	2012
Criação do Museu da Diversidade Sexual.	Alckmin	Estadual	2012

Fonte: elaboração própria.

No terceiro quadro, abaixo, as ações dos governos municipais do PSDB em São Paulo, entre 2005 e 2010.

Quadro VIII - Cronologia das ações de governos do PSDB em relação à temática LGBT em âmbito municipal¹⁴⁴

Ação	Governo	Âmbito	Ano
Criação da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual.	José Serra	Municipal	2005
Criação do Conselho Municipal em Atenção à Diversidade Sexual.	José Serra	Municipal	2005
Criação do Centro de Referência e Combate à Homofobia.	José Serra	Municipal	2005
Criação do POT – Programa Operação Trabalho LGBT, em 2008, que posteriormente dará origem ao Programa Transcidadania.	Kassab	Municipal	2008
Regulamentação do Conselho Municipal de Políticas LGBT da cidade de São Paulo, por meio do Decreto Municipal 14.667 de 14 de janeiro de 2008.	Kassab	Municipal	2008

Fonte: elaboração própria.

Quando observamos os quadros acima, torna-se difícil não compreender o incômodo dos membros do Diversidade Tucana com a “invisibilidade” das políticas públicas em prol da população LGBT realizadas em governos do PSDB. Se é inegável que diversos governos tucanos empreenderam esforços para reconhecer e trabalhar em prol da diversidade sexual, afinal, o que causava a “invisibilidade” das políticas públicas LGBT empreendidas em governos tucanos?

No início desta pesquisa, me questionava se gestores tucanos, como Alckmin e Serra, atuavam em prol da diversidade sexual “sem levantar bandeira”, em uma espécie de *apoio dentro do armário*. Nessa direção, em geral, os membros do DT consideravam que Alckmin e Serra eram “grandes parceiros” da causa LGBT, embora não se manifestassem enfaticamente em defesa da diversidade sexual. Não possuo elementos que permitam afirmar o que, de fato, motivou os gestores tucanos a ter posturas discretas em relação à temática LGBT (Seria uma questão de estilo pessoal? Ou seriam decisões pragmáticas com viés eleitoral?). Na verdade, sequer posso afirmar que os gestores tucanos, de fato, tiveram posturas mais discretas em comparação com outros prefeitos e governadores (pois tal afirmação exigiria a realização de pesquisas comparativas).

Contudo, acredito que o mais interessante é apresentar a avaliação de meus interlocutores sobre tal processo. Não para “comprar suas explicações”, de forma pura e

¹⁴⁴ Inclui os feitos da gestão Serra/Kassab, mesmo aqueles empreendidos após a renúncia de Serra ao cargo de prefeito, quando Kassab assume a prefeitura.

simples, mas para conhecer suas leituras de tais processos e seus impactos para a atuação política do grupo. Dito de outro modo, acredito que interessa menos saber quais foram, de fato, as intenções dos gestores tucanos, como Serra e Alckmin, e mais como os membros do DT apreenderam o contexto à sua volta e como isso impactou a atuação do grupo.

Os meus interlocutores apresentaram duas avaliações: para alguns os gestores teriam consciência de que o tema exigiria uma atuação discreta, que deveria vir do executivo, em uma estratégia consciente para evitar tensões; para a maior parte do grupo, entretanto, a falta de divulgação não era exclusiva das políticas públicas LGBT, mas, antes, era resultado de uma estratégia de *marketing* equivocada, que estaria mais preocupada com a divulgação de temas de ordem econômica (percebidos como temas de interesse de toda a população).

Nessa direção, vários interlocutores relataram a necessidade de que o partido inovasse sua estratégia de *marketing*. A dificuldade do partido em comunicar as suas ações, não estaria relacionada apenas à diversidade sexual mas às políticas públicas em geral, visto que o foco do PSDB, ao menos desde meados dos anos 1990, têm sido questões de ordem econômica.

[O PSDB] não tem unidade no discurso social, no discurso econômico o PSDB é perfeito, parece nado sincronizado, qualquer pessoa do PSDB em qualquer lado do país vai falar a mesma coisa sobre tripé macroeconômico... Perfeito. Pro lado social a gente não tem [o discurso sincronizado] e nesse processo é muito difícil você conseguir dar a visibilidade que você quer pro partido como um todo, como os anos que a gente passou brigando pela expulsão do João Campos, a hora que o cara propõe a “cura gay” com a sigla do PSDB do lado do nome dele, que LGBT vai querer se filiar ao PSDB? Como é que eu vou chegar num LGBT e falar “olha o PSDB é o partido que mais fez...”? É realmente muito difícil por causa de um zé ruela - que na estrutura partidária era um zé ruela, não tinha a menor importância dentro do PSDB -, mas como é que você faz? Não dá.

A avaliação de meus interlocutores, de que o PSDB tem priorizado questões de ordem econômica ao longo de sua trajetória, encontra respaldo na literatura especializada (FLORIO, 2016; VIEIRA, 2012; ROMA, 2002).

Contudo, embora apontem essa “limitação” do PSDB, os membros do DT também fizeram questão de salientar que essa questão não é exclusiva de um ou outro partido, mas uma “questão de *marketing*” difundida entre diversos partidos, que costumam voltar sua comunicação para audiências mais amplas¹⁴⁵.

Você tem uma necessidade de comunicar com todo mundo e de apelar à maioria, então realmente se você for ver essas pesquisas, antes de cada eleição tem “qual você acha que é o maior problema da cidade?” aí vai estar lá saúde, desemprego,

¹⁴⁵ Nesta direção, Madeira et al. (2017) afirmam que, no Brasil, devido à desigualdade social, o discurso político costuma ser heterogêneo, buscando atingir públicos amplos.

transporte, não existe uma pessoa que responde “ah não, o maior problema da cidade é a situação das travestis em situação de rua”, não vai ter, não vai ter essa [questão] mensurável ali na pesquisa essa preocupação. Então, realmente, não vai aparecer [na propaganda eleitoral]. O que acontece, especialmente no PT, [e] no PSOL também, é você fazer uns acenos. Então, no programa do PT não vai falar nada de LGBT, mas vai ter um momento que ali no fundo você vê que é o Haddad do lado de uma drag [queen] ou uma cena de uma Parada, como também já teve programas eleitorais do PSDB, em 2010 mesmo, o Ricardo Aguieiras faz um depoimento no programa do Serra por causa da situação de DST/AIDS do período dele de ministro da saúde, com um triângulo cor de rosa tatuado acho que no pescoço, então você tem assim uns acenos simbólicos pra você despertar quem tá olhando pra aquilo, pra quem tá procurando aquilo, mas não fala daquilo da mesma forma que você fala de assuntos que são mais universais, vamos dizer assim.

Tal situação ocorreria durante as campanhas eleitorais, mas também na divulgação cotidiana de políticas públicas, por decisão dos órgãos responsáveis pela comunicação oficial do governo. Nessa direção, um de meus interlocutores que foi gestor da CADS afirmou que a Secretaria Estadual de Comunicação certa vez elaborou um comercial sobre a lei 10.948, que pune atos de homofobia no estado de São Paulo, que foi veiculado na TV Minuto, mídia presente nas linhas azul, verde e vermelha do Metrô de São Paulo, mas nunca elaborou uma propaganda voltada para os canais de TV aberta.

Diante desse cenário, os meus interlocutores avaliaram que caberia ao Diversidade Tucana, ao mesmo tempo, pautar a temática LGBT dentro do partido e também divulgar para a sociedade a existência daquelas políticas públicas. Dito de outro modo, o DT deveria atuar como uma via de mão dupla entre o partido e a sociedade. Deste modo, em diversas ocasiões ao longo de sua trajetória, o DT teria buscado divulgar as políticas públicas de governos do PSDB. Seja em publicações em seu site e outras redes sociais, ou por meio da organização de eventos ou ainda atuando em campanhas eleitorais.

É bastante ilustrativa, nesse sentido, a primeira iniciativa de divulgação empreendida pelo grupo, durante as campanha eleitoral de 2006, quando membros do DT elaboraram um material no estilo “Você sabia?” no qual elencaram os principais feitos de governos tucanos em prol da diversidade sexual e buscaram apresentar o Diversidade Tucana (e o PSDB) como uma opção para pessoas LGBT, em contraponto ao PT.

Figura X - Material de campanha produzido pelo DT para a campanha eleitoral de 2006.

Você sabia...

- ... que o Serra criou a CADS - Coordenadoria para Assuntos da Diversidade Sexual apenas um mês após assumir a Prefeitura de São Paulo?
- ... que a CADS, criada pelo Serra já realizou diversos eventos e projetos de inclusão e combate à homofobia?
- ... que o vereador José Police Neto, do PSDB, é um dos autores do substitutivo de projeto de lei anti-homofobia na cidade de São Paulo?
- ... que o Geraldo Alckmin foi o governador que sancionou a lei nº 10.948, que proíbe a discriminação contra GLEBT's no nosso estado?
- ... que o governo do Geraldo Alckmin criou a DEGRADI, uma delegacia exclusiva para tratar de crimes de racismo e intolerância, como a homofobia?
- ... que o governo do Geraldo Alckmin criou a Comissão Processante Especial para a aplicação da lei nº 10.948?
- ... que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a incluir os homossexuais na Carta Nacional dos Direitos Humanos?
- ... que o Serra trabalhou em parceria com diversas ONGs GLEBT's para colocar em ação o programa considerado o melhor do mundo no combate à AIDS quando foi ministro da Saúde?

Agora pense: que partido realmente te representa?
 Você tem uma nova alternativa! Venha participar do Diversidade Tucana, o núcleo GLEBT' do PSDB de São Paulo. Aqui você pode fazer a diferença e mudar a realidade ao seu redor. Sem *blá-blá-blá*, sem mensalão e sem falsas promessas. Conheça nossas ações!

Fone: 11 3885-0045
 E-mail: diversidadetucana@yahoo.com.br
 Site: www.diversidadetucana.zip.net

GERALDO SERRA
 GOVERNADOR

Fonte: <http://diversidadetucana.zip.net/arch2006-08-06_2006-08-12.html>.

De acordo com a narrativa de um de meus interlocutores, que esteve envolvido com a elaboração desse material, foi comum durante a campanha que ao apresentar as ações do partido em prol da população LGBT, os membros do DT fossem interpelados em tom de surpresa, por pessoas que acreditavam que, na verdade, aquelas políticas públicas tinham sido empreendidas por governos do PT.

Eu lembro que eu fiz no meu computador um materialzinho tipo “Você sabia?” sobre aquelas coisas que o PSDB já tinha feito e a gente saiu distribuindo como material de campanha do Serra governador e do Alckmin presidente e era muito engraçado, porque as pessoas falavam “não, você tá mentindo”, “não, não tô mentindo, é verdade”... A CADS, por exemplo, a gente andava pelo Largo do Arouche, Vieira de Carvalho [e as pessoas falavam] “Não, foi a Marta que criou”. Tinha essa coisa da imagem do PSDB como um partido de direita, conservador e da Marta como grande aliada e tal. Então foi um momento muito curioso porque o que a gente mais precisava era validar pra fora do partido que o partido tinha uma história junto à população LGBT e trazer gente LGBT pro partido exatamente pra poder ter um núcleo vivo com gente participando e tal e também pra dentro do PSDB você colocar “olha, faz parte da história do partido”, e mostrar que figuras como Montoro, Fernando Henrique, Serra, Covas, Alckmin todos tiveram iniciativas voltadas pra população LGBT e validar isso como uma política partidária mesmo

5.3.5 As atividades do grupo

De acordo com as informações disponíveis no site oficial do partido¹⁴⁶ e no site do Diversidade Tucana¹⁴⁷, desde a sua fundação o grupo possui alguns focos de atuação: a conscientização das bancadas do PSDB, nos diferentes níveis, a respeito da importância de defender a diversidade sexual; contribuir para a construção dos planos de governo dos candidatos do partido; atuar na elaboração, implementação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à diversidade sexual nas administrações geridas pelo PSDB; formar novas lideranças para militar no partido; e ter um diálogo constante com a sociedade e os movimentos sociais.

Ao longo desta pesquisa, pude apurar que os esforços do DT, ao menos em seus primeiros anos de atuação, voltavam-se para quatro tipos de atividades: **a)** atividades internas à estrutura partidária (*advocacy*, elaboração de planos de governo, campanhas eleitorais, e enfrentamento interno em relação a parlamentares contrários à causa LGBT); **b)** atuação de “bastidores” (especialmente *advocacy* no Legislativo municipal e estadual); **c)** atividades voltadas à divulgação de políticas públicas LGBT empreendidas por governos tucanos; e **d)** participação em atividades organizadas pelo movimento.

No quadro abaixo elenquei os principais repertórios mobilizados pelo Diversidade Tucana entre 2006 e 2010. É importante dizer que o grupo combinou diversos repertórios, desde a realização de *advocacy* e engajamento em eleições à participação em protestos de rua. Tal fato vai ao encontro das discussões empreendidas por diversos autores que, ao questionar a contraposição entre movimentos sociais e política institucional, pontuam que os atores podem combinar - e em geral combinam - diversos repertórios, a depender de uma série de fatores que configuram sua percepção sobre as oportunidades e restrições políticas (TARROW, 2009; CRUZ, 2015).

¹⁴⁶ Disponível em: <<https://www.psd.org.br/conheca/segmentos/diversidade-tucana/>>. Acesso em: 23/11/2019.

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2010/05/diversidade-no-psdb.html>>. Acesso em: 23/11/2019.

Quadro IX - Principais repertórios utilizados pelo Diversidade Tucana (2006 - 2010)

Ações internas	Ações externas
Reuniões organizativas; <i>advocacy</i> com membros do partido (especialmente em período eleitoral); participação em campanhas; elaboração de programas de governo; pedido de expulsão de membros do partido.	Entrevistas para meios de comunicação (mídia hegemônica e mídia segmentada); elaboração de notas de repúdio; manutenção de site; abaixo-assinados; divulgação de listas de candidatos tucanos que assinaram “manifesto pela diversidade”, elaborado pelo DT; candidaturas de membros; participação em manifestações.

Fonte: elaboração própria.

Antes de discutir as principais atividades do grupo é importante pontuar que, em geral, o DT não contou com apoio financeiro do partido, sendo que as suas atividades (organização de eventos; confecção de materiais, como bandeiras, camisetas e cartazes, custos com viagens para a participação em eventos ou para a realização de *advocacy*) costumavam ser custeadas com recursos dos próprios membros, muitas vezes angariados por meio de “vaquinhas”, ou com o apoio de deputados e vereadores considerados parceiros (para os quais os membros do grupo “passavam o chapéu”), ou ainda por meio da arrecadação de dinheiro em festas do partido. O grupo também não possuía (e ainda não possui) um espaço físico próprio, ainda que pudesse fazer uso do espaço físico do Diretório Estadual Paulista para a realização de suas reuniões ou de eventos abertos ao público.

Dentre as atividades realizadas pelo grupo, gostaria de abordar inicialmente aquelas relacionadas à comunicação. Estas eram de responsabilidade do secretário de comunicação do grupo que deveria cuidar das redes sociais do Diversidade Tucana, divulgando o trabalho desenvolvido pelo grupo e também notícias referentes a governos do PSDB, críticas a governos de outros partidos, notícias do “meio LGBT” e notas de repúdio ou notas de esclarecimento. A comunicação do grupo foi pouco regular ao longo dos anos, tendo variado em intensidade a depender do engajamento da pessoa responsável pela comunicação, visto que nem sempre o secretário de comunicação possuía habilidade, disponibilidade ou agilidade para realizar publicações regulares.

Apesar das iniciativas em diversos veículos - *blogs* do grupo, perfil no *twitter*, perfil no *facebook* e canal no *youtube* -, é apropriado dizer que entre 2006 e 2010 o grupo fez uso especialmente do *blog* do DT. Na verdade, dois sites foram usados durante esse período: entre 2006 e 2009, era utilizado o site www.diversidadetucana.zip.net, no qual foram feitas menos de uma dezena de postagens; já a partir de 2010, o grupo passou a utilizar o site <http://www.diversidadetucana.com.br/>, e nele fez centenas de postagens (somente em 2010, por exemplo, foram realizadas 160 postagens). Certamente, o maior engajamento do grupo

com a sua comunicação deve muito à atuação de Marcos Freitas, então secretário de comunicação do DT (um dos idealizadores do novo site e o principal responsável por mantê-lo atualizado). Contudo, acredito que tal processo deve ser pensado em relação a três fatores: primeiro, o processo de institucionalização e crescimento do grupo, iniciado em 2009; segundo, o fato de o acesso à internet ter crescido significativamente entre 2009 e 2011¹⁴⁸; por fim, o novo site foi lançado em 2010, quando ocorreu a disputa entre Serra e Dilma pela presidência do país (assunto constante nas postagens do site).

As reuniões do grupo costumavam ser realizadas mensalmente, mas há relatos de reuniões extraordinárias quando houve necessidade de discutir algum fato considerado importante ou urgente. Durante as reuniões ordinárias discutia-se¹⁴⁹, dentre outras coisas: meios de angariar novos membros; meios para atuar na sensibilização de parlamentares; modos de lidar com problemas com parlamentares do partido; participação em eventos do partido (como as suas convenções); organização de eventos a fim de divulgar as políticas públicas LGBT em governos tucanos; participação em atividades do movimento. Além das reuniões, embora não fosse algo constante, também eram realizadas algumas confraternizações entre os membros do grupo, por exemplo, *happy hours* depois de algumas reuniões e festas de fim de ano ou para comemorar os resultados de eleições.

Embora o DT tivesse à sua disposição o espaço físico do diretório estadual, era incomum a realização de reuniões naquele espaço - que foi utilizado em algumas ocasiões para a realização de eventos de maior porte -, pois o diretório era considerado de difícil acesso. Algumas reuniões ocorreram na casa de membros do grupo, com poucas pessoas envolvidas (em geral, somente os membros da coordenação do DT), a fim de discutir questões mais burocráticas (como a formulação do estatuto, por exemplo). Mas a maior parte das reuniões do grupo ocorreu em bares ou restaurantes, notadamente o *Vermont Itaim*. Quando a reunião era realizada no Vermont Itaim, ou em outros espaços semelhantes, o DT costumava fazer a reunião e depois realizar um *happy hour*, conforme ilustrado pela imagem abaixo.

¹⁴⁸ Houve um crescimento de 14,7% da população com acesso à internet. O espraiamento da internet deveu-se à maior presença de bens duráveis, como o computador com acesso à internet e o celular, nos domicílios brasileiros. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/09/21/acesso-a-internet-cresceu-no-pais-entre-2009-e-2011-mostra-pnad.ghtml>>. Acesso em: 25/11/2019.

¹⁴⁹ Aparentemente, as reuniões do grupo tinham caráter eminentemente pragmático, visando discutir questões referentes à sua organização e atuação. Assim, não havia reuniões “terapêuticas” ou “formativas”. De acordo com Natan, que atuou no grupo entre 2011 e 2013: “Não havia, por exemplo, a discussão sobre o estigma da feminilidade dentro do movimento gay, isso era passado absolutamente por alto, não havia um debate tão bem construído sobre a identidade, a forma de construção da identidade gay e dos estereótipos que continuavam trabalhando dentro desse modelo de macho alfa, de homem bem sucedido, mas que transa com homens”.

Figura XI - Convite para reunião do Diversidade Tucana.



Disponível em: <http://diversidadetucana.zip.net/arch2009-11-29_2009-12-05.html>.

Nessas reuniões eram discutidas questões organizativas e também outras referentes à atuação do grupo. Em algumas ocasiões, como fica evidenciado pela imagem acima, membros que atuavam na gestão de políticas públicas costumavam fazer falas a fim de atualizar os integrantes do grupo sobre o andamento das políticas LGBT nos governos tucanos. Sobre essas reuniões um dos membros do DT afirmou que:

[Acontecia] uma rodada de apresentação, principalmente quando tinha gente nova, até pra... A gente contava um pouco da história do partido, como era a atuação do Diversidade Tucana... Essa fala era mais do Marcos [Fernandes] ou do Gui [Tronolone], então sempre tinha... Aí depois... Geralmente, a gente ficava [em reunião] 1h30, por aí... A hora que começava o *sonzão* do bar aí a gente abria pro *happy hour* e aí era cada um por si e Deus por todos.

É bastante interessante observar que boa parte das reuniões do DT tenha acontecido no Vermont Itaim. Primeiro, porque tal fato é indicativo da boa relação entre os membros do DT e o empresário João Carlos Magrinelli, dono do restaurante¹⁵⁰. Inclusive, havia uma lista *vip* para membros do DT (assim, não era cobrada a entrada mas somente o valor referente ao que fosse consumido). Em segundo lugar, a despeito do bom relacionamento entre João

¹⁵⁰ O desenvolvimento do turismo em São Paulo para o nicho LGBT foi o tema de um encontro na última segunda-feira, dia 16 de março de 2009, reunindo representantes do poder público e empresários do setor de turismo. O evento, promovido pela Secretaria de Participação e Parceria (SMPP) por meio da Coordenadoria dos Assuntos da Diversidade Sexual, contou com a presença do secretário da SMPP, do coordenador da Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual (Cads), além de representantes da São Paulo Turismo (SPTuris), da Associação Brasileira de Turismo GLS e da SP Convention and Visitors Bureau. <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=120078>>.

Magrinelli e o DT, alguns membros não se sentiam confortáveis de participar das reuniões realizadas no Vermont Itaim (ou em outros espaços semelhantes), pois isso implicaria em uma barreira socioeconômica, ao condicionar a participação nas reuniões do Diversidade Tucana a despesas de ordem financeira. Assim, mesmo que a entrada fosse *vip* para membros do DT e que em diversas ocasiões um dos membros do grupo “convidasse para a reunião”, ou seja, se dispusesse a pagar toda a conta, o fato das reuniões terem sido realizadas em um restaurante localizado no Itaim Bibi, bairro nobre da zona sul de São Paulo, deve ter dificultado a participação de membros que morassem em periferias da cidade e/ou fossem menos favorecidos economicamente.

Além dessas atividades, os membros do grupo se engajaram em *atividades internas* à estrutura partidária, como a participação em convenções do partido, quando eram homologadas as candidaturas; a participação em festas, como o “Arraiá Tucano”, quando os diferentes grupos do partido podem organizar barracas com comidas típicas e brincadeiras, a fim de arrecadar dinheiro e também visibilizar o seu trabalho dentro do partido; a realização de atividades de *advocacy* com os membros do partido; e a atuação em campanhas eleitorais.

Durante as convenções do partido, comumente são montadas várias tendas - seja de candidatos, a fim de divulgar projetos e planos de governo, ou de secretariados do partido a fim de apresentar o seu trabalho. Desde 2010, ainda antes de se tornar um secretariado do partido, o DT passou a organizar a “Tenda do Diversidade Tucana”, onde apresentava o grupo, as políticas públicas LGBT empreendidas por governos do PSDB e algumas de suas propostas (e, em algumas ocasiões, aproveitava o momento da convenção do partido para realizar uma assembleia do grupo).

Figura XII - Material de divulgação da Tenda do DT na Convenção Estadual do PSDB de 2010.



É com grande prazer que convidamos a todos (as) para visitarem a tenda do Diversidade Tucana na Convenção Estadual do PSDB-SP. Venha conhecer os avanços das políticas públicas para esse segmento, propostas para o futuro e a importância do PSDB nessa história. Faça parte da lista de personalidades do nosso partido e de partidos aliados que defendem a diversidade!

Convenção Estadual do PSDB-SP
 dia 13 de junho de 2010 - 09h às 14h
 Assembleia Legislativa - Av. Pedro Álvares Cabral s/nº

www.diversidadetucana.com.br
contato@diversidadetucana.com.br

Fonte: <https://passageirodomundo.blogspot.com/search?q=diversidade+tucana>

Na convenção de 2010, o grupo decorou sua tenda com uma bandeira do arco-íris e com um arco de bexigas coloridas, além de um *banner* com o logo do grupo. No interior da tenda estava disposta uma mesa, na qual era possível encontrar folhetos sobre o Diversidade Tucana e também algumas balas disponíveis para quem visitasse o espaço. Na ocasião, os membros estiveram todos “uniformizados” com a camiseta do DT, e dedicaram-se a conseguir que políticos tucanos assinassem o termo de “apoio e respeito à diversidade sexual” e, para tanto, contaram com a colaboração da *drag queen* Dindry Buck.

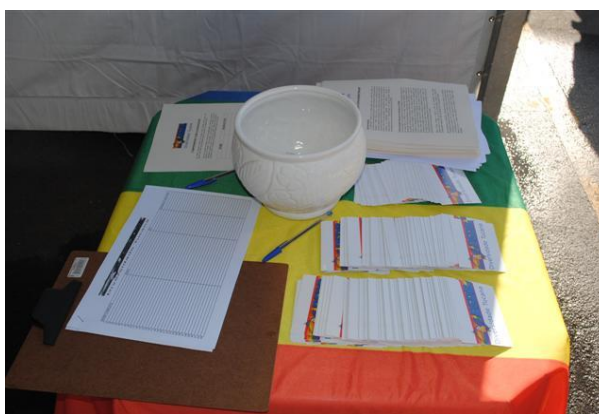
[Em 2010] todo mundo trabalhou na coleta de assinaturas, nós chegamos lá sete horas da manhã, cada um levou uma coisa, a gente montou uma tenda super agradável. As pessoas entravam, sentavam, tinha uma balinha... Aí você ia lá, você assinava... Então nós conseguimos muitas assinaturas [de parlamentares]. Era um trabalho em conjunto do grupo todo, então a gente também tinha esses espaços de convenção política e era muito legal.

Figura XIII - Tenda do DT durante na convenção de 2010.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>

Figura XIV - Tenda do DT durante na convenção de 2010.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>

Figura XV - Tenda do DT durante na convenção de 2010.



Membros do Diversidade Tucana na Convenção Estadual do PSDB-SP, em 2010. Na foto: Dindry Buck, AntonioChacon, Cássio Rodrigo, Ivan Batista, Alex da Via G, Franco Reinaudo e Marcos Fernandes. Disponível em: <http://dindry.blogspot.com/2011/05/diversidade-tucana-realiza-seu-primeiro.html>

A atuação de *advocacy* realizada pelo grupo não esteve restrita às convenções partidárias. O grupo também buscou apoio de políticos tucanos em diversos outros momentos, especialmente durante processos eleitorais. Geralmente, o DT aproveitava as prévias e as pré-campanhas para solicitar ao diretório do partido que fosse enviado email para todos os candidatos a cargos legislativos contendo “materiais de sensibilização” produzidos pelo grupo - onde o DT narrava o histórico do movimento LGBT, situava a atuação do PSDB em torno da questão LGBT e apresentava as principais demandas do movimento.

Concomitantemente, o grupo buscava assinaturas para o “termo de apoio e respeito à diversidade sexual” e se dispunha a receber os candidatos para conversar. Somente um dos meus interlocutores narrou um caso no qual um parlamentar recusou-se enfaticamente a assinar o termo, os demais membros não narraram ter enfrentado problemas durante a realização de suas atividades de *advocacy*.

Certamente, o trabalho de *advocacy* muitas vezes era facilitado pelo relacionamento pessoal de alguns membros do DT - notadamente Marcos Fernandes¹⁵¹ - com parlamentares do partido. Mas diversos relatos apontaram que em momentos de prévias ou de pré-campanhas para cargos legislativos o DT recebia todos os candidatos que demonstrassem interesse de conversar com o grupo, a fim de não limitar a sua esfera de influência aos políticos que já eram considerados “parceiros”.

Eu não posso ser o “secretariado do Bruno Covas”, porque aí quando eu for falar com o Zezinho da Silva, ele vai falar “Bom, o que eu ganho apoiando esses caras se depois na eleição eles vão fazer campanha do Bruno Covas?”. Então a gente tinha muito esse cuidado de não amarrar o Diversidade Tucana com ninguém pra ter essa possibilidade de fazer uma atuação ampla dentro do partido

Para o DT era importante manter-se independente, pois a atuação de *advocacy* exercida pelo grupo na Câmara Municipal ou na ALESP supunha que os seus membros conversassem com muitos parlamentares do PSDB. Apesar disso, os meus interlocutores não deixaram de apontar alguns parlamentares como “grandes parceiros” do DT, especialmente Bruno Covas¹⁵², Floriano Pesaro, Ricardo Montoro e Mara Gabrilli. Esses parlamentares apoiavam as atividades do núcleo e comumente forneciam verba para que o grupo tivesse ao

¹⁵¹ Conforme afirmei anteriormente, Marcos Fernandes atua no partido desde sua fundação, e tem atuado como assessor parlamentar ao longo das últimas décadas.

¹⁵² Cabe destacar a homenagem dedicada a Bruno Covas durante a Plenária do Diversidade Tucana, realizada na Convenção do PSDB, em 2011. A homenagem consistiu na entrega de uma placa que aludia à sua atuação em prol da cidadania LGBT enquanto deputado estadual (2007-2011).

menos o básico para funcionar (como material gráfico para dar visibilidade à existência do grupo). Além disso, esses parlamentares também tinham importante atuação no parlamento propondo leis favoráveis à causa LGBT, e defendendo ou obstruindo projetos de interesse do movimento.

Vale dizer que, sob certos aspectos, esses parlamentares também consideravam o grupo um “grande parceiro”. Em diferentes ocasiões, o grupo se engajou em campanhas eleitorais e, em alguns casos, os candidatos dedicaram-se a discutir questões LGBT em suas campanhas. Em 2010, por exemplo, Bruno Covas e Ricardo Montoro, então candidatos a deputado federal, organizaram um encontro para discutir “propostas para o segmento LGBT”.

Figura XVI – Convite de atividade de campanha de Montoro e Covas.



Fonte: <https://passageirodomundo.blogspot.com/search?q=diversidade+tucana>

O envolvimento do DT em momentos eleitorais não se restringiu a atividades de *advocacy* voltadas a conseguir apoio de candidatos a cargos eletivos ou à participação em suas campanhas eleitorais (distribuindo panfletos, por exemplo). O grupo também se envolveu com a elaboração de programas de governo de candidatos majoritários. A primeira vez que o DT participou da elaboração de planos de governo foi em 2006. Naquela campanha, integrantes do recém-criado Diversidade Tucana organizaram debates e rodas de conversa para a elaboração dos planos de governo de José Serra e de Geraldo Alckmin, como explicitado na imagem abaixo.

Figura XVII – Convite 1º Encontro “Compromisso com a Diversidade de São Paulo”.



Fonte: <https://web.archive.org/web/20081108044543/http://diversidadetucana.zip.net/>

O programa de governo de Alckmin¹⁵³ abordava a questão da diversidade sexual de forma bastante genérica e questionável, ao tratar a orientação sexual como uma "opção de comportamento individual"¹⁵⁴. Já no caso do plano de governo de Serra, que foi divulgado no site do grupo, e que reproduzo abaixo, havia propostas concretas. Essa diferença parece ser sinal de uma maior abertura da campanha serrista ao recém-criado Diversidade Tucana, o que certamente foi influenciado pelo fato de Wagner Tronolone trabalhar diretamente com Alberto Goldman (candidato a vice de Serra).

¹⁵³ A única menção à “diversidade de orientação sexual” foi a seguinte: “Impor medidas de respeito ao exercício da livre opção de comportamento individual, corolário da convivência democrática, que conduz à plena aceitação da diversidade de orientação sexual”. Tal proposição constava de um tópico intitulado “Direitos Humanos e Justiça”. Disponível em: <<https://psdb.org.br/wp-content/uploads/biblioteca/66275971.pdf>>. Acesso em: 16/10/2019.

¹⁵⁴ Vale conferir a crítica ao programa tucano empreendida pelo Setorial Nacional GLBT do PT. Disponível em: <<https://athosgl.com.br/os-glbt-no-programa-de-governo-de-alckmin/>>. Acesso em: 22/10/2019.

Programa de Governo¹⁵⁵

Conheça abaixo as idéias-força do programa de governo para a Diversidade Sexual de José Serra Governador:

Idéia Força 1: Combate à homofobia

Resumo da Proposta

Incrementar e aperfeiçoar as ações no combate à homofobia através do fortalecimento e ampliação da Comissão Processante Especial da Lei nº 10.948/01, possibilitando também sua atuação fora da capital do Estado. Ampliação da DECRADI - Delegacia Contra Crimes Raciais e de Intolerância, com criação de unidades onde não existam. Divulgação ampliada da Lei nº 10.948/01 e criação de seu decreto regulamentador específico. Capacitação e conscientização de agentes públicos tais como professores, policiais militares e civis e agentes de saúde para o atendimento ao público GLBTT.

Idéia Força 2: Desenvolvimento Cultural e Econômico GLBTT

Resumo da Proposta

Identificar as áreas e regiões do estado potenciais para investimento e novas manifestações culturais voltados para o público GLBTT. Capacitação de agentes, divulgação e atração de novos investidores.

Idéia Força 3: Programa Escola da Diversidade

Resumo da Proposta

Capacitação dos profissionais das escolas da rede estadual para tratar do respeito à diversidade sexual. Criação de cartilhas para os alunos e seus pais. Intervenções junto ao programa Escola da Família para educação e sensibilização contra o preconceito.

Idéia Força 4: Criação da Coordenadoria da Diversidade Sexual

Resumo da Proposta

Criação de uma estrutura semelhante à CADS, da Prefeitura de São Paulo, para aplicar em nível estadual as iniciativas de combate à homofobia e de incentivo ao investimento do chamado "pinkmoney".

Neste processo, alguns pontos são interessantes: primeiro, a elaboração deste plano de governo se deu no ano em que o DT foi fundado; segundo, como fica nítido nas propostas 2 e 4, questões relacionadas ao mercado GLS e *pinkmoney* eram bastante relevantes para os envolvidos no processo de elaboração deste programa de governo; e, por fim, discutia-se como importar a experiência da CADS para o governo estadual, o que de fato veio a ocorrer em 2009 durante a gestão de José Serra que implementou uma série de políticas públicas voltadas à população LGBT (como a *Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual*, o *Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT* e o *Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual*).

Além da atuação em atividades de *advocacy*, em campanhas de candidatos aliados e na elaboração de programas de governos, alguns membros do grupo candidataram-se a cargos

¹⁵⁵ Publicado no primeiro site do Diversidade Tucana no dia 20 de setembro de 2006. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20081108044543/http://diversidadetucana.zip.net/>>. Acesso em: 18/10/2019.

legislativos. Marcos Fernandes¹⁵⁶ candidatou-se em 2008 e 2012 (obtendo 2.177 e 2.619 votos, respectivamente) e Cássio Rodrigo¹⁵⁷ candidatou-se em 2014 (obtendo 2.599 votos).

Não havia consenso no grupo em torno de tais candidaturas. Para alguns membros, essas candidaturas deveriam ser “candidaturas oficiais” do Diversidade Tucana, o que supunha o engajamento de todo o grupo. Para esta primeira perspectiva havia a necessidade de eleger candidatos LGBT. Para outros, no entanto, os membros do DT deveriam empreender “candidaturas avulsas”, e cada membro poderia decidir sobre apoiar ou não os candidatos. Esta segunda visão postulava que ao não atrelar o grupo a determinados candidatos, mesmo que estes fossem membros do DT, haveria maiores possibilidades de exercer atividades de *advocacy* com outros candidatos (que em alguns casos já eram considerados aliados do grupo).

De acordo com algumas narrativas, em 2008 o grupo escolheu o nome de Marcos Fernandes e este foi levado para a convenção do partido para aprovação de sua candidatura. Posteriormente, os membros do grupo se engajaram em sua campanha. Já em 2012, alguns relatos apontaram que a candidatura de Marcos Fernandes foi motivo para um racha no grupo, visto que uma parte do grupo defendia sua candidatura como uma candidatura do Diversidade Tucana e outra parte acreditava que Marcos sequer deveria se candidatar naquela ocasião e que o grupo deveria voltar seus esforços para colaborar com a campanha de candidatos aliados, como Floriano Pesaro (que acabou sendo eleito naquela ocasião). O *imbróglio* foi resolvido quando ficou decidido que Marcos Fernandes não seria candidato oficial do DT e caberia a cada membro decidir se apoiaria ou não a sua candidatura.

De todo modo, parece certo afirmar que essas candidaturas contaram com pouco apoio financeiro do partido de modo que coube aos próprios candidatos e demais membros do DT arrecadar dinheiro para as campanhas. Para tanto, dentre outras atividades, os membros do DT organizaram rifas e demandaram doações de empresários GLS. Mas apesar dos esforços dos membros do DT, os resultados dessas incursões eleitorais não foram bons e em nenhuma ocasião um membro do Diversidade Tucana foi eleito.

Como afirmei anteriormente, os membros do DT engajaram-se em campanhas de candidatos “parceiros” do grupo e isso mostrou-se importante, pois abriu canais de diálogo na

156

Disponível

em:

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_det&cand=122971>.

Acesso

em: 21/10/2019.

157

Disponível

em:

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_det&cand=197903>.

Acesso

em: 21/10/2019.

Câmara Municipal e na ALESP, o que certamente facilitou as atividades de *advocacy* do DT. Nessa direção, é necessário dizer que para que o DT desenvolvesse suas atividades de *advocacy* na Câmara Municipal ou na ALESP também foi importante que alguns de seus membros atuassem previamente como assessores parlamentares, possuindo experiência em lidar com aspectos fundamentais do cotidiano legislativo (como a tramitação de projetos de lei, por exemplo).

De acordo com Matheus Pereira (2018), assessores parlamentares devem possuir bons conhecimentos sobre o regimento da casa legislativa, bem como ter *know how* para redigir relatórios e pareceres técnicos sobre projetos de parlamentares e também para poder articular alianças entre os parlamentares em torno de propostas e requerimentos. Cabe aos assessores, também, ajudar a organizar seminários e audiências públicas, a fim de reunir parlamentares, burocratas e ativistas para discutir projetos e definir prioridades de atuação (PEREIRA, 2018). No caso de assessores parlamentares com vínculos com o Diversidade Tucana, é possível dizer que estes participaram da organização de atividades e seminários na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, especialmente em datas comemorativas, como o Dia Internacional Contra a Homofobia, comemorado em 17 de maio.

Os assessores parlamentares, como discutido por Pereira (2018), também podem ser designados por parlamentares ou por partidos para atuar junto a frentes parlamentares, sendo responsáveis, sobretudo, por monitorar projetos de lei de interesse para uma determinada frente parlamentar, bem como manter contato com suas bases e com a burocracia aliada, a fim de obter informações sobre as políticas públicas em desenvolvimento (PEREIRA, 2018). No caso do estado de São Paulo, a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual foi fundada em 2003. E, de acordo com Gustavo Santos (2006), inicialmente a frente era formada basicamente por parlamentares do PT o que, para o autor, dificultava a sua atuação. Nessa direção, é bastante interessante a fala de Wagner Tronolone que narra ter empreendido, junto com Paulo Mariante, militante petista, um trabalho de *advocacy* na frente parlamentar, visando fortalecer o seu caráter suprapartidário.

A gente fazia muito a coisa de *advocacy*. Eu acho que foi até na legislatura de 2007 a 2010, ou no anterior talvez, eu fiz um trabalho de... Não sei se você conhece o Paulo Mariante, um militante do PT de Campinas, a gente fez um trabalho de ir em todos os gabinetes da assembleia legislativa, [para que a] frente parlamentar LGBT fosse realmente suprapartidária. Era importante equilibrar um pouco PT e PSDB dentro dessa frente porque a ideia era realmente “olha, a partir disso aqui, dos dois maiores partidos do Brasil tendo um setorial, a gente começa a trabalhar essa questão como uma coisa que não seja partidária, que una os partidos” (Wagner Tronolone, em entrevista ao autor).

Matheus Pereira (2018) também chama atenção para o fato de que perante políticas públicas de seu interesse, os assessores parlamentares buscam opor-se ou defendê-las e, para tanto, angariam aliados de gabinete em gabinete, escrevem discursos para parlamentares e elaboram estratégias, como o recurso a manobras regimentais ou a ações judiciais.

Eu fiquei na liderança do governo por 16 anos. E [era] exatamente trabalhando na liderança de governo que eu conseguia segurar muitas dessas pautas de projetos de governo ou de deputados e fazer essa movimentação [de bastidores] do Diversidade Tucana. Por exemplo, na ALESP eu procurava ter uma aproximação com deputados do PSDB e fazer essa conversa, trazer os meninos [do DT], fazer eventos, fazer eventos dentro do partido então eu tava sempre lá. (Luiza, em entrevista ao autor)

Ao longo de sua trajetória, é importante dizer, o DT não desenvolveu trabalho de *advocacy* somente na Câmara Municipal de São Paulo e na ALESP, mas, também, em câmaras municipais de outras cidades paulistas. A título de exemplo, gostaria de citar três casos. Primeiro, em âmbito municipal, em São Paulo, a atuação para que o projeto do Dia do Orgulho Hétero fosse vetado pelo prefeito Kassab¹⁵⁸. Segundo, em âmbito municipal, em São José dos Campos, a atuação contrária ao PL 280/2011¹⁵⁹ que previa a aplicação de multa para quem fizesse distribuição de materiais que “incentivassem o *homossexualismo*”. E, por fim, em âmbito estadual, é emblemático o caso do projeto de lei 1.068/07 de autoria do deputado Waldir Agnello (PTB) que visava interromper as penalizações contra atos discriminatórios relacionados à orientação sexual previsto na lei 10.948/01.

Por fim, para terminar esta seção, gostaria de falar um pouco sobre a atuação do DT perante membros do partido contrários à causa LGBT. Anteriormente, afirmei que o Diversidade Tucana rejeitava os rótulos de “conservador” e de “direita”, muitas vezes associados ao PSDB e definia o partido como sendo de “centro-esquerda” (SANTOS, 2016). Esta narrativa encontrava bases para sua sustentação na história do partido que costumava ser recorrentemente evocada pelos membros do DT. No entanto, a caracterização ideológica que o Diversidade Tucana fazia sobre o PSDB contrasta com o modo como o partido é visto pela

¹⁵⁸ Esse caso envolveu a atuação de militantes e parlamentares de diferentes orientações político-partidárias, como evidencia uma reunião realizada em agosto de 2011, com representantes LGBT, Floriano Pesaro (líder do PSDB na Câmara), Ítalo Cardoso (líder do PT na Câmara), e o presidente da Câmara, José Police Neto (sem partido). No caso do Diversidade Tucana, o grupo mobilizou-se junto a parlamentares tucanos e contou especialmente com o apoio de Floriano Pesaro. Disponível em: <<https://athosgls.com.br/camara-quer-veto-de-kassab-a-dia-do-hetero/>>. Acesso em: 16/12/2019.

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/06/diversidade-tucana-se-posiciona-contraria.html>>. Acesso em: 14/12/2019.

literatura acadêmica¹⁶⁰. Nessa direção, autores como Celso Roma (2002), Soraia Vieira (2012) e Bianca Flório (2016), ao deter-se sobre as transformações ideológicas do PSDB ao longo dos anos, salientaram que há evidências de que o partido surge à esquerda do espectro ideológico, mas que dá uma guinada à direita liberal. Posteriormente, nos anos 2010, o partido parece ter vivenciado outra inflexão relevante: uma guinada conservadora. Esta suposta guinada conservadora do PSDB não é negada pelos membros do DT, aliás, ao contrário. Alguns interlocutores refletiram sobre esta questão, percebida por eles como uma “quedinha para a direita”, e, em geral, afirmaram que a “questão conservadora” assola a todos os partidos.

A questão conservadora acontece no PSDB como acontece em quase todos os partidos. Se algum cara, de qualquer outro partido, falar que não teve problemas no partido tá mentindo. A gente teve casos muito complicados (...) Um deles foi o do João Campos que era deputado acho que de Goiás, ele foi o autor do projeto da “cura gay” e o cara era do PSDB... O que acontece? O cara, vamos dizer assim, tem lá sua base no estado dele, é um cara forte no território dele, e o cara tem um projeto desses que é um projeto que vai totalmente contra a bandeira do partido em questão de estatuto. Nós do Diversidade Tucana fizemos pressão interna, tentamos diálogo e também chegou num momento que através dos outros deputados pedimos para que o projeto fosse retirado de pauta. (Edgar, em entrevista ao autor)

Perante a fala reproduzida acima, é possível questionar: ao longo de sua trajetória, como o DT lidou com parlamentares que atuaram contra a causa LGBT?

A postura do grupo variou caso a caso, mas, de modo geral, o DT privilegiou a busca por estabelecer diálogos com os parlamentares, a fim de evitar conflitos públicos entre o DT e parlamentares do partido ao menos por três motivos: primeiro, os membros do grupo acreditavam que o trabalho de bastidores poderia ser mais efetivo; segundo, o grupo queria evitar contrapor-se publicamente a parlamentares do PSDB para não se indispor com o conjunto do partido, mantendo vias de diálogo abertas com os diversos setores partidários; e, por fim, também havia a preocupação de preservar a imagem do partido perante a sociedade.

Como discuti anteriormente, tal postura não era bem vista por parte dos membros do DT, o que gerava algumas tensões internas ao grupo. Além disso, o grupo costumava ser cobrado para se posicionar publicamente em situações que envolviam parlamentares tucanos.

¹⁶⁰ Importante salientar que “a classificação dos partidos políticos brasileiros consagrada na literatura leva em conta o posicionamento dos partidos apenas no âmbito nacional, o que acaba por não abarcar as nuances ideológico-programáticas existentes entre os diferentes partidos políticos no âmbito estadual. Um exemplo dessas diferenças, no que diz respeito aos direitos LGBT, pode ser observado no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Enquanto os tucanos paulistas têm se posicionado em várias circunstâncias favoráveis às demandas da população LGBT, no estado de Goiás observa-se o protagonismo do deputado João Campos, pastor da Igreja Assembléia de Deus, contrário aos direitos LGBT” (SANTOS, 2016, nota 18).

Nessa direção, em diferentes ocasiões a falta de posicionamento - parte fundamental do estilo de atuação empreendida pelo grupo - era vista como displicência ou cooptação ante interesses partidários. A despeito disso, há casos nos quais o DT empreendeu disputas internas significativas contra parlamentares do partido, inclusive posicionando-se publicamente em seu site oficial e em entrevistas concedidas a veículos da mídia hegemônica.

Ocorreram diversos embates entre membros do Diversidade Tucana e parlamentares do partido¹⁶¹, mas gostaria de pontuar algumas questões sobre um dos casos mais emblemáticos: a celeuma com João Campos, então deputado federal pelo PSDB/GO. João Campos ganhou notoriedade a partir de 2008, quando tornou-se presidente da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e passou a posicionar-se publicamente em relação a diversas matérias legislativas de interesse da FPE. Em 2008, por exemplo, Campos veio a público em defesa de um projeto de decreto legislativo que visava suspender a Portaria 1.707/08 que versava sobre a inclusão de cirurgias de redesignação sexual entre os procedimentos custeados pelo SUS¹⁶². Já em 2010, o presidente da FPE posicionou-se contra o Projeto de Lei 4914/2009, de autoria do deputado José Genoíno (PT-SP) que propunha a união civil entre pessoas do mesmo sexo¹⁶³.

O ganho de notoriedade de João Campos impactou o Diversidade Tucana, pois representava um obstáculo robusto para as pretensões do grupo de vender a imagem de que o PSDB era um dos maiores aliados da causa LGBT. Tanto é, que ao menos desde 2008, o grupo passou a ser fortemente interpelado sobre a atuação de João Campos.

A gente apanhava muito, principalmente do PT, “olha, seu deputado [João Campos] falou isso”, porque ele era uma giratória de asneira.

De início, o DT não se posicionou abertamente sobre as controvérsias envolvendo João Campos, apesar do incômodo que sentiam os membros do grupo e das cobranças oriundas de outros atores sociais. Em um primeiro momento, o grupo buscou contrapor-se à atuação de Campos por meio da atuação de bastidores, enquanto divulgavam os feitos do partido em prol da causa LGBT a fim de defender que o PSDB era um partido apoiador da causa. O “caldo entornou” somente em 2011.

¹⁶¹ A título de exemplo, no Anexo D encontra-se disponível o “Ofício enviado à Executiva do PSDB” no qual Wagner Tronolone, então coordenador estadual do DT, faz críticas ao prefeito de Duque de Caxias, João Zito (PSDB), por dificultar a realização da Parada do Orgulho LGBT da cidade.

¹⁶² Disponível em: <<https://athosgls.com.br/deputados-querem-barrar-mudanca-de-sexo-pelo-sus/>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁶³ Disponível em: <<https://athosgls.com.br/uniao-estavel-enfrenta-resistencia-dos-religiosos-diz-jornal-do-brasil/>>. Acesso em: 05/11/2019.

Em 25 de maio de 2011, João Campos admitiu, em entrevista ao portal Terra¹⁶⁴, que a FPE usou a convocação do então ministro Antônio Palocci ao Congresso Nacional para pressionar a presidente Dilma a suspender a entrega do Kit Escola Sem Homofobia. Diante desse fato, como Marcos Fernandes narrou em entrevista ao portal *Terra*¹⁶⁵, o Diversidade Tucana denunciou o parlamentar ao Conselho de Ética e Disciplina do PSDB a fim de que o partido se posicionasse sobre o caso.

Também em 2011, além de denunciar Campos ao Conselho de Ética do partido, o DT posicionou-se publicamente em diversas ocasiões. Em 08 de junho de 2011, foi publicada a nota “*O fundamentalismo avança, nós trabalhamos para combatê-lo!*”¹⁶⁶, na qual o DT afirmava que João Campos havia “aderido ao obscurantismo e à pregação homofóbica” a fim de se promover eleitoralmente, mas que era uma exceção no PSDB, além de salientar que “esse tipo de parlamentar podia ser encontrado em todos os partidos” o que exigiria dos secretariados LGBT, de partidos de diferentes matizes ideológicas, agir para informar e sensibilizar as suas bancadas.

Em 07 de junho de 2012, o grupo postou uma nota¹⁶⁷ posicionando-se contra a PEC 99/2011, de autoria de João Campos, que versava sobre a possibilidade de Associações Religiosas pudessem propor ações de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade de leis ou atos normativos perante a Constituição Federal.

Já em 27 de junho de 2012, o DT publicou em seu site nota¹⁶⁸ contrária ao Projeto de Decreto Legislativo 234/11, de autoria de João Campos, que ficou conhecido como projeto de “cura gay”, que pretendia sustar artigos da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 001/1999, que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

Diante desse cenário, os membros do DT lançaram outra nota “Por uma atuação suprapartidária em prol da população LGBT”¹⁶⁹ na qual criticavam a postura de Julian

¹⁶⁴ Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5149218-EI6578,00-Evangelicos+ameacaram+ir+contra+Palocci+para+coibir+kit+gay.html>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁶⁵ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/06/grupo-lgbt-tucano-aciona-partido-contra.html>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/06/o-fundamentalismo-avanca-nos.html>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2012/06/diversidade-tucana-se-posiciona-contra.html>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2012/06/diversidade-tucana-se-posiciona-contra-27.html>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁶⁹ Disponível em: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2012/08/por-uma-atuacao-suprapartidaria-em-prol.html>>. Acesso em: 05/11/2019.

Rodrigues¹⁷⁰, coordenador do Setorial LGBT do PT, por ter defendido boicote eleitoral ao PSDB devido a atuação de João Campos.

Posteriormente, em 2013, o PSDB se posicionou pela primeira vez. O partido publicou uma nota pública em que se dizia contrário ao Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, a “cura gay”. Embora a nota oficial do partido condenasse o projeto, não dizia que o autor era parlamentar do PSDB¹⁷¹. De todo modo, foi devido a nota publicada pelo partido que João Campos retirou o projeto de tramitação¹⁷².

Saiu uma nota do partido contra o projeto. Quando o partido se manifesta contra o projeto, ele o inviabiliza. Agora, eu não mudei uma vírgula da minha convicção em relação ao texto. A resolução do conselho de psicologia, que o projeto pretendia derrubar, subtrai a liberdade do maior de 18 anos que procura auxílio de um psicólogo

(G1, 02 de julho de 2013).

Quando Campos pediu o arquivamento do projeto, este já havia recebido parecer favorável da comissão de direitos humanos, então presidida pelo pastor Marco Feliciano. Contrariado, João Campos chegou a solicitar uma análise sobre a possibilidade de sair do partido sem perder seu mandato¹⁷³. Mas ele acabou saindo do partido, por decisão própria, somente no início de 2016.

Os embates entre o Diversidade Tucana e o deputado João Campos são emblemáticos para pensar as dificuldades envoltas na atuação de um núcleo partidário, que deve sempre agenciar os interesses partidários e os interesses do movimento social. Nessa direção, um de meus interlocutores fez uma observação interessante, ao afirmar que nos enfrentamentos com João Campos, ora o DT teria agido como movimento social e ora como movimento partidário.

O Diversidade Tucana por diversas vezes se manifestou mesmo na questão do João Campos de forma aberta, meio que na função de movimento social, é que daí você acaba sendo [também] um movimento partidário, né, enfim... A gente não pode confundir o movimento partidário com o movimento social, o movimento social deveria ser apartidário, é muito ruim inclusive quando você tem um movimento social que esquece que é apartidário e pensa só no partido em primeiro lugar.

Ao longo dessa seção, narrei as principais atividades empreendidas pelo DT ao longo dos anos e pontuei os principais repertórios utilizados pelo grupo. Por fim, no quadro abaixo,

¹⁷⁰ Disponível em: <<https://web.facebook.com/julian.rodriques.3386/posts/240068176113800>>. Acesso em: 05/11/2019.

¹⁷¹ Disponível em: <<https://www.psdb.org.br/ms/tags/nota-oficial/>>. Acesso em: 07/11/2019.

¹⁷² Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/autor-do-projeto-que-libera-cura-gay-pede-arquivamento-na-camara.html>>. Acesso em: 07/11/2019.

¹⁷³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305027-projeto-da-cura-gay-e-retirado-pelo-autor-joao-campos.shtml>>. Acesso em: 07/11/2019.

elenquei os principais impactos da atuação do Diversidade Tucana nas estruturas partidárias tucanas, entre 2006 e 2013.

Quadro X - Cronologia das ações internas ao PSDB em relação à temática LGBT

Ação	Âmbito	Ano
Criação do núcleo Diversidade Tucana (DT).	Estadual	2006
O Diversidade Tucana torna-se secretariado nacional do PSDB.	Nacional	2011
O DT elabora um manual intitulado “As eleições e a diversidade sexual” destinado, especialmente, aos candidatos do PSDB nas eleições de 2012. O material foi impresso com o apoio do então vereador Floriano Pesaro.	Municipal	2012
O Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB, incluiu um módulo sobre diversidade sexual em seu curso de formação política “Uma Visão Social Democrata”, destinado a pré-candidatos.	Nacional	2012
O PSDB incorpora, em seu estatuto, o “respeito às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero”. A mudança foi proposta pelo Diversidade Tucana no Congresso Estadual do PSDB-SP e, posteriormente, adotada em âmbito nacional.	Nacional	2013
Inclusão de um parágrafo no novo Código de Ética do partido que considera infração do filiado a “prática, defesa ou estímulo à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, gênero, raça, cor, classe social, deficiência e idade”. A mudança foi proposta pelo Diversidade Tucana no Congresso Estadual do PSDB-SP.	Nacional	2013

Fonte: elaboração própria.

5.3.6 O grupo e sua dualidade constitutiva

Anteriormente, fiz referência às dinâmicas entre os membros do DT e afirmei que o pano de fundo de suas principais contendas foi a coexistência conflituosa entre duas perspectivas distintas sobre o grupo. Tais perspectivas estavam preocupadas com o papel dos núcleos partidários perante a relação entre movimentos sociais e partidos políticos e supunham algumas características e prerrogativas dos núcleos partidários. Nesta seção, gostaria de desenvolver um pouco mais a argumentação de que a tensão entre essas duas perspectivas deve ser percebida como uma *dualidade constitutiva* do DT.

De saída, é preciso ter em mente alguns questionamentos: qual é o lugar dos núcleos partidários nas interações entre movimentos sociais e partidos políticos? A criação de um núcleo partidário implica necessariamente a cooptação de seus membros perante os interesses do partido?

No Capítulo 2, ao discutir as teorias dos movimentos sociais, pontuei que só recentemente ganharam maior fôlego abordagens que deixaram de se valer da dicotomia entre *autonomia* e *cooptação* para pensar as relações entre movimentos sociais e partidos políticos. De fato, diversos trabalhos têm assumido a premissa de que a relação entre movimentos e

partidos pode se dar em termos de cooperação ou conflito, mas esta constatação não ajuda, necessariamente, a entender *como* se dão essas relações (MEZA, 2015). Alguns esforços têm sido realizados, sobretudo, para pensar essa relação em contextos eleitorais (MCADAM; TARROW, 2011; CRUZ, 2015). Contudo, é necessário pensar tal relação para além de momentos específicos, como processos eleitorais, ou de espaços específicos, como conselhos e conferências. Nessa direção, o trabalho de Humberto Meza sobre as relações entre movimento feminista e partidos políticos na Nicarágua pós-revolucionária dá um passo importante (MEZA, 2015; MEZA; TATAGIBA, 2016).

Meza (2015) defende que não basta reconhecer que as relações entre movimentos e partidos não se resumem à cooptação, mas também é preciso entender como se dão tais relações. Assim, em busca de entender as trocas e os trânsitos entre partidos e movimentos, o autor postulou a existência da *zona de intersecção*, isto é, um espaço de transação entre o movimento e o partido que reúne os atores em torno de interesses, agendas e objetivos comuns. A *zona de intersecção* seria um espaço criado a partir da interação entre movimento e partido (o que supõe a atuação de *brokers*), e acarretaria consequências internas ao movimento e ao partido. Mas, ao mesmo tempo, esse espaço intermediário também seria moldado por mudanças estruturais, inclusive, podendo gerar outros arranjos organizativos (como coalizões socio-partidárias, grupos de apoio em campanha eleitoral, ONGs etc.).

Certamente, a ideia de *zona de intersecção* é interessante, mas acredito que ela não contribui para pensar o caso do Diversidade Tucana, visto que a “zona de intersecção” tal qual proposta por Humberto Meza (2015) supõe a existência de relações duradouras entre um movimento social e um determinado partido político¹⁷⁴, o que nunca ocorreu entre o PSDB e o movimento LGBT.

Assim, em busca de entender *como* se deu a relação entre movimento LGBT e PSDB em São Paulo, vista a partir da criação e atuação do Diversidade Tucana, sustento que é útil recorrer à ideia de que o DT possui uma “dualidade constitutiva” que, como pretendo demonstrar, marcou a sua fundação e atuação ao longo dos anos.

A criação de um núcleo de diversidade sexual no PSDB visou, dentre outras coisas, contrapor-se à “partidarização do movimento”. Como afirmou um interlocutor, em sua visão,

O movimento estava muito partidarizado e isso compromete sua atuação como movimento social. É importante ter grupos LGBT nos partidos, mas o movimento

¹⁷⁴ “Esse espaço, que chamaremos de ‘zona de intersecção’, surge como resultado de um acúmulo de relações que as ativistas do MAM e militantes do MRS foram experimentando ao longo de 20 anos de transição democrática.” (MEZA, 2015, p. 192).

social não deve ser partidarizado. De uma forma geral, o movimento LGBT precisa se voltar mais à população LGBT em si. (...) Se um partido quer ajudar um movimento social, que abra espaço dentro do partido para esse movimento, ao invés de querer ocupar espaços do movimento com pessoas do partido.

Pode-se dizer que os envolvidos na criação do Diversidade Tucana possuíam posturas bastante críticas em relação à suposta partidarização do movimento LGBT que resultaria na sua cooptação, em especial pelo PT¹⁷⁵. Nessa concepção, a partidarização¹⁷⁶ do movimento social seria prejudicial à causa LGBT, porque protegeria de críticas os governos de partidos percebidos como aliados (em especial o PT) e criaria barreiras prévias para as relações do movimento com governos de outros partidos (em especial o PSDB).

Contudo, embora todos os envolvidos com a criação do DT - e também aqueles que se engajaram no grupo em seus primeiros anos de atuação - fossem críticos à partidarização do movimento, estes tinham diferentes perspectivas sobre “a missão” do DT e sobre o modo como deveria se dar a sua atuação. De fato, os membros do DT tinham bastante claro que o grupo deveria atuar como *movimento partidário* sem confundir-se com o *movimento social*. Essa diferenciação foi largamente disseminada entre os membros do grupo ao longo de sua trajetória e, em tese, deveria dar conta da tensão entre movimentos e partidos, vista a partir da atuação de núcleos partidários, ao estabelecer que um núcleo partidário deveria atuar como “movimento partidário”. Mas não foi bem assim. Na prática cotidiana, as fronteiras entre “movimento social” e “movimento partidário” não eram tão claras.

Têm alguns momentos, [têm] alguns espaços que vira um *bololô*... Quer dizer, [durante a I Conferência Estadual] eu tava lá como militante LGBT, militante do PSDB e funcionário público representante do governo do estado dentro de um mesmo processo de conferência. A cabeça vira uma salada. Então também têm esses momentos que têm muito mais áreas cinzentas do que preto e branco, mas a gente sempre tentou o máximo possível separar as coisas pra não cair nessa coisa da instrumentalização [do movimento]

Grosso modo, os membros do DT acreditavam que a função de um núcleo partidário é incidir sobre as estruturas partidárias e sobre os governos de seu partido, bem como posicionar-se criticamente sobre governos da oposição, mas não tinham acordo sobre qual deveria ser a atuação de um núcleo partidário em relação a parlamentares e governos de seu próprio partido. Para alguns, um núcleo partidário deveria agir de maneira cautelosa a fim de preservar a imagem do seu partido, atuando nos bastidores e posicionando-se publicamente

¹⁷⁵ Diversos membros fizeram referência à suposta cooptação do movimento exercida pelo PT, que seria empreendida, sobretudo, por meio da instrumentalização de ONGs.

¹⁷⁶ Em diferentes ocasiões, Wagner Tronolone escreveu em seu blog sobre o “partidarismo do movimento”. A este respeito, conferir o Anexo F, Anexo G e Anexo H.

apenas quando estritamente necessário; Para outros, a atuação de um núcleo partidário deveria ser eminentemente crítica, levando em consideração os interesses da população LGBT em primeiro lugar, sem jamais priorizar os interesses partidários.

A coexistência entre duas diferentes percepções sobre a função de um núcleo partidário indica que para os membros do DT a tensão entre movimentos e partidos apresentou-se como uma *dualidade constitutiva* do grupo. Dito de outro modo, é inerente à própria existência do DT lidar com a relação (percebida como tensão) entre movimentos sociais e partidos políticos. Por isso, defendo que chamar atenção para tal dualidade constitutiva pode ser bastante rentável analiticamente, pois nos permite pensar a relação entre o movimento LGBT e o PSDB além da dicotomia entre cooptação e autonomia.

Nesse sentido, acredito que a existência de um núcleo de diversidade sexual no PSDB não implicou, necessariamente, a cooptação dos seus membros ante interesses partidários¹⁷⁷. Na verdade, defendo que a atuação do DT foi sempre definida contextualmente e dependeu de quatro fatores: **a)** as avaliações que os membros do grupo empreenderam a partir das restrições oriundas da estrutura de oportunidades políticas; **b)** o lugar do grupo na estrutura partidária e a sua relação com o resto do partido; **c)** as relações de cooperação e disputa entre o DT e outros núcleos partidários, ou entre o DT e o movimento social; e **d)** a correlação de forças interna ao grupo.

Diante de casos de interesse do movimento social (e da “população LGBT”, em geral) a postura do Diversidade Tucana variou contextualmente a partir dos fatores que elenquei no parágrafo anterior.

Óbvio, você tem maneiras diferentes de lidar com aliados e com adversários então se um governo do PSDB faz uma cagada em relação a LGBT a gente vai buscar um diálogo, vai fazer uma reunião sem mostrar pra ninguém, não aparece como “ah tamo lá indo puxar a orelha do cara”, a gente vai tentar sensibilizar, alterar aquela decisão e muitas vezes consegue, coisas que passam muito do tom não, aí a gente... [A gente] já pediu expulsão algumas vezes de algumas pessoas, já atuou em alguns enfrentamentos muito pesados... (...) Mas, assim, quando o adversário pisa na bola, você vai e chuta, [agora] quando é um cara seu, você primeiro tenta conversar, primeiro tenta explicar a importância [da temática LGBT] e tal. E eu acho que a gente fez sempre muito bem isso, a gente não precisa dar “tiro no pé”, mas também não [precisa] ser “chapa branca”. Então teve muito essa preocupação do nosso lado em vários momentos de não misturar as estações.

¹⁷⁷ Nesse sentido, gostaria de fazer referência ao trabalho de Claudete Soares (2009) sobre a institucionalização da “questão racial” no Partido dos Trabalhadores (PT). A autora identificou tensões internas entre militância negra petista e o partido (demanda por mais espaço de poder e decisão e por mais visibilidade para a temática racial) e também tensões entre a militância negra petista e o movimento social (visto que, muitas vezes, setores do movimento não consideravam legítima a tematização da questão racial em instâncias partidárias). Assim, de acordo com a autora, os militantes que tinham atuação no movimento e no partido foram levados, em algumas situações, a priorizar uma dessas esferas de atuação.

Dito isso, gostaria de pontuar algumas coisas sobre a relação do DT com o movimento LGBT e com outros núcleos partidários. Anteriormente, afirmei que não houve uma “atuação orgânica” do DT no movimento LGBT, visto que o grupo não participava de reuniões do Fórum Paulista, de reuniões da organização da Parada ou da organização de manifestações. Para ser justo, é preciso dizer que os membros do grupo podiam comparecer a manifestações individualmente (o que muitos faziam), mas raramente participaram de tais atividades enquanto grupo. Nas ocasiões em que foram a manifestações - após levar em conta quem eram os responsáveis e qual o teor da atividade -, os membros do grupo costumavam comparecer juntos, uniformizados com a camiseta do DT e portando bandeiras do grupo.

Nem sempre a gente participa partidariamente do movimento social, principalmente quando o movimento social faz alguma coisa que envolva dinheiro público, aí o Diversidade Tucana não participa porque a gente tá no governo, a gente tá no governo aí faz um evento patrocinado pelo governo, a gente vai junto, “ah, tá vendo, [estão] usando a máquina [pública]...”, a gente é muito receoso em relação a isso então... Mas a gente participa sempre que possível das manifestações populares, de algumas a gente não participa porque são manifestações contra o governo federal ou o nosso aqui e aí a gente não pode ir até lá e ficar contra nosso próprio governo, o pessoal reclama muito disso e reclama muito mais por conta de que o movimento tá partidariado.

Embora o DT não atuasse cotidianamente no movimento, o grupo constantemente era alvo de cobranças de militantes do movimento LGBT - em especial de integrantes do setorial LGBT do PT - que cobravam posturas do grupo sobre as realizações das gestões tucanas e também sobre questões controversas envolvendo parlamentares do partido.

Eu acho que dentro do movimento social eu não vejo peso nenhum do Diversidade Tucana, existe um peso dentro do partido que é o respeito que alguns parlamentares têm por essas pessoas que militaram, algumas ajudaram até a fundar o partido, mas eu nunca vi o movimento social “vamos buscar a opinião do Diversidade Tucana”, o movimento social sempre procurou o Diversidade Tucana quando era pra criticar ou cobrar alguma coisa, cobrar a posição de algum político, mas eu nunca vi o movimento social dar algum prestígio ao Diversidade Tucana como a gente vê acontecendo no PT e no PSOL...

O Diversidade Tucana costumava ser alvo de cobranças por parte do movimento LGBT, mas a relação do DT com o movimento, ao menos em São Paulo, parece ter sido comumente amistosa. De acordo com narrativas de meus interlocutores (tucanos e petistas), apesar das divergências político-partidárias a relação entre os militantes do Diversidade Tucana e os militantes de outros grupos do movimento, em especial de outros núcleos partidários, geralmente foi pautada pela cordialidade. Isto seria explicado devido à constante interação entre militantes LGBT de diferentes partidos, o que serviria para estabelecer o

respeito mútuo e também a percepção de que “precisavam uns dos outros” para atuar politicamente.

As pessoas que são mais próximas do movimento, do dia a dia e tal, geralmente se conhecem e geralmente se respeitam (...) todos os partidos praticamente (...) o pessoal já se conhece, já tem um respeito, sabe que um precisa do outro.

Em sentido semelhante, um interlocutor que foi membro do Setorial LGBT do PT afirmou que

Eu nunca tive problemas maiores com o Diversidade Tucana, a não ser quando eles estavam no [governo]... A gente fazia oposição muito ferrada, mas era menos ao Diversidade Tucana e mais às gestões na prefeitura do Serra/Kassab e ao governo [estadual] do Alckmin/Serra.

De modo geral, os casos de atrito entre integrantes do DT e outros militantes, foram atribuídos a interações com “militantes independentes”, que não possuíam vínculos partidários ou com grupos do movimento e que não atuavam “no dia a dia” do movimento, possuindo uma atuação mais pontual ou intermitente.

Mas muitas vezes o militante mais distante acaba trazendo opiniões, raivas por causa de “ah não gosto do PSDB” ou não gosta do PT, ou não gosta do PSOL e aquela coisa “ah com você eu não vou conversar”, situações que já aconteceram, mas graças a Deus não são regras, são situações apenas, coisas que chamam a atenção, mas não é o dia a dia nosso. (Edgar, integrante do DT, entrevista ao autor)

Embora tenha sido lugar comum entre meus interlocutores, a afirmação de que a relação entre o DT e outros núcleos partidários era amistosa (ou mesmo colaborativa), todos afirmaram que as tensões partidárias costumavam aflorar sob certas circunstâncias (notadamente em campanhas eleitorais e conferências LGBT).

No entanto, na próxima seção buscarei demonstrar que, na verdade, a tensão entre petistas e tucanos não esteve circunscrita a determinados momentos, como as eleições, ou a determinados espaços, como as conferências LGBT, mas, antes, constituiu uma marca do movimento LGBT paulista na segunda metade dos anos 2000.

5.4 De “bichinhos exóticos” a “ameaça à hegemonia petista”

A criação de um núcleo de diversidade sexual no PSDB visou, a um só tempo, incidir na estrutura partidária pautando a temática LGBT e estabelecer diálogos com a sociedade a fim de divulgar as ações favoráveis à diversidade sexual empreendidas em governos tucanos.

Assim, de certa forma, era esperado que o DT fosse um “elo de ligação” entre o partido e a sociedade (ou entre o partido e o movimento) no que tange à temática LGBT.

De saída, emergem questionamentos importantes sobre a relação entre o movimento LGBT e o PSDB, ou, dito de outra forma, sobre a relação entre o Diversidade Tucana e o movimento LGBT. Anteriormente, na seção 5.3.6, já abordei questões referentes à relação entre o movimento social e o DT na atuação cotidiana do grupo. Mas algumas questões se mantêm: afinal, como foi recebida a criação do DT? E quais foram os impactos do advento e da atuação do Diversidade Tucana para o movimento?

Para refletir sobre tais questões, é preciso ter algumas coisas em mente sobre o cenário paulistano. Primeiro, é importante lembrar que ao longo dos anos 1990 e 2000 havia uma forte relação entre o PT e o movimento LGBT, com uma atuação destacada do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT (NGL-PT) no movimento (FACCHINI, 2002; SANTOS, 2006; FRANÇA, 2006a; DEHESA, 2015). Segundo, também é necessário ter em conta que o movimento LGBT em São Paulo, durante a segunda metade dos anos 2000 e início dos anos 2010, passou a ser marcado pela tensão entre diferentes concepções de atuação e participação política, associadas ao PSDB e ao PT (AGUIÃO, 2014; BULGARELLI, 2018).

Assumindo que o NGL-PT tinha uma grande importância para o movimento paulista desde os anos 1990 (influência que perdurou ao longo dos anos 2000) e que o DT surgiu de forma bastante modesta em 2006, afinal, como se explica que a disputa entre PT e PSDB tenha se tornado uma característica do movimento em São Paulo?

Ao que parece, a recepção inicial ao DT foi relativamente tranquila, ou mesmo positiva, como fica indicado por uma fala de um de meus interlocutores que esteve envolvido com a fundação do grupo:

Quando a gente funda o Diversidade Tucana, num primeiro momento a reação é de parabenizar: “Ah, legal! É importante ter [um núcleo no PSDB].”

Nessa direção, um interlocutor petista que à época da fundação do DT atuava no NGL-PT, fez uma afirmação que vai em sentido semelhante.

Na verdade, era muito importante para nós [a existência do DT], [pois] era quando o PSDB era a principal força de oposição [nacionalmente] e a principal força do governo [em São Paulo]... Era importante que o Diversidade Tucana funcionasse. Qual era a ideia? Você cerca os que “mijarem fora do pinico” de todos os partidos. Nos interessava que o Diversidade Tucana tivesse um operativo forte, tanto pra fazer política pública quanto pra combater os evangélicos do PSDB, quanto pra quando precisasse fazer uma ação conjunta, soltar uma nota conjunta...

Assim, em termos gerais, é possível dizer que a criação do DT, ao menos em um primeiro momento, foi percebida como algo importante para a causa LGBT. Todavia, como indicado antes, a trajetória do Diversidade Tucana foi marcada por situações de cooperação e também por situações de conflito entre petistas e tucanos. As situações de cooperação muitas vezes envolveram atividades de *advocacy*. Já as situações de conflito ocorreram, sobretudo, durante eleições e em *loci* de representação extraparlamentar. Defendo, entretanto, que a tensão entre PT e PSDB extrapolou momentos específicos - como processos eleitorais - e espaços específicos - como conferências e conselhos -, e tornou-se uma característica marcante também no cotidiano do movimento.

É preciso pontuar que a criação do DT, em 2006, ocorreu em um ano eleitoral e, portanto, as primeiras atividades do grupo (isto é, o engajamento nas campanhas de Alckmin para presidente e José Serra para governador), já o colocaram em um embate direto com o PT. Inclusive, não se pode ignorar que aquela eleição foi marcada pelo escândalo do *mensalão* (o que acabou impactando também na dinâmica interna do movimento LGBT).

Quando a gente vai pra alguns momentos, principalmente eleitorais, mesmo 2006... Eu acho até que é em 2006 quando a polarização PT/PSDB fica muito forte em termos da política como um todo, tinha vindo do *mensalão*... Até então, tinha uma convivência muito mais civilizada entre os dois partidos, a partir do mensalão... E aí na campanha de 2006 aí vira realmente um “nós contra eles”, uma coisa muito “Fla-Flu” e isso se refletiu também na militância LGBT...

Nessa direção, na seção 5.3.4 fiz referência a um material produzido pelo DT, no estilo “Você sabia?”, que foi utilizado nas eleições estaduais e presidenciais de 2006. O material elencava realizações de governos tucanos em prol da diversidade sexual e conclamava o leitor a engajar-se no partido. Transcrevo abaixo o trecho final do texto:

Agora pense: que partido realmente te representa?¹⁷⁸

Você tem uma nova alternativa! Venha participar do Diversidade Tucana, o núcleo GLBTT do PSDB de São Paulo. Aqui você pode fazer a diferença e mudar a realidade ao seu redor. Sem *blá-blá-blá*, sem mensalão e sem falsas promessas. Conheça nossas ações!

É muito significativo que após listar as realizações de governos tucanos em prol da população LGBT, o material faça críticas ao PT, por meio de referências ao escândalo do

¹⁷⁸ Disponível em: <http://diversidadetucana.zip.net/arch2006-08-06_2006-08-12.html>. Acesso em: 09/11/2019.

mensalão, e aponte o Diversidade Tucana (e, portanto, o PSDB) como uma alternativa para as pessoas LGBT que quisessem “fazer a diferença e mudar a realidade ao seu redor”.

Assim, é certo que o DT surge contrapondo-se ao PT. De início, pode-se dizer que o grupo era bastante reduzido e suas atividades bastante incipientes. Mas, em algum momento da década passada, as tensões entre PT e PSDB tornaram-se uma marca do movimento LGBT em São Paulo. Nesse momento, segundo avaliações de meus interlocutores, os membros do Diversidade Tucana teriam deixado de ser percebidos como “bichinhos exóticos” e passado a ser vistos politicamente como “ameaças à hegemonia petista”.

Eu participava muito do finado Fórum Paulista GLBT na época [de fundação do DT] e então foi um processo que em 2006 quando a gente criou [o DT] eu era meio que um “bichinho exótico” que as pessoas achavam engraçado “Olha, tem gay no PSDB!” aquela coisa... Para aí chegar em 2008, quando teve a primeira conferência, o primeiro ciclo de conferências LGBT, a gente [DT] teve uma participação super ativa. Em 2011 [no segundo ciclo de conferências] também. Aí a gente começou até a incomodar, porque em alguns espaços onde a gente tinha discordâncias com... A maioria do movimento LGBT na época era PT. Depois tem a criação do PSOL e vai um pouco de gente pro PSOL, mas a grande maioria era PT. E aí teve alguns momentos ali de divergências em alguns pontos e a gente começou a ter número pra ganhar votação deles, uma coisa muito maluca, uma coisa muito inesperada, porque a gente foi engatinhando, fazendo trabalho de formiguinha, de trazer gente pro partido, de fazer evento dentro do partido, de conversar...

Certamente, o paulatino ganho de importância do DT deveu-se à atuação de seus membros, mas precisa ser pensado em relação ao contexto político mais amplo. Naquele momento, o Executivo Federal estava sob comando do PT e o PSDB constituía a principal força de oposição. Por outro lado, em São Paulo, nos âmbitos estadual e municipal, o PSDB estava no governo e o PT era a principal força de oposição. Afora o fato de que, em São Paulo, podia-se observar diversos feitos pró-diversidade sexual empreendidos por governos tucanos (em âmbito municipal e estadual).

Acho que aí eles [militantes petistas] foram se assustando, porque aí eles viram “Opa, existe uma outra proposta que não é a nossa, a gente tem que pensar isso politicamente” e aí eles começaram a se assustar. Tanto que logo após a conferência, em 2009, o Serra assume o [governo do] estado e cria a coordenação estadual e aí eles começam a pensar... “Opa!”.

Denis, um entrevistado que compunha o Fórum Paulista LGBT durante o período estudado e que àquela altura não possuía vínculos partidários, atuando como ativista “independente” ou “autonomista”¹⁷⁹, acredita que o fortalecimento do DT¹⁸⁰ foi consequência

¹⁷⁹ De acordo com Denis, naquele momento, era possível observar no cotidiano do movimento LGBT em São Paulo algumas perspectivas de atuação, a saber: a) militantes ligados a partidos políticos, em especial militantes petistas, que possuíam práticas “bastante questionáveis”; b) militantes ligados a partidos que não

de um processo de desgaste das posturas de militantes ligados a partidos políticos, em especial de militantes petistas, que possuíam algumas práticas consideradas “bastante questionáveis” por muitos ativistas do movimento que não possuíam vínculos partidários e nutriam desconfianças em relação aos interesses de partidos políticos no movimento.

Assim, de acordo com a avaliação deste interlocutor, a criação do Diversidade Tucana possibilitou que parte dos ativistas críticos ao partidarismo do movimento e à atuação dos militantes petistas pudesse migrar para o DT, enquanto outros mantiveram-se autonomistas visto que eram reticentes em relação à atuação do DT já que o PSDB era o partido que estava no governo (estadual e municipal).

Diante do exposto, defendo que o ano de 2008 seja considerado como um momento de inflexão para o movimento LGBT na cidade de São Paulo, quando o acirramento político-partidário assume contornos mais claros e passa a se apresentar como uma característica do movimento paulistano. Naquele ano, diferentes oportunidades políticas estavam colocadas, criando um contexto propício para o acirramento da tensão entre PT e PSDB no movimento paulistano: a realização do ciclo de conferências LGBT, a reestruturação do Conselho Municipal LGBT e as eleições municipais de 2008.

Assim, nas próximas seções, a fim de demonstrar que a disputa entre PT e PSDB tornou-se uma marca do movimento paulistano, irei me dedicar ao processo de organização da I Conferência Estadual LGBT; às disputas em torno do Conselho Municipal LGBT; ao processo eleitoral municipal de 2008; e, por fim, às tensões observadas na lista de emails do Fórum Paulista LGBT.

5.4.1 Disputas em torno do Conselho Municipal LGBT

Ao menos desde 2008, um dos focos de tensão para o movimento paulistano tem sido o Conselho Municipal de Políticas LGBT da cidade de São Paulo (CMADS). Embora a criação do CMADS tenha ocorrido durante a gestão de José Serra, em 2005, houve uma

necessariamente tinham interesse em cooptar o movimento; c) militantes que atuavam para a garantia de direitos LGBT “em primeiro lugar”, a fim de evitar que os “interesses LGBT” fossem atropelados pelos partidos; d) algumas vozes comprometidas com a “causa em primeiro lugar” que consideravam positivo fortalecer outros partidos, além do PT, a fim de evitar uma hegemonia petista no movimento.

¹⁸⁰ Contudo, Denis acredita que “eles [membros do DT] nunca tiveram uma atuação expressiva no movimento social, eles tiveram aquele momento de inchaço em 2009, 2010, mas logo depois foi se esvaziando justamente por conta dessa defesa que eles faziam do governo do estado. E eles não eram militantes [orgânicos do movimento social]”.

reestruturação do Conselho em 2008, por meio de decreto, sob a gestão de Gilberto Kassab (DEM). De acordo com Lucas Bulgarelli (2018), a reestruturação do CMADS naquele momento deveu-se à pressão do movimento LGBT paulistano pela efetivação de mecanismos de participação na cidade.

Bulgarelli (2018) narra como ao longo de diferentes gestões do conselho emergiu e se acentuou uma tensão em torno da concepção de como deveria se dar a representação extraparlamentar, expressa pela contraposição entre as ideias de *sociedade civil* e *sociedade civil organizada*. Inicialmente, de acordo com o autor, coube ao Fórum Paulista LGBT a nomeação de representantes da sociedade civil, mas com o decorrer das gestões instituiu-se a possibilidade de representantes individuais (sociedade civil) e também de ONGs, grupos e entidades (sociedade civil organizada). O contexto dessa disputa entre diferentes concepções de representação remetia à tensão entre militantes LGBT alinhados ao PSDB - que defendiam a possibilidade de candidaturas individuais, visto que consideravam que a eleição por grupos iria favorecer a entrada no Conselho de militantes de grupos vinculados ao PT - e militantes alinhados ao PT - que defendiam a representação via coletivos e associações.

As tensões entre as diferentes concepções de representação extraparlamentar identificadas por Bulgarelli (2018), citadas acima, também eram permeadas por uma perspectiva com tons autonomistas e identitários. De acordo com Denis, interlocutor de pesquisa que no período compreendido por esta pesquisa era ativista “independente”, tal posicionamento se opunha à atuação do PT e defendia a representação das diferentes identidades que compunham o sujeito político do movimento a fim de garantir a isonomia entre as “letrinhas”, garantindo a autonomia de grupos historicamente marginalizados (especialmente pessoas trans e lésbicas) e também combater a partidarização do movimento.

Na avaliação de Denis, não era interessante para os militantes petistas que as eleições para o CMADS fossem por segmentos identitários. Em suas palavras,

A maior parte deles [militantes petistas] eram gays, as lésbicas não apoiavam esses grupos, mesmo as lésbicas petistas... Então, o que acontece? Por mais que eles tentassem dominar o movimento LGBT, eles conseguiriam pelo segmento gay, no máximo com o segmento bi. O movimento trans tinha horror a eles, o movimento de lésbicas também porque eles eram muito machistas, muito transfóbicos, tinham posturas muito machistas e aí por conta disso eles começaram a mudar de postura depois de 2010 com a derrota deles na eleição do Conselho... Eles começaram a defender a eleição por grupos, por ONGs, que deveriam ocupar esses espaços. E a gente era terminantemente contra porque ela [a eleição por grupos] comprometia a isonomia do movimento, [afinal] tem uma ONG trans e dez ONGs gays, né... E, segundo, porque grande parte dessas ONGs eram cooptadas por eles [militantes petistas]... (Denis, em entrevista ao autor).

Questionado sobre o posicionamento do DT em relação a tal contenda, um dos meus interlocutores afirmou que

Uma coisa que eu tinha muito claro - não só eu, a maioria do grupo [DT] - é que essa coisa de [eleição por] entidade, ela vale até a página três, né? Você tinha muito essa situação de uma militância LGBT formada em ONGs, era o modelo de militância daquela época... Então, assim, você tinha ONGs que no papel tinham uma importância política gigantesca e você nunca conhecia a terceira pessoa que fazia parte da ONG. Era sempre um, dois... Qual era realmente a representatividade daquilo? E, principalmente, no momento que o Diversidade Tucana começou a crescer e o pessoal do PT parou de achar engraçado a gente [a nossa atuação], começou a ter uma tensão, uma disputa por espaço ali que influenciava também nisso. Então você tinha lá o Beto de Jesus [que] era presidente de uma ONG, o Lula Ramires de outra, o Julian Rodrigues [era] presidente de outra [e] os três tinham exatamente a mesma posição porque os três eram do setorial do PT... Tipo... E aí?

Nessa direção, é válido destacar que os membros do Diversidade Tucana nunca possuíram vínculos com ONGs. Tal fato foi bastante enfatizado por meus entrevistados durante as entrevistas, pois na avaliação deles a suposta cooptação do movimento exercida pelo PT era empreendida justamente por meio da instrumentalização de ONGs. A percepção de que os membros do DT não atuavam em ONGs encontra respaldo na fala de Laurindo, um interlocutor que foi militante do NGLPT.

Pelo que eu saiba, os tucanos, as pessoas ligadas ao PSDB, nunca estiveram ligadas a associações, a grupos como o CORSA, o CAEHUSP e muitos outros que existiram por aí. Talvez eles estivessem e eu não sabia, mas essa é a sensação que eu tinha [na época]. Foi justamente por não [participarem destes grupos]... Eles precisavam de um espaço para conversarem entre si, eu acho que é daí que nasce o Diversidade Tucana, meio que um contraponto à esquerda que dominava o Fórum Paulista. (Laurindo, em entrevista para o autor).

Sobre os processos eleitorais, mais especificamente, diversos interlocutores afirmaram que o DT (e o PSDB, em geral), buscava eleger representantes para os Conselhos, a fim de garantir a presença de pessoas simpáticas às administrações tucanas em tais espaços. A título de exemplo, em 2010, ocorreu um processo eleitoral do CMADS, por meio da eleição por indivíduos e por segmentos (método defendido pelo DT), e ao menos quase metade dos eleitos (5/12) possuía algum grau de alinhamento com o Diversidade Tucana¹⁸¹.

¹⁸¹ Naquele pleito, 27 pessoas concorreram a 18 vagas (2 titulares e 1 suplente para cada segmento identitário), das quais 12 vagas foram preenchidas (algumas vagas ficaram vacantes, pois as candidatas não obtiveram os 05 votos mínimos, conforme o regimento eleitoral). Os representantes eleitos, separados por segmento, foram os seguintes (nomes em negrito indicam as pessoas alinhadas ao DT): Lésbicas: Débora Pereira e Hannah Korich, titulares; e Fátima Tassinari, suplente. Gays: Dário Ferreira e **Douglas Drumond**, titulares; e Cristiano Valério, suplente. Bissexuais: **André Pomba** e **Beto Sato**, titulares; e Alessandro Soares, suplente. Travestis: **Miriam Queiroz**, titular; Transexuais: Taís Sousa, titular; Transgêneros: **Dindry Buck**, titular. Fonte:

O engajamento do DT no processo eleitoral do Conselho não surpreende, pois, conforme discutido na seção 4.1, embora os conselhos permitam a inclusão de grupos marginalizados, estes espaços costumam reproduzir disputas partidárias (LAVALLE et al., 2014). Inclusive, ao longo dos anos 2000 e 2010, as diferenças entre as concepções de atuação e participação política entre o PT e o PSDB implicaram, de acordo com Bulgarelli (2018), “em diferenças importantes de concepção quanto à implementação, gestão e regulação de diversos equipamentos específicos à população LGBT como conselhos, coordenadorias e centros de atendimento, tanto a nível estadual como municipal por gestões petistas e tucanas.” (BULGARELLI, 2018, p. 171).

5.4.2 A organização da I Conferência Estadual GLBT

O primeiro ciclo de conferências LGBT ocorreu em 2008, após a convocação da I Conferência Nacional GLBT¹⁸² no dia 28/11/07, via decreto presidencial. A Conferência Nacional, realizada entre os dias 5 e 8 de junho de 2008, foi precedida por etapas estaduais, regionais e municipais, realizadas entre março e maio daquele ano. No caso de São Paulo, a Conferência Estadual GLBT¹⁸³ foi realizada na ALESP¹⁸⁴, entre os dias 11 e 13 de abril de 2008, reunindo mais de 400 participantes (entre poder público e sociedade civil).

A Conferência Estadual contou com uma programação intensa: na sexta-feira, dia 11, durante o dia foram realizadas palestras e homenagens e à noite ocorreu o *show* de abertura com a cantora Leci Brandão. No sábado, dia 12, foram realizadas plenárias, atividades culturais e reuniões dos 8 grupos de trabalho¹⁸⁵, nos quais foram discutidas as propostas consolidadas durante as conferências regionais e municipal, a fim de propor políticas públicas

<<https://athosgls.com.br/eleicao-do-conselho-municipal-de-atencao-a-diversidade-sexual/>>. Acesso em: 17/11/2019.

¹⁸² Posteriormente, passou a ser chamada I Conferência Nacional LGBT, por causa de uma deliberação da plenária final que pretensamente visava conferir maior visibilidade às lésbicas.

¹⁸³ A Conferência Estadual foi precedida por conferências regionais e municipais, entre março e início abril, realizadas em cidades do litoral e interior paulistas: São Paulo, Assis, Araraquara, Bauru, Campinas, Ilha Solteira, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Ribeirão Preto, a Região Metropolitana, os Vales do Paraíba e do Ribeira e a Baixada Santista.

¹⁸⁴ Alguns interlocutores narraram problemas pois embora o uso do espaço da assembleia legislativa tenha sido autorizado pela mesa diretora da Casa, um deputado fez uma manifestação LGBTfóbica e tentou evitar que a conferência fosse realizada no espaço.

¹⁸⁵ Educação; Segurança Pública; Saúde; Mercado de Trabalho; Controle Social; Cultura/Comunicação; Políticas Transversais (negros, mulheres, juventude, idosos e pessoas com deficiência) e Direitos Humanos.

em âmbito estadual. Já no domingo, último dia de evento, ocorreu a eleição dos delegados paulistas (42 titulares e 13 suplentes) para participar da Conferência Nacional.

A programação do evento foi elaborada pela Comissão Organizadora Estadual (COE) que também estava responsável por cuidar de outros aspectos importantes, como o processo de inscrições e a definição do alojamento para os participantes, além de elaborar o Regimento Interno e o Texto-base da Conferência. A comissão organizadora¹⁸⁶ era composta por 14 pessoas - 7 representantes da sociedade civil e 7 do poder público -, além de contar com apoio de alguns colaboradores. A coordenação da COE coube a Ricardo Yamasaki, então vice-presidente da Comissão Processante Especial de Combate à Homofobia (CPE) da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, e Irina Bacci, militante do Fórum Paulista.

Sobre o processo de formação da comissão organizadora é válido dizer que a maioria dos membros da sociedade civil (isto é, cinco dos sete membros) foi eleita pelo Fórum Paulista. Já os representantes do poder público foram indicados por diferentes Secretarias do governo de São Paulo. Diante da escolha indireta dos representantes do poder público, alguns militantes LGBT que ocupavam cargos públicos adotaram uma tática para evitar a indicação de pessoas pouco engajadas com a temática LGBT.

A gente buscou realmente reunir pessoas que tinham afinidade com o tema e queriam que aquilo saísse também por parte do poder público. (...) A gente foi fazendo uns catados de pessoas que tavam no governo do estado e tinham afinidade com o tema... Então a gente fazia... Por exemplo, a Secretaria de Gestão ia participar da comissão organizadora, se a Secretaria de Gestão não tinha ninguém com afinidade com o tema e o assunto da Secretaria também não tinha muito a ver então a gente fazia a Secretaria de Gestão indicar um outro funcionário de uma outra secretaria como seu representante, porque aí a gente sabia que tinha uma pessoa que ia trabalhar pela Conferência e tal... Então a gente foi fazendo um pouco esse trabalho de identificar pessoas que iam realmente contribuir com o processo.

De acordo com a narrativa deste interlocutor, a estratégia parece ter sido bem sucedida. A despeito disso, diversas contendas permearam a organização da conferência¹⁸⁷. Não foi

¹⁸⁶ **Representantes do Governo:** Ricardo Yamasaki (Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - SJDC); Brígida Sacramento (Secretaria de Relações Institucionais - SRI); Leandro da Silva Rosa (Secretaria de Cultura); Marcia Regina Giovanetti (Secretaria de Saúde); Eleuza Vania Maria Lagos Guazzelli (Secretaria de Educação); Denise Pereira (Secretaria de Segurança Pública); Cássio Rodrigo Silva (CADS). **Representantes da Sociedade Civil:** Irina Karla Bacci (Fórum Paulista GLBTT); Carla Machado (Fórum); Jane Pantel (Fórum); Ferdinando Martins (Fórum); Lula Ramires (Fórum); Rose Nogueira (CONDEPE); Sandra Elena Spósito (CRP 6º Região). **Colaboradores:** Izaías Santana (SJDC); Mário Luiz Cortes (SJDC); Marco Aurélio Martorelli (SJDC); Haroldo Itagaki (SJDC); Beto Sato (Fórum); Dário Neto (Fórum); Edmilson Medeiros (Fórum); Wagner Tronolone (Secretaria Estadual de Desenvolvimento); Amélia Watanabe (SRI); Dimitri Nascimento Sales (CADS).

¹⁸⁷ A principal tensão envolveu o processo de inscrições, visto que houve diversos problemas técnicos com o recebimento das informações dos inscritos e muitas pessoas não tiveram as suas inscrições efetivadas, afora o fato de que o número de inscrições disponíveis era considerado insuficiente por membros da sociedade civil. Tais aspectos foram alvo de intensos debates na lista de email do Fórum Paulista. No fim das contas, todos aqueles que compareceram à Conferência conseguiram realizar as suas inscrições.

incomum acusações de membros da sociedade civil apontando a suposta “falta de comprometimento do poder público” para com o evento. Em muitos casos, tais acusações eram percebidas (por membros do poder público ou por ativistas mais alinhados ao PSDB) como um sinal do partidarismo do movimento, visto que as críticas, supostamente, viriam de militantes dispostos a “caçar problema” que costumavam “reclamar de absolutamente tudo, da comida, do transporte, disso, daquilo...”, como afirmou um de meus interlocutores.

Nessa direção, uma interlocutora que atuou na COE, quando questionada sobre as tensões na organização da Conferência, afirmou que

Pequenas coisas já levavam a conflitos e a gente tava representando... Ainda que [a gente estivesse] representando a sociedade civil, acabava levando todo ônus (...) Aí quando tinham conflitos cabia a pessoas que estavam na organização, não só eu, essa responsabilização, e não ao governo, responsabilizavam a nós como se a gente não tivesse feito nosso papel (Ariane, em entrevista ao autor).

Esse clima de tensão na organização da Conferência, fez com que no dia 26 de março de 2008, uma das representantes do Fórum Paulista na COE, escrevesse um email afirmando que pretendia “esclarecer algumas confusões”. Ao rebater críticas de que os membros da sociedade civil na COE deveriam ter posturas mais incisivas em relação ao poder público, ela fez questão de dizer que os membros da sociedade civil não estavam “trabalhando pro governo”, mas somente seguindo as deliberações do próprio Fórum Paulista. Em sua mensagem, ela afirmava que a COE estava trabalhando diariamente, tendo duas reuniões presenciais por semana e que, para ela, todos (sociedade civil e poder público) estavam muito empenhados para que a Conferência saísse do papel, sendo que alguns membros da COE estariam “no [seu] limite”. De acordo com ela, a Conferência Nacional havia sido “chamada às pressas” e, por isso, as dificuldades de organização da etapa estadual eram esperadas de antemão. Apesar disso, o governo do estado teria sido receptivo às demandas da comissão organizadora - “a COE bateu na porta do governo estadual por todos os caminhos conhecidos e ela se abriu” -, embora algumas burocracias do poder público tivessem empacado o andamento de algumas atividades. E ela terminou a mensagem dizendo que “o nosso inimigo é a homofobia, não somos nós [mesmos]”.

A mensagem desta militante é interessante, pois expressa a força das tensões entre poder público e sociedade civil na organização da Conferência, cujo pano de fundo era a disputa entre PT e PSDB. Por um lado, os militantes alinhados ao PT realizavam muitas cobranças e percebiam diversas atitudes como negligência do poder público (e, conseqüentemente, do PSDB). Por outro lado, para os militantes alinhados ao PSDB, haveria

uma tentativa mais ou menos consciente, por parte dos petistas, de instrumentalizar a Conferência Estadual¹⁸⁸ e, em último caso, de tentar inviabilizar a sua realização. Em verdade, parece possível dizer que, sob certos aspectos, havia uma espécie de “disputa de paternidade” da Conferência, já que as conferências foram chamadas pelo governo federal (PT) e a etapa estadual estava sendo executada por um governo do PSDB¹⁸⁹.

A indicação dessa militante no e-mail enviado à lista do Fórum de que a Conferência Nacional foi “chamada às pressas”, vai ao encontro do que me disse um de meus entrevistados: o governo estadual não estava devidamente preparado para a organização da Conferência, visto que não havia sido definido um orçamento específico para a organização do evento - o que causou dificuldades de ordem financeira.

É muito difícil você trabalhar com o poder público, porque o poder público tem limitações que às vezes a gente nem imagina. Eu lembro que teve uma questão, por exemplo, da hospedagem. O processo de conferência tinha sido convocado pelo Lula já no ano de 2008, então não tinha previsão orçamentária para aquilo. Eu não sei porquê até hoje as pessoas fazem isso... Pelo amor de Deus, convoca de um ano pro outro pra gente poder botar em orçamento isso... Porque aí começa a chegar em coisas como alimentação e hospedagem... A gente botou o pessoal da Conferência no Baby Barioni, que agora tá fechado em reforma, [e], tipo, era insalubre aquele lugar, não tinha a menor condição... [Mas era] a primeira vez que a gente tava fazendo - e sem previsão orçamentária específica -, a gente tinha que se virar com o que tinha (Gui Tronolone, em entrevista ao autor)

De fato, como afirmei anteriormente, a Conferência Nacional foi convocada por decreto no dia 28 de novembro de 2007. Nesse momento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do estado de São Paulo já se encontrava em tramitação na ALESP¹⁹⁰ desde 30 de setembro de 2007. Assim, os gastos com a Conferência não estavam previstos na LDO, o que, de acordo com relatos, causou algumas dificuldades à organização do evento.

¹⁸⁸ Beto Sato e Ferdinando Martins escreveram o texto “A tragédia, a farsa e o movimento GLBT”, publicado em 2008 no site da mídia segmentada Athos GLS, no qual postulam que “grupos partidarizantes” estavam buscando incidir na organização da I Conferência Estadual GLBT com práticas que consideravam questionáveis. O texto completo encontra-se disponível no Anexo E.

¹⁸⁹ Ao longo desta dissertação, argumentei que as tensões entre PT e PSDB constituíram uma marca do movimento LGBT em São Paulo na segunda metade dos anos 2000 e início dos anos 2010, mas é necessário salientar que essas disputas político-partidárias que caracterizavam o movimento paulista/paulistano não devem ser encaradas como meras “picuinhas” entre os militantes das diferentes agremiações partidárias. Antes, são expressão de diferenças ideológicas que implicam diferentes concepções de mundo e de projetos político-partidários o que impacta, certamente, no empreendimento de políticas públicas e em sua avaliação.

¹⁹⁰ A LDO orça a receita e fixa a despesa do Estado para o ano seguinte em diversas áreas (como educação, saúde, transportes etc.). O projeto de lei é enviado anualmente à ALESP até 30 de setembro, e comumente é aprovado até o início do recesso parlamentar (período entre 15 de dezembro e 31 de janeiro), a não ser que a Assembleia tenha seus trabalhos estendidos por alguma votação pendente. Para mais informações sobre o processo de elaboração e tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, veja-se: <<https://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/saiba-como-e-elaborado-o-orcamento-do-estado/>>. Acesso em: 17/10/2019.

Se o clima entre sociedade civil e poder público por vezes “azedava”, a relação entre a própria sociedade civil também não foi isenta de conflitos. Othon, que foi representante da sociedade civil na COE, teceu uma narrativa interessante. Em sua avaliação, houve a intenção, por parte de militantes petistas do Fórum Paulista, de que os representantes da sociedade civil eleitos para a COE fossem alinhados ao PT, o que não teria saído exatamente como o esperado. O próprio Othon teria sido uma destas apostas, visto que já havia atuado no Instituto Edson Nêris, grupo alinhado ao PT e, inclusive, quase se filiou ao partido.

Contudo, a atuação deste interlocutor foi alvo de críticas por parte de militantes petistas que passaram a percebê-lo como um “tucano não assumido”¹⁹¹. Nessa direção, ele relata ter sido alvo de agressões verbais (de cunho político e também pessoal, algumas com teor homofóbico como o uso pejorativo do termo “mariquinhas”) ao longo do processo de organização da Conferência, o que, inclusive, o teria levado a desfazer algumas amizades. Ao final do processo de organização da Conferência, Othon narra que se sentia “esgotado” e que “não aguentava mais a postura de alguns militantes petistas”. Foi então que ele começou a se aproximar do Diversidade Tucana.

De acordo com ele, a sua decisão de entrar para o DT foi motivada por dois motivos principais: primeiro, devido ao incômodo com os militantes petistas que, em sua avaliação, defendiam o PT acima da militância LGBT; segundo, por causa das realizações do PSDB em prol da “causa LGBT” em São Paulo (como a atuação da CADS, por exemplo).

As tensões e disputas narradas acima, tanto no processo de organização da Conferência quanto durante a sua realização, acabaram impactando, inclusive, a formação da delegação paulista para a etapa nacional.

Em relação à eleição de delegados para a Conferência Nacional, a COE decidiu que esta deveria dar-se por chapas e contar com a formação de uma comissão eleitoral externa – isto é, formada por auditores externos -, a fim de evitar que as disputas de caráter político-partidário influíssem no processo eleitoral. Assim, foram produzidas cédulas de votação e conseguiu-se urnas seladas com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Os auditores (provavelmente membros da OAB, de acordo com relatos de meus interlocutores), juntamente com um fiscal de cada chapa, acompanharam a abertura das urnas, a votação e a contagem de votos. Ao final do processo eleitoral, as vagas para compor a delegação foram distribuídas proporcionalmente para cada chapa.

¹⁹¹ Obtive acesso a emails que corroboram a narrativa de Othon. Posteriormente, quando Othon aproximou-se do DT e se engajou na campanha de Kassab, alguns militantes petistas passaram a se referir a ele como um “kassabista de última hora” na lista de e-mail do Fórum Paulista.

De acordo com as narrativas de meus interlocutores, todo o processo eleitoral foi marcado não somente por tensões político-partidárias, mas também por disputas referentes às “letrinhas”. A tensão envolvendo as diferentes categorias identitárias expressava-se, sobretudo, por comportamentos agressivos de homens gays em relação às mulheres (cis e trans) e às travestis, referindo-se a elas com palavras de baixo calão e expressões machistas. Além das questões esboçadas acima, obtive acesso a narrativas de militantes que tiveram papel destacado na organização da Conferência Estadual e que devido a tensões político-partidárias foram aliçados da delegação para a Conferência Nacional.

Othon, que vinha sendo acusado por militantes petistas de ser um “tucano não assumido” não foi convidado para compor a chapa petista. E também não compôs a chapa formada por tucanos, já que, àquela altura, ainda não era próximo ao DT. Othon só participou da Conferência Nacional, pois foi convidado por membros do governo federal. Nesse sentido, o entrevistado afirmou

Isso que eu acho interessante: pra você ver como era uma briga paulista porque as pessoas que tavam em Brasília eram todas do PT e eles falaram “Não, você vai vir como convidado nosso”, eu recebi um convite formal e tudo.

Denis, por outro lado, possuía uma relação amistosa com os militantes petistas. O entrevistado avalia que era visto com certa cautela por não ser filiado a nenhum partido, mas que era percebido como uma espécie de “autonomista do bem”. Ao menos até o processo eleitoral para a composição da delegação para a Conferência Nacional. De acordo com Denis,

[Na Conferência] começou um rolo entre eu e esse grupo do PT, justamente porque eu acho que nessa época eu ainda tava numa fase bastante ingênua e levei bastante gente pra participar lá da Conferência e aí na hora de definir a chapa que iria como [representante] titular para Conferência Nacional eu fiquei atrás de gente que só apareceu na hora, mas que tinha o mérito de ser filiado ao PT. A partir daí eu comecei a me incomodar com essas práticas, [com] essas posturas.

No fim das contas, Denis acabou conseguindo participar da Conferência Nacional como observador, pois um amigo (por acaso, militante petista) cedeu as passagens de avião.

Já Ariane não foi diretamente excluída da delegação, mas devido às tensões e conflitos que enfrentou durante a organização da Conferência quando atuava na comissão organizadora, decidiu não ser delegada na Conferência Nacional e, por isso, acabou não participando de nenhuma chapa. Contudo, ela foi convidada para ser consultora e ajudar na organização da etapa nacional. Assim, embora tenha aberto mão de ser delegada, ajudou no processo de organização da Conferência Nacional (sistematização das propostas recebidas das

etapas estaduais, cadastramento, distribuição das hospedagens, recepção das delegações, sistematização das propostas da Conferência Nacional, coordenação de mesas).

Uma vez esboçadas algumas questões sobre o processo de organização da I Conferência Estadual GLBT, acredito que vale fazer referência à atuação dos membros do DT nas atividades do evento.

Ao longo da Conferência, os membros do DT participaram ativamente de eventos e discussões. Naquela ocasião, como o grupo ainda era pequeno, a principal tática adotada pelo DT consistiu em garantir a presença de ao menos um membro em cada Grupo de Trabalho (GT), mas concentrar seus esforços no GT de *Cultura/Comunicação*, considerado estratégico por seus membros, a fim de incidir com alguma força nas discussões. Essa tática visava obter informações sobre as discussões de todos os GTs a fim de “bater as informações” para poder definir qual seria o posicionamento do DT em relação às propostas que seriam votadas para compor o Relatório Final da Conferência que seria definido na plenária final¹⁹².

[O DT buscou] ter gente nossa em todos os GTs pra acompanhar os debates, pra saber que propostas que iam pro relatório final, a gente tinha uma atuação um pouco no sentido de também preservar um pouco o governo do estado dentro desse processo de conferência porque até com essas tensões que surgiram mais pro final, a gente temia realmente uma atuação muito partidária do pessoal do PT

A preocupação do DT em preservar o governo estadual referia-se, sobretudo, ao uso de expedientes como *moção de repúdio*, *moção de aplauso* e *destaques*¹⁹³. Na percepção de meus interlocutores, muitas vezes, o recurso a tais expedientes tinha um caráter político-partidário. Isto é, de acordo com alguns interlocutores, às vezes o conteúdo do que estava sendo discutido pouco interessava para quem fazia um pedido de *destaque*. Conforme afirmou um interlocutor, “não esperava [sequer] as pessoas terminarem de falar ou ler e já: Destaque!”.

¹⁹² De acordo com Silvia Aguião (2016) *plenária* pode se referir a um momento específico ou a um espaço delimitado fisicamente para essas reuniões. São essencialmente espaços deliberativos, via voto dos delegados, comumente envolvendo longas discussões e embates para as votações. “São espaços de manifestação de grupos, afirmação de identidades, construções pessoais e coletivas de legitimidade política, entre outras questões” (AGUIÃO, 2016, p. 284).

¹⁹³ Referindo-se à II Conferência Nacional LGBT, realizada em 2011, Silvia Aguião (2014) afirmou que “os presentes poderiam se dirigir à mesa diretora em três circunstâncias para solicitar a palavra: para colocar uma questão de ordem, para pedir um esclarecimento ou para fazer um destaque sobre algum ponto, proposta ou diretriz que estivesse sendo colocada em votação. Os destaques poderiam ser de supressão (quando alguém discorda totalmente de algum item e deseja que ele seja excluído), de alteração (quando alguém considera que com algumas modificações o item pode ser aprovado) e de inclusão (quando alguém quer incluir mais algum termo ao item). Ainda de acordo com a metodologia acordada pela e para a plenária, feito um destaque, a pessoa pleiteante (da alteração, supressão ou inclusão) devia expor a sua justificativa para a plenária e, em seguida, outra pessoa poderia ou não defender a manutenção do texto original” (AGUIÃO, 2014, p. 40).

Assim, os membros do DT atuaram visando resguardar o governo estadual e também estiveram atentos às propostas discutidas durante a plenária final, a fim de evitar que fossem aprovadas propostas inexecutáveis.

Você bota uma proposta que tem um apelo populista, tem um apelo com as pessoas, mas que não é exequível por parte do governo e aí [como] é um governo nosso e a gente não queria expor o governo nesse tipo de situação, você sabe que não vai conseguir fazer mas que as pessoas vão estar esperando e você cria um problema.

Apesar da organização da I Conferência Estadual GLBT ter sido marcada por tensões e disputas, os meus interlocutores foram unânimes ao apontar que após a realização da Conferência a relação entre membros do DT e do NGL-PT tendeu a se estabilizar, tornando-se mais tranquila, dada a percepção de que combater a homofobia era o grande objetivo compartilhado pelos grupos. Entretanto, com o início do processo eleitoral de 2008 as tensões tornaram-se novamente marcantes.

5.4.3 As eleições municipais de 2008

Por motivos diversos, o processo eleitoral municipal de 2008 foi um momento particularmente interessante para o Diversidade Tucana. Naquelas eleições, pela primeira vez um membro do grupo concorreu a um cargo legislativo; o DT participou da elaboração dos planos de governo de Alckmin (PSDB) e Kassab (DEM); e o grupo foi instado a participar do debate público, inclusive por meio de entrevistas para a mídia hegemônica, quando a campanha de Marta Suplicy (PT) veiculou uma peça publicitária considerada homofóbica.

Na seção 5.3.5 já fiz referência às candidaturas de membros do DT, então irei me concentrar no engajamento do grupo nas campanhas dos candidatos majoritários Alckmin (PSDB) e Kassab (DEM). De saída, é preciso questionar o porquê de o Diversidade Tucana ter se engajado nas campanhas dos dois candidatos.

Mas, antes, um passo atrás. Inicialmente, era esperado que a aliança entre PSDB e DEM¹⁹⁴, estabelecida nas eleições de 2004, quando José Serra (PSDB) concorreu à prefeitura tendo Gilberto Kassab (PFL) como seu vice, fosse mantida nas eleições de 2008. Contudo, desde o período de pré-campanhas estava nítido que essa aliança estava ameaçada, visto que

¹⁹⁴ Em 2007, o Partido da Frente Liberal (PFL) tornou-se Democratas (DEM).

Kassab pretendia concorrer à reeleição e Alckmin não estava disposto a abrir mão de ser cabeça de chapa.

No PSDB, houve uma mobilização da cúpula do partido para que Alckmin desistisse de concorrer à Prefeitura. Tal movimento em benefício da candidatura de Kassab ocorreu “sob a bênção de Serra”, segundo matéria do jornal Folha de S. Paulo¹⁹⁵. Diante deste cenário, Alckmin buscou pressionar a cúpula tucana e passou a afirmar publicamente que a direção do PSDB perderia legitimidade para exigir o lançamento de candidatos no resto do país se não lançasse um candidato próprio na maior capital brasileira: “o PSDB, como sempre, em todas as eleições, deve ter candidato próprio na cidade de São Paulo”¹⁹⁶.

A tensão em torno da candidatura de Alckmin não esteve circunscrita à cúpula do partido e acabou reverberando em toda a agremiação tucana¹⁹⁷. Parte do PSDB, mais alinhada à corrente alckmista, defendia que o partido tivesse uma candidatura própria, em consonância com a sua tradição. Para outra parte, mais alinhada à ala serrista, o PSDB deveria abrir mão de uma candidatura própria a fim de preservar a aliança com o DEM. Vale ressaltar que atores alinhados a esta segunda perspectiva, em muitos casos, ocupavam cargos no governo Kassab.

Diante dessa disputa, importantes quadros tucanos trocaram farpas publicamente. José Aníbal, por exemplo, afirmou em entrevista à Folha de S. Paulo que os vereadores “tucano-kassabistas”, como os definiu, teriam sido “cooptados” por Kassab e que eram “execrados” pelo resto do partido. A fala de Aníbal causou revolta entre vereadores tucanos que apoiavam Kassab, que cogitaram processá-lo.

Por outro lado, Walter Feldman, então Secretário do Esporte na gestão Kassab, afirmou para o jornal Folha de S. Paulo que a candidatura de Alckmin constituía uma “estratégia suicida ou liquidacionista” e estava produzindo uma cisão histórica no PSDB. Para Feldman, o PSDB devia lealdade a Kassab, pois ele havia sido “leal como vice, leal como prefeito, e continuou o programa de José Serra”.

Questionado sobre esse processo eleitoral, um interlocutor mais alinhado à ala serrista afirmou o seguinte:

Assim, a gestão do Kassab era nossa, uma gestão eleita pelo Serra, com os secretários do Serra, com o plano de governo do Serra e o Kassab tinha dado continuidade a isso, as secretarias mais importantes do governo municipal tavam com o PSDB e aí chegou em 2008 o candidato natural pra reeleição era o Kassab, mas ao mesmo tempo o PSDB - e aí é mais uma coisa que talvez o PSDB tenha em

¹⁹⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u364124.shtml>>. Acesso em: 10/01/2020.

¹⁹⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2101200806.htm>>. Acesso em: 10/01/2020.

¹⁹⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2409200822.htm>>. Acesso em: 10/01/2020.

comum com o PT -, tem uma história lá da fundação do PSDB de uma tradição do PSDB lançar candidato próprio. Sempre. Por quê? Porque o PSDB nasceu de uma dissidência do PMDB que era um partido dominante que tava no governo federal e estadual e se você deixasse solto você ia ter muitos candidatos municipais fazendo acertos e você não ia construir um partido [forte], então foi baixada uma norma de que o partido tinha que ter candidato próprio em todos os municípios onde ele tava formalizado e aí essa questão virou uma tradição dentro do PSDB. Naquele momento, era o momento do PSDB ser vice, não fazia o menor sentido aquela candidatura do Geraldo, não pelo Geraldo [em si], porque não fazia sentido ter uma candidatura própria, era o nosso governo, tinha a nossa cara, tinha o nosso programa, mas o Geraldo tinha sido derrotado na eleição de 2006, tava sem cargo nenhum, tava meio... Resolveu então que ia ser o candidato e aí as lideranças do PSDB trabalharam muito mal isso, tanto que, assim, no dia da convenção pra oficializar a candidatura do Geraldo tinha um grupo organizado preparado para colocar na votação a possibilidade de ser vice do Kassab e ganhar no voto. Naquela convenção ia ganhar, [mas] no último momento o Serra puxou esse *plug* da tomada, mais ou menos [dizendo] que “a gente não pode desmoralizar o Geraldo dessa maneira, não podemos fazer isso”, [mas] até o último momento pessoas tentaram convencer ele a abrir mão... Mas, enfim, fomos com dois candidatos pra eleição.

Como se vê, o partido estava rachado em torno da candidatura de Geraldo Alckmin. Como tal tensão repercutiu no Diversidade Tucana?

Para uma parte dos membros do DT, o compromisso com o PSDB deveria prevalecer: “o meu partido é o PSDB e enquanto o PSDB tiver candidato eu vou votar no PSDB”.

Em 2008, teve a história lá do Kassab e do Alckmin. O Alckmin resolveu sair candidato a prefeito e o PSDB queria que fosse o Kassab. Lançaram o Alckmin, mas rifaram o Alckmin, é aquela história de deixar o cara lá, [para] perder a eleição. E toda Diversidade Tucana apoiou o Kassab, porque tinha cargo no governo, tinha aquela coisa... E eu era o único do lado do Alckmin, eu e [um ou] outro militante aí...

Outra parte do grupo, formada por algumas pessoas com cargos no poder público, pontuava que defender a candidatura de Kassab, também significava defender as ações da CADS (então coordenada por Cássio Rodrigo, membro do DT).

O governo do Serra como prefeito era, afinal de contas, o nosso modelo inicial, foi o que gerou toda a história do Diversidade Tucana. E a gente tinha tido continuidade: o Cássio tava lá na CADS [durante o governo Serra] e continuou [durante o governo Kassab]. E o trabalho da CADS era um pouco o nosso trabalho também, o secretário [Ricardo Montoro, da Secretaria de Participação e Parceria] era nosso, [então] era muito difícil a gente se colocar como oposição à gestão do Kassab.

Apesar de haver duas perspectivas distintas entre os membros do DT, não chegou a ocorrer um racha no grupo. Na verdade, a fim de evitar que houvesse um racha, os membros do grupo decidiram que todos estavam livres para votar em Alckmin ou em Kassab e que poderiam, inclusive, participar de suas campanhas.

Inicialmente, essa decisão significou que o grupo iria atuar na campanha de Alckmin, inclusive colaborando com a elaboração de seu programa de governo, mas que os membros do

grupo poderiam participar individualmente de atividades da campanha de Kassab. Entretanto, após um convite da radialista Gabrielle Tricanico, que atuava na coordenação de campanha de Kassab, o DT decidiu engajar-se nas duas campanhas e alguns membros do DT formaram o núcleo LGBT da campanha do Kassab.

Assim, os membros do DT se organizaram em dois grupos que teriam autonomia para elaborar o plano de governo e planejar outras atividades de campanha (como panfletagens e participação em eventos, por exemplo). Embora os núcleos LGBT de cada campanha fossem autônomos, coube a Marcos Fernandes e Cássio Rodrigo transitar entre os dois grupos para acompanhar o desenvolvimento de suas atividades.

O Alckmin sempre foi super parceiro então era um candidato que pra gente era importante [apoiar], mas a gente tinha a questão de estar no governo do Kassab, porque [a chapa] era Serra-Kassab, não podia... E, assim, o DEM não tinha ninguém, quem ia tomar conta do recorte LGBT? Se não fosse a gente... Então não havia muito esse "racha". A gente entendeu que a gente tinha que ocupar esses dois espaços, era importante pra gente. Era importante, primeiro, porque a gente tava defendendo o PSDB na campanha do Alckmin [e], segundo, porque a gente tava defendendo as ações feitas pela CADS na campanha do Kassab. A CADS foi a base pra ambos os planos de governo, embora não tenham sido escritos pelas mesmas pessoas - até porque seria um copia e cola - aí nós dividimos mesmo, teve um grupo que escreveu o do Alckmin, teve um grupo que escreveu o do Kassab...

Assim, ainda que o grupo tenha se dividido entre as campanhas de Alckmin e Kassab, pode-se dizer que não houve um racha no DT. A atuação do grupo nas duas campanhas visou desde atividades de panfletagem à elaboração dos planos de governo de Alckmin e de Kassab. Embora as atividades da CADS tenham servido de base para a elaboração dos dois planos de governo, houve diferenças significativas entre as duas campanhas.

Na campanha de Geraldo Alckmin estiveram envolvidos André Pomba, João Ataíde, Wagner Pires, Cássio Rodrigo e Marcos Fernandes. No processo de elaboração do programa de governo, o próprio candidato participou de algumas reuniões, no comitê localizado na Avenida 9 de Julho e, por isso, o grupo selecionava algumas pessoas para apresentar demandas e questionamentos durante os eventos.

Já na campanha de Kassab atuaram Ferdinando Martins, Beto Sato, Wagner Tronolone, Cássio Rodrigo e Marcos Fernandes. As reuniões para elaboração do plano de governo eram realizadas na sede da campanha, no edifício Joelma. Kassab não comparecia às reuniões para elaboração do plano de governo, o que conferia um pouco mais de liberdade para a realização dos debates e permitia maior participação dos presentes (em relação à elaboração do plano de governo de Alckmin).

É digno de nota que na elaboração do plano de governo dos dois candidatos foi marcante a participação de empresários GLS.

Foi um espaço importante, a gente reuniu um grupo muito legal, inclusive, com os empresários [GLS] porque a maioria dos empresários sofria com essa homofobia institucional nas [prefeituras] regionais porque às vezes não aprovava o alvará... Enfim... Então foi o espaço de debate com eles, para ajudar nessas demandas... E essa questão dos estabelecimentos era muito recorrente porque a gente teve um período que teve muita *blitz*, muita batida tanto da prefeitura quanto da polícia nos estabelecimentos comerciais. Então, por exemplo, o Marcos [Fernandes] enquanto Diversidade Tucana [e] eu enquanto prefeitura, já tiramos muita gente da cadeia que a polícia levou pra interrogatório, principalmente dono de sauna. Tinha denúncia anônima, aí a pessoa era levada pra delegacia e ligavam pra gente... Então a gente fazia atuação nesse sentido e por isso a gente viu a importância dessa questão de apoio a esse grupo [de empresários GLS]... (Cássio Rodrigo, em entrevista ao autor).

Após o período eleitoral, instigados pelas dificuldades enfrentadas por empresários GLS, Cássio Rodrigo e Franco Reinaudo cogitaram desenvolver uma cartilha destinada a empresários GLS com informações úteis sobre legislação e burocracias. Mas o projeto, que seria realizado pelo DT, acabou não saindo do papel.

Além da atuação na elaboração dos programas de governo, os membros do DT fizeram campanha de rua e participaram de atividades organizadas pelo movimento. Tenho informações de um debate entre representantes dos diferentes candidatos à prefeitura de São Paulo, organizado pelo movimento LGBT local.

De acordo com duas matérias publicadas pelo site *A Capa*, no dia 06 de setembro de 2008, um sábado à noite, o grupo CORSA e a APOGLBT realizaram um debate¹⁹⁸¹⁹⁹ com representantes de todas as candidaturas à prefeitura de São Paulo, exceto a de Paulo Maluf (PP) que não respondeu ao convite. Compareceram ao debate André Pomba, representando Geraldo Alckmin (PSDB), Julian Rodrigues, representando Marta Suplicy (PT), Wagner Tronolone, representando Gilberto Kassab (DEM), Carlos Giannazi, vice de Ivan Valente (PSOL) e a candidata Soninha (PPS).

O debate durou por volta de duas horas e contou com a presença de cerca de 50 pessoas, inclusive os candidatos a vereador Salete Campari (PDT), Ítalo Cardoso (PT) e Marcos Fernandes (PSDB). A atividade foi coordenada por Lula Ramires, membro do CORSA, que em sua fala de abertura afirmou que o intuito do debate era discutir a questão do “partidarismo do movimento”.

¹⁹⁸ Disponível em: <<https://acapa.disponivel.uol.com.br/com-presenca-de-soninha-corsa-realiza-debate-sobre-propostas-lgbt/>>. Acesso em: 11/01/2020.

¹⁹⁹ Disponível em: <<https://acapa.disponivel.uol.com.br/corrída-a-prefeitura-de-sp/>>. Acesso em: 11/01/2020.

Queremos com esse encontro mostrar o que cada partido tem a oferecer e também aprofundar na questão do partidarismo, que muita gente da militância crítica e a nosso ver, esse distanciamento “político-partidário” fez muito mal ao movimento.

(*A Capa*, 08 de setembro de 2008).

A fala de Lula Ramires é muito interessante e evidencia algumas questões que já pontuei anteriormente, notadamente a relevância da discussão sobre o “partidarismo do movimento” no contexto paulistano. Vale ressaltar que a fala de Lula Ramires, que era vinculado ao NGL-PT, carrega uma posição crítica em relação às perspectivas autonomistas presentes no movimento (que ao criticar o partidarismo do movimento estavam criticando todos os partidos), mas também em relação ao discurso do Diversidade Tucana (que ao criticar o partidarismo do movimento estava criticando a “hegemonia petista”).

Seguindo o registro das matérias publicadas pelo *A Capa*, é muito interessante que, embora tenham comparecido representantes de cinco candidaturas, a polarização entre PT e PSDB deu o tom do evento. Nesse sentido, a atuação de André Pomba e Julian Rodrigues durante o debate merece destaque.

Em sua fala de apresentação, André Pomba falou um pouco sobre o seu histórico de militância e fez questão de salientar que “em 2000 apoiei a Marta [Suplicy], para nunca mais”. Depois apresentou as propostas do candidato e afirmou que o PSDB teve ações efetivas voltadas à população LGBT.

Julian Rodrigues, por outro lado, afirmou que mais importante do que a identidade de um candidato era observar os programas de governo. Em seguida, ele fez referência ao histórico da candidata petista afirmando que era “impossível desvincular a Marta da luta LGBT”. Embora tenha reconhecido que foi um grande erro da gestão petista não ter criado a CADS, ele teceu críticas à gestão da CADS na gestão Serra/Kassab: “[é preciso] uma CADS menos mercado e mais Estado”.

Mas o clima ficou marcadamente tenso ao final do debate, quando Pomba afirmou que muita gente considerava Marta uma “traidora do movimento”. Em resposta a Pomba, Julian afirmou que

A lei estadual [10.948/01] que vocês tanto falam que o Alckmin aprovou é de autoria de um deputado do PT (Renato Simões). *A direita sempre nos odiou, agora aparecem dizendo que sempre foram nossos amigos, isso não é verdade.*

(*A Capa*, 08 de setembro de 2008, grifos meus).

É digno de nota que Julian Rodrigues, ao questionar a atuação tucana em prol da causa LGBT, tenha utilizado a expressão “a direita” para referir-se ao PSDB. Àquela altura, na segunda metade dos anos 2000, conforme ficará evidente na seção seguinte, por meio do recurso à lista de e-mail do Fórum Paulista, era comum no movimento discussões que opunham PT e PSDB, ou Esquerda e Direita.

Apesar da tensão observada, de acordo com as informações do site *A Capa*, o debate terminou com todos se abraçando e posando para fotografias. Não tenho informações sobre outros debates entre representantes dos candidatos à Prefeitura.

Findo o primeiro turno, a disputa passou a ser entre Marta Suplicy e Gilberto Kassab. Diante deste novo cenário todos os membros do Diversidade Tucana passaram a atuar na campanha do Kassab.

No segundo turno das eleições a discussão sobre a temática LGBT extrapolou as bases do movimento LGBT e de estruturas de campanha dedicadas a discutir a temática LGBT e tornou-se um assunto do debate público. Isto porque a campanha de Marta Suplicy veiculou uma propaganda na qual questionava, dentre outras coisas, se Gilberto Kassab era casado e se tinha filhos.

Inicialmente, a campanha petista negou que a intenção fosse questionar a vida pessoal de seu adversário. Inclusive, em uma nota divulgada à imprensa, a campanha petista criticou a forma como o assunto foi tratado na mídia e afirmou que a intenção da peça publicitária teria sido defender “o legítimo direito do eleitor” de conhecer a história de Kassab. Abaixo reproduzo a nota na íntegra:

Nota à imprensa²⁰⁰

A campanha de Marta repudia veementemente as insinuações que alguns veículos têm feito a respeito do comercial levado ao ar no domingo (13/10). A equipe de marketing, ao perguntar sobre o estado civil do candidato Gilberto Kassab, em meio a uma série de outros questionamentos, apenas defendeu o legítimo direito do eleitor conhecer, em todos os aspectos possíveis, a história de quem se apresenta para governar a maior cidade do país.

O candidato Gilberto Kassab dedica-se, em sua campanha, a esconder sua trajetória e companhias, seus compromissos e lealdades, vendendo gato por lebre ao eleitor. Esconde sua condição de filhote do malufismo, de braço direito do ex-prefeito Celso Pitta, de integrante do partido mais conservador do país. Esforça-se para iludir os paulistanos com promessas falsas jogando para debaixo do tapete seus próprios atos como governante. Esses são os fatos que a candidata Marta desmascarou no último debate. Esses são os objetivos fundamentais que motivaram a peça publicitária ontem veiculada.

²⁰⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/10/455701-campanha-de-marta-diz-que-kassab-esconde-sua-trajetoria-e-vende-gato-por-lebre.shtml>>. Acesso em: 11/01/2020.

As insinuações absurdas e cínicas sobre invasão de privacidade do outro candidato são inaceitáveis. Basta lembrarmos da história de Marta, protagonista das principais lutas em defesa dos direitos da mulher e das liberdades individuais. Mais ainda: ela foi vítima constante do preconceito e da intriga, patrocinados ironicamente pelos mesmos setores que hoje apóiam Kassab.

Não haverá manobra ou invencionice que nos impeça de continuar comparando projetos e trajetórias, desmascarando os truques de marketing que tentam impedir o povo paulistano de conhecer o verdadeiro Gilberto Kassab. Esse é, repetimos um direito inalienável dos eleitores.

Carlos Zarattini
coordenador-geral

A própria Marta Suplicy chegou a defender a propaganda eleitoral, embora tenha feito questão de afirmar que não soube com antecedência do comercial e que a responsabilidade por seus programas eleitorais era de seu marqueteiro João Santana²⁰¹.

A despeito das explicações da campanha petista, o caso foi alvo de inúmeras reportagens e gerou intensa polêmica, inclusive dentro do próprio PT a propaganda foi alvo de duras críticas: o NGL-PT e também alguns dirigentes partidários se posicionaram por considerar a propaganda ofensiva.

Diversos militantes e grupos do movimento LGBT se posicionaram sobre o caso. Um dos posicionamentos mais emblemáticos (e controversos) veio de Toni Reis, então presidente da ABGLT, que saiu em defesa de Marta. O posicionamento de Reis foi alvo de críticas e passou a ser mobilizado por membros do Diversidade Tucana como exemplo do partidarismo do movimento e um sinal da cooptação da ABGLT ante interesses do PT.

²⁰¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200802.htm>>. Acesso em: 11/01/2020.

Marta Suplicy e a comunidade LGBT²⁰²

Ontem [15/10], às 16 horas, recebi um telefonema direto da candidata Marta Suplicy elogiando minha postura na mídia com relação ao fato de a campanha ter feito um comercial com várias perguntas sobre o candidato Gilberto Kassab, dentre elas “ele é casado? Ele tem filhos?”

O que declarei para a mídia [e declaro] é que Marta Suplicy tem um histórico inegável de defesa intransigente dos direitos da comunidade LGBT há muito tempo. Em 1995, quando não existia nenhuma parada LGBT no Brasil [hoje há 146], quando no Brasil tinha apenas 40 organizações [hoje tem pelo menos 302], ela sozinha foi quem entrou em defesa da nossa comunidade no Congresso Nacional.

O comercial, para mim, foi um deslize por parte da coordenação da campanha. Mas Marta Suplicy continuará na lista das personalidades mais aliadas da nossa comunidade. Ela tem um saldo muito grande com a gente.

Toni Reis
Presidente da ABGLT.

Em uma matéria do jornal Folha de S. Paulo, do dia 14 de outubro de 2008, membros do NGL-PT²⁰³ criticaram duramente a propaganda, mas pontuaram que Marta não tinha responsabilidade pelo ocorrido. Por outro lado, na mesma matéria, Wagner Tronolone, então coordenador estadual do Diversidade Tucana, criticou a propaganda e também a postura da campanha petista que afirmava que Marta desconhecia o material.

O caso também suscitou intensos debates internos ao movimento LGBT, sobretudo em listas de email. Na lista de email do Fórum Paulista, por exemplo, tornou-se comum o compartilhamento de matérias sobre o assunto. E alguns membros, como Wagner Tronolone, também compartilharam reflexões próprias.

Os principais argumentos mobilizados nas discussões foram os seguintes: alguns membros apontavam que a “suposta homofobia” era derivada de uma interpretação equivocada de alguns veículos de mídia; enquanto outros membros apontavam que esse caso consistiu, na verdade, em um “erro calculado” da campanha petista, que estaria acenando a setores conservadores da sociedade.

Findo o processo eleitoral de 2008, um dos saldos positivos para o DT (além da vitória de Kassab) certamente foi o ganho de visibilidade para o grupo.

²⁰² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/10/456992-abgl-defende-marta-mas-admite-deslize-em-propaganda-petista.shtml>>. Acesso em: 11/01/2020.

²⁰³O “Comitê LGBT Marta Prefeita” divulgou um manifesto de repúdio à propaganda eleitoral da candidata petista à Prefeitura de São Paulo, assinado por três militantes gays do PT, o documento aponta cinco razões para considerar a inaceitável: viola o direito à privacidade e à intimidade; reforça o preconceito e a homofobia; é uma crítica moralista e preconceituosa, que reitera a heteronormatividade; está em desacordo com a trajetória política de Marta, que é pioneira na defesa do direito de mulheres e homossexuais; e usa um argumento que desagrega, afasta e divide a base militante. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200815.htm>>. Acesso em: 12/01/2020.

O mais legal de tudo foram os momentos eleitorais, até porque a gente conseguia se mostrar pra sociedade entendeu, “olha, nós existimos, estamos aqui, estamos fazendo debate, queremos ajuda de vocês”, então era um espaço legal.

Ao mesmo tempo, o processo eleitoral de 2008 acabou dando outro fruto: o DT foi procurado para auxiliar na criação de um núcleo de diversidade sexual no PTB. O DT colaborou compartilhando o texto de seu estatuto para ser usado como modelo, e dando orientações (quais caminhos seguiram, com quem conversaram etc.). Na campanha de 2008, Campos Machado (PTB)²⁰⁴ era candidato a vice de Geraldo Alckmin.

De acordo com algumas narrativas, Gabrielle Tricanico chegou a sugerir a criação de um núcleo LGBT no DEM - o que acabou não acontecendo, pois não havia uma mobilização orgânica de membros do partido nessa direção.

5.4.4 Tensões na lista de email do Fórum Paulista

Até aqui, discuti como a tensão entre PT e PSDB pôde ser observada durante a organização da conferência estadual LGBT, nas disputas envolvendo o CMADS e também nas eleições municipais de 2008. Nesta seção, gostaria de demonstrar que a tensão entre PT e PSDB extrapolou momentos eleitorais e espaços de representação extraparlamentar e apresentou-se como uma marca do movimento LGBT paulistano entre meados dos anos 2000 e início dos anos 2010. Para tanto, farei referência a discussões empreendidas na lista de e-mail do Fórum Paulista LGBT.

Por meio de um interlocutor, obtive acesso à lista de email do Fórum Paulista, na verdade, a uma parte dos emails trocados entre 2008 e 2010, já que este interlocutor apagou parte considerável do conteúdo ao longo dos anos. Apesar disso, estas mensagens constituem um material muito rico e que será mobilizado nesta seção. Saliento que ao fazer referências diretas ao material, irei manter sob sigilo a identidade dos envolvidos.

Antes de esboçar algumas questões presentes na lista de e-mail do Fórum Paulista LGBT, é importante situá-la. De acordo com informações disponíveis no site do Fórum Paulista, a lista de emails foi criada a fim de facilitar a comunicação entre os seus membros

²⁰⁴ De acordo com Gustavo Santos (2016a) o Diversidade PTB foi criado em maio de 2010 por iniciativa do deputado federal Campos Machado.

(sem depender somente de suas reuniões mensais) e era aberta a todos os interessados. Abaixo, reproduzo as regras de boa convivência postuladas para a lista de emails²⁰⁵.

Este espaço foi criado para tornar mais ágil a troca e a circulação de informações entre os membros do Fórum Paulista LGBT.

A lista não é um espaço para anúncios pessoais, propagandas de serviços ou empresas, correntes. E-mails pessoais devem sempre ser enviados diretamente ao/à interessad@ (em PVT);

Atenha-se ao tema da lista, evite mensagens OFF TOPIC, caso seja necessário, coloque OFF Topic no assunto da mensagem;

Seja criteriosa/o ao divulgar as mensagens desta lista em outras listas, ou ao fazê-las circular entre grupos ou militantes que não pertencem ao Fórum Paulista. Existem e-mails internos - que tratam de assuntos do Fórum, como atas - e e-mails de divulgação de atividades que devem ser repassados para fora. Ao postar uma mensagem deixe claro caso se trate de material a ser divulgado para fora desta lista ou se é algo de circulação restrita;

Procure zelar pelo ambiente de construção coletiva, evite divulgar boatos ou encaminhar mensagens que possam perturbar a boa convivência entre grupos e/ou ativistas desta lista;

A participação na lista é aberta a todas as pessoas residentes no estado de São Paulo, especialmente ativistas do movimento LGBT e demais movimentos sociais.

@s interessad@s em ingressar na lista de discussão podem enviar a solicitação para contato@forumpaulistalgbt.org ou informar o e-mail no campo logo abaixo.

Cotejar esse material forneceu-me informações bastante valiosas e indicou alguns caminhos a perseguir. Uma análise do conteúdo ao qual tive acesso permite fazer algumas conjecturas. Primeiro, a lista parece ter perdido, paulatinamente, a sua importância. Em 2008, por exemplo, a lista foi utilizada para discussões e difusão de informações e também foi um meio fundamental para a organização da I Conferência Estadual GLBT. Por outro lado, entre 2009 e 2010, a lista de e-mail passou a ser utilizada, sobretudo, para divulgação de eventos e para difusão de notícias e outras informações, como editais de concursos e oportunidades de estágio.

De todo modo, a partir do acesso à lista de emails pude perceber que quando as notícias compartilhadas referiam-se a eventos, decisões ou omissões do poder público (em diferentes âmbitos), muitas vezes gerava-se tensões, discussões e acusações entre os militantes, sendo que tais disputas possuíam uma forte conformação político-partidária que era expressa, sobretudo, na tensão “PT *versus* PSDB”.

Na verdade, é possível dizer que as tensões de ordem político-partidária mobilizaram petistas, tucanos e militantes “independentes” e assumiram diferentes tons nas mensagens

205

Disponível

em: [<https://web.archive.org/web/20100402053650/http://forumpaulistalgbt.org/site/content/view/80/81/>](https://web.archive.org/web/20100402053650/http://forumpaulistalgbt.org/site/content/view/80/81/). Acesso em: 14/01/2020.

trocadas no Fórum Paulista: as discussões que opunham PT *versus* PSDB ou Esquerda *versus* Direita; e discussões sobre a suposta partidarização do movimento.

As críticas ao suposto partidarismo do movimento assumiram duas feições principais. Por um lado, as críticas com contornos mais autonomistas, destinadas a todos os partidos, empreendidas por militantes que se consideravam “independentes”. E, por outro, as críticas à “instrumentalização do movimento pelo PT”, empreendidas sobretudo por militantes tucanos.

Vejamos, então, como tais tensões apareceram na lista de email do Fórum Paulista. Era comum discussões sobre “quem fez mais e quem fez menos”, “PT ou PSDB”. Por exemplo, na tarde do dia 16 de Junho de 2009 um militante petista enviou um email para a lista comparando a atuação dos governos Lula e FHC em relação à temática LGBT, e fazendo alguns questionamentos para os militantes tucanos.

resposta (e perguntas) de XXX para os tucanos

Os tucanos ficaram oito anos no Governo Federal . FHC tem maioria folgada, inclusive para mudar a eleição é se reeleger. Por que os Tucanos no Governo federal nunca fizeram uma ação sequer pro LGBT.

Por que os Tucanos durante os 8 anos de Governo não fizeram um Brasil sem Homofobia?

Por que os Tucanos em 8 anos de Governo não fizeram uma conferencia LGBT?

Porque os Tucanos em 8 anos não pos FHC de frente com 2.000 delegados e delegadas de LGBT de todo brasil para falar o que pensava da gente?

Porque os Tucanos durante 8 anos de Govenro, mesmo amigos fiéis do Bush, Com FHC um poliguota nunca fez uma menção de orinetação sexual e identade de genero na Onu?

Porque os tucanos em 8 anos de Governo só nos deu o Gueto de recebermos projetos anuais de 25 mil reais para desenvolver ações de prevenção de Aids?

Porque os Tucanos em 8 anos de Governo nunca abriu um edital na cultura para apoiar paradas eções LÇGBT?

Porque a Assessoria de Direitos Humanos dos 8 anos dos Tucanos nunca abriu um centro de referencia, nunca apoiou um Centro de pesquisa em Univerisidades, nunca promoveu seminários pro LGBT?

Porque o Ministério do Turismo dos Tucanos nunca deu um centavo para o Turismo e paradas LGBT?

Porque NENHUM MINISTRO TUCANO abriu a porta do seu gabinete para receber lideranças LGBT durante 8 anos de Governo?

Tem mais umas duzentas perguntas que eu poderia fazer aqui, mas para poupar o tempo daqueles que lutaram para os Tucanos não darem de graça a Vale, não acabarem com o Monopolio da Petrobras, não entregarem a Telefonía para a iniciativa privada, pra não sucatearem as Universidades, para poupar o tempo dos que todo mes tinham que ir pra rua gritar Fora FMI na era Tucana, eu fico por aqui.

De intenções o Inferno tá cheio. Quero ver fazer quando tá no poder Federal

Algumas horas depois, na noite do dia 16 de junho de 2009, um militante tucano respondeu às críticas e acusações tecendo comparações entre os governos Lula e FHC. É

interessante pontuar que essa resposta foi endereçada a “militantes dóceis”, isto é, aqueles militantes que estariam cooptados pelos interesse do PT e do governo federal.

Respostas para XXX e outros dóceis

XXX,

De bons discursos vazios o inferno também está cheio. Então que tal pararmos de pautar o Governo Lula por comparações ao Governo FHC? Comece a mostrar o que o Governo Lula, que já está há quase 7 anos no poder, fez de tão maravilhoso para os LGBTs, além de financiar ONGs instrumentalizadas e realizar uma Conferência que até agora não apresentou nenhum resultado concreto.

A verdade – muito triste para vocês do PT – é que dentro de seu momento histórico o Governo FHC foi infinitamente mais corajoso e inovador do que o medíocre Governo Lula é hoje. A inclusão dos homossexuais na Carta Nacional dos Direitos Humanos por FHC foi um ato de extrema coragem no Brasil do ano 2000, quando não tínhamos uma Parada sequer de 1 milhão de pessoas.

Mais ofensivo ainda a vocês deve ser o fato consumado de que a grande “madrinha dos gays” fez uma gestão praticamente nula para os LGBTs da cidade de São Paulo, que terminou com a porta da Prefeitura sendo fechada na cara dos militantes, e depois vir o Serra e em apenas um mês criar a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual. Aí o mesmo Serra cria conselho, centro de referência, Virada Cultural da Diversidade.

Para matar, depois de a “madrinha” fazer campanha homofóbica no desespero de ser novamente rejeitada pela população da cidade, o mesmíssimo José Serra como Governador de São Paulo cria a Coordenação Estadual, ambulatório exclusivo para travestis e transexuais, vai à Parada não para subir em carro mas para andar no meio dos participantes.

Agora vocês invocam o Governo FHC, que quando começou sequer existia Parada no Brasil. Perguntam até quanto dinheiro ele repassou para essas paradas que ainda não existiam, numa comparação que retira a gestão de seu momento histórico de forma claramente a impor interpretações equivocadas.

Usam esse recurso a um extremo tamanho que chegam a dizer que os tucanos eram “amigos fiéis do Bush”, sendo que o Bush assumiu a Presidência dos EUA no último ano de Governo FHC. Quem era amigo do FHC, e o é até hoje, era o Clinton. E quem dizia ter muitas afinidades com o Bush era o Lula.

Não bastasse isso, o mesmo militante que desnudou o programa Brasil Sem Homofobia na Conferência Nacional, mostrando que sua execução era ridícula – e incomodou tanto que “coincidentemente” aquela foi a única mesa para a qual “não deu tempo” de abrir o microfone para debate – vem me perguntar por que o Governo FHC não criou um Brasil Sem Homofobia.

Ora, sinceramente, se for para criar um “Fome Zero Gay”, que tem nome, logomarca e mais nada, eu prefiro ficar sem programa nenhum. É mais honesto!

E toda essa ferocidade de perguntas deslocadas de seu tempo vem em função de uma constatação que eu fiz e que não é só minha: a simpatia que a maioria dos dirigentes do Movimento LGBT tem pelo PT foi transformada em absoluta docilidade na relação desse movimento com o Governo Lula.

Agora para quem quer realmente saber a diferença entre um governo do PSDB e o Governo Lula:

Governo Serra:

Um deputado da base aliada apresenta um projeto de lei para revogar a lei que pune a homofobia no Estado de São Paulo. Um assessor da Secretaria da Justiça vai à Assembléia Legislativa dizer que se essa lei for aprovada será vetada pelo Governador.

Governo Lula:

O projeto de lei que criminaliza a homofobia só foi aprovado na Câmara dos Deputados por uma manobra de um deputado da oposição e desde então está emperrado no Senado tendo como maior adversário um senador do mesmo partido que o Vice-Presidente e o Governo Lula não faz nada.

Ainda dá tempo de, antes de terminar o Governo Lula, esse Movimento LGBT parar de babar nos ovos dele e começar a cobrar comprometimento sério. Negociar é preciso, claro! Mas não é o Governo quem deve escolher que concessão podemos fazer.

Vamos negociar? Eu prefiro a criminalização da homofobia aprovada sem alterações do que a coordenadoria LGBT. Prefiro a criminalização da homofobia do que a transferência de dinheiro para Paradas. Prefiro a criminalização da homofobia do que o Brasil Sem Homofobia inteiro (apesar de isso não significar muita coisa)!

Se o Governo Lula estivesse realmente comprometido com os LGBTs, ao menos levaria as nossas prioridades em consideração na hora de negociar.

E veja: não precisa defender o Governo Lula. Essas críticas que faço não são ao Governo Lula, são ao Movimento LGBT. Nenhuma dessas posturas seriam toleradas por vocês se esse fosse um governo do PSDB, então está na hora de colocar a população LGBT acima do partido para variar. Pelo menos até conseguirmos aprovar o PLC 122.

Depois, instrumentalizem o que quiserem!

Resolvi transcrever essas duas mensagens, pois embora sejam longas, são bastante ilustrativas do clima de disputas entre PT e PSDB que estava colocado. Esse clima de tensão incomodava a muitos membros, como se verá a seguir.

Na noite do dia 8 de fevereiro de 2008, um militante independente enviou uma mensagem pedindo o “fim da politicagem” na lista de email do Fórum Paulista, pois, segundo afirmou, discussões sobre “quem fez mais e quem fez menos” tumultuavam o andamento do Fórum Paulista, além de constituírem discussões inócuas. Para ele, PT e PSDB estariam mais alinhados entre si, do que o próprio movimento internamente.

Vamos parar de politicagem nesse fórum!!!

Quem é o melhor presidente? Fernando Henrique ou Lula? Acho que empate. Lula criou programas, secretarias e ministérios pros gays, negros, pescadores. Mas tudo fachada pra acomodação de falso militante, pra falsa demonstração de preocupação e pra corrupção.

Ou seria maldade minha dizer que o programa Brasil sem homofobia é uma bravata, não tem resultado algum? Se eu estiver errado ou mal informado, quero resposta com bons argumentos.

E a secretaria da promoção da igualdade racial, só fez a ministra Matilde se igualar aos outros ladrões de Brasília.

Quem é mais corrupto? O PT ou o PSDB? Seria uma disputa sem fim tentar descobrir quem é mais corrupto.

E quanto a imprensa, realmente tem alguns veículos (com a Veja a frente) que estão a serviço do capital financeiro e da elite podre do nosso país. Mas não vejo a Folha de S. Paulo entre eles. Quando ela denunciou o governo federal (PT), era golpe, e quando denuncia o governo estadual (PSDB) é jornalismo investigativo?

Gente, vamos parar de comparar PT e PSDB, Lula e FHC, eles estão mais afinados entre eles que nós. Muita mensagem no fórum tumultua e impede informações importantes.

Posteriormente, na manhã do dia 9 de fevereiro de 2008, uma militante escreveu uma mensagem em concordância. Para ela, as discussões de ordem político-partidária deveriam ser feitas em outro espaço, em uma lista de email específica, pois, em sua visão, a lista de emails do Fórum Paulista deveria se ater àquilo que fosse estritamente ligado à causa LGBT.

XXXXX, adorei a frase: *Quando ela denunciou o governo federal (PT), era golpe, e quando denuncia o governo estadual (PSDB) é jornalismo investigativo?*

O fato é que muuuita gente desta lista gosta desses e-mails... e outros tantos e tantos, os odeia! Quem gosta de fazer essa discussão já pensou em fazê-la em uma outra lista? Nem adianta dizer do "OFF TOPIC" no início do título, porque se isso funcionasse já estariam fazendo...

Claro que quem não gosta deste tipo de discussão as vezes tem a opção de configurar que tudo o que vem com PT, PSDB, Lula e não sei mais o quê, seja excluído automaticamente... Mas aí tb não dá certo, pois as vezes tem coisas que estão INTIMAMENTE ligadas com o movimento GLBTT. O argumento de que tudo reflete nesta luta, tb poderia ser a questão da ecologia, educação em geral, tráfico de órgãos... Tudo está entrelaçado, pois ninguém vive em uma bolha, mas não é por isso que a lista do forum fica com um monte de mensagem dessas outras coisas, não é? Então porque postar aqui um monte de outras coisas partidárias que não estão tããõ entrelaçadas com o movimento??

Bom, é só!

Algumas horas depois, na tarde do dia 9 de fevereiro de 2008, um outro militante entrou na discussão. Para ele, o movimento LGBT não deveria fechar-se em si mesmo. Em sua mensagem ele fez questão de afirmar que não era petista e que acreditava que ancorar a discussão no pressuposto de que “os partidos são todos iguais” seria contraproducente.

Olha só, XXXX a discussão política é sempre válida, e o movimento GLBT não tem que viver só falando de si proprio, pois os GLBT fazem parte e são influenciados por todos os temas, o movimento precisa ir além, e qual é o problema de discutir isso por aqui, se não estiver afim ignore o email e deixe quem sabe ou gosta ou se identifica discutir, e qual o problema de ser partidário, são eles que nos representam, pelo menos dizem neh. Eu não sou PTista, mas existem diferenças entre eles e PSDB...não da pra generalizar e cair no senso comum dizendo "todos são iguais", argumento de novela das oito...essa lista é do forumglbt, mas creio que o forumpaulista tem cacife pra opinar em diferentes temas, aliás isso falta por aqui...

Tais discussões eram constantes, tanto que resultaram na encomenda de um texto que foi publicado pela revista *Sex Boys*. Em 16 de novembro de 2008, João Marinho, então editor da revista, enviou uma mensagem à lista de email do Fórum a fim de divulgar o artigo, “Os gays e a direita” escrito pelo jornalista Ferdinando Martins, que saiu na edição do mês de dezembro (o texto completo encontra-se nos anexos). Na ocasião, Marinho escreveu:

Diante da constante oposição direita vs. esquerda que vejo nas listas, GayPress e listaGLS, repasso abaixo um artigo escrito por Ferdinando Martins, *a meu pedido e sob minha encomenda*, para a revista **Sex Boys** que chegará no próximo mês às bancas.

Pelo que foi exposto até aqui, acredito que fica evidente que a lista de e-mail do Fórum Paulista (e, aparentemente, também as listas *Gay Press* e *lista GLS* citadas por João Marinho) eram permeadas de discussões sobre o suposto partidarismo do movimento, bem como por disputas entre PT e PSDB. Um interlocutor, ao ser questionado sobre a lista de emails do Fórum Paulista, afirmou o seguinte:

Tinham aqueles grupos de email que, nossa, as pessoas trocavam 500 emails por dia, mas era um negócio que ficava ali entre aquelas 50 pessoas. Então a gente tinha discussões homéricas, mas que não tinham efeito prático nenhum, mas foi meio que o foro onde ficou claro que tava incomodando, que a coisa do [gay tucano como] “exótico” já não tinha mais. Agora já é adversário, pelo menos no momento eleitoral. E foi nesse momento assim que a gente teve um crescimento maior... Eu lembro [que] em 2008 teve aquela história da propaganda da Marta e do Kassab no segundo turno e eu fui pra cima...

Assim, parece seguro afirmar que ao longo dos anos 2000 as tensões entre PT e PSDB constituíam uma marca do movimento LGBT paulistano. O pano de fundo era a discussão intensa sobre “quem fez mais e quem fez menos”, se foi o PT ou o PSDB. Mas, afinal, essa tensão era um fenômeno paulista ou mesmo um fenômeno paulistano?

Em uma conversa informal com a antropóloga Silvia Aguião, a autora afirmou que a dinâmica partidária de oposição entre PT e PSDB era bastante característica do contexto paulistano no início dos anos 2010, não sendo, contudo, observada em outros contextos (a autora se referia especificamente ao caso da cidade do Rio de Janeiro). Nessa direção, em sua tese de doutorado, a autora faz referência a atos realizados no dia 21 de novembro de 2010 no Rio de Janeiro e em São Paulo que indicavam que a configuração político-partidária de cada cidade impacta a organização dos movimentos sociais.

Através da minha participação na manifestação em São Paulo e das descrições sobre o que ocorreu no Rio de Janeiro circuladas em listas de e-mail, foi interessante notar como a conformação político-partidária das cidades se reflete na organização dos movimentos sociais. A convocação para o ato de São Paulo pedia que “convicções partidárias” fossem deixadas de lado para que estivessem presentes, em conjunto, filiações de diferentes partidos. E de fato, durante o ato na Avenida Paulista, eu registrei no caderno de campo representantes ativistas do PSTU, PSOL, PT, CUT e da Diversidade Tucana do PSDB, e ainda a participação de dois deputados do PSOL. Em manifestações do mesmo tipo no Rio de Janeiro, a grande maioria dos presentes, ao menos até aquele momento, não ostentava vinculações partidárias e quando isso ocorria existia um predomínio do PT. Outro ponto notado parecia ser uma maior diversidade de iniciativas de organizações políticas em São Paulo, como a presença de movimentos estudantis de mulheres e outras movimentações autodenominadas anarquistas. (AGUIÃO, 2014, nota 142).

Certamente, são necessários outros estudos sobre as dinâmicas entre movimento LGBT e partidos políticos em diferentes contextos, a fim de compreender como a conjuntura nacional e a conformação partidária de diferentes localidades interfere no cotidiano dos movimentos sociais.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como a pauta LGBT emerge em partidos políticos? Como a temática LGBT se consolida e é fundado um núcleo partidário? E, afinal, qual é o lugar de um núcleo nas relações entre movimentos sociais e partidos?

Em busca de entender o processo de politização da temática LGBT no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cotejado a partir da criação do núcleo de diversidade sexual do partido, o Diversidade Tucana (DT), em 2006, pontuei algumas oportunidades culturais e políticas que estavam colocadas e os modos como foram apropriadas pelos atores sociais envolvidos no processo de criação do DT. Isto porque a politização da temática LGBT no PSDB não pôde prescindir das oportunidades políticas e culturais disponíveis, bem como do acúmulo político do movimento, mas dependeu, sobretudo, do engajamento de alguns atores sociais específicos.

Para refletir sobre o processo de criação do Diversidade Tucana é preciso ter em conta que a configuração político-partidária na cidade de São Paulo, na segunda metade dos anos 2000, foi marcada pela forte oposição entre PT e PSDB. Naquele momento, o Executivo Federal estava sob comando do PT e o PSDB constituía a principal força de oposição. E, por outro lado, em São Paulo, nos âmbitos estadual e municipal, o PSDB estava no governo e o PT era a principal força de oposição. Tal cenário teve fortes impactos na organização interna do movimento LGBT (historicamente alinhado ao PT) em âmbito local.

Inicialmente, pode-se dizer que a vitória de Serra na eleição para a prefeitura, em 2004, foi percebida com desconfiança pelo movimento LGBT paulistano. Entretanto, ao longo de seu governo foram empreendidas ações em prol da diversidade sexual, como a criação da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual (CADS), e isso criou um cenário relativamente favorável, que foi percebido e apropriado pelos atores que se engajaram na politização da temática LGBT nas estruturas do PSDB paulista.

Para alguns militantes gays tucanos era necessário defender a ideia de que o PSDB era um grande aliado da causa LGBT, divulgando as ações do partido e, ao mesmo tempo, questionar a “partidarização” do movimento e a sua suposta cooptação perante interesses da agremiação petista.

A criação do DT ocorreu em 2006, em um ano eleitoral e, por isso, as primeiras atividades do grupo consistiram no engajamento nas campanhas de Alckmin para presidente e José Serra para governador, colocando os seus membros em um embate direto com militantes petistas. Não por acaso, naquelas eleições os militantes LGBTs tucanos buscaram conferir

legitimidade à atuação do DT (e, conseqüentemente, ao apoio do partido à causa LGBT) recorrendo aos feitos do PSDB e também apresentando-se como uma alternativa ao PT (sobretudo por meio de referências ao escândalo do *mensalão*, deflagrado em 2005).

Assim, é certo dizer que o Diversidade Tucana surge visando ser um contraponto à “hegemonia petista”. Mas, em seus primórdios, o grupo era bastante reduzido e suas atividades bastante incipientes (isso em um contexto no qual era forte a atuação e influência do NGL-PT no movimento paulista). Entretanto, conforme outros trabalhos já indicaram, durante a segunda metade dos anos 2000 e início dos anos 2010, as tensões entre PT e PSDB acabaram se tornando uma marca do movimento LGBT em São Paulo, sendo que o contexto local passou a ser marcado pela tensão entre diferentes concepções de atuação e participação política, associadas ao PSDB e ao PT (AGUIÃO, 2014; BULGARELLI, 2018).

Cotejei a trajetória do Diversidade Tucana a fim de situar o momento no qual se dá esta inflexão e a tensão entre PT e PSDB passa a constituir uma marca do movimento LGBT local. Pode-se afirmar que a trajetória do grupo foi marcada por situações de cooperação, notadamente atividades de *advocacy*, e também por situações de conflito entre petistas e tucanos. As situações de conflito ocorreram, sobretudo, durante processos eleitorais e em espaços de representação extraparlamentar, mas também puderam ser observadas no cotidiano do movimento (como em discussões empreendidas em listas de email).

Defendo que o ano de 2008 seja considerado como um momento de inflexão para o movimento LGBT paulistano, quando o acirramento político-partidário assume contornos mais claros e passa a se apresentar como uma característica do movimento local. Naquele ano, havia um contexto propício para o acirramento da tensão entre PT e PSDB no movimento paulistano: a realização do ciclo de conferências LGBT, a reestruturação do Conselho Municipal LGBT e as eleições municipais de 2008.

A politização da temática LGBT na agremiação tucana também precisa ser pensada a partir dos impactos da emergência e consolidação do mercado GLS, observada desde meados dos anos 1990, que ocorreu concomitantemente à disseminação do enquadramento interpretativo da “diversidade sexual”. Tais processos contribuíram para borrar as fronteiras entre política e consumo e possibilitaram que atores não necessariamente alinhados com a esquerda se mobilizassem partidariamente em prol da “diversidade sexual”.

Sobre a interação entre movimento LGBT e mercado GLS, Isadora França (2012) ao questionar fronteiras rígidas entre mercado e movimento, pontua que as esferas do mercado também constituem cenários públicos nos quais os sujeitos exercem sua capacidade de

agência e ação política. Dentre outras coisas, a autora demonstra como empresários muitas vezes veem sua atuação imbuída de sentido político.

Nessa direção, é interessante que a criação do Diversidade Tucana envolveu o contato com atores relevantes no mercado GLS, a fim de conferir legitimidade à empreitada perante os dirigentes do partido. Posteriormente, alguns membros que atuaram no grupo possuíam vínculos com o mercado GLS e exerceram o papel de *brokers* estabelecendo ligações entre o DT e o mercado GLS. A título de exemplo, vale pontuar a constante preocupação do DT com questões relativas ao mercado GLS na elaboração de programas de governo.

A escolha do nome do grupo, isto é, do uso do termo “diversidade” em detrimento da sigla GLBT, então adotada pelo movimento, certamente teve a ver com a correspondência com os valores partidários (calcado na ideia de tolerância e respeito às diferenças) e também com processos mais amplos, de cunho internacional, visto que vinha se consolidando em espaços transnacionais de elaboração de políticas o uso do enquadramento interpretativo “diversidade”. O fato de um ou outro enquadramento ganhar destaque em um dado momento depende do contexto mais amplo e das habilidades dos ativistas de vinculá-los às diferentes estruturas de oportunidades políticas.

Por fim, gostaria de refletir sobre o papel de um núcleo partidário nas relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Historicamente, a autonomia tem sido um valor bastante difundido no movimento LGBT, sendo que ao longo de sua trajetória foi possível observar alguns rachas motivados pela tensão entre movimentos e partidos (MACRAE, 1990; TREVISAN, 1986; SANTOS, 2006). No contexto abordado nesta pesquisa, a defesa da autonomia esteve intimamente ligada a uma postura crítica à hegemonia partidária.

O Diversidade Tucana surgiu crítico à partidarização do movimento. Nessa direção, todos os membros do DT compartilharam a ideia de que o movimento estava “partidarizado”, isto é, que havia uma “hegemonia petista” no movimento, e que isso era prejudicial para a causa LGBT. Era disseminada a ideia de que a militância LGBT deveria estar acima de tudo, sobrepondo-se a interesses partidários. No entanto, ao olhar para os processos concernentes ao DT torna-se claro que essa disposição é difícil de ser realizada. Tanto é que o DT sempre conviveu com um dilema interno em relação à sua atuação: quando os interesses partidários e os interesses do movimento entrassem em choque, como o grupo deveria agir?

Os militantes LGBT que escolheram atuar no Diversidade Tucana tiveram o grupo como parte importante de suas vidas, influenciando na maneira como empreenderam sua militância e também vivenciaram as suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero. Nesse sentido, as entrevistas realizadas contribuíram para a construção da história do

Diversidade Tucana, pois a apreciação das histórias individuais permitiu a reconstrução da história do grupo.

Os entrevistados tiveram momentos de inserção e visões sobre o Diversidade Tucana bastante variadas e a análise comparativa de suas narrativas, aliada à análise documental, permitiu destacar algumas questões e, assim, criar uma versão multissituada para a história do DT e sua participação no cenário político paulista.

As trajetórias individuais dos meus interlocutores revelaram que houve dois modos de inserção no grupo: por um lado, os membros que já atuavam “organicamente” no partido e então resolveram atuar no Diversidade Tucana; e, por outro, as pessoas que se aproximaram do PSDB por meio de sua atuação no Diversidade Tucana (muitas das quais relacionaram-se apenas superficialmente com o partido).

Houve também dois perfis de engajamento no grupo: aqueles que acreditavam que a função de um núcleo partidário é incidir sobre as estruturas partidárias e sobre os governos de seu partido, bem como posicionar-se criticamente sobre governos da oposição, agindo de maneira cautelosa a fim de preservar a imagem do partido; e aqueles que acreditavam que a função de um núcleo partidário é incidir sobre as estruturas partidárias e sobre os governos de seu partido, bem como posicionar-se criticamente sobre governos da oposição, levando em consideração os interesses da população LGBT em primeiro lugar, sem priorizar interesses partidários.

Pensar os membros do grupo divididos de tal maneira ajudou a compreender que nos primeiros anos do DT conviveram duas visões distintas sobre os rumos do Diversidade Tucana. Acredito que a tensão entre estas diferentes visões sobre o grupo, deva ser percebida como uma *dualidade constitutiva* do DT.

No caso do Diversidade Tucana, especificamente, a atuação do grupo foi sempre definida contextualmente. Isto é: embora vinculado formalmente à estrutura partidária, o grupo não esteve necessariamente submetido aos interesses partidários.

É verdade que, ao longo da trajetória do grupo predominou uma postura preocupada em zelar pela imagem do PSDB, mas nem por isso o DT deixou de se engajar em algumas disputas públicas com parlamentares do partido (notadamente com João Campos). Inclusive, o grupo constantemente foi alvo de cobranças por parte de outros atores (como movimento e outros núcleos partidários), o que em muitos casos afetou a sua atuação.

A trajetória do Diversidade Tucana torna evidente algumas questões centrais para pensar a relação entre movimentos sociais e partidos políticos. O caso estudado, bem como as reflexões apresentadas em outras pesquisas - notadamente Dehesa (2007), Rios (2014b) e

Soares (2009) -, apontam a necessidade de entender como os atores agenciam em situações concretas atuações alinhadas ao movimento social e ações voltadas aos interesses partidários.

Acredito que foi rentável analiticamente chamar atenção para a *dualidade constitutiva* do Diversidade Tucana, pois isso permitiu ir além da dicotomia cooptação/autonomia e perceber que o conflito entre movimento social e partido é inerente à existência do DT. Nesse sentido, acredito que esta pesquisa fornece subsídios para pensar outros casos empíricos ao pontuar que o DT (e talvez os núcleos partidários de modo geral) possui uma *dualidade constitutiva*, ainda que, evidentemente, tal reconhecimento não feche a questão.

Trata-se, antes, de perguntar a cada caso empírico como a relação entre movimento e partidos se apresentou em um contexto determinado, quais foram as tensões e disputas colocadas e quais foram os subterfúgios de que os atores se valeram para lidar com elas. Em suma, trata-se de questionar como tais tensões (a meu ver inevitáveis) se apresentaram e como foram resolvidas em diferentes núcleos partidários e, assim, buscar formas de comparar essas diferenças e similitudes nas relações entre os partidos e seus núcleos LGBT. Essa é uma agenda de pesquisa que segue aberta e para a qual espero ter contribuído.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Jornais. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornaisno-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. Movimentos sociais na teoria e na prática: Como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, v. 13, p. 52-84, 2011.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, p. 325-357, 2014.

AGUIÃO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *CADERNOS PAGU*, v. 1, p. 279-310, 2016.

_____. “Fazer-se no Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2014.

AGUIÃO, Silvia; VIANNA, Adriana; GUTTERRES, Anelise. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. In: José Sérgio Leite Lopes; Beatriz Heredia. (Org.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014, p. 237-267.

ALONSO, Angela. Repertório - história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, p. 21-41, 2012.

_____. As teorias dos movimentos sociais - um balanço do debate. *Lua Nova*, v. 76, p. 49-86, 2009.

AUGUSTO, Maria Helena. Tempo, memória e identidade - algumas considerações. *Política & Trabalho*, v. 34, p. 41-72, 2011.

BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*. 26, p. 611 - 639, 2000.

BULGARELLI, Lucas. *[ALERTA TEXTÃO]* - Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação *online* e *offline* (2015-2016). Dissertação de mestrado em Antropologia Social. USP. 2018.

CÂMARA, Cristina. Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos “homossexuais”. Dissertação de mestrado Sociologia. UFRJ. 1993.

_____. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. In: James Green; Renan Quinalha; Marcio Caetano; Marisa Fernandes. (Org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 193-209.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia. (Org.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Movimentos Sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.3 v.1, 1987.

_____. A trajetória dos movimentos sociais. In DAGNINO (org). *Anos 90, política e identidade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. *INTERSEÇÕES*, v. 17, p. 15-53, 2015.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 4, p. 131-149, 2010.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da "Constituição Cidadã". In: Oliven, Ruben George; Ridenti, Marcelo; Brandão, Gildo Marçal. (Org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008, v. 1, p. 334-359.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporânea*, v. 13, p. 382-400, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart, Jean et alii. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Trad. A. C. Nasser. Petrópolis, Vozes, 2008 [1997], pp. 295-316.

CORRÊA, Sonia. O Percurso Global dos Direitos Sexuais: entre “margens” e “centros”. *Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades*, n. 4, p. 17-42, jan./jun. 2009.

CRUZ, João Filipe; SOUZA, Igor. Política com farra: A Festa da Chiquita e a expressão política de LGBTs em Belém/PA desde o regime militar (1976-). *Ponto.Urbe*, n.18, 2016.

CRUZ, Rodrigo. *Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, 2015.

DANILIAUSKAS, Marcelo. De “temas polêmicos” a “sujeitos de direitos”: LGBT nas políticas públicas de direitos humanos e de educação (Brasil, 1996-2010). In: *Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis. Anais Eletrônicos, 2010.

_____. *Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: uma análise do Programa Brasil sem Homofobia*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

DEHESA, Rafael de la. *Incursiones queer em la esfera pública. Movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil*. México, D.F.: Programa Universitario de Estudios de Género. 2015.

_____. El sexo y la revolución: La liberación lésbico-gay y La izquierda partidária en Brasil. *Revista de Estudios Sociales*, n. 28, 2007.

FACCHINI, Regina. Visibilidade é legitimidade? O movimento social e a promoção da cidadania LGBT no Brasil. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, 2011, p. 179-197.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 4, p. 131-158, 2009.

_____. “*Sopa de letrinhas*”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, v. 44, p. 161-193, 2013.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. "Que onda é essa?": "guerras culturais" e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo. In: Frederico Viana Machado; Fabiano Barnart; Renan de Mattos. (Org.). *A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas*. Porto Alegre: Rede Unida/Nuances, 2017, p. 35-60.

_____. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha Paz; Kátia Marro. (Org.). *Hasteemos a bandeira do arco-íris: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 231-262.

FEITOSA, Cleyton. Notas sobre a Trajetória das Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, p. 115-137, 2016.

FLÓRIO, Bianca. A trajetória organizativa do PSDB e suas transformações político-ideológicas [*Relatório final de bolsa de iniciação científica - USP*]. 2016.

FRANÇA, Isadora Lins. Cercas e pontes: movimento GLBT e mercado GLS na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.

_____. “Cada macaco no seu galho?": Poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *RBCS*, Vol. 21, nº 60, p. 103-115, 2006b.

_____. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu* (28), p. 227-255, 2007a.

_____. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, n.28, p. 289-311, 2007b.

_____. Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo. *Bagoas*, v. 6, p. 223-252, 2012.

GOLDSTONE, Jack. Introduction: Brinding institucionalized and nonstitucionalized politics. In: GOLDSTONE, Jack. (Org.). *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press, 2003.

GREEN, James. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In: *Cadernos AEL*, v.10, n.18/19, 2003. _____ . “Mais Amor e Mais Tesão”: A Construção de um Movimento Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. *Cadernos Pagu*, v. 15, p. 271-295, 2000.

HALBWACHS, Maurice. Los marcos sociales de la memoria. Anthropos Editorial: Barcelona. 2004 [1925].

_____. A memória coletiva. Edições Vértice: São Paulo. 1990 [1950].

LAVALLE, Adrian. Após a participação: nota introdutória. *Lua Nova*, v. 84, p. 13-24, 2011.

LAVALLE, Adrian; ROMÃO, Wagner; ZAREMBERG, Gisela. Partidos políticos e innovación democrática: más allá de purezas y perversiones. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 59, p. 21-53, 2014.

LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, n. 67, p. 49-103, 2006.

LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHR, Renata. Quando novos atores saem de cena - Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política & Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 35-54, 2004.

LIMA, Márcia. Desigualdades Raciais e Políticas Públicas. *Novos Estudos*, v. 87, p. 77-95, 2010.

LIMA, Stephanie. As bi, as gays, as trava, as sapatão tão tudo organizada para fazer revolução! Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), UERJ. 2016.

MACHADO, Frederico; RODRIGUES, Cristiano. Movimentos Negro e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. In: MACHADO, Frederico Viana; MASSOLA, Gustavo Martineli; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira (Orgs.). *Estado, Ambiente e Movimentos Sociais*. Florianópolis: Edições do Bosque, p. 22–45, 2015.

MACHADO, Maria das Dores. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*, v. 35, p. 45-72, 2015.

_____. Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*, v. 32, p. 29-56, 2012.

MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil “da abertura”*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

_____. Em Defesa do Gueto. In: James N. Green; Ronaldo Trindade. (Org.). *Homossexualismo em São Paulo*. 1ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2005, p. 291-308.

MADEIRA, Rafael; VIEIRA, Soraia; TAROUCO, Gabriela. AGENDAS, PREFERÊNCIAS, COMPETIÇÃO: PT e PSDB em disputas presidenciais. *Caderno CRH*, v. 30, n. 18, p. 257-273, 2017.

MARQUES, Vera Lúcia. *Da espetacularização à agenda política: uma leitura política do Movimento LGBT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias*, vol. 13, n. 28, p. 18 - 51, 2011.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

MELLO, Luiz; AVELAR, Bruno; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 289–312, 2012.

MEYER, David; STAGGENBORG, Suzanne. “Movements, countermovements, and the structure of political opportunity”. *American Journal of Sociology*, 101, 1996.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). *Opinião Pública*, v. 22, p. 350-384, 2016.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: Thiollent, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. 2a ed. São Paulo, Polis, 1981, pp. 191-211.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico sexual contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 725-747, 2017.

MOUTINHO, Laura; AGUIÃO, Silvia; NEVES, Paulo. A construção política das interfaces entre (homos)sexualidade, raça e aids nos programas nacionais de direitos humanos. *Ponto.Urbe*, n. 23, 2018.

NATIVIDADE, Marcelo. Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. *Latitude*, v. 07, p. 33-51. 2013.

_____. Acima dos direitos sexuais está a Bíblia? Respostas de segmentos conservadores a diversidade sexual. *Religião e Sexualidade*, 04 jun. 2008.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobias em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v. 2, p. 121-161, 2009.

PAUGAM, Serge. Afastar-se das prenoções. In: PAUGAM, Serge (Org.) *A pesquisa sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015.

PECHENY, Mario; DEHESA, Rafael de la. Sexualidades y políticas en América Latina: um esbozo para la discusión. In: CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard (Org.). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011, p. 31 - 79.

PEREIRA, Matheus. Um Confronto Político no Presidencialismo de Coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014). Tese de doutorado. 2018.

_____. Movimento LGBT e Políticas Públicas nos Governos Federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014): trajetória e características. *ESTUDOS DE SOCIOLOGIA*, v. 2, p. 195-238, 2017.

PUCCINELLI, Bruno. “Perfeito para você, no centro de São Paulo”: mercado, conflitos urbanos e homossexualidades na produção da cidade. Tese de doutorado. 2017.

_____. Se essa rua fosse minha: sexualidade e apropriação do espaço na “rua gay” de São Paulo. Dissertação de mestrado. 2013.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 10, p. 225-265, 2013

RIOS, Flavia. *Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese de doutorado. 2014a.

_____. A questão racial na formação dos partidos brasileiros: os casos do PT e do PDT no contexto da redemocratização. *Revista Terceiro Milênio*, v. 3, p. 164-195, 2014b.

_____. *Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. 2009.

RODRIGUES, Tatiane; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Educação e Pesquisa*, v. 39, p. 15-30, 2013.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 49, p. 71-90, 2002.

SANTOS, Gustavo. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar*, v. 6, p. 179-212, 2016a.

_____. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, p. 58-96, 2016b.

_____. Diversidade Sexual, Partidos Políticos e Eleições no Brasil Contemporâneo. In: *Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS*, 2014.

_____. Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, p. 121-135, 2007.

_____. *Estado, projetos políticos e trajetórias individuais: um estudo com lideranças homossexuais na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SANTOS, Gustavo; PEREZ, Olívia; SZWAKO, José Leon. Gêneros da participação: refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal. *Estudos de Sociologia*, v. 2, p. 19-74, 2017.

SARTI, Cynthia. Narrar a dor: o livro K e outras narrativas. *Interseções - revista de estudos interdisciplinares*, v. 18, p. 307-323, 2016.

_____. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, p. 77-105, 2014.

SILVA, Kelly. Da resistência à violência de Estado a um novo projeto de formação nacional: genealogias das políticas de Direitos Humanos no Brasil. *Anuário Antropológico*, p. 39-71, 2014.

SILVA, Marcelo; COTANDA, Fernando; PEREIRA, Matheus. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, p. 143-164, 2017.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 194p.

SOARES, Claudete. Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2002). Tese doutorado. Unicamp. 2009.

SOUZA, Rafael de. *Saindo do gueto: O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2013.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VIEIRA, Soraia. O Partido da Social Democracia: entre o Neoliberalismo e a Social Democracia. *Studia Politicae*, v. 27, p. 27-52, 2012.

Publicações e eventos de redes sociais citados:

Associação Paulista LGBT. Página do Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/asplgbt/>. Acesso em: 12/04/2021.

_____. Postagem no Facebook. Postado em 20 de outubro de 2014. Disponível em: <https://web.facebook.com/asplgbt/posts/596621867130466>. Acesso em: 12/04/2021.

HOJE!!! I Seminário Eleições 2016 – A união fará a diferença!. Evento público organizado por André Pomba. Facebook. Disponível em: <http://www.facebook.com/events/1545183422440230/>. Acesso em: 11/05/2019.

RODRIGUES, Julian. Postagem com foto no perfil do Facebook. Postado em 30 de julho de 2012. Disponível em: <https://web.facebook.com/julian.rodriques.3386/posts/240068176113800>. Acesso em: 05/11/2019.

SANTOS, Ghe. Postagem no perfil do Facebook. Postado em 14 de maio de 2015. Disponível em: https://mobile.facebook.com/minhacausa/posts/911565878895128?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 12/04/2021.

Documentos:

AGUIAR, Guilherme. Nota oficial do partido. *PSDB*. 26 jun. 2013. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/ms/tags/nota-oficial/>. Acesso em: 07/11/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Projeto Somos – Desenvolvimento Organizacional, *Advocacy* e Intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CÂMARA quer veto de Kassab a Dia do Hétero. *Athos GLS*. 10 ago. 2011. Disponível em: <https://athosgls.com.br/camara-quer-veto-de-kassab-a-dia-do-hetero/>. Acesso em: 16/12/2019.

CARAVANA do Fórum Paulista LGBT lança Parada em Araras. *Athos GLS*. 27 mai. 2009. Disponível em: <https://athosgls.com.br/caravana-do-forum-paulista-lgbt-lanca-parada-em-araras/>. Acesso em: 03/02/2021.

DEPUTADOS querem barrar mudança de sexo pelo SUS. *Athos GLS*. 25 nov. 2008. Disponível em: <https://athosgls.com.br/deputados-querem-barrar-mudanca-de-sexo-pelo-sus/>. Acesso em: 05/11/2019.

A DIVERSIDADE no PSDB. *Diversidade Tucana*. 28 mai. 2010. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2010/05/diversidade-no-psdb.html>. Acesso em: 23/11/2019.

DIVERSIDADE Tucana deve fechar 2011 com 30 núcleos em todo o estado. Disponível em: <https://tucano.org.br/diversidade-tucana-deve-fechar-2011-com-30-nucleos-em-todo-o-estado/>. Acesso em: 28/09/2019.

DIVERSIDADE Tucana se posiciona contra o PL 280/2011, de São José dos Campos. *Diversidade Tucana*. 30 jun. 2011. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2011/06/diversidade-tucana-se-posiciona-contr.html>. Acesso em: 14/12/2019.

DIVERSIDADE Tucana se posiciona contra a PEC 99/2011. *Diversidade Tucana*. 07 jun. 2011. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2012/06/diversidade-tucana-se-posiciona-contr.html>. Acesso em: 05/11/2019.

DIVERSIDADE Tucana se posiciona contra o PDC 234/2011. *Diversidade Tucana*. 27 jun. 2012. Disponível em: http://www.diversidadetucana.com.br/2012/06/diversidade-tucana-se-posiciona-contra_27.html. Acesso em: 05/11/2019.

ELEIÇÃO do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual. *Athos GLS*. 19 abr. 2010. Disponível em: <https://athosgls.com.br/eleicao-do-conselho-municipal-de-atencao-a-diversidade-sexual/>. Acesso em: 17/11/2019.

EM CONGRESSO, propostas do Diversidade Tucana transformam o PSDB. *Diversidade Tucana*. 08 abr. 2013. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2013/04/em-congresso-propostas-do-diversidade.html>. Acesso em: 05/10/2019.

EM BRASÍLIA, Diversidade Tucana conquista apoios e recebe importante missão. 21 mai. 2011. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2011/05/em-brasilia-diversidade-tucana.html>. Acesso em: 12/09/2019.

FÓRUM Paulista LGBT lança novo site; Salete Campari e Beto de Jesus serão colunistas. *A Capa*. 14 jan. 2009. Disponível em: <https://acapa.disponivel.uol.com.br/forum-paulista-lgbt-lanca-novo-site-salete-campari-e-beto-de-jesus-serao-colunistas/>. Acesso em: 25/01/2021.

FREITAS, Marcos. I Congresso Estadual do Diversidade Tucana. *Passageiro do Mundo*. 22 mai. 2011. Disponível em: <https://passageirodomundo.blogspot.com/2011/05/i-congresso-estadual-do-diversidade.html>. Acesso em: 12/10/2019.

_____. Diversidade Tucana na Convenção Estadual do PSDB. *Passageiro do Mundo*. 11 jun. 2010. Disponível em: <https://passageirodomundo.blogspot.com/2010/06/diversidade-tucana-na-convencao.html>. Acesso em: 12/10/2019.

_____. Roda de Conversa com Ricardo Montoro e Bruno Covas. *Passageiro do Mundo*. 23 ago. 2010. Disponível em: <https://passageirodomundo.blogspot.com/2010/08/roda-de-conversa-com-ricardo-montoro-e.html>. Acesso em: 12/10/2019.

O FUNDAMENTALISMO avança, nós trabalhamos para combatê-lo. *Diversidade Tucana*. 08 jun. 2011. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2011/06/o-fundamentalismo-avanca-nos.html>. Acesso em: 05/11/2019.

GIACOMI, Paulo. Gays pedem voto contra o preconceito. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 15 jul. 1996. Plataforma Eleitoral. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/15/brasil/26.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

GRUPO LGBT tucano aciona partido contra evangélico do PSDB. *Diversidade Tucana*. 09 jun. 2011. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2011/06/grupo-lgbt-tucano-aciona-partido-contra.html>. Acesso em: 05/11/2019.

MENSAGEM do Governador Geraldo Alckmin para o Diversidade Tucana, 2011. 1 vídeo (1m29s). Publicado pelo canal diversidadetucana. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Q2ZB9DyMhY>. Acesso em: 27/09/2019.

NOVA diretoria da ABRATGLS toma posse. *Athos GLS*. 23 abr. 2007. Disponível em: <https://athosgls.com.br/psdb-de-sao-paulo-cria-nucleo-gay/>. Acesso em: 21/08/2019.

PAPO ABERTO COM VOCÊ Cássio Rodrigo, 2016. 1 vídeo (34m07s). Publicado pelo canal TV OMINDARÉ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fMFYWXVTOrI>. Acesso em: 18/12/2019.

PARTIDOS de olho nas cores do arco-íris. *Athos GLS*. 21 ago. 2007. Disponível em: <https://athosgls.com.br/partidos-de-olho-nas-cores-do-arco-iris/>. Acesso em: 12/08/2019.

PLANO Municipal de Direitos Humanos. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/plano-municipal-de-direitos-humanos-pmdh.html>>. Acesso em: 10/09/2019.

PLENÁRIA do Diversidade Tucana é grande novidade da convenção do PSDB-SP. *Diversidade Tucana*. 07 mai. 2011. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2011/05/plenaria-do-diversidade-tucana-e-grande.html>. Acesso em: 11/09/2019.

POR uma atuação suprapartidária em prol da população LGBT. *Diversidade Tucana*. 02 ago. 2012. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.com.br/2012/08/por-uma-atuacao-suprapartidaria-em-prol.html>. Acesso em: 05/11/2019.

PROGRAMA Estadual de Direitos Humanos. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/programa-estadual-de-direitos-humanos-sao-paulo-1997.html>>. Acesso em: 10/09/2019.

PSDB. Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira. Disponível em: <https://tucano.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Estatuto-do-PSDB-2019-atualizado.pdf>. Acesso em: 17/08/2019.

_____. Diversidade Tucana. Disponível em: <https://www.psd.org.br/conheca/segmentos/diversidade-tucana>. Acesso em: 23/11/2019.

PSDB de São Paulo cria núcleo gay. *Athos GLS*. 22 jun. 2006. Disponível em: <https://athosgls.com.br/psdb-de-sao-paulo-cria-nucleo-gay/>. Acesso em: 10/08/2019.

REUNIÃO do Fórum Paulista LGBT. *Athos GLS*. 03 jul. 2009. Disponível em: <https://athosgls.com.br/reuniao-do-forum-paulista-lgbt/>. Acesso em: 03/02/2021.

ROBSON CERQUEIRA foi candidato a deputado federal 2002, 2016. 1 vídeo (20s). Publicado pelo canal TV Freguesia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BGEPhjLKvJk>. Acesso em: 23/04/2019.

SAMPAIO, Paulo. Comitê LGBT que apóia Marta diz que publicidade é homofóbica e desagrega. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 out. 2008. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/10/455851-comite-lgbt-que-apoia-marta-diz-que-publicidade-e-homofobica-e-desagrega.shtml?origin=folha>. Acesso em: 14 out. 2019.

SATO, Beto; MARTINS, Ferdinando. A tragédia, a farsa e o movimento GLBT. *Athos GLS*. 09 abr. 2008. Disponível em: <https://athosgls.com.br/a-tragedia-a-farsa-e-o-movimento-glb/>. Acesso em: 03/12/2020.

TABOÃO da Serra recebe a Caravana do Fórum Paulista LGBT. *Athos GLS*. 16 jul. 2009. Disponível em: <https://athosgls.com.br/taboa-da-serra-recebe-a-caravana-do-forum-paulista-lgbt/>. Acesso em: 03/02/2021.

TRONOLONE, Wagner. Kassab e a partidização do movimento LGBT. *Do outro mundo*. 12 set. 2008. Disponível em: <https://guitronolone.blogspot.com/2008/09/kassab-e-partidarizacao-do-movimento-lgbt.html>. Acesso em: 23/09/2019.

_____. Para o Cláudio. *Do outro mundo*. 09 mar. 2009. Disponível em: <https://guitronolone.blogspot.com/2009/03/para-o-claudio.html>. Acesso em: 23/09/2019.

_____. Pela Verdade! (ou: Saber Perder). *Do outro mundo*. 11 mar. 2009. Disponível em: <https://guitronolone.blogspot.com/2009/03/pela-verdade-ou-saber-perder.html>. Acesso em: 23/09/2019.

UNIÃO estável enfrenta resistência dos religiosos, diz Jornal do Brasil. *Athos GLS*. 25 jan. 2010. Disponível em: <https://athosgls.com.br/uniao-estavel-enfrenta-resistencia-dos-religiosos-diz-jornal-do-brasil/>. Acesso em: 05/11/2019.

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas

Bom dia/Boa tarde/Boa noite!

Esta entrevista faz parte da minha pesquisa de mestrado sobre o Diversidade Tucana. Eu gostaria de conversar com você sobre três temas principais: primeiro, sobre a sua trajetória pessoal e política, isto é, onde você nasceu, onde você estudou, em quais grupos atuou, etc.; segundo, sobre a sua entrada no PSDB e sua atuação no partido e também no Diversidade Tucana; por fim, gostaria de conversar mais especificamente sobre o Diversidade Tucana (sobre o seu processo de criação, formas de atuação, etc.). Saliento que você pode interromper a entrevista e/ou a gravação a qualquer momento, caso sinta necessidade. Agradeço mais uma vez pela disposição em colaborar com a pesquisa! Acho que podemos começar.

I. Em que época ou a partir de que episódio situa o início de sua atuação política?

II. Antes do Diversidade Tucana você atuou em algum agrupamento político?

II.I. É ou já foi próximo do movimento LGBT?

III. Quando entrou no PSDB? E por quê?

III.I. Quando entrou no partido já havia o DT?

III.II. Como era tratada a questão da diversidade sexual quando você entrou no partido? E agora?

IV. Como foi a fundação do DT?

V. Quais principais focos de atuação do DT?

V.I. Você poderia citar atividades que realizaram?

V.II. Como é a relação do DT dentro do partido?

V.III. E com parlamentares contrários à causa LGBT?

V.IV. Como é a relação do DT com outras organizações do movimento LGBT?

VI. Posições políticas e atuação prioritária do PSDB

VI.I. Atuação prioritária do DT.

VI.II. Percebe - e como lida - com tensões de agenda LGBT x agendas políticas ou econômicas mais amplas.

APÊNDICE B – Questionário socioeconômico**Questionário de perfil socioeconômico**

1. Qual sua idade? _____.

2. Qual seu sexo?
 Masculino Feminino Outro: _____.

3. Qual a sua identidade de gênero?
 Homem Mulher Travesti Não-Binário *Queer*
 Outro: _____.

4. Qual sua orientação sexual?

5. Qual sua raça/cor, considerando as categorias do IBGE:
 Preta Parda Branca Amarela Indígena

6. Qual seu grau de escolaridade?
 Fund.Incomp. Fund.Comp. MédioIncomp. Médio Comp.
 Superior Incomp. Superior Comp. Pós-graduação.

7. Qual a sua ocupação profissional? _____.

8. Atualmente, com quem você vive?
 Sozinho Com companheira/o Com família (companheira/o e filhas/os)
 Com família (pai/mãe...) Com amigos Outros: _____

APÊNDICE C – Perfil dos entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Id. de Gênero	Orient. sexual	Raça/cor	Escolarid.	Ocupação Profissional	Com quem vive?	Data da Entrevista	Duração
Natan	26	M	Homem	Gay	Branca	Superior incompleto	Funcionário Público	Amigos	26/03/18	1h27m14s
Edgar	31	M	Homem	Gay	Branca	Superior Completo	Relações Públicas	Família (pai/mãe)	13/04/18	2h30m43s
Nilton	45	M	Homem	Gay	Branca	Pós-Grad.	Professor / Assessor Parlamentar	Companheiro	07/01/19	2h36m09s
Saulo	51	M	Homem	Gay	Branca	Superior Completo	Funcionário Público/ Assessor Parlamentar	Sozinho	08/01/19	2h24m24s
Luiza	58	F	Mulher	Hétero	Branca	Pós-Grad.	Advogada	Companheiro	15/01/19	3h17m20s
Robson Cerqueira	62	M	Homem	Gay	Branca	Superior Completo	Cabeleireiro	Sozinho	16/01/19	1h34m29s
Antônio	54	M	Homem	Gay	Branca	Superior Completo	Gestor Cultural	Sozinho	16/01/19	1h2m11s
Othon	49	M	Queer	Gay	Branca	Pós-Grad.	Professor universitário	Companheiro	30/01/19	2h55m14s
Nicolau	42	M	Homem	Gay	Parda	Superior Incompleto	Servidor Público	Companheiro	04/02/19	1h38m52s
Sérgio	38	M	Homem	Gay	Branca	Superior Completo	Estudante	Família (pai/mãe)	08/02/19	2h14m03s
Oscar	56	M	Homem	Gay	Branca	Superior Completo	Servidor Estadual Comission.	-	12/06/19	1h07m33s
Kaio	47	M	Homem	Gay	Branca	Superior Completo	Servidor Público Municipal	Sozinho	16/06/19	3h38m
Rodrigo	37	M	Homem	Gay	Branca	Pós-Grad.	Jornalista/ Assessor Parlamentar	Companheiro	30/09/19	4h03m01s
Ariane	49	F	Mulher	Lésbica	Branca	Pós-Grad.	Consultora em Direitos Humanos	Sozinha	06/04/20 e 07/04/20	WhatsApp
Denis	43	M	Homem	Gay	Branca	Pós-Grad.	Professor Universitário	Sozinho	19/05/20	WhatsApp
Laurindo	60	M	Homem	Gay	Branca	Pós-Grad.	Professor particular de inglês	Sozinho	21/05/20	WhatsApp

APÊNDICE D – Trajetória dos entrevistados

Entrevista 1: Natan - A entrevista foi realizada no dia 26 de março de 2018, em uma sala do local de trabalho de Natan, após o expediente. Natan é formado em Ciências Sociais e na época da entrevista tinha 26 anos, era funcionário público e morava com amigos.

De família católica “tradicionalista”, Natan fez cerca de cinco ou seis anos de formação na Igreja, o que, de acordo com ele, o levou a sentir incômodo em relação à própria sexualidade devido à sua “culpa cristã”. Nascido em uma pequena cidade do interior paulista, com cerca de cinco mil habitantes, onde o PSDB era a principal força política, narra que quando era adolescente ouvia falar muito sobre o escândalo do *mensalão* e que por isso possuía uma visão bastante negativa em relação ao PT. Em 2011, mudou-se para São Paulo para iniciar sua graduação, momento no qual passou a sentir necessidade de pensar sua própria sexualidade de forma política, preocupando-se com questões referentes especialmente a direitos civis e ao respeito à integridade física (nesse sentido, é relevante que Natan tenha sido vítima de agressão física motivada por homofobia por parte de familiares). Naquele ano, aproximou-se do PSDB e posteriormente do Diversidade Tucana, sendo que frequentou reuniões do grupo, embora não tenha tido uma atuação destacada no DT. Acabou se afastando do partido, e do DT, em 2013 devido a algumas decepções, notadamente o apoio da bancada federal tucana à eleição de Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a experiência de repressão policial durante protestos dos quais participou em junho de 2013. Posteriormente, embora não tenha atuado em outros grupos, acabou se filiando ao PSOL.

Entrevista 2: Edgar - Entrevista realizada no dia 13 de abril de 2018, na FFLCH/USP, na sala de meu orientador, Prof. Gustavo Venturi. Edgar é formado em Relações Públicas e à época da entrevista tinha 31 anos, trabalhava em sua área de formação e vivia com seus pais.

Nascido na capital paulista, é membro de uma família de peessedebistas, sendo que quando era criança chegou a frequentar o “clube dos tucaninhos”. Apesar disso, aproximou-se do PSDB depois de adulto, em 2010, por influência de André Pomba que era militante do DT e o incentivou a frequentar as reuniões do grupo. Sobre a sua amizade com Pomba, conta que o conheceu em 2005, ao frequentar matinês da casa noturna *ALôca*, onde Pomba era DJ. Posteriormente, acabaram trabalhando juntos por cerca de 2 anos com a produção de festas GLS. Edgar considera Pomba uma espécie de “padrinho”, visto que teria sido a partir de sua

relação com ele que a questão LGBT “deixou de ser [só sobre] sair à noite e passou a ser uma coisa do dia a dia”, com a qual passou a se preocupar politicamente. Na época da entrevista, Edgar atuava no Diversidade Tucana.

Entrevista 3: Nilton - Entrevista realizada no dia 07 de janeiro de 2019, em um bar/restaurante próximo ao metrô Vila Madalena. Nilton é formado em Letras e na época da entrevista tinha 45 anos, cursava mestrado e vivia com seu companheiro.

Nascido no interior de Minas Gerais, em família de origem humilde, Nilton localiza o surgimento de seu interesse por política por volta dos seus 15 ou 16 anos e ressalta que este não se deveu à influência dos pais, mas a discussões empreendidas na escola e também por seu gosto pela leitura: àquela altura costumava ler diversos títulos da coleção “Primeiros Passos”, da editora Brasiliense. O entrevistado narrou que sempre estudou em escolas públicas tendo, inclusive, ingressado em uma universidade federal para cursar Letras.

Quando jovem Nilton atuou no movimento secundarista, tendo sido diretor da União dos Estudantes de sua cidade. Aproximou-se do PT durante as eleições presidenciais de 1989, sendo que acabou se filiando ao partido em 1990. Posteriormente, quando entrou na Universidade conheceu outros gays e lésbicas e passou a se sentir mais livre para vivenciar sua sexualidade, visto que na cidade onde morava não tinha quaisquer espaços de sociabilidade LGBT. Nessa direção, ele conta que “naquela época não era como é hoje”, pois o medo em relação à AIDS ainda era muito presente e era muito mais difícil obter informações sobre sexualidade (“ainda não havia internet!”) e que as suas únicas referências vinham da mídia: ele relembra a revista *Sui Generis* e a coluna de Érika Palomino na *Folha de S. Paulo* e afirma que um grande marco nessa época foi a novela *A Próxima Vítima* que apresentou um casal gay interracial.

Em seu período de Faculdade, Nilton fez parte do Centro Acadêmico do seu curso e também do Diretório Central de Estudantes (DCE). O entrevistado ressalta que a chapa da qual participou quando concorreu ao DCE “tinha tanto viado e sapatão junto” que embora não pautasse as questões LGBT, isso “acabava as fortalecendo”. De acordo com sua narrativa, naquelas eleições os membros de sua chapa foram hostilizados pela chapa formada por militantes do PCdoB que chegou a fazer charges homofóbicas em relação à sua chapa chamando-a de “chapa bambi”. Apesar disso, a sua chapa acabou ganhando. Vale pontuar que apesar da importância de sua experiência universitária para a vivência de sua sexualidade, de acordo com o entrevistado a questão LGBT se colocou politicamente para ele somente depois de mudar-se para São Paulo, após terminar a graduação no final dos anos 1990.

Em São Paulo, embora tenha participado de atividades do grupo CORSA, não atuou ativamente no movimento LGBT por considerá-lo pouco politizado (em comparação à sua experiência no movimento estudantil). Nesse sentido, teria sido somente em Campinas, quando aproximou-se do grupo Identidade, que passou a atuar “organicamente” no movimento LGBT. Também quando morava em São Paulo, Nilton atuou na Juventude do PT e, posteriormente, passou a fazer parte do NGL-PT (sendo que a partir de 2006 passou a atuar no setorial nacional LGBT do partido).

Em 2003, Nilton começou a atuar como assessor parlamentar, momento no qual foi um dos idealizadores de criar, em âmbito federal, a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual. Ao longo dos anos, em diferentes ocasiões, atuou como assessor parlamentar e chegou a ocupar cargos em equipamentos da gestão pública municipal em São Paulo. Atualmente, já não participa do Setorial LGBT do PT e define-se como um “militante de direitos humanos e do movimento LGBT”.

Entrevista 4: Saulo - A entrevista foi realizada no dia 08 de janeiro de 2019, na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. O entrevistado é formado em Filosofia, funcionário público estadual e, na época da entrevista, tinha 51 anos, morava sozinho e atuava como assessor parlamentar da Secretaria da Fazenda.

Nascido na Zona Leste de São Paulo, o entrevistado conta que se interessou por política desde muito novo, embora seus pais não tivessem qualquer atuação política. Nesse sentido, ele fez referência a uma professora de seu período ginasial que debatia em sala de aula temas referentes à participação política. Mas pontuou que um grande marco em sua trajetória foi um comício de Franco Montoro, realizado em 1982, quando tinha quinze anos (sendo essa a sua primeira lembrança de um evento propriamente político).

Saulo estudou na rede pública até o momento em que foi para um Seminário Católico, onde permaneceu por algum tempo. Posteriormente, acabou entrando em uma Universidade Católica e formando-se em Filosofia no início dos anos 1990. Inicialmente, tinha a intenção de atuar na área da Educação, como professor, mas acabou redirecionando sua atuação profissional e passou a trabalhar na assessoria de uma vereadora, o que o levou a passar mais de uma década atuando na Câmara Municipal de São Paulo.

Durante a faculdade, atuou no grêmio estudantil mas sempre em temáticas ligadas à Filosofia e à prática religiosa. Saulo contou que a sua trajetória de atuação político-partidária iniciou-se na Juventude do PMDB, em 1985, e, posteriormente, em 1988, passou a integrar o PSDB. Nos anos 1990, era próximo à teologia da libertação e atuou na Pastoral da Juventude,

tendo inclusive frequentado acampamentos da pastoral dos sem-terra. E o entrevistado também teve relação com o movimento sindical no período em que trabalhou como bancário e depois quando atuou no sindicato de professores.

No PSDB, o entrevistado participou da fundação do partido, mais especificamente ajudou a fundar o seu setorial de Juventude e, desde de 1994, atuou em campanhas coordenando grupos temáticos (em especial sobre a questão da Educação). Nos anos 2000, o entrevistado passou a integrar o Diversidade Tucana algum tempo depois da fundação do grupo e foi uma figura fundamental no processo de sua estruturação (que se desenrolou na década seguinte). Saulo candidatou-se a vereador em duas ocasiões (2008 e 2012), mas não foi eleito. Atualmente Saulo atua no Diversidade Tucana.

Entrevista 5: Luiza - A entrevista foi realizada no dia 15 de janeiro de 2019 em sua casa, na zona sul de São Paulo. É advogada de formação, possui pós-graduação e, na época da entrevista, possuía 58 anos e morava com seu companheiro. Luiza foi a única mulher entrevistada que atuou no DT (e, nesse sentido, vale ressaltar que ela é cis e heterossexual).

Nascida no interior paulista, Luiza conta que sua família possui histórico de consciência e atuação política: o pai integrou o PCB e a mãe, embora fosse dona de casa, conversava com os filhos e os incentivava a colocarem-se politicamente na sociedade. Nessa direção, desde jovem Luiza atuou no movimento estudantil, participando de congressos da UNE desde meados dos anos 1980 e tendo sido diretora da União Estadual dos Estudantes (UEE). Aos 18 anos, tirou o título de eleitora e filiou-se ao MDB, onde integrou a ala ligada ao PCdoB.

Posteriormente, Luiza cursou faculdade de Direito e atuou como estagiária da prefeitura de sua cidade natal e como voluntária no Sindicato de Trabalhadores Rurais da cidade vizinha. Após se formar na faculdade, tornou-se Procuradora de sua cidade natal e passou a atuar no Centro de Atendimento ao Consumidor, um dos primeiros criados no estado de São Paulo. Atuou como Procuradora até 1987, quando decidiu abrir mão do cargo a fim de mudar-se para São Paulo para viver com seu companheiro.

Já morando em São Paulo, Luiza continuou atuando no PCdoB e começou a trabalhar na Assembleia Legislativa de São Paulo, como assessora parlamentar, durante a Assembleia Constituinte Estadual, em 1989, a convite de um deputado de sua cidade natal. Trabalhou durante alguns anos com esse deputado que, de acordo com ela, tinha uma atuação voltada às questões de Direitos Humanos.

Acabou migrando para o PMDB em 1989 e para o PSDB no início da década de 1990, em ambos os casos acompanhando esse deputado com o qual trabalhava. Em meados dos anos 1990, Luiza afastou-se por algum tempo dessa atuação partidária para poder se dedicar aos seus filhos (embora tenha participado de algumas reuniões e de convenções partidárias), voltando a militar mais ativamente em meados dos anos 2000, quando se filiou ao PSDB.

Àquela altura, no começo dos anos 2000, Luiza estava atuando pró-bono com a retificação de nome para a população transexual, auxiliando pessoas trans que frequentavam a região próxima à Praça Roosevelt. Em meados dos anos 2000, Luiza voltou a atuar como assessora parlamentar e, por isso, conheceu algumas pessoas envolvidas com o recém-criado Diversidade Tucana e foi convidada para participar de uma reunião do grupo e acabou entrando no DT uns dois anos depois de sua fundação. Luiza ressalta que não atuou em outros grupos do partido – como o “PSDB Mulher” –, embora fosse amiga de algumas integrantes. Atualmente, Luiza faz parte do Diversidade Tucana, mas está um pouco afastada das atividades do grupo.

Também é digno de nota que Luiza integrou o grupo que atuou internamente na OAB/SP para a criação de uma Comissão de Diversidade Sexual, o que veio a ocorrer em 2011 – até então, as discussões sobre questões LGBT estavam circunscritas à Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP.

Entrevista 6: Robson Cerqueira - A entrevista foi realizada entre o final da manhã e o início da tarde do dia 16 de janeiro de 2019 em sua casa, na zona noroeste de São Paulo. Na época da entrevista, Robson possuía 62 anos, atuava como cabeleireiro em seu salão que estava alocado no andar térreo de sua casa, onde morava sozinho. Robson nasceu em uma pequena cidade baiana, mas veio ainda jovem para São Paulo em meados dos anos 1970. Após chegar em São Paulo, largou os estudos e começou a trabalhar como *office boy*, voltando a estudar após alguns anos, em 1978, quando iniciou um curso supletivo. Na escola acabou se aproximando do MDB, onde viria a militar até 1985, depois atuou por um tempo no PCdoB, até 1988, quando passou a compor o PSDB, desde sua fundação. Pelo PSDB, candidatou-se duas vezes a deputado federal e uma vez a vereador, sendo o primeiro candidato assumidamente gay do partido. Envolveu-se com a “causa gay” na segunda metade dos anos 1990, tendo fundado o Movimento Gay Independente (MGI). Atualmente, Robson não participa do DT e já não cogita candidatar-se novamente, mas possui uma forte atuação como líder comunitário.

Entrevista 7: Antônio - A entrevista foi realizada entre o fim da tarde e o início da noite do dia 16 de janeiro de 2019 em sua casa, no Centro de São Paulo. Antônio possui curso superior completo e à época da entrevista tinha 54 anos, trabalhava como gestor cultural e morava sozinho.

Antônio narra que veio de uma família que era consciente politicamente, sendo que ele próprio participou da reconstrução da UNE, em 1979, e atuou no sindicato dos metalúrgicos do ABC, quando trabalhava em uma empresa de computadores em uma cidade do ABC paulista. Mas Antônio acabou “desencanando de política” e se afastando da esquerda após participar de uma “greve violenta”. Com o surgimento do PSDB, em 1988, considerado por ele uma “esquerda mais *light*”, resolveu militar na Juventude do partido (onde permaneceu até completar 28 anos). Em 1994 engajou-se nas campanhas de FHC para presidente e de Mário Covas para governador de São Paulo, mas decepcionou-se com a aliança entre PSDB e PFL em âmbito nacional e, por isso, deixou de militar no partido, embora não tenha se desfilado oficialmente. Por isso, em 1998 não fez campanha para FHC. Em 2000 fez campanha para Marta Suplicy e em 2002 votou em Lula, mas desiluiu-se com o PT, principalmente, devido ao escândalo do *mensalão*. Naquele momento, em 2006, quando surge “essa história de Diversidade Tucana” ele é convidado a participar do grupo por membros do DT que o conheciam da época em que Antônio atuou na Juventude Tucana.

Entre 1994 e 2006, período em que esteve fora do PSDB, Antônio trabalhou como DJ e focou seus esforços na “militância da noite”, nas questões culturais, ainda que tenha atuado em algumas campanhas de forma “independente” levando em conta a temática LGBT (como a campanha de Marta Suplicy, em 2000).

De acordo com sua narrativa, ele ficou animado com a possibilidade de militar no Diversidade Tucana, pois àquela altura a gestão Serra na prefeitura de São Paulo havia implementado algumas políticas públicas LGBT. Assim, Antônio resolveu militar especificamente no DT (ele fez questão de salientar que não atuou organicamente no partido), pois acreditava que o PSDB estava fazendo coisas efetivas em prol da diversidade sexual.

Em relação ao período em que atuou no Diversidade Tucana, ele afirma que após a eleição municipal de 2008 decepcionou-se com o partido, pois, segundo ele, “rifaram a candidatura do Alckmin”. Naquele pleito o DT engajou-se nas campanhas de Alckmin e de Kassab e isso o desagradou um pouco, visto que foi um dos poucos a apoiar o candidato tucano. Ainda assim, continuou no partido, até que em 2012 incomodou-se com a candidatura de José Serra à prefeitura de São Paulo: não se imaginava fazendo campanha para Serra, após a campanha eleitoral presidencial de 2010, que ele avaliava como “traumática” por ter sido

uma “campanha meio reaçã”. Antônio então deixou o PSDB e migrou para o Partido Verde (PV), em 2013, onde passou a atuar no PV Diversidade. Candidatou-se algumas vezes pelo PV, a vereador e a deputado, mas não foi eleito. Também foi conselheiro municipal LGBT da cidade de São Paulo em algumas ocasiões. Atualmente possui uma produtora cultural e atua como DJ em festas de diferentes casas noturnas da cidade de São Paulo.

Entrevista 8: Othon - A entrevista foi realizada no dia 30 de janeiro de 2019 em uma cafeteria de um shopping na Zona Leste de São Paulo. O entrevistado possui pós-graduação, é professor universitário, e à época da entrevista possuía 49 anos e morava com seu companheiro.

Othon nasceu e foi criado na Zona Leste de São Paulo, onde sempre estudou em escolas públicas, inclusive, graduou-se em Ciências Sociais em uma universidade pública paulista. Também cursou jornalismo durante algum tempo (concomitantemente com Ciências Sociais), mas não chegou a se formar.

Em relação à sua graduação, ele afirma que naquele momento - entre final dos anos 1980 e início dos anos 1990 - não era comum assumir-se ou mesmo falar abertamente sobre sexualidade na universidade. Othon afirma que na época de sua graduação ele não era militante, mas, por influência de seu namorado na época, acabou conhecendo o CAEHUSP - um grupo que, segundo ele, começou “ecclético” e, dentre outras atividades, produzia uma fanzine de poesia homoerótica. Othon acabou atuando no grupo de 1989 até 1991, e foi onde conheceu o seu fundador Elias Lilikan. Por isso, em 1996, embora já estivesse afastado do grupo, ele participou ativamente da campanha a vereador de Lilikan (PT).

De meados dos anos 1990 até o início dos anos 2000, Othon não quis atuar organicamente em grupos de militância, pois acreditava que o fato de vivenciar a sua sexualidade abertamente possuía um “impacto militante”. Nesse período, focou em sua formação acadêmica, cursando mestrado e doutorado. Após defender seu doutorado, em 2004, mudou-se para a Argentina, onde atuou como jornalista *freelancer* para veículos brasileiros. Na verdade, desde o início dos anos 2000 Othon já atuava como colaborador do Festival MixBrasil e também no site MixBrasil, sendo pago por tais atividades. Ao voltar para o Brasil, em 2005, foi contratado para trabalhar fixo no site MixBrasil. Posteriormente, em 2006, Othon trabalhou alguns meses na revista G Magazine e, em 2010, auxiliou na elaboração do *Manual de Comunicação LGBT*, material voltado para profissionais da área de comunicação.

Othon fez questão de pontuar durante a entrevista que, em sua avaliação, ao longo dos anos 2000 havia um jornalismo gay profissionalizado, que atuava com técnica e seriedade.

Isto é, em sua opinião, havia um *campo jornalístico gay*. Nessa direção, ele narrou a tentativa de criação de uma associação de jornalistas gays em meados dos anos 2000 (que não teria dado resultados). E também mencionou a realização de ao menos dois encontros de imprensa LGBT ao longo dos anos 2000. Em uma pesquisa rápida na internet, não encontrei informações sobre tais eventos.

Após voltar ao Brasil, em meados de 2005, Othon conheceu seu atual companheiro, em uma atividade da CADS realizada no Autorama. Por volta de 2006, ambos começaram a atuar no Instituto Edson Nêris (IEN), grupo formado por militantes que, em sua maioria, possuíam afinidade - e em alguns casos vínculos formais - com o PT. Segundo Othon, as atividades do IEN consistiam, sobretudo, em reuniões e discussões de textos.

Foi nesse momento que Othon começou a atuar organicamente no movimento (ele fez questão de pontuar que a militância não era sua atividade principal e sim “algo a mais” em sua vida). Além de participar do IEN, também passou a frequentar o Fórum Paulista LGBT. Naquele momento, ele também participava de diversas atividades do PT e, inclusive, quase se filiou ao partido. Mas decepcionou-se com a militância petista após participar da I Conferência Estadual LGBT, em 2008. Othon atuou na organização da conferência e narra que as disputas partidárias (que em sua avaliação foram motivadas especialmente pela atuação de militantes petistas pouco interessados com o sucesso da conferência), causaram tensões e o motivaram a se afastar do PT e se aproximar do PSDB, sendo que após a conferência ele começou a militar no Diversidade Tucana. Atualmente Othon já não atua mais no DT e em nenhum outro grupo de militância.

Entrevista 9: Nicolau – A entrevista foi realizada no dia 04 de fevereiro de 2019, em uma sala de seu local de trabalho. Nicolau é servidor público e à época da entrevista possuía superior incompleto, tinha 42 anos e morava com seu companheiro.

Nascido e criado em uma cidade da região metropolitana de São Paulo, ele localiza o seu interesse por questões da militância LGBT por volta dos seus dezesseis anos, motivado por uma agressão homofóbica que o levou a ser hospitalizado. Nicolau também militou em movimentos por moradia, atuando como voluntário em uma ONG que realizava o levantamento de áreas invadidas em periferias da região em que ele mora (o que posteriormente resultou na regularização de moradias).

De acordo com a sua narrativa, ao longo dos anos 2000 diversas pessoas de sua cidade atuavam em torno de questões LGBT, mas “sempre para fora”, isto é, atuando em eventos de outras cidades, notadamente São Paulo. Contudo, por volta de 2011, teria surgido em sua

cidade um grupo de caráter apartidário, que teve uma importante atuação de *advocacy* durante a campanha eleitoral municipal de 2012, o que acabou resultando na conquista de uma Coordenadoria de Diversidade Sexual - implementada no início do ano seguinte -, da qual o entrevistado foi coordenador por alguns anos. Devido à sua experiência em gestão pública, Nicolau passou a acreditar que mudanças no sistema político dependem de atuação nos bastidores empreendida com “trabalho de formiguinha”, que muitas vezes não é visibilizado.

Nesse sentido, ele conta que quando começou a militar era bastante resistente à militância partidária, mas acabou tendo contato com o Diversidade Tucana por meio de Karl Pinheiro (que morava na mesma cidade e pretendia criar um DT Municipal). Nicolau conta que resolveu entrar no Diversidade Tucana, pois devido à sua convivência com Karl passou a perceber que os militantes do PSDB não atuavam muito no movimento, mas que internamente ao partido empreendiam diálogos com parlamentares e que isso “era muito forte” na atuação do DT. Inicialmente se aproximou do DT e posteriormente se filiou ao PSDB. Atualmente, Nicolau atua no Diversidade Tucana.

Entrevista 10: Sérgio - A entrevista foi realizada no dia 08 de fevereiro de 2019 em uma padaria/cafeeteria localizada no centro da cidade de São Paulo, na presença de sua irmã que o estava acompanhando por motivos de saúde (o entrevistado estava com o pé engessado). Formado em Administração, à época da entrevista cursava Jornalismo e morava com familiares.

Sérgio nasceu na região do ABC Paulista, mas sua atuação política concentrou-se na cidade de São Paulo. Segundo ele, seus pais não eram pessoas politicamente ativas, mas possuíam uma “visão de mundo” próxima aos posicionamentos do PSDB. Ele teria iniciado a sua atuação política em busca de “se fortalecer”, por uma “questão de sobrevivência”, pois sua família era evangélica, freqüentadora da Assembleia de Deus, e não aceitava a sua homossexualidade. Sérgio então afastou-se da Assembleia - e de qualquer outra denominação religiosa -, por cerca de três anos, até começar a frequentar igrejas inclusivas, a fim de buscar comunhão com Deus e se livrar da sensação de culpa por vivenciar sua homossexualidade. Frequentou igrejas inclusivas por cerca de cinco ou seis anos (e no momento da entrevista já não frequentava nenhuma denominação religiosa). Mas a sua busca por sentir-se bem consigo mesmo não esteve restrita ao seu engajamento em igrejas inclusivas. No início dos anos 2000, Sérgio também começou a frequentar reuniões dos grupos de apoio da APOGLBT e passou a manter um *blog* (atividade que hoje ele percebe como uma “militância virtual”).

Na busca por se encontrar, no início dos anos 2000, provavelmente em 2001, Sérgio foi a um encontro de homens gays em Ilha Solteira, evento financiado pelo Ministério da Saúde. Naquela ocasião, Sérgio teve o seu primeiro contato com pessoas que militavam partidariamente no PT, visto que a maioria dos participantes do evento, de acordo com ele, eram petistas. Inclusive, Sérgio conta que no início de sua atuação política, muitos pressupunham que ele era alinhado ao PT já que possuía muitos amigos petistas. Ao refletir sobre isso, ele afirma que o PT era muito forte no movimento LGBT e que talvez isso possa ter motivado a criação de núcleos e setoriais em outros partidos a fim de fazer contraponto à agremiação petista.

A sua aproximação com o Diversidade Tucana deu-se por volta de 2008, quando começou a atuar na ONG Casarão Brasil²⁰⁶ - trabalhando na parte administrativa -, pois lá conheceu Cássio Rodrigo, então coordenador da CADS, que também frequentava o espaço. Sérgio então começou a frequentar as reuniões do DT e posteriormente acabou se filiando ao PSDB. Na época da entrevista não participava mais do DT nem de qualquer outro grupo.

Entrevista 11: Oscar - A entrevista foi realizada no dia 12 de junho de 2019 em uma cafeteria localizada no centro da cidade de São Paulo. O entrevistado possui ensino superior completo, à época da entrevista era funcionário público comissionado e tinha 56 anos.

Oscar assumiu a sua homossexualidade quando possuía aproximadamente dezoito ou dezenove anos e relata que naquela época, em meados dos anos 1980, “era muito complicado [ser homossexual]” e que por isso resolveu buscar espaços nos quais pudesse ter maior liberdade para expressar a sua sexualidade, o que o levou a se engajar no Teatro.

Um pouco depois de assumir a sua homossexualidade, resolveu mudar-se para a Itália, onde cursou a graduação em Administração de Empresas Turísticas e também envolveu-se com um grupo de militância homossexual. Ao retornar ao Brasil, decidiu abrir uma empresa de turismo que posteriormente tornou-se uma empresa de turismo GLS. Entre 1998 e 2002, convidado por Beto de Jesus, então presidente da APOGLBT, envolveu-se com a organização da Parada LGBT de São Paulo a fim de colaborar com a área de marketing do evento. Inclusive, Oscar foi um dos responsáveis pela mudança na data do evento do dia 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho LGBT, para o feriado de *Corpus Christi*, com o fito de que a

²⁰⁶ A ONG Casarão Brasil era mantida por Douglas Drumond, que na época também era dono de uma sauna, e consistia de um espaço de convivência onde eram organizadas atividades e eventos. Além de sua atuação como empresário GLS, Drumond tinha uma atuação política visando transformar a rua Frei Caneca em uma “rua gay” via projeto de lei. Para maiores informações sobre o Casarão Brasil e também sobre Douglas Drumond e sua atuação em prol de uma “rua gay” paulistana, veja-se Puccinelli (2013).

Parada não competisse com outros eventos também realizados perto do Dia do Orgulho e, assim, fosse possível aproveitar o feriado de *Corpus Christi* para incentivar o turismo e a participação na Parada de pessoas de fora de São Paulo.

A partir de 2002, Oscar passou a atuar em ações de capacitação e sensibilização de empresas, inclusive em projetos em parceria com o Ministério do Turismo. Àquela altura costumava ser chamado para falar em empresas sobre inclusão e diversidade, visto que naquele momento o seu ativismo estava voltado para questões de inclusão no mercado de trabalho. Nesse sentido, é importante ressaltar que foi um dos fundadores da ABRAT-GLS, associação de empresários do setor de turismo GLS, em 2004. Vale destacar, também, que Oscar possui dois livros publicados: um sobre mercado GLS e um guia turístico.

Oscar aproximou-se do Diversidade Tucana motivado pelas realizações do governo Serra: acreditava que algo de efetivo estava sendo feito e que os núcleos partidários poderiam ter papel importante na elaboração de políticas públicas voltadas à população LGBT. Posteriormente, acabou se decepcionando com a atuação do DT (e dos setoriais LGBT em geral). Inclusive, à época da realização da entrevista já não atuava mais no DT. Vale citar, por fim, que desde a segunda metade dos anos 2000 Oscar ocupou diferentes cargos em equipamentos da gestão pública municipal e estadual em São Paulo.

Entrevista 12: Kaio - A entrevista foi realizada no dia 16 de junho de 2019 na residência do entrevistado, localizada no centro da cidade de São Paulo. Kaio possui ensino superior completo, é funcionário público municipal e à época da entrevista possuía 47 anos e morava sozinho.

Nascido e criado em São Paulo, estudou em um colégio católico, onde narra ter sofrido *bullying* homofóbico. Por algum tempo, durante a sua adolescência, cogitou ser padre, o que o ajudava a lidar com as cobranças de sua família sobre a ausência de uma namorada. Kaio ressalta que sabia sobre a sua própria sexualidade, mas que em sua juventude era mais difícil conhecer pessoas e obter informações sobre homossexualidade. Na verdade, até entrar na faculdade para cursar Jornalismo, no início dos anos 1990, ele sentia como se fosse “o único homossexual do mundo”: àquela altura não frequentava espaços de sociabilidade homossexual, pois não era assumido e tinha medo de que alguém descobrisse sobre sua sexualidade e contasse para os seus pais. Somente quando estava terminando a faculdade, momento no qual começou a namorar um rapaz, passou a frequentar espaços de frequência homossexual para poder se encontrar com o namorado em locais nos quais pudessem demonstrar afeto sem grandes receios. A sua mudança de comportamento acabou chamando

atenção de sua mãe que descobriu sobre a sua orientação sexual. Inicialmente, Kaio tinha bastante receio da reação de seus pais, pois estes são muito católicos, mas, de acordo com ele, estes reagiram de forma tranquila, devido a conversas que tiveram com um padre que possuía formação em Psicologia e os ajudou a lidar melhor com a situação.

Durante a sua primeira graduação, quando cursou Jornalismo, como não aconteciam debates sobre homossexualidade no seu curso, Kaio passou a pautar a questão LGBT como uma bandeira em seus trabalhos e projetos acadêmicos. O entrevistado pontuou que àquela altura presenciou a luta de vários amigos que vieram a falecer devido à epidemia de AIDS, o que marcou bastante a sua trajetória. Ao terminar a faculdade de Jornalismo, já estava trabalhando como funcionário concursado na Assessoria de Imprensa da Prefeitura de São Paulo, e, em seguida, iniciou a graduação em Letras na USP. Durante a sua segunda graduação passou a atuar no grupo CAEHUSP e participou da campanha de Elias Lilikan (PT), na eleição de 1996. Por isso, Kaio conta que o início de sua militância LGBT se deu em certa proximidade com o PT, pois era o partido no qual Lilikan estava atuando.

Em relação à campanha de Lilikan, o entrevistado afirmou que esta era bastante “artesanal”, visto que os próprios membros do CAEHUSP e demais envolvidos com a campanha produziam e custeavam o material impresso que costumavam distribuir na porta de faculdades e em locais de sociabilidade homossexual. As reuniões para discutir estratégias de campanha eram realizadas na casa do candidato, onde também aconteciam bingos e outras atividades voltadas à arrecadação de dinheiro. Apesar dos esforços de sua campanha, Lilikan acabou não sendo eleito.

No ano seguinte, em 1997, Kaio acabou se afastando da militância homossexual devido a alguns motivos: primeiro, devido ao fato de não ter recebido apoio de grupos do movimento ou da então deputada Marta Suplicy – aliada histórica do movimento, que à época possuía um programa de rádio – quando sofreu um ataque homofóbico no ano anterior, em 1996, em uma estação da CPTM (nesse sentido, o entrevistado conta que embora tenha feito boletim de ocorrência “a história acabou não dando em nada”); segundo, por algumas decepções com a campanha eleitoral de Elias Lilikan; e, por fim, devido a problemas com a organização do EBGLT, realizado naquele ano em São Paulo.

Não demorou para que Kaio também se decepcionasse com o PT e se distanciasse do partido, de forma mais geral: o entrevistado aponta o fato de que após a eleição de Marta Suplicy como prefeita de São Paulo, era esperado que esta criasse uma coordenadoria LGBT, o que não ocorreu, embora em sua gestão tenham sido criadas algumas outras coordenadorias. Em verdade, instado a olhar retrospectivamente, o entrevistado afirmou que sempre possuiu

maior alinhamento ideológico com o PSDB, mas que em alguns momentos esteve próximo à agremiação petista por acreditar que esta era mais aberta à causa LGBT. Tal fato teria motivado o seu engajamento na campanha de Lilikan para vereador, em 1996, pois acreditou que era necessário “abrir espaço no legislativo [para pessoas LGBT]”, e foi também o que motivou a sua atuação na campanha de Marta Suplicy para prefeita, em 2000, já que esta era uma aliada do movimento.

Após o seu afastamento do PT, o entrevistado aproximou-se do PSDB e começou a participar individualmente de campanhas eleitorais e outras atividades do partido. Em um primeiro momento, apesar da proximidade ideológica, decidiu não se filiar à agremiação tucana por avaliar que não seria adequado já que era funcionário concursado da prefeitura paulistana. Ao longo dos anos 2000, e também na década seguinte, coordenou equipamentos LGBT na capital paulista e também em uma cidade da região metropolitana de São Paulo. Devido à sua atuação como gestor de equipamentos de políticas públicas LGBT, o entrevistado teve papel importante no processo de criação do DT e passou a atuar no grupo desde o seu início, embora naquele momento não fosse filiado ao PSDB. Posteriormente, no final dos anos 2000, Kaio filiou-se à agremiação tucana.

Entrevista 13: Rodrigo - A entrevista foi realizada no dia 30 de setembro de 2019 no gabinete de uma vereadora do PSDB, na Câmara Municipal de São Paulo. Rodrigo é graduado em Jornalismo e possui pós-graduação. À época da entrevista atuava como assessor parlamentar, tinha 37 anos e morava com seu companheiro.

Nasceu em uma família “meio malufista”, embora seus pais não tivessem qualquer engajamento político. Rodrigo remonta o seu interesse por política à sua infância, quando tinha por volta de sete anos e começou a se interessar pelo horário eleitoral gratuito: o entrevistado conta que em época de eleição costumava chegar correndo da escola para assistir “Chaves” e também à propaganda eleitoral. Então, não demorou para que começasse a pedir votos para os “seus candidatos” aos familiares e também às mães de seus amigos; e a partir de seus doze anos passou a elaborar as “colinhas” eleitorais para os seus pais.

Rodrigo assumiu a sua homossexualidade com dezenove anos, de acordo com ele sem “sequer saber da existência de baladas gays”. Algum tempo depois de sair do armário, acabou conhecendo alguns grupos de email nos quais se discutia sobre homossexualidade, o que proporcionou para ele algum contato com questões de militância LGBT. Após este contato inicial, Rodrigo passou a sentir necessidade de ter alguma atuação voltada ao auxílio de outras pessoas no processo de assumir as suas orientações sexuais, tornando-o menos difícil. Nesse

sentido, o entrevistado afirma que já naquela época tinha noção de que por mais complexa que tenha sido a sua própria saída do armário, devido ao medo e a insegurança que sentiu, sabia também que por ser um homem branco de classe média alta jamais iria enfrentar a homofobia do mesmo modo que outras pessoas pertencentes a outros grupos sociais. Inicialmente, passou a atuar no grupo E-Jovem (e em sua versão paulistana, o E-Sampa) apoiando quem buscasse ajuda com o processo de saída do armário, e, posteriormente, acabou criando um *blog* onde passou a escrever sobre as suas experiências e também a compartilhar análises políticas. Foi nessa época que passou a frequentar o Fórum Paulista como representante do grupo E-Sampa. Em relação a estas experiências, o entrevistado reflete que acabou ajudando diversas pessoas, embora não tivesse qualquer preparo técnico para desenvolver tal atividade (o que hoje enxerga com certa preocupação).

Rodrigo conta que como bebeu muitas vezes na fonte do malufismo ao longo de sua juventude, devido ao contexto familiar, foi somente no início da faculdade que passou a questionar os “conceitos que trazia de casa” e acabou criando certa simpatia pelo PT. Por isso, apesar de ter uma “birra pessoal com a Marta [Suplicy]”, o que o impediu de se engajar na campanha dela à prefeitura paulistana em 2000, chegou a fazer campanha para o Lula no processo eleitoral de 2002, momento no qual também participou da campanha de Beto de Jesus (PT) a deputado federal. Contudo, não tardou para se afastar do agremiação petista e se aproximar do PSDB.

Durante a sua graduação, tornou-se estagiário no governo do estado de São Paulo, ainda na gestão de Mário Covas, sendo que aí se desenrolou a sua primeira aproximação com o PSDB. Até então, Rodrigo tinha a ideia de que a agremiação tucana era “um partido de direita, anti-social, [um] partido de rico...”. Contudo, a partir de sua experiência no governo Covas e por ter trabalhado diretamente com Alberto Goldman, começou a avaliar que havia “um espaço pra quem pensa como eu dentro do PSDB”. Não demorou para que Rodrigo se filiasse ao partido, em 2004.

Por fim, vale ressaltar que desde o início dos anos 2000, Rodrigo participava ativamente de atividades do movimento LGBT, frequentando eventos e debates. Por volta de 2002 ou 2003, como pontuado anteriormente, passou a frequentar o Fórum Paulista representando o grupo E-Sampa. Posteriormente, teve atuação importante na organização da Conferência Estadual LGBT, em 2008, como representante do governo estadual (sendo que naquela altura já não fazia parte do Fórum). Rodrigo foi uma figura fundamental no processo de criação do Diversidade Tucana, em 2006, e em seus primeiros anos de atuação. Desde meados dos anos 2000 tem atuado como assessor parlamentar.

Entrevista 14: Ariane – A entrevista foi realizada entre os dias 06 e 07 de abril de 2020 por meio de um aplicativo de troca de mensagens instantâneas - *WhatsApp*. A entrevistada é formada em Fisioterapia e possui pós-graduação e, à época da entrevista, tinha 49 anos e morava sozinha.

Nascida na cidade de São Paulo, ao longo de sua infância e adolescência morou em diferentes cidades da região sudeste do país devido ao trabalho de seu pai em uma empresa multinacional. Após formar-se no Ensino Médio, Ariane passou no vestibular e cursou Fisioterapia no interior paulista, entre 1990 e 1993. Quando terminou a faculdade começou a atuar profissionalmente em sua área e também a cursar uma pós-graduação *lato sensu*. Depois de algum tempo, retornou para a cidade de São Paulo devido a questões de ordem familiar e logo começou a trabalhar em um hospital na região do ABC Paulista.

A entrevistada contou que passou a entender-se enquanto lésbica em 1998, momento no qual começou a morar junto com a sua primeira companheira. Foi àquela altura, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, em grande medida devido à convivência com a sua companheira - que era advogada -, que Ariane passou a considerar que era preciso “mudar o mundo, buscar mais direitos [para pessoas LGBT]”. Ela então passou a frequentar as atividades do grupo “Umas e Outras” (como saraus de poesia e literatura e encontros culturais), ocorridas em uma livraria localizada na Alameda Itu, na capital paulista, nas quais as pessoas LGBT presentes acabavam discutindo sobre casamento, filhos, direitos de família, etc. (em suas palavras, questões como: “Se eu morrer o que vai ser do/a meu/minha companheiro/a? O que será do/a meu/minha filho/a?”).

No início dos anos 2000, Ariane e sua primeira companheira acabaram se separando, e, depois de algum tempo, a entrevistada iniciou um novo relacionamento e mudou-se para o interior do estado a fim de morar com sua segunda companheira e a filha dela. Já morando no interior, ela passou a acompanhar a lista de e-mail do grupo Umas e Outras. Em verdade, Ariane passou a acompanhar também a lista de e-mails e a comunidade no extinto site de relacionamentos Orkut de um outro grupo chamado Famílias Alternativas (FALT) e, posteriormente, começou a frequentar as reuniões do FALT que ocorriam no interior paulista.

A aproximação com o FALT foi narrada pela entrevista como um processo importante para que ela passasse a ter uma atuação mais propriamente militante em prol da causa LGBT.

Sobre o FALT, é preciso dizer que o grupo acabou rachando, pois para parte dos participantes do FALT o caráter do grupo deveria ser fundamentalmente de convivência a fim de aproximar famílias formadas por pessoas LGBT e, assim, possibilitar a aproximação de

filhos de pessoas LGBT que não tinham tantos exemplos de famílias como as suas; Outra parte do grupo, entretanto, acreditava que era preciso ter uma atuação “mais militante”, atuando em prol de direitos civis. Diante de tais desentendimentos, o FALT rachou dando origem ao INOVA. Ariane foi uma das pessoas que passou a compor o INOVA e, inclusive, atuou como representante do grupo em diferentes ocasiões (tais como audiências públicas na Câmara dos Deputados; e, também, no EBGLT). Tal atuação tornou-a nacionalmente conhecida por abordar as questões referentes aos direitos de famílias LGBT, inclusive, rendendo-lhe participações em programas de televisão de alcance nacional.

Algum tempo depois de ter se tornado ativista, por volta de 2005, Ariane passou a participar do Fórum Paulista LGBT. Na verdade, como indicado anteriormente, Ariane já atuava no INOVA e então passou a frequentar as reuniões mensais do Fórum representando o grupo. Foi coordenadora do Fórum Paulista entre 2006 a 2008, atuando em diferentes frentes: coordenação do Projeto Redes; representação do Fórum em diversas instâncias estatais; representação do Fórum Paulista na Comissão Organizadora da I Conferência Estadual LGBT, realizada em São Paulo, em 2008. Inclusive, a sua atuação na organização da Conferência, fez com que Ariane fosse alvo de inúmeras críticas de militantes petistas (embora ela própria fosse filiada ao PT desde 1989, quando fez 18 anos).

Como indicado antes, a intensificação de sua atuação militante acabou rendendo-lhe certa visibilidade e, por isso, foi acompanhada de seu afastamento de suas atividades como fisioterapeuta. Àquela altura, em meados dos anos 2000, Ariane era sócia de uma empresa e passou a enfrentar problemas, pois seus sócios acreditavam que a sua saída do armário iria prejudicar a empresa. Diante do posicionamento dos seus sócios, o ambiente de trabalho tornou-se hostil e resultou no rompimento da parceria profissional – no período entre a primeira e a segunda união estável de Ariane. A partir de então, esta passou a “sobreviver de ativismo” (a entrevistada pontua que tratava-se “realmente de sobreviver”), “fazendo um trabalho aqui e outro acolá”, o que alterou consideravelmente a sua situação financeira (e quase a levou a tornar-se moradora em situação de rua). A entrevistada seguiu fazendo alguns trabalhos pontuais para ONGs e também realizando *freelas* como garçomete e vendedora até que, em 2008, passou a trabalhar em um dos equipamentos das políticas públicas voltadas à população LGBT paulistana, contratada por meio de uma ONG, passando a ter renda fixa.

Vale pontuar, por fim, que entre o final dos anos 2000 e início dos anos 2010, momento no qual Ariane possuía considerável destaque nacional enquanto militante LGBT, esta foi conselheira do Conselho Nacional LGBT; participou como representante da sociedade civil em um painel intergovernamental da ONU sobre Direitos Humanos; e trabalhou na

Secretaria Especial de Direitos Humanos, o que implicando em certo afastamento da militância. Atualmente, Ariane atua como Consultora em Direitos Humanos, embora estivesse desempregada no momento da entrevista.

Entrevista 15: Denis – A entrevista foi realizada no dia 19 de maio de 2020 por meio de um aplicativo de troca de mensagens instantâneas - *WhatsApp*. Denis possui pós-graduação, é professor universitário e à época da entrevista possuía 43 anos e morava sozinho.

Nascido na região metropolitana de São Paulo, foi criado e morou boa parte de sua vida no extremo leste paulistano, até entrar na USP aos seus 20 anos, quando passou a morar no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). Denis conta que sempre estudou em escolas públicas e que quando se formou no ensino médio decidiu prestar vestibular para uma universidade pública em São Paulo, pois entendeu que esta seria a sua única chance de cursar o ensino superior, visto que não possuía condições financeiras para custear o curso em uma faculdade participar e/ou para mudar-se de cidade.

Com isto em mente, prestou o vestibular pela primeira vez em 1996 e acabou não sendo aprovado. Apesar disso, ficou animado com o resultado pois a diferença entre a sua nota e a nota de corte havia sido pequena. Denis então conheceu o cursinho do Núcleo de Consciência Negra da USP, voltado a estudantes negros e/ou pobres, e, embora seja branco, acabou sendo aceito no cursinho devido a critérios socioeconômicos – provinha de uma família humilde e vivia com sua mãe viúva e desempregada. Em sua segunda tentativa, conseguiu entrar no curso de Letras da USP. No primeiro ano de graduação, passou a morar na moradia da universidade e começou a participar de atividades do movimento estudantil. Em verdade, ao longo de sua trajetória na USP Denis foi bastante ativo politicamente: entre 2004 a 2012 atuou como representante discente em diversas instâncias universitárias, inclusive no Conselho Universitário; foi diretor da Associação de Pós-Graduandos – APG; e também fundou o PRISMA (grupo dedicado à discussão sobre Diversidade Sexual na USP). Após terminar a graduação, cursou mestrado e doutorado também na USP.

Ao longo dos anos 2000 e início dos anos 2010, Denis atuou em diversas atividades do movimento LGBT em São Paulo. Nesse sentido, vale destacar a organização das duas primeiras edições da Conferência Estadual LGBT, realizadas em 2008 e 2011; e a sua atuação como membro do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual de São Paulo. Em relação à sua atuação no movimento LGBT paulista/paulistano, Denis afirmou que esta se deu, sobretudo, como ativista “independente”. De acordo com a sua narrativa, embora fosse crítico à atuação petista no movimento, também não era propriamente próximo dos membros

do diversidade tucana - já que também era crítico ao governo do estado de São Paulo devido à sua vivência universitária em uma universidade pública paulista. Posteriormente, por volta de 2011, filiou-se ao PSOL. Atualmente ainda é filiado ao partido embora já não participe mais de suas atividades.

Entrevista 16: Laurindo – A entrevista foi realizada no dia 21 de maio de 2020 por meio de um aplicativo de troca de mensagens instantâneas - *WhatsApp*. Laurindo possui pós-graduação, à época da entrevista tinha 60 anos, morava sozinho e trabalhava como professor particular de inglês e tradutor *freelancer*.

Laurindo tem formação católica, inclusive, ao longo de sua juventude foi bastante atuante na Paróquia de seu bairro. A sua relação com a sua fé e com os dogmas da Igreja acabou resultando em alguns conflitos internos quando descobriu-se homossexual por volta de seus 15 ou 16 anos. Não tardou para que entrasse em uma universidade pública para cursar Engenharia, aos 17 anos. Contudo, embora gostasse do conteúdo do curso e ingressar na faculdade tenha sido uma grande realização pessoal, derivada de bastante estudo, a experiência foi bastante difícil por se tratar de um ambiente heteronormativo no qual Laurindo viveu um período de “intensa solidão”. Por isso, o entrevistado chegou a participar de um grupo vocacional a fim de seguir a vida religiosa (em suas palavras: “pensei: se eu não tenho uma sexualidade ‘normal’, então não vou ter sexualidade nenhuma”).

Laurindo acabou deixando o curso de Engenharia e começou a cursar Filosofia visando especializar-se em Teologia para então seguir a vida religiosa. Aconselhado por um padre, decidiu cursar Filosofia em uma universidade pública paulista e “seguir orando por sua família”. Nessa direção, o entrevistado conta que o curso era “absolutamente laico”, inclusive com posicionamentos sobre a “religião enquanto dogma”. Assim, a sua experiência ao cursar Filosofia acabou por afastá-lo gradativamente da religião, ao mesmo tempo em que possibilitou a sua aproximação do movimento estudantil. Vale destacar, inclusive, que o entrevistado participou do Centro Acadêmico do seu curso e chegou a concorrer ao DCE. O entrevistado avalia que o intenso processo de politização pelo qual passou na faculdade contribuiu para que se filiasse ao PT em 1983, tendo sido eleito presidente de um diretório petista da zona oeste de São Paulo.

Durante a graduação acabou tendo contato com a Antropologia e decidiu cursar um mestrado na área em uma universidade pública do Rio de Janeiro, contudo não chegou a concluí-lo. No Rio, conheceu um rapaz também petista com o qual iniciou um flerte. Por meio deste rapaz conheceu bares e boates, o que representou um processo de “saída do armário” já

que Laurindo não possuía vínculos com moradores daquela cidade. Acabou morando no RJ por cerca de três anos, entre 1985 e 1987. Nesse período, é digno de nota a sua participação na campanha eleitoral de Herbert Daniel, 1986, o que ele define como “uma escola” que o permitiu “ligar o fiozinho da homossexualidade com a política”.

Ao voltar para São Paulo, Laurindo lecionou Filosofia durante algum tempo. Mudou-se para Londres onde morou entre 1991 e 1992. Na capital britânica, passou a frequentar a vida noturna gay e a participar de um grupo de militância gay que realizava reuniões periódicas de caráter formativo e também atividades voltadas à socialização. Ao retornar ao Brasil, conheceu o coordenador do NGL-PT e ficou sabendo da existência do grupo CORSA. Passou a participar do NGL-PT e a frequentar o CORSA. Em relação ao CORSA, o entrevistado conta que o grupo o “sugou”, pois encontrou nele um espaço para atividades de “autoajuda” mas também uma proposta de incidir na cidade de São Paulo. Dentro do CORSA, foi membro da diretoria do CORSA em algumas ocasiões e foi um dos membros envolvidos com a ideia de organizar a primeira Parada em São Paulo (o que acabou se concretizando com a atuação conjunta de outros grupos). É digno de nota que o entrevistado também participou da ABGLT.

Por causa de sua atuação no CORSA, trabalhou com formação de professores e na elaboração de materiais sobre Diversidade Sexual e Educação, inclusive em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; e também um projeto de formação para professores sobre prevenção de DST/AIDS, financiado pelo Ministério da Justiça.

Formou-se mestre em Educação e à época da entrevista estava cursando o seu doutorado. No início dos anos 2010, quando iniciou o doutorado, conheceu a Pastoral da Diversidade, grupo no qual atua até hoje. Laurindo seguiu militando, sobretudo em questões referentes à Diversidade Sexual e Educação, mas pontua que os editais voltados à diversidade sexual e educação tornaram-se mais escassos com o decorrer dos anos. Atualmente dá aulas particulares de inglês e realiza traduções.

ANEXO A – Comissão Executiva do Fórum Paulista GLBTT

Comissão Executiva do Fórum Paulista GLBTT

Funções da Comissão Executiva:

- 1- Representar o Fórum Paulista GLBTT (FPGLBTT) em contextos institucionais, em estâncias municipal, estadual e federal e na interlocução com o movimento nacional;
- 2- Formulação da pauta (baseando-se nas pendências / deliberações da reunião anterior e após consulta do coletivo do FPGLBTT via e-mail)
- 3- Agendamento de data, horário e local das reuniões;
- 4- Manter atualizado o número de GT's assim como o nome das pessoas que o compõem e o repasse de registro de suas atividades;
- 5- Manter atualizado o número de grupos, ONGS, movimentos ou militantes independentes que compõem do FPGLBTT;
- 6- A lista dos dois itens acima deverá ser entregue para a próxima comissão executiva, assim que esta se extinguir;
- 7- A executiva tem de se comprometer a consultar os membros do FPGLBTT da maneira mais ampla possível sobre as decisões que irá tomar nos períodos entre duas reuniões e tais decisões devem, sempre que haja prazo suficiente para isso (48 horas de prazo no mínimo), ser precedidas por consulta ao Fórum por meios eletrônicos. Em caso de deliberação com prazo menor de 48 hs, comunicar imediatamente ao conjunto dos integrantes o que foi deliberado e a justificativa da não consulta anterior e ou quais consultas foram efetivamente realizadas;
- 8- Apresentar relatório de atividades da comissão executiva em cada reunião do fórum, submetendo a sua avaliação;
- 9- Promover /estimular /organizar o bom funcionamento do FPGLBTT e de seus GT's;
- 10- Na tarefa de representação institucional deva se agregar outros integrantes do Fórum de acordo com a necessidade.

Composição da Comissão Executiva:

- 1- A comissão executiva é composta por 4 titulares e 4 suplentes, sendo um de cada segmento (1 Lésbica, 1 Gay, 1 Bissexual, 1 Travesti OU 1 Transexual);
- 2- A comissão executiva trabalhará e forma colegiada.

Eleição e Mandato da Comissão Executiva:

- 1- Os membros da comissão executiva serão eleitos e eleitas entre os participantes do FPGLBTT, em assembléiada convocada para este fim com 30 dias de antecedência, sendo cada um ou uma escolhido ou escolhida por seu segmento, e referendado pelo Fórum;
- 2- Não poderá haver repetição de militantes do mesmo grupo entre os (4) quatro titulares da comissão executiva, bem como os (4) quatro suplentes da mesma. Não há impedimento que 1 (um) titular e 1 (um) suplente pertençam ao mesmo grupo;
- 3- O mandato da comissão executiva é de 14 (catorze) meses, sendo os doze primeiros efetivos e os dois últimos em caráter de transição;
- 4- Não poderá haver reeleição dos membros titulares da comissão executiva num prazo de 2 (dois) anos, a não ser na eventualidade de não haver ativistas com disponibilidade para o rodízio no segmento, sendo certo que não poderá haver reeleição de nenhum membro titular num prazo inferior a 1 (um) ano;
- 5- A Assembléia reunir-se-à extraordinariamente, se convocada com 30 dias de antecedência e por 2/3 (dois terços) dos participantes do FPGLBTT;
- 6- Para destituição de 1 (um) ou mais membros da comissão executiva serão necessários 2/3 (dois terços) dos votos presentes à assembléia convocada para este fim.

ANEXO B – Nota Pública

Nota Pública

Repúdio às práticas do Fórum Paulista LGBT

No domingo, dia 06 de dezembro de 2009, realizou-se a reunião do Fórum Paulista de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (FPLGBT), na cidade de São Paulo, cuja pauta prévia, dentre outros tópicos, a realização da eleição da nova Diretoria Executiva para o exercício de 2010. Desde quando esta reunião foi anunciada na lista de e-mails do Fórum, a data foi muito questionada pelas seguintes razões:

Esta reunião aconteceria no mesmo dia em que já estavam marcados, com bastante antecedência, dois importantes eventos nacionais: o VII SENALE para lésbicas e mulheres bissexuais, em Rondônia, e o XVI ENTLAIDS para travestis e transexuais, no Rio de Janeiro. Houve vários apelos para que se transferisse a data desta reunião, para não alijar as LBT do processo de decisão;

- Nesta mesma data ocorreria o ENEM, Exame Nacional de Ensino Médio;
- A data não foi deliberada pela maioria presente da Comissão Executiva, mas por um grupo político em reunião ocorrida em 08 de novembro, na cidade de Piracicaba, com apenas uma representante da Executiva em exercício à época, reunião onde também se definiu a chapa inscrita;
- Os critérios eleitorais não foram discutidos, nem definidos em reunião presencial do FPLGBT.

Dessa forma, vári@s ativistas LGBT encaminharam questionamentos, cobranças e apelos para alteração da data, mas os defensores daquele processo, além da manutenção da reunião no dia marcado, responderam com agressões verbais, tais como desqualificação, ironias e acusações levianas.

Naquela reunião, todos os debates foram bastante acirrados, chegando ao ponto de um dos membros da chapa, agredir fisicamente com violentos empurrões o representante de uma ONG, no momento em que este fazia questionamentos à mesa. Mediante a impossibilidade de se chegar a um consenso, várias ONG e ativistas independentes, retiraram-se do recinto, não corroborando com o processo eleitoral, bem como algumas, se desfiliam, renunciando ao Fórum Paulista.

A Ata Oficial, que circulou amplamente para divulgação da nova executiva do FPLGBT, falta com a verdade ao não fazer menção à proposta inicial, de uma tentativa de reflexão dos participantes daquela reunião sobre os processos de violência ao qual estávamos nos submetendo, assim como também não se relata a saída e a renúncia das organizações e ativistas independentes, de forma que o resultado da eleição é aparentemente legitimado por toda a militância paulista.

Vale ainda dizer, que também na Ata da reunião realizada em 25 de outubro de 2009, se omite as sérias acusações de desvio de recurso referente ao Projeto Caravana do FPLGBT.

Vale ressaltar a correção daquela Ata, para a inclusão deste tópico, foi insistentemente cobrada por diversos ativistas preocupados com mal uso de dinheiro público.

À partir do XII EBGLT (2005) e o III Encontro Paulista GLBTT(2006), essas práticas, somadas ainda às ameaças e constrangimentos constantes, tornaram-se comuns na realidade da militância LGBT afiliada ao Fórum Paulista. Elas são mantidas por um grupo de

desagregadores, que prefere a ofensa ao debate, a agressão ao respeito, a divisão à pluralidade. Essas práticas cotidianas destroem todo um trabalho plural e diversificado, de uma instituição que deveria congrega e acolher os diferentes setores da sociedade, que voltam seus esforços para as políticas públicas LGBT, independente e acima de suas correntes partidárias.

Por tudo isso, diversos militantes do Estado de São Paulo, estão descrentes da legitimidade do Fórum Paulista e nossa crítica a ele se dá pela convicção de que aquelas atitudes seguem uma lógica divisionista, machista, lesbofóbica, transfóbica, desqualificadora e de desrespeito à pluralidade tanto partidária quanto política.

As atitudes violentas praticadas por aquele grupo de desagregadores do movimento são:

REPRODUÇÃO DO PATRIARCADO: Mantêm relações hierárquicas com decisões importantes em torno de algumas figuras masculinas, tornando os demais coadjuvantes da vontade deles. Reforçar as relações de poder, de sedução, de opressão com o gênero feminino e com os jovens. Logo, a equidade de gênero, que dizem ter para as decisões da Executiva é apenas aparente, pois em havendo qualquer discordância por parte das companheiras lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais e os jovens, as mesmas acabam tornando-se alvo de coação.

MISOGINIA: Como forma de desqualificar militantes gays que discordam ou contestam, refere-se a eles usando-se o gênero feminino e no diminutivo. Quando alguém não estava compreendendo alguma reflexão, era comum ouvir-se que “lhe falta testosterona”.

ASSÉDIO MORAL: Enviar mensagens, fazer ligações telefônicas ou estabelecer conversas em separado do coletivo, como forma de coagir militantes que tendem a discordar de seus posicionamentos. Estabelecer ataques de desqualificação política, de ativismo e até trazer para o campo político, informações da vida privada, como forma de intimidação moral.

APARELHAMENTO DE CORRENTE PARTIDÁRIA: Privilegiar o protagonismo militante d@s que são membros de sua corrente partidária, criticando, censurando e desqualificando militantes que optam por não ser de nenhum partido ou por serem de qualquer outro ou ainda de outra corrente, bem como dar prioridade à atuação do Fórum em cidades do interior nas quais existem correligionários para formação da base partidária dentro do movimento paulista.

Acreditamos que algumas ONG e ativistas independentes, que ainda integram o Fórum Paulista, partidários ou não, são pessoas comprometidas com as lutas do movimento LGBT. No entanto, nós, abaixo assinados, consideramos que esse Fórum perdeu sua legitimidade como representação do movimento LGBT paulista e como espaço privilegiado de coordenação das ações desse movimento. Repudiamos as práticas opressivas e os agressores que insistem em dominar, de forma autoritária, aquele espaço político, prejudicando a luta contra a violação dos Direitos Humanos.

São Paulo, janeiro de 2010.

Relação das Instituições e demais militantes:

INSTITUIÇÕES

- 1- ACA LGBTT – Associação Correndo Atrás LGBTT
- 2- ABCDS – Associação Brotar
- 3- CFL – Coletivo de Feministas Lésbicas
- 4- Flor Do Asfalto
- 5- Grupo REVEJA – Ação e Pesquisa de Diversidade Sexual de Catanduva e Região
- 6- INOVA – Associação de Famílias LGBT
- 7- Instituto Aphroditte
- 8- Instituto Ser Humano
- 9- LEGAL – Lésbicas e Gays do Litoral
- 10- LOBAS – Lésbicas Organizadas da Baixada Santista
- 11- Minas de Cor
- 12- PRISMA

MILITANTES:

- 1- Anderson Nogueira – São José dos Campos
- 2- André Calazans dos Santos – São Paulo
- 3- Ângela Guimarães – Guarujá
- 4- Augusto Mathias – Santa Izabel
- 5- Beto Sato – São Paulo
- 6- Dário Ferreira de Sousa Neto – São Paulo
- 7- Dorival Pereira de Carvalho Júnior – Catanduva
- 8- Edmilson Medeiros – São Paulo
- 9- Fátima Lopo – Santos
- 10- Ferdinando Martins – São Paulo
- 11- Fernanda de Moraes – São Paulo
- 12- Flávia Gastoni de Araújo – São Paulo
- 13- Gabriel Oliveira – São Paulo
- 14- Irina Bacci – São Bernardo do Campo
- 15- Janaína Leslão – Diadema
- 16- Jane Pantel – Guarujá
- 17- Josiane Ferreira de Sousa – São Paulo
- 18- Marcelo Gil – Santo André
- 19- Márcia Cabral – São Paulo
- 20- Márcia Yáskara Guelpa – São Paulo
- 21- Marcos César Gomes dos Santos – Campinas
- 22- Marisa Fernandes – São Paulo
- 23- Miriam Queiroz – São Paulo
- 24- Murilo Sarno – São Paulo
- 25- Reginaldo Branco da Silva – Santo André
- 26- Ricardo Fernandes Gambôa – Guarulhos
- 27- Suzi Di Amante – São Paulo
- 28- Tommaso Bezossi – São Paulo
- 29- Vasco Pedro da Gama Filho – Catanduva

ANEXO C – O PSDB e a Diversidade: Que tal?

JUNTOS PODEMOS MAIS

Nossa Diversidade é ampla e conta com diversos LGBT que usam a nossa bandeira com orgulho em todo o Brasil.

“Tenho orgulho de ser Trans, tenho orgulho de ser tucana, Partido e Diversidade Tucana me aceitam como eu sou.”

Presidente do Diversidade Tucana do Pará, Beatriz Nefertari, que é uma mulher Transexual e militante na causa LGBT.

“Compor o núcleo do Diversidade Tucana para mim é motivo para ser feliz, fazer parte da Social Democracia foi me encontrar dentro de mim mesmo, partido esse que me aceita da maneira que sou, levanto a bandeira orgulho de ser gay dentro do PSDB e encontro apenas pessoas fantásticas me incentivando a ir além, sem preconceito e sem ódio é assim o PSDB, é assim o Diversidade Tucana.”

Membro do Diversidade Tucana de São Paulo, Ari Silva Homossexual e militante na causa LGBT.

O Diversidade Tucana está esperando por você para fazer parte de um time de pessoas que lutam, buscam e acredita que o Brasil pode ser tornar um país livre de preconceito seja ele qual for.

Endereços Úteis

Disque 100
Disque Direitos Humanos
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

CRD – Centro de Referência da Diversidade Grupo Pela Vida e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS
Rua Major Sertório, 292 - República
Telefones: (11) 3651-5786

DECRADI – Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância
Rua Engenheiro Telles, 327 - 3º andar - Luz
Telefones: (11) 3311-3985 / (11) 3311-3556 / (11) 3311-3985
E-mail: decradi@policiacivil.sp.gov.br

Defensoria Pública do Estado de São Paulo Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito
Rua Boa Vista, 103 - 10º andar - Sala 134 - Centro
Telefones: (11) 3101-0555 / 3101-0514
(Ramais: 137, 249 e 222)
E-mail: nucleo.discriminacao@defensoria.sp.gov.br

Centro de Cidadania LGBT - AROUCHE
Rua do Arouche, nº 23, 4º andar - Conq. 4
CEP: 01019-001 - São Paulo
Telefones: (11) 3106-8780 / 3115-2616/3105-4621
E-mail: centrodecidadaniagbt@prefeitura.sp.gov.br

www.diversidadetucana.com.br / Diversidade Tucana




Diversidade Tucana

HISTÓRIA DO SECRETARIADO

Com uma demanda crescente da comunidade LGBT no Partido da Social Democracia Brasileira nasce o Diversidade Tucana, onde oficialmente fundado em 24 de junho de 2006 em reunião na sede do diretório estadual do PSDB-SP, comandada pelo então presidente Sidney Beraldo.

Os fundadores foram Wagner Tronolone, que no ato assumiu a coordenação estadual do DT, Robson Cerqueira, Marcelo Toledo, Franco Reinaldo e Almir Nascimento.

QUEM SOMOS?

O Diversidade Tucana é um Núcleo criado dentro do PSDB com para servir de referência na construção de planos de governo de candidados e/ou propostas de gestores tucanos relacionados a diversidade sexual.

Desde de sua fundação no Estado de São Paulo o Diversidade Tucana se estendeu por mais alguns Estados da Federação, como:

Rio de Janeiro, Espírito Santo, Ceará, Goiás, Piauí, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, dentre outros.

CONQUISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo na Gestão Geraldo Alchmin – PSDB foi lançada a Lei 10948/2001 a qual criminaliza qualquer ato de LGBTfobia, desde sua regulamentação em março/2010, a Lei prevê multa para os agressores e até fechamento quando se trata de um estabelecimento.

PRIMEIRO CASO
O primeiro caso a ter resultado efetivo com base na lei 10948/01 foi em um Bar em Campinas (100 km de São Paulo). Era 2002 e a lei 10948/01 que estava em vigor fazia pouco mais de um ano, o estabelecimento foi punido com uma advertência por conduta homofóbica.

NOSSAS LIDERANÇAS

Atualmente o Presidente Nacional do Diversidade Tucana é o Marcos Fernandes, militante há muitos anos pelos direitos das pessoas LGBT sendo reeleito na última convenção Nacional do PSDB para continuar a Frente Nacional da Diversidade Tucana.

No Estado de São Paulo temos como atual Presidente André Gomes, que tem feito diversas parcerias e já fundou em algumas cidades do estado o Diversidade Tucana Municipal. Sua atuação tem ampliado ainda mais nosso trabalho no interior do estado.

Marcos Fernandes (Presidente Nacional do Diversidade Tucana)

NA CIDADE DE SÃO PAULO

No município de São Paulo temos o mais novo Presidente da Diversidade Tucana o Fabio Cabral, ativista em alguns grupos do Diversidade vem desenvolvendo um trabalho focado na visão social e políticos direitos LGBT da capital Paulista. O Diversidade Tucana é bastante atuante em todos os campos.

MARCO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO

O PSDB é o primeiro partido no Brasil a eleger um prefeito assumidamente gay, Edgar de Souza, que foi eleito pela primeira vez como Prefeito em 2014 e reeleito em 2016.

O enlace tomou-se um marco para o movimento LGBT e para PSDB Edgar no início de Março de 2017 oficializou seu casamento com Alexander em uma cerimônia ecumênica Edgar e Alexander já estavam juntos há cerca de 13 anos e contou com a visita e votos de felicidades do Governador Geraldo Alchmin e no dia da cerimônia contou com a presença do Marcos Fernandes que é atual Presidente Nacional do Diversidade Tucana e do atual Coordenador de Políticas LGBT do município de São Paulo Ivan Batista.

“A luta pelos direitos LGBT é a luta da democracia. Não existe democracia com segregação. Se a gente segregamos determinado grupo dizendo que está inferior, que a lei não o protege, que a lei não é para todos, nós vamos rasgar a Constituição. A Constituição diz que todos nós somos iguais perante a lei. Ninguém é mais, ninguém é menos”, afirmou Edgar Souza.

Edgar e Alexander durante Cerimônia de Casamento
Alexander Ivan Batista (Coordenador de Políticas LGBT do Município de São Paulo)

ANEXO D – Ofício enviado à Executiva do PSDB

Os princípios democráticos e republicanos sempre pautaram as ações do nosso partido. Desde sua fundação, o PSDB está à frente de grandes debates cujos objetivos são o fortalecimento dos partidos políticos e o aprofundamento da democracia. Prova disso é o pioneirismo com que o PSDB levantou as bandeiras do Parlamentarismo e de uma Reforma Política que adote o sistema de lista partidária.

Essas são posturas de um partido que sempre acreditou no pluralismo, na laicidade e na garantia dos direitos humanos. A gênese do PSDB é a luta contra o autoritarismo, a defesa dos direitos humanos e, sobretudo, a luta pelos direitos e garantias individuais.

Em consonância com essa história e com o programa de nosso Partido, venho por meio desta colocar a público minha insatisfação com a postura do nosso prefeito de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, João Camilo Zito, em dificultar a realização da 4ª Parada do Orgulho LGBT daquele município.

Essa postura é frontalmente conflitante com os avanços que governantes e legisladores do PSDB propiciam constantemente à população LGBT do nosso país, bem como com a postura das principais lideranças de nosso partido, como José Serra, Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, em relação às Paradas do Orgulho LGBT.

Duque de Caxias, sendo um município de destaque no Estado do Rio de Janeiro, que infelizmente carrega tristes marcas de violência homofóbica, tem um papel a assumir na defesa dos direitos humanos, assim como o prefeito Zito tem uma ampla gama de exemplos a seguir dentro de nosso partido.

Assim, esperamos que na nova data escolhida pelo movimento social local receba o apoio da Prefeitura de Duque de Caxias para que esse importante exercício de cidadania se realize da melhor forma possível.

Atenciosamente,

Wagner Gui Tronolone

Coordenador estadual

Diversidade Tucana – Núcleo da Diversidade Sexual do PSDB – SP

ANEXO E – A tragédia, a farsa e o movimento GLBT

Karl Marx, no livro O 18 Brumário de Luiz Bonaparte, diz a famosa frase que os fatos e personagens de grande importância histórica aparecem duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa.

Nessa afirmação, Marx refere-se a dois gêneros dramáticos que conhecia bem. A tragédia confunde-se com o próprio nascimento do teatro e é, segundo Nietzsche, a expressão maior da arte. A farsa, ao contrário, é um gênero menor, surgido na Idade Média para fazer rir. É, segundo o teórico do teatro Patrice Pavis, um “corpo estranho no interior da arte dramática”, acrítico e grotesco.

Estamos em época de conferências GLBTs. No passado, a tragédia já foi vivida quando certos grupos apoderaram-se da luta pelos direitos legítimos para fazer política partidária, desviando o foco e corrompendo o movimento. Em Devassos no Paraíso, João Silvério Trevisan escreveu sobre o I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, de 1980:

“Os trotskistas compareceram com um inesperado contingente de representantes, levantando a suspeita (mais tarde confirmada) de que não se tratava de ativistas homossexuais mas de militantes do partido vestidos de viados, exclusivamente para efeito de votação”.

Temos em nossas mãos a responsabilidade de não deixar a história se repetir. Já há indícios de que grupos partidarizantes estão se articulando para que as conferências estaduais sejam invadidas por gente que vai lá só para votar nos afiliados de seu partido, sem qualquer comprometimento com a causa GLBT. Creio que não é isso que as pessoas decentes do movimento querem.

Desejamos a conquista de direitos para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, sejam eles militantes ou não. Desejamos que todo cidadão brasileiro aprenda a respeitar a diversidade. Não queremos que a tragédia do passado vire a farsa de hoje.

Por isso, pedimos a todas e todos fiquem atentos: vamos combater as atitudes antidemocráticas. Não vamos nos espelhar no passado fétido, arcaico e retrógrado de líderes messiânicos a dominar seus rebanhos, não aceitemos frases como “é assim mesmo” ou “sempre foi assim”. Se foi errado, é nossa obrigação fazer o certo. Se foi corrupto, é nossa obrigação defender a honestidade. Se sempre foi truculento, vamos fazer a paz. Agora é hora de fazer a diferença e mudar o que vem sendo feito errado.

Essa é a primeira* Conferência. Não deixem a dominação de poucos sobre o todo prevalecer. Se agora for “como sempre foi” de que adianta/adiantou nossa luta?

Vamos dar um basta na hipocrisia e lutar por direitos iguais, fora e dentro do Movimento.

Beto Sato

Ferdinando Martins

ANEXO F – Kassab e a partidização do movimento LGBT

Eu sou militante LGBT e faço isso através da militância político-partidária, mas acho que o nosso movimento em São Paulo se enfraquece e muito com a partidização de suas ações. Na minha opinião, muitas vezes se assiste aqui em São Paulo posições de "passividade proposital" por parte dos militantes.

Vimos isso claramente quando da organização da Conferência Estadual, em que os representantes da sociedade civil que aceitaram trabalhar junto do Governo do Estado em prol do evento tiveram suas representatividades questionadas sob o argumento de que o papel da sociedade civil não era trabalhar junto do Governo. Coisa que em momento nenhum se viu questionada a respeito dos militantes que trabalharam junto do Governo Federal na organização da Conferência Nacional. Claramente posições motivadas pela bandeira partidária que ocupa cada um desses dois governos.

Na prefeitura vemos a mesma coisa. Quando o então prefeito José Serra criou a CADS, a posição da militância paulistana foi de acusar oportunismo, talvez para esconder o fato de que a prefeita anterior, Marta Suplicy, engavetou nossas demandas em troca do apoio da bancada evangélica na Câmara Municipal. Só depois de muito trabalho demonstrado pela Coordenadoria que a militância se aproximou da CADS.

A questão da lei municipal que foi vetada é exatamente igual. Ela foi proposta em 2001 pelo então vereador petista Ítalo Cardoso, quando Marta era prefeita e contava com 80% da Câmara ao seu lado. Mesmo assim, não foi sequer votada. Depois, ressuscitada e apresentada por 3 vereadores (Soninha, então no PT, Gianazzi do PSOL e Netinho do PSDB), contou com o trabalho da CADS, que é parte do executivo municipal, por sua aprovação. A militância não se mexeu.

Aprovado o PL, a Procuradoria do Município detectou falhas técnicas e recomendou seu veto, e o prefeito vetou. Aí sim, a militância gritou "homofobia". Ao vetar o PL, o prefeito Kassab garantiu que seria apresentado projeto de mesmo teor, corrigido, pelo Executivo. E isso realmente aconteceu. A militância voltou para seu lugar na arquibancada, completamente parada, reclamando de que se o prefeito quisesse aprovaria.

Bradam também que São Paulo até agora não apresentou seu plano de combate à homofobia, diretriz da Conferência Municipal realizada em março. Só esquecem de mencionar que na Conferência ficou acertado de que a CADS faria o agrupamento das propostas e 3 membros da sociedade civil que fazem parte do Conselho Consultivo da CADS fariam a redação final. A Prefeitura, através da CADS, fez sua parte. A sociedade civil,

representada por 3 militantes petistas envolvidos na campanha de Marta Suplicy, apresentou a ridícula proposta de que a redação final deveria ser feita apenas na próxima gestão - quando, sonham, estarão eles no executivo municipal.

Claro que a proposta foi recusada. Mas a CADS continua esperando a redação final do documento, e (compreensivelmente) se recusa a fazer isso sozinha para não ser acusada posteriormente de manipular o texto.

Existe claramente por parte grande e importante da militância paulista uma postura de boicote ao trabalho de governos do PSDB e DEM, uma torcida pelo pior, com vistas a argumentos eleitorais. Sacrifica-se benfeitorias que atingiriam toda a população LGBT de São Paulo em nome de cores partidárias.

Quando o Toni Reis, presidente da ABGLT, veio a São Paulo apresentar o Termo de Compromisso contendo 44 propostas do segmento LGBT para o município de São Paulo, constatou-se que 82% de todas elas já foram realizadas ou estão em andamento na nossa cidade. TODAS essas ações feitas pela gestão Serra-Kassab.

E é com muita tristeza que eu digo que tudo isso foi feito APESAR de alguns militantes... e não EM PARCERIA com eles.

É preciso rever as prioridades dos nossos compromissos. Não sou a favor da apartidarização do movimento, mas é preciso que ele seja suprapartidário. A população LGBT não pode sofrer os malefícios de uma ridícula disputa pelo poder.

E que São Paulo, que sempre gosta de ser referência para o resto do país em tantos assuntos, não sirva de exemplo para os militantes LGBTs dos outros estados do Brasil no que se refere à sua relação com o poder público.

ANEXO G – Pela verdade! (ou: Saber Perder)

Ontem se deu democraticamente e inteiramente sob legalidade a eleição para presidente do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo.

Porém, há certos grupos que não aceitam que sua hegemonia - se é que ela um dia existiu - esteja esgotada.

Em momento nenhum desde que tornou pública sua candidatura o militante Lula Ramires foi desqualificado, em momento nenhum deixou-se de reconhecer nele uma pessoa com biografia à altura do cargo que pretendia. Mas Irina não recebeu o mesmo tratamento.

Desde antes do processo já se criava o clima de que em caso de vitória ela seria desqualificada. Mas a bem da verdade, vamos a fatos:

1- Irina é representante do governo no conselho?

FALSO. Irina é representante da sociedade civil eleita em reunião do Fórum Paulista. Sua posição como coordenadora do Centro de Referência da Diversidade também é da sociedade civil, já que o mesmo é gerido pelo Grupo Pela Vida. Se isso fizesse de Irina representante do governo, então também o seria qualquer militante que receba pagamento de ONGs com convênios com qualquer governo.

2- O governo deu a vitória a Irina?

FALSO. Irina venceu entre os votos da sociedade civil por 6 a 4.

3- O governo operou a favor de Irina?

FALSO. A postura republicana da CADS foi de distanciamento do processo. Se algum militante fez campanha a favor de Irina, tem o legítimo direito de fazê-lo, mas a máquina da prefeitura em momento algum foi acionada para operar a favor de nenhum candidato e nem mesmo contra o outro.

4- Irina é "demo-tucana" ?

FALSO. Irina inclusive assinou no ano passado manifesto em apoio à candidatura de Marta Suplicy, oponente do atual prefeito Gilberto Kassab nas eleições.

Posto isso, é urgente que as pessoas aprendam a perder com dignidade e parem com essa postura de agir como se a derrota só fosse possível se uma grande conspiração "demo-

tucana" (como dizem) agisse em favor dos "inimigos". É hora de entender que a militância LGBT não é homogênea e não está integralmente alinhada com um mesmo grupo o tempo todo.

Levantar nesse caso a suspeita de uma conspiração de conotação partidária e de uma suposta subjugação da sociedade civil é um imenso desrespeito à biografia de Irina Bacci, uma militante qualificada, séria e comprometida, que teve apoio de pessoas como Marisa Fernandes, uma referência na história do movimento LGBT brasileiro.

Os representantes da sociedade civil elegeram Irina Bacci e cada um deles foi eleito pelo Fórum Paulista LGBT em reunião aberta onde qualquer um podia ser candidato pelo seu segmento. Questionar a legitimidade desses representantes - tanto titulares quanto suplentes - é uma acusação séria e irresponsável.

Inclusive porque há titulares que sequer foram à posse, nunca apareceram em reuniões do Conselho, mas apareceram para votar. E ainda assim, seus votos não estão sendo questionados por ninguém.

Pessoas que a vida toda defenderam que não há neutralidade e que tudo é partidário, tudo é conflito, tudo é disputa, agora além de afirmarem falsamente que houve conotação partidária no processo, dizem ser ilegítimo isso! Pessoas que a vida toda defenderam visibilidade para as pessoas de identidade de gênero feminina agora criticam quem votou em Irina por ser uma mulher! É o auge da hipocrisia casuística!

É preciso saber perder. E é preciso que as pessoas respeitem suas próprias histórias para que não acabem perdendo a credibilidade.

E sinceramente não fica bem nem mesmo para Lula Ramires - militante digno que cumpriu seu papel de candidato da melhor forma possível - que defensores de sua candidatura apelem a expediente tão deplorável.

Perder com dignidade é tão importante quanto ganhar com legitimidade.

ANEXO H – Para o Cláudio

O Cláudio passou por aqui e deixou dois comentários com questões bastante pertinentes. Em primeiro lugar eu peço desculpas a ele por ter demorado tanto para postar essa resposta, eu realmente tive problema de tempo para isso. Mas antes tarde do que nunca né?

Vamos lá então, Cláudio!

No post "Serra cria coordenadoria da diversidade sexual", ele perguntou:

Sou gay... o que esse órgão pode fazer por mim?

E depois escreveu:

Você não respondeu meu comentário sobre o que efetivamente esse órgão fará pelos gays. aguardo ansiosamente uma resposta! Em relação aos partidos e a defesa do gays, o PT e os partidos de esquerda têm um histórico muito maior de lutas e conquistas do que o PSDB e o PFL! Admita!

Respondo, então:

Cláudio, o Governo do Estado de São Paulo já tem diversas ações em defesa dos LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Entre elas, a Comissão Processante Estadual da Lei nº 10.948/01 (a Lei Estadual Anti-Homofobia), a DECRADI - Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, programas de capacitação de profissionais da educação, etc. Porém, encampamos a luta por um órgão específico para que este pudesse acompanhar a execução dessas ações e propor/executar outras. Talvez você individualmente nunca precise desse órgão, mas ele estará executando políticas públicas de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT.

Veja, por exemplo, o que aconteceu na Prefeitura de São Paulo. A Marta Suplicy passou 4 anos lá e executou apenas pequenas ações pontuais na questão LGBT - por exemplo: o INSS recomendou que as prefeituras municipais estendessem benefícios previdenciários para os companheiros de mesmo sexo e a Marta acatou. Quando o Serra assumiu, criou a CADS e com isso os LGBTs passaram a ser alvo de políticas públicas planejadas e integradas. Foi um salto de qualidade.

Para se ter idéia: durante a campanha de 2008, o presidente da ABGLT (Associação Brasileira de LGBTs), Toni Reis, trouxe aos candidatos a prefeito de São Paulo um apanhado de todas as iniciativas municipais que a entidade recomenda em favor dos LGBTs. Pois a cidade de São Paulo já havia executado ou iniciado mais de 80% das ações recomendadas! E todas elas executadas pela gestão Serra/Kassab. Isso sem falar das tantas ações que a CADS havia executado e que não estavam relacionadas no documento da ABGLT.

Por isso também eu acho discutível essa idéia de que o PT e os chamados "partidos de esquerda" tenham feito mais pelos LGBTs. Claro que eu reconheço o trabalho pioneiro (especialmente do PT) em levantar essa bandeira nos legislativos. Eu disse inclusive em uma reunião do Setorial LGBT do PT em Brasília que muito do meu trabalho à frente do Diversidade Tucana se espelha no trabalho deles. Porém, há dois fatos que não podem ser relevados:

- 1- O PT no executivo deixou muito a desejar nessa questão. Algumas figuras proeminentes nesse assunto, especialmente a Marta Suplicy, não apenas deixou de fazer as coisas que se esperava dela como também adotou posturas bastante homofóbicas, como se recusar a receber os militantes LGBTs petistas que foram pedir a ela a criação de uma coordenadoria no último mês de sua gestão, e (a mais famosa) o recente caso da propaganda homofóbica contra o prefeito Kassab.
- 2- A maneira petista de se apropriar dos movimentos sociais, aparelhando suas lutas de forma a beneficiar o partido. Eu sou da opinião de que se um partido quer ajudar um movimento social deve abrir espaço dentro do partido para ele e não ocupar os espaços dele! E essa é a filosofia de trabalho que estamos levando a cabo no Diversidade Tucana.

No mais, quero deixar também bem claro que o Diversidade Tucana e o Setorial LGBT do PT são adversários praticamente apenas durante o período eleitoral. No resto do tempo nossas agendas conjuntas são extensas e nossas parcerias tem dado ótimos frutos, como por exemplo a Frente Parlamentar LGBT na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde PT e PSDB frequentemente se unem em favor da nossa comunidade.

Espero ter respondido de alguma forma aos seus questionamentos!

ANEXO I – Os gays e a direita

Os gays e a direita

Qual o interesse dos partidos conservadores em nós?

por Ferdinando Martins - jornalista

Findas as eleições municipais, pode-se dizer que a base aliada do governo federal foi numericamente a grande vencedora. Juntos, PT e PMDB venceram na maior parte das capitais e cidades importantes. Entretanto, a oposição também avançou – e levou a maior cidade, São Paulo (DEM).

Algo que chamou a atenção, porém, foi perceber, nessas eleições e um pouco antes, que partidos considerados de direita colocaram o combate à homofobia em suas propostas de governo. Para muitos militantes LGBTs, o fenômeno causa estranhamento.

Isso porque a luta pelos direitos dos homossexuais e pelo respeito à diversidade sexual era, até recentemente, uma bandeira exclusiva de certas tendências de esquerda. A desconfiança é de que a "direita" estaria sendo oportunista, interessada somente em angariar votos. Será verdade?

Esquerda, volver

Não é correto dizer que a homossexualidade tenha sido um assunto plenamente tranquilo para a esquerda. A diversidade sexual apenas recentemente passou a ser considerada nas vertentes socialistas e comunistas.

Um levantamento realizado pela Convergência Socialista no final da década de 1970 revela a face anti-homossexual dos revolucionários de então. O jornal Hora do Povo, que abrigava representantes do movimento MR-8, afirmava que a homossexualidade era "uma doença, se doença é desvio da natureza". O jornal chega a afirmar que o homossexual é "produto da decadência do capitalismo".

O autor, não identificado, diz que "em todas as sociedades em decadência, no nazismo, por exemplo, o que se verifica é a reprodução do homossexualismo (sic) nas classes dominantes". Raciocínio semelhante foi usado para justificar atos homofóbicos empreendidos por Fidel Castro em Cuba.

No entanto, realmente foi no bojo das reivindicações da esquerda que a militância cavou seu espaço, há 30 anos. Em 1980, surgia o grupo de Gays e Lésbicas do PT, que se manteve presente em todas as campanhas, ainda que minoritário.

Além disso, foram duas então deputadas federais pelo PT as responsáveis pelos dois principais projetos em defesa de gays e afins: o de parceria civil, de autoria de Marta Suplicy; e o de criminalização da homofobia (hoje, PLC 122/2006), de Iara Bernardi.

Ventos da direita

Tudo isso inevitavelmente levou à associação da esquerda com o combate à homofobia. Estaria havendo alguma mudança? Aparentemente, sim. "Defendemos a liberdade de expressão", diz Walter Souza, ex-coordenador da campanha de Gilberto Kassab (DEM) à

prefeitura de São Paulo. "Por isso, o partido abraça a defesa dos LGBTs". Segundo Souza, essa é uma orientação nacional e casa-se com os princípios liberais do DEM.

Não é um caso isolado. Nos Estados Unidos, o grupo *Log Cabin Republicans*, formado por gays e afins, atua junto aos políticos conservadores há mais de 20 anos. "A luta política do movimento LGBT amadureceu [...]. Isso claramente despertou o interesse de lideranças políticas, algumas bem-intencionadas e outras oportunistas, claro", diz Wagner "Gui" Tronolone, presidente do grupo Diversidade Tucana, do PSDB.

E os evangélicos?

Um dos desafios da direita gay é o notório apoio dos evangélicos aos partidos de direita – o que coloca severos obstáculos à aprovação de medidas pró-LGBT.

No entanto, até isso pode estar mudando. Em um encontro de religiosos realizado em setembro/2008, Gilberto Kassab foi convidado a assinar um documento contrário à aprovação do PLC 122. Ele recusou.

De acordo com Amélia Toledo, consultora do DEM para assuntos que envolvam religiosidade, a decisão provocou uma reviravolta na maneira com que o partido, nacionalmente, se relaciona com os evangélicos. "Parlamentares de todo o País que escreveram projetos contrários aos LGBTs começaram a rever suas propostas". Bom sinal, embora a prudência recomende uma dose de desconfiança.

Crise de paradigmas

A aproximação da direita com os LGBTs indica, também, uma crise de modelos. Segundo Inês Minardi, cientista política e professora do Instituto Presbiteriano Mackenzie, as categorias "direita" e "esquerda" sofreram modificações nos últimos anos. "Os argumentos apresentados pelos defensores da esquerda guardam similitudes com o discurso neoliberal (tradicionalmente de direita), por representar ideais de uma sociedade mais igualitária e menos injusta".

Para Gui Tronolone, "os conceitos de direita e esquerda, no Brasil, ficaram diretamente ligados aos apoiadores da ditadura e aos opositores, respectivamente [...]. Por isso, hoje, dizer que alguém é de 'direita' virou uma espécie de xingamento [...], e muitos se dizem de 'esquerda' como se fosse um certificado de boas intenções".

ANEXO J – Fotos



Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente a segurar a bandeira do arco-íris, em 2002, imediatamente após ter feito uma declaração pública em favor da união civil entre pessoas do mesmo sexo, durante o lançamento do PNDH II.



Marcos Fernandes, César Gontijo, Milton Flávio, Wagner Gui Tronolone, Ricardo Montoro, Bruno Covas e Evandro Losacco no encontro comemorativo de 3 anos de fundação do Diversidade Tucana, em 2009. Nessa ocasião, doze militantes do DT se filiaram ao partido. Fonte: <http://diversidadetucana.zip.net/arch2009-06-07_2009-06-13.html>.



Cássio Rodrigo, Marcos Fernandes e Franco Reinaudo em confraternização do Diversidade Tucana.
Foto cedida por Marcos Fernandes.



Marcos Fernandes (canto esquerdo) e Rachel Rocha (canto direito) durante confraternização do DT.
Foto cedida por Marcos Fernandes.



Marcos Fernandes (canto esquerdo) e Ferdinando Martins (canto direito).
<<https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>>.

Fonte:



A drag queen Dindry Buck em atividade de *advocacy* durante convenção do partido, em 2010. Fonte:
<<https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>>.



Membros do DT durante a convenção do partido, realizada em 2010. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>.



Franco Reinaudo em atividade de *advocacy*, durante a convenção de 2010. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>.



Membros do DT durante convenção de 2010. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>.



Participação do Diversidade Tucana durante a campanha presidencial de 2010. "Caminhada da Virada na Vieira de Carvalho - 19/09/10". Foto cedida por Marcos Fernandes.



Marcos Freitas e Marcos Fernandes durante a “Caminhada da Virada na Vieira de Carvalho - 19/09/10”. Foto cedida por Marcos Fernandes.



Robson Cerqueira durante a “Caminhada da Virada na Vieira de Carvalho - 19/09/10”. Foto cedida por Marcos Fernandes.



Marcos Fernandes e Amélia Watanabe durante “Caminhada da Virada”, em 2010. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>.



Amélia Watanabe, Marcos Fernandes e Franco Reinaudo durante “Caminhada da Virada”, em 2010. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/53511411@N03/>.



Participação do Diversidade Tucana na 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia, realizada em 2011. Na foto, da esquerda para a direita: Marcos Fernandes, Miriam Queiroz, Wagner Gui Tronolone e André Pomba. Foto cedida por Marcos Fernandes.



Participação do Diversidade Tucana na 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia, realizada em 2011. Na foto, da esquerda para a direita: André Pomba (canto esquerdo), Marcos Fernandes e Wagner Gui Tronolone (ao centro) e André Juquinha (canto direito). Foto cedida por Marcos Fernandes.



Participação do Diversidade Tucana na 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia, realizada em 2011. Foto cedida por Marcos Fernandes.



Participação do Diversidade Tucana na 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia, realizada em 2011. Na foto, da esquerda para a direita: Wagner Gui Tronolone (canto esquerdo), André Pomba (ao centro) e Marcos Freitas (canto direito). Fonte: <<https://passageirodomundo.blogspot.com/2011/05/marcha-nacional-contra-homofobia.html>>.



Participação do Diversidade Tucana na 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia, realizada em 2011. Na foto André Pomba, membro do DT, faz um discurso no carro de som. Foto cedida por Marcos Fernandes.



Membros do Diversidade Tucana em atividade de *advocacy*, em 2011. Marcos Fernandes (canto esquerdo), Sérgio Guerra, então deputado federal e presidente nacional do PSDB (ao centro) e André Pomba (canto direito). Fonte: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/05/em-brasilia-diversidade-tucana.html>>.



Membros do Diversidade Tucana em atividade de *advocacy*, em 2011. Marcos Fernandes (canto esquerdo), Marisa Serrano, então senadora do PSDB (ao centro), André Pomba (canto direito). Fonte: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/05/em-brasilia-diversidade-tucana.html>>.



Membros do Diversidade Tucana em atividade de *advocacy*, em 2011. Wagner Gui Tronolone (canto esquerdo), Aloysio Nunes, então senador do PSDB (ao centro) e Marcos Fernandes (canto direito). Fonte: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/05/em-brasilia-diversidade-tucana.html>>.



Bruno Covas, Wagner Tronolone e Marcos Fernandes em atividade do Diversidade Tucana, durante a convenção Estadual do PSDB, em 2011. Foto cedida por Marcos Fernandes.



Membros do Diversidade Tucana, durante a convenção Estadual do PSDB, em 2011. Foto cedida por Marcos Fernandes.



Membros do Diversidade Tucana, durante a convenção Estadual do PSDB, em 2011. Fonte: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/07/dois-meses-de-orgulho-lgbt-para-o.html>>.



Audiência entre o prefeito de Piracicaba, Barjas Negri (PSDB), com representantes do grupo E-Jovem, membros do Diversidade Tucana (Marcos Fernandes e Wagner Gui Tronolone), o Vereador Tucano Bruno Prata e o Secretário de Governo, José Antônio de Godoy. Na reunião, realizada em 2011, foi aprovada a criação do Conselho Municipal da Diversidade Sexual e a convocação da 2ª Conferência Municipal pelos Direitos LGBT. Fonte: <https://e-pira.blogspot.com/2011/06/audiencia-publica-com-o-prefeito-barjas_21.html>.



Marcos Fernandes buscando apoio de parlamentares durante a Convenção Nacional do PSDB de 2011. Fonte: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/07/dois-meses-de-orgulho-lgbt-para-o.html>>.



Floriano Pesaro durante o I Congresso Estadual do Diversidade Tucana SP, em 2011. Fonte: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/07/dois-meses-de-orgulho-lgbt-para-o.html>>.



Participantes do I Congresso Estadual do Diversidade Tucana SP, em 2011. Fonte: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/07/dois-meses-de-orgulho-lgbt-para-o.html>>.



Wagner Tronolone (canto esquerdo) e Marcos Fernandes (canto direito) no I Congresso Estadual do Diversidade Tucana SP, em 2011. Fonte: <<http://www.diversidadetucana.com.br/2011/07/dois-meses-de-orgulho-lgbt-para-o.html>>.